U.PORTO

Dos paradoxos da informalidade à produção social do habitat.

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

Dos paradoxos da informalidade à produção social do habitat.

Pedro Miguel Matos Monteiro

M 2020

M.FAUP 2020

U.PORTO

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO.

I.Agradecimentos.

Foram os curtos e longos encontros e reencontros que guiaram o enredo deste trabalho, sem os quais, não chegaria aqui. Faz parte de uma aventura que começou em 2017 e por isso inclui alguma gente.

Agradeço incondicionalmente à família e principalmente aos pais sem os quais simplesmente não seria possível chegar aqui ou não encontraria as razões para seguir por este caminho.

Ao fim e ao cabo, tenho de agradecer a um grupo de pessoas minimamente peculiares, dispersas um pouco por todo o lado, com muita energia e que não me deixam descansar.

Quero agradecer ao grupo fantástico de pessoas que me acompanhou na viagem à América do Sul aos que conheci por aí, aos que ficaram, aos que voltaram, aos que me permitiram estender a experiência e que me enchem, a cada conversa, a cabeça de inquietações. Aos de lá, devo agradecer pela inigualável amizade e pela abismal criatividade para reinventar a vida e que me surpreende todos os dias. Sem vocês, estes projetos não poderiam ter surgido e não se criaria a instância para pensar neles.

Aos de cá, agradeço aos que conheci e que me permitiram dilatar esta experiência inquietante. Fundamentalmente à malta de Sevilha e de Madrid que demonstraram o mesmo nível de desatino e delírio que tanto me fazia falta.

Aqueles que lá na Baixa de Coimbra foram capazes de lançar novos desafios, que me abrigaram no meu retorno e que me serão sempre um exemplo.

Quero agradecer aos novos amigos do Porto que acreditaram na possibilidade de fazer de outra forma e com os quais novos projetos despontaram.

Não posso deixar de agradecer aos orientadores que sempre me ajudaram em momentos de dúvida e outros de verdadeiro auxílio e que tinham a capacidade fantástica de fazer-me pensar com poucas palavras. Não são muitos os que, na nossa escola, se intrigam como ela e como ele. Espero num futuro próximo poder partilhar mais ideias.

E finalmente, tenho de agradecer a uma francesa em particular visto que, desde o início desta aventura sempre me acompanhou e sempre me obrigou a fazer pausas. Este trabalho é tanto teu como meu.

I.Abstract.

Today, all over the world, we are seeing dissimulated forms of resistance to the current society. They are small initiatives that seek security, stability and control over their social situation. They are born out of scarcity, but they hold enormous value, both in their process and in the result of experience. They are a reaction to a trend and therefore, gain a resistance format. Regulators have placed these inhabitants on the other side of the abyssal line, eliminating any possibility of dialogue. The spontaneous network of oppressed actors forms then, a guerrilla urbanism where the inhabitants insert themselves in the porosity of the city, in an eagerness to maintain the invisibility of their actions. These popular initiatives claim, or act in favor of housing, culture, property, territorial control and independence.

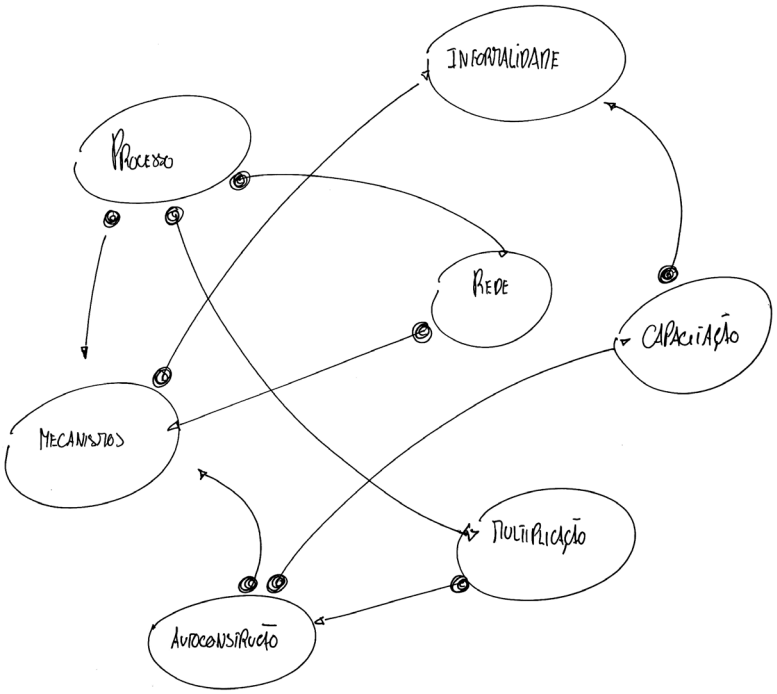
Despite their value, they are not a solution. They are mere alternatives. They are a consequence of the current paradigm, so they are intrinsically linked to the norm. Informal cities are born with severe shortages and unstable forms of control. They survive through the abysmal efforts of their stakeholders and take years to materialize their needs. They are the extreme of an abandonment scale. The difficulties that these phenomena face are intrinsically linked to their isolation. In order to move from an alternative to a solution, these urban phenomena must acquire a complementary format with the city and its mechanisms (government, law, technicians) and vice versa.

Today architects have a greater role in their hands than just the design of the Habitat. They must catalyze popular processes and search for other forms of social and economic articulation. Since the current models of society do not allow an equitable future with resources and means available to the entire population, the technical staff must study and complement social practices based on a human scale, locally produced, one that is able to potentialize individuals pretensions (security, independence and control). Based on my experience in the city of Valparaiso, Chile and nurturing this knowledge with the study of other processes, this project intends to analyze the practices according to their ability of: multiplication, systematization and replicability; sustainability: economic viability of practices; articulation: with agencies, law and public resources.

Orientadora: Ana Luisa Silva Fernandes

Co-Orientador: Álvaro António Gomes Domingues

I.Resumo

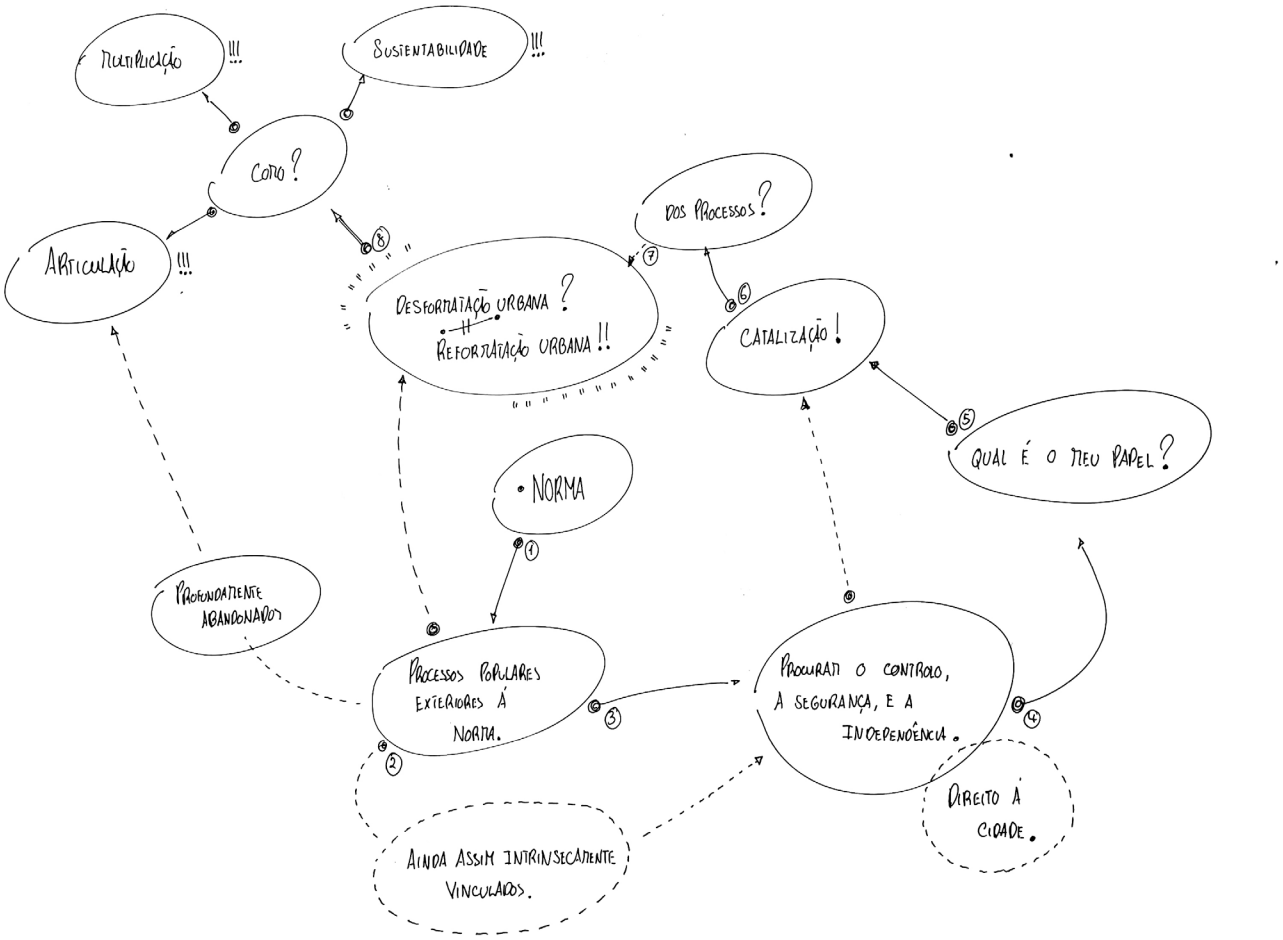


Assistimos hoje, um pouco por todo o mundo, a formas dissimuladas de resistência ao paradigma da sociedade vigente. São pequenas iniciativas, que procuram a segurança, a estabilidade e o controlo sobre a sua situação social. As entidades reguladoras colocaram estes habitantes do outro lado da "linha abissal" assim como explica Boaventura de Sousa Santos, eliminando qualquer possibilidade de diálogo. Este paradigma atual conformou um urbanismo de guerrilha, um que se insere nas porosidades da cidade, na ânsia de manter a invisibilidade. Apesar do valor destes fenómenos, (luta pela habitação, pela cultura, pela propriedade) ainda não são uma solução, são meras alternativas, uma consequência do paradigma atual, e por isso, intrinsecamente vinculados à norma. Vivem na maior das carências. Sobrevivem graças a um esforço abismal dos seus intervenientes e levam anos para materializar as suas aspirações. São o extremo de uma escala de abandono. Para que transitem de uma alternativa a uma solução, estes fenómenos urbanos devem adquirir um formato complementar com a cidade (governo, mecanismos, lei, técnicos).

Visto que os modelos atuais de cidade não permitem visualizar um futuro equitativo com recursos e meios disponíveis para toda a população, o corpo técnico tem assim o dever de estudar outras formas de arquitetura. Um caminho viável poderá ser a catalização das práticas sociais localmente produzidas, com vantagens perante o paradigma atual ao nível da adaptabilidade, descentralização de recursos, sustentabilidade, escala humana, e inserção das culturas locais na produção da paisagem. Defendo que arquiteto na multitude de formas que esta profissão pode adaptar, deve promover dois fenómenos dos sistemas ou dos esquemas que as iniciativas populares foram capazes de construir: Sustentabilidade: promovendo a viabilidade económica das práticas; multiplicação: apoiando a sistematização das iniciativas, das estruturas legais, dos fenómenos económico-sociais com capacidade para se replicar.

Com esta Dissertação pretendo atingir três objetivos: sintetização dos mecanismos da informalidade; estipulação dos valores fundamentais a perseguir em contexto informal e finalmente, a articulação de um caminho legal, fundamentado nas dinâmicas sociais e nas suas aspirações, da cidade de Valparaíso, Chile.

A mesma dissertação está divida em três momentos sendo que cada um, nasce da necessidade de resposta aos três objetivos anteriormente referidos: num primeiro momento a linha de pensamento insere-se no mundo informal procurando desvendar as falácias, os problemas e as qualidades que caracterizam este território antagónico à nossa



realidade, complexo na sua leitura e nem sempre linear. Apresenta-se a informalidade como a consequência da desregularização territorial, mas principalmente da incompatibilidade do sistema legal e regulador com as verdadeiras necessidades da sua população. Pretende-se desmitificar várias das suposições e generalizações que hoje se adotam para caracterizar os territórios informais, exaltando as suas qualidades e apresentando-os como formas alternas, mas insurgentes de sociedades, na ânsia do controlo e da estabilidade.

O segundo momento, diretamente dependente do conjunto de pretensões, aspirações e dúvidas, clarificadas no momento anterior, apresenta 3 obras, ou talvez 3 processos e 3 redes de agentes que num determinando momento e contexto informal se articularam. Dá-se então uma leitura critica dos processos, comparando as abordagens face à sua resolução integral e de acordo com um conjunto de aspirações anteriormente debatidas: replicabilidade; adaptabilidade; sustentabilidade.

O terceiro momento apresenta o laboratório da proposta. De Outubro de 2016 a Outubro de 2018 residi em Valparaíso, lugar onde tive a oportunidade de inserir-me numa agência em formação e num coletivo de indivíduos dedicados a pensar e construir o espaço em contexto informal e a partir do mesmo. Parte da experiência ficou registada neste exercício académico. Esta Dissertação nasce desta etapa da minha formação e pretende através da reflexão da mesma, das falhas e das ausências identificadas, construir uma proposta de intervenção que permita aos projetos populares e insurgentes da cidade de Valparaíso (na luta pelo direito ao "habitat"), multiplicar-se, fortalecer-se, sustentar-se e colmatar as carências da sua estrutura, dando a tão necessária assistência, os recursos e segurança.

Palavras Chave: Rede; Processo; Informalidade; Capacitação; Multiplicação; Autoconstrução; Mecanismos; Adaptabilidade.

Figura 1. *Esquema. O papel do Arquiteto.*

Figura 2. *Esquema. Palavras Chaves.*

I.Índice.

Agradecimentos. 1

Abstract. 2

Resumo 3

Índice. 5

Linha Processual 7

I.A cidade Informal 9

O paradoxo.

Assentamentos Informais 15

Porquê dialogar com a informalidade? 23

Alteração das relações de poder. 29

A evolução fenomenológica 32

II.Informalidade 43

Definições para a informalidade. 51

A instrumentalização da informalidade. 61

UN-Habitat e a construção do consenso. 71

III.Mecanismos 77

Um Modo de Observar 81

Percepção Atual 85

Autoconstrução. 89

Autoconstrução espontânea. 92

Autoconstrução assistida. 97

Parâmetros para processos insurgentes. 102

IV.Makoko Floating school. 109

“Iconic and Pragmatic” 110

Enredo. 111

Escola de Whanyinna 116

Retaliação do Estado. 119

Proposta NLÉ 121

Desarticulação Social. 124

Escala 127

Irreplicável 129

Conclusões. 132

V.Villa 31 135

As Lições da Villa 31. 140

Criatividade Económica. 145

A proposta de Javier Fernandez Castro. 147

Mecanismos para a Integração Urbana. 150

Contradições. 153

Projeto Lei 6.125 158

VI.FUCVAM 161

Regras Internas. 163

Mecanismos. 166

O compromisso 172

Profissionalização da Autoconstrução. 175

Obstáculos e conquistas. 178

Conclusão. 183

VII.Valparaíso 187

Composição Morfológica 189

Tecido Social. 199

Abandono em Valparaiso 204

Assentamentos Informais. 210

Habitar a informalidade. 214

Praça San Agustin. Colectivo RE. 217

Placemacking. 224

Antecedentes do Concurso. 227

Estúdio Agora 21. 229

Reviravolta. 231

Casalrevés. 232

Conclusão. 237

VIII. Articulação 242

Contextos Confitos Interesses 243

Outras formas de fazer cidade. 254

Fondeve. 260

Pladeco. 264

Valor de Renda e controlo Cooperativo. 267

Proposta. 272

Lei de Urbanismo. 274

Processos de Expropriação. 280

Cooperativismo no Chile. 288

Domínio, propriedade e contradições. 290

Financiamento DS 49. 292

ONG Vivienda Local. 297

Conclusão e Formalização. 300

Referências Bibliográficas. 309

Créditos de Imagens. 317

I.Linha Processual

Figura 3. *Linha de Pensamento.*

PROPOSTA
LEI DE URBANISMO
PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO
COOPERATIVISMO NO CHILE
DOMINIO PROPRIEDADE E CONTRADIÇÕES
FINANCIAMENTO DS.49
ONG VIVENDA LOCAL
CONCLUSÃO E FORTALIZAÇÃO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
CRÉDITOS DE IMAGEM
VI
CONSPIRAÇÃO
VALOR DE RENDA E CONTROLO COOPERATIVO
PLADECO
FONDEVE. MAPEAMENTO POPULAR DO TERRITÓRIO
OUTRAS FORMAS DE FAZER CIDADE
CONTEXTO CONFLITOS E INTERESSES.
CONCLUSÃO
CASA AL REVÉS
REVIRAVOLTA
PROCESSO
ANTECEDENTE
PLACEMAKING
V
O CASO ÚNICO DE VALPARAISO
PRACA SAN AGUSTIN - COLETIVO RE
HABITAR A INFORMALIDADE CERRO CORDILLERA
ASSENTAMENTOS DA CIDADE
ABANDONO EM VALPARAISO
TECIDO SOCIAL
COMPOSIÇÃO MORFOLÓGICA
CONCLUSÃO
OBSTÁCULOS E CONQUISTAS
PROFISSIONALIZAÇÃO DA AUTOCONSTRUÇÃO
O COMPROMISSO COM AS COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO
MECANISMOS
REGRAS INTERNAS.
INTRODUÇÃO.
IV
FUCVAM

I.A cidade Informal

1. *"(...) self-built neighborhoods do not exist in a political vacuum in which people simply choose to build their own homes despite having limited skills and access to material resources."*

LEOPOLD, L. (2018). Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives. The Funambulist. Politics of Space and Bodies Introduction N°16: P. 10.

2. *"They are instead kept in a state of extreme fragility and poverty through the violence of the state, enforced through various means. So-called "informal areas" of cities are therefore caught in the tension between what they are , and they are prevented from being, or in other words, between being subjects of state violence and assuming new forms of resistance."*
IBIDEM.

O paradoxo

A casa de Pedro Vizcarra, em Arequipa, Peru, permite compreender até que ponto, atualmente, são a habilidade e os recursos de uma pessoa capazes de erguer uma habitação para alojar a sua família, tendo essa possibilidade.

A casa (Figura 4), está situada num assentamento disperso perto de Arequipa, no vale do rio Chili ao Sul do Peru. Foi construída de forma incremental, nos últimos 32 anos, pelo seu proprietário e utilizador, o senhor Pedro Vizcarra, um artesão local. Em 1931, ao trabalhar diariamente numa fábrica, a sua esposa ajudou-o a construir as primeiras salas. Pedro levantava-se às 4 da manhã para construir a sua casa, durante o dia trabalhava na fábrica e quando regressava, recomeçava o aparelhamento das pedras até ao anoitecer. A propriedade localizava-se sobre uma pendente arenosa que exigiu uma primeira fase de nivelação antes de iniciar a construção. As pedras extraídas localmente foram carregadas, uma por uma, nas costas do casal ao longo de centenas de metros. Os primeiros quartos precisaram de um ano até serem terminados e a primeira forma do imóvel foi terminada cinco anos após o início da construção. Ainda que, neste exemplo em particular, o habitante em causa seja um artesão, a maior

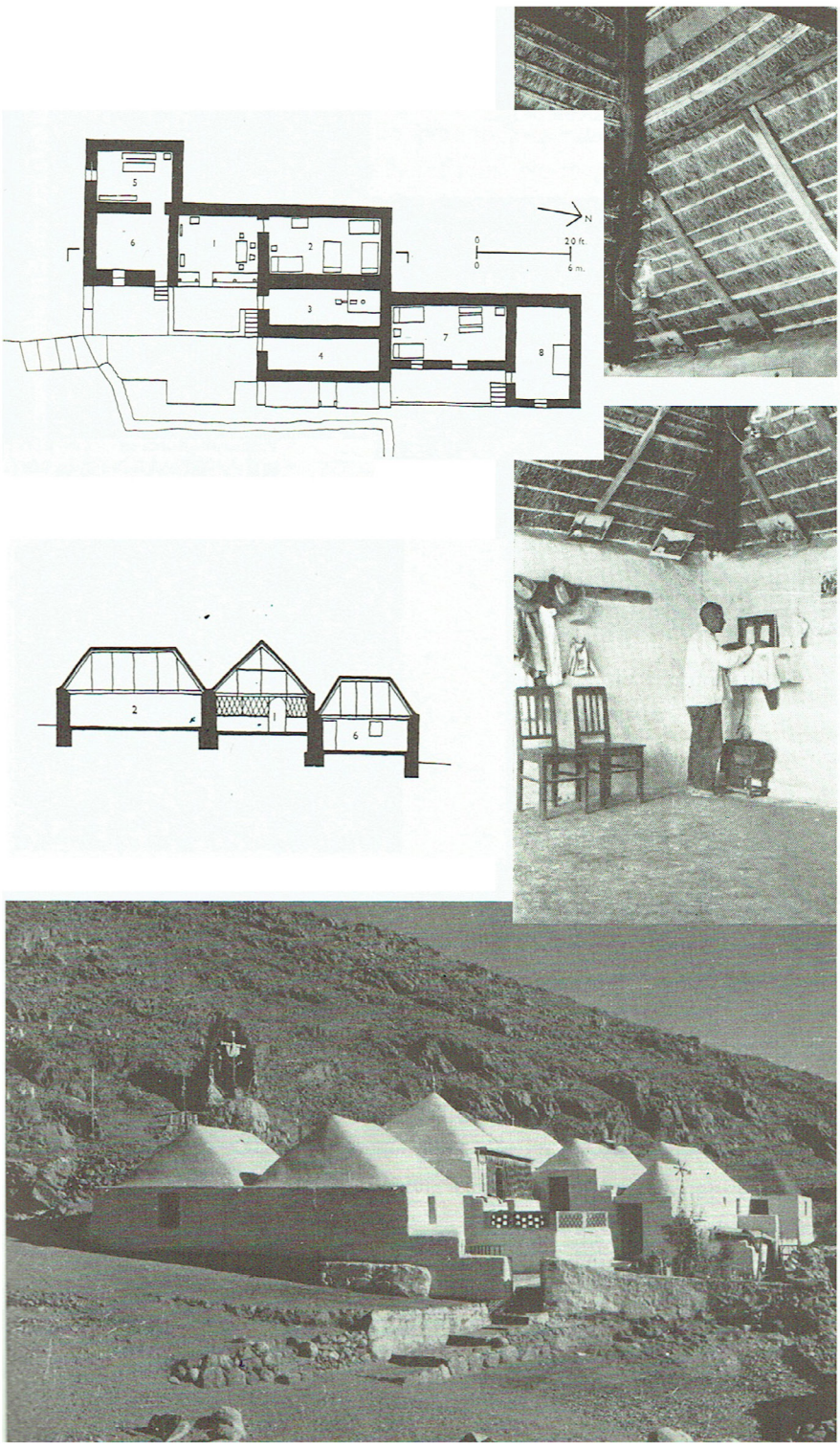
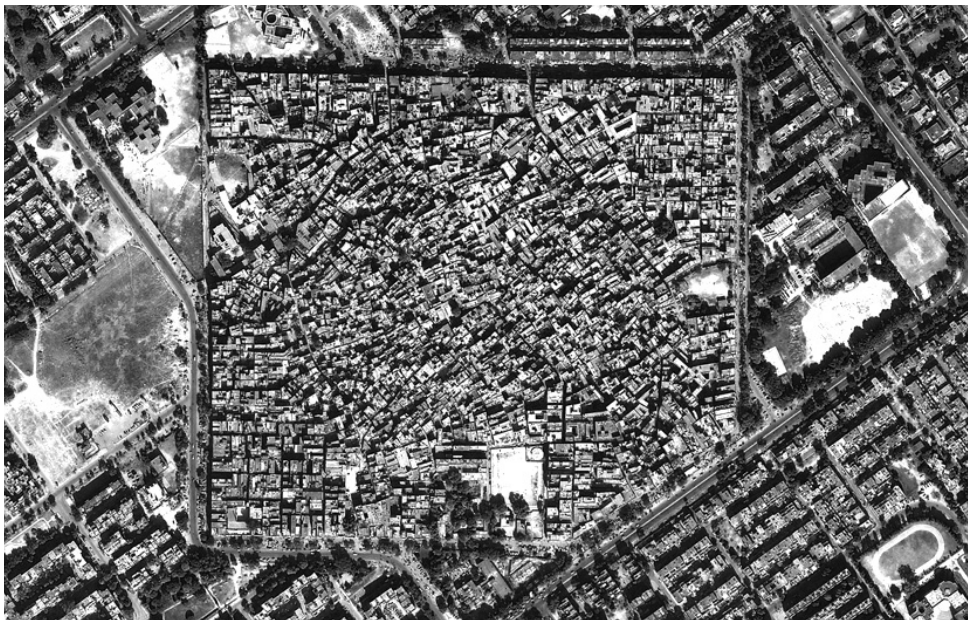


Figura 4. *Casa de Pedro Vizcarra. Arequipa. John Turner.*

A cidade Informal

O paradoxo.



parte das pessoas não o são. Nem todos os habitantes pretendem inicialmente construir a sua casa. A autoconstrução não assistida é fundamentalmente a consequência da pobreza e a necessidade de recorrer aos métodos mais acessíveis para obter uma habitação própria. O fenómeno é atualmente um paradigma mundial vigente. Ignorado quando surge isoladamente, assim que se desenvolve de forma massiva, como os assentamentos informais, estes territórios são catalogados e identificados. São também difamados, mistificados, ignorando mais-valias e qualidades intrínsecas à sua atividade e crescimento.

Noutro canto do mundo nasce Burail, um dos reconhecidos assentamentos informais de Chandigarh, situada no sector 45 da cidade. Com o crescimento da capital, a partir dos anos 50, a pequena vila presenciou um processo de expropriações de todos os seus terrenos agrícolas. O contexto da época permitiu obter o direito de autonomia política dentro da área circunscrita. De uma perspectiva urbana, Burial é um oco dentro do regulamento da cidade. É um vazio legal.

"Such an economic activity without urban codification led the village to grow significantly in density to become a built mass where the sky is often framed narrowly by the various vertical extension brought to older buildings."[3]

A vila passou desde a sua independência, por um processo de metamorfose, tanto fisica

Figura 5. *Distrito de Burail. Chandigarh*

3. *LEOPOLD, L. (2018). Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives. The Funambulist. Politics of Space and Bodies Introduction N°16: P. 11.*

4.*IBIDEM.*

5.*VALENÇA, M. (2017). Políticas habitacionais na América Latina. o caso da Venezuela. Programa de pós-graduação em estudos urbanos e regionais. P.15*

6.*IBIDEM. P. 32.*

Figura 6. *Ocupação ilegal da Torre de David. Caracas. Venezuela.*

como económica e socialmente. Os habitantes de Burail foram capazes de criar um centro económico: Os habitantes de Chandigarh deslocam-se hoje a este local em busca de produtos que não encontram na cidade (peças de automóveis, alojamento, equipamento elétrico, alimentos frescos). A junção de uma atividade económica forte, com uma área da cidade independente de um código urbano, permitiu a formação orgânica densa e labiríntica de Burail. Leopold Lambert, editor da revista Funambulist, apelida estas áreas de "Proletarian fortresses", nome utilizado para caracterizar zonas de grande densidade, formato labiríntico e orgânico e que utilizam a sua morfologia para se defender de qualquer agressão. Ao contrário da cidade de Chandigarh, caracterizada por uma grelha racionalista e rígida, e apontada atualmente como um lugar inabitável, o assentamento de Burail, informal, está em permanente crescimento procurando responder a necessidades programáticas. *"Burail is not a Machine".*[4]

Voltando ao território Sul Americano deparamo-nos com a reconhecida Torre de David, em Caracas. Este edifício com 150 metros de altura albergou cerca de 2500 famílias em situação ilegal. Após a reconhecida crise que assolou a Venezuela em 1990, este imóvel, que pretendia ser um símbolo arquitetónico, nunca foi terminado. A ocupação da torre foi uma consequência direta da crise económica, do "deficit" habitacional de Caracas e da Venezuela, entre os anos 2000 e 2010 atingindo as 400.000 habitações[5]. Em 2015, 88,94% da sua população residia em área urbana, consequência de um processo vertiginoso de migração em direção às cidades. Em 1940, a Venezuela albergava 33,5% da sua população em área urbana. Apenas 30 anos mais tarde, essa proporção aumentou para 75%.*"Segundo Hirão (2015), metade da população da Venezuela reside em favelas"* [6].

Sob este contexto socioeconómico, os ocupantes da torre de David, continuaram o processo incremental, adicionando ao ambiente construído os elementos necessários para organizar a emergente e insurgente "cidade", e criar espaços habitáveis. No auge da ocupação da torre, em 2013, viviam cerca de 1200 famílias, o equivalente a 5000 pessoas, e ocupou-se o imóvel até ao 28° andar sem que para isso existisse um elevador. Paralelamente ao crescimento deste território difuso, nasce uma microeconomia familiar. Instalaram-se sistemas de água e eletricidade até ao 22° andar. Os "condóminos" do prédio ocuparam permanentemente, até 2015, do rés do chão ao 13° andar. Os residentes pagavam à cooperativa local. Com esse pagamento, os habitantes tinham direito a residência, água canalizada, eletricidade, limpeza do espaço público, e uma habitação no centro da capital Venezuelana. Ante tudo, estes habitantes priorizaram a localização, à aquisição legal de

A cidade Informal.

O paradoxo.

propriedade. Os habitantes foram capazes de montar um sistema estruturado com diretores em cada piso, encarregados de vigiar a ação dos habitantes e o cumprimento das regras de ordem cívica da torre. Visto que a torre tinha até ao seu 12° andar um estacionamento com rampa, os habitantes montaram um sistema de transporte de residentes até ao 12 piso com táxi-motos. Existiram lojas, oficinas, cabeleireiros, padarias, tascas e mercearias. Em 2015 a comunidade da Torre foi expulsa e recolocada em Oculare del Tuy, um bairro a 60 km do centro de Caracas, terminando com a iniciativa popular. *"On the one hand, it is possible to include Torre de David as an example of informal planning as it was a movement started by the local community, without any State intervention, to occupy and reinvent an abandoned space (Donovan, 2008)."* [7]

Segundo o Global Report realizado pela instituição Habitat em 2003, não é claro nem preciso o limite no qual, uma grande concentração de habitantes gera mais consequências negativas do que positivas, contudo o rápido crescimento populacional, ultrapassou a capacidade de gestão das autoridades municipais, um elemento essencial para a coordenação da acção. *"Millions of people in the developing country cities cannot meet their basic needs for shelter, water, food, health and education."* [8] Dados mais recentes das nações unidas (2017) apontam que Mil Milhões de habitantes (cerca de 32% da população urbana)

7.*PITANGA, V. (2017). Informal and Insurgente Planning: Torre de David. Lincoln University.*

8.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 67*

9.*UN-Habitat. (2017). The Human Right Based Approach to Housing and Slum Upgrading. Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1,Published in Nairobi. P. 21.*

Figura 7. *Bairro informal de Makoko. Lagos Nigéria. 2018.*

Figura 8. *Cooperativa de habitaçao Uruguaia, FUCVAM. Bairro em construção*

vive em assentamentos informais e que 88% desses assentamentos encontram-se em países considerados em vias de desenvolvimento. [9]

Como podem os mecanismos atuais construídos para gerir e organizar o território, e o seus indivíduos articular-se de forma a operacionalizar os fenómenos populares? Como pode esse mesmo sistema conter, apoiar, mas, ao mesmo tempo, vigiar as discrepâncias da formalidade e da informalidade? Pela acentuada agressividade com que os Estados, gerem o território e dialogam com a sua população, pela ausência de soluções viáveis para os problemas sociais, económicos e urbanos as sociedades atuais prescrevem o seu próprio fim. Assiste-se à prevalência dissimulada de formas autónomas do habitar. Ainda que os sistemas políticos e os seus representantes sejam incapazes de dialogar com outras formas de ordem social. Assiste-se ao permanente descontrolo, e paralelamente, ao desequilíbrio da construção social atual. As entidades reguladoras, a lei e os mecanismos atuais não respondem adequadamente à realidade, impondo "soluções verticais" baseadas em relaçoes Top-down e restringindo diálogos.

Os assentamentos informais são a representação da desigualdade, da ferida colonial da marginalização, da estratificação da sociedade e da mercantilização. São os trabalhadores precários, permanentemente disponíveis e incapazes de emancipar-se. São pessoas que, por diversas razões, foram empurradas para a precariedade, submetidas a viver em ambientes precários e modos de vida marginalizados. Essa mesma repressão, estimula um espírito subversivo por parte desses grupos, elevado pela simples necessidade de sobreviver. Observamos, um pouco por todo o lado, revoltas, tumultos e contestações, mais silenciosos ou evidentes, contra os modelos de cidade e sociedade atuais. Assiste-se à espontaneidade inevitável de uma sociedade reprimida. Pela escassez de soluções viáveis, as pessoas devem recorrer à ação pelas próprias mãos. Os indivíduos articulam-se, organizam-se, e atenuam as suas necessidades de forma espontânea e oportunista (inserindo-se nas porosidades do sistema atual dominante e capitalizando o desperdício do sistema económico). A marginalização das práticas sociais informais, submetendo todo o ato ao mesmo julgamento e a sintetização incompleta destes fenómenos por parte das instituições dedicadas ao seu estudo, impossibilita o reconhecimento do valor cultural e social que se desenvolve pontualmente nestes territórios. Fenómenos como a autoconstrução, a ocupação, a autogestão são hoje igualmente dominantes.

A cidade Informal.

Assentamentos Informais

Como seriam as cidades do hemisfério sul se a política urbana se estruturasse segundo a ação popular, defendendo as boas práticas informais? Poderiam os governos estabelecer meios e mecanismos que colmatassem[10] a autoconstrução e a autogestão, distanciando-as da marginalidade? Não seria a introdução do habitante na construção da cidade um modelo democrático de sociedade? Não seriam os Governos e as suas instituições mais funcionais se representassem e apoiassem as práticas das suas populações?

Assentamentos Informais

As definições de assentamento informal não nos capacitam para a compreensão integral deste acontecimento. Para dar ordem ao discurso, foi necessário separar e sintetizar três fenómenos do nosso território, interligados, e vinculados entre si: os assentamentos, a informalidade, e as suas ferramentas. O fenómeno dos assentamentos informais não se desenvolve isoladamente, mas é consequência e fruto de um sistema formal incapaz de gerar oportunidades para todos os seus cidadãos. *"Slums are a clear manifestation of when the right to adequate housing and other human rights are violated, or at risk of being violated."* [11] Entre pouca terra urbanizada, um desequilíbrio do orçamento público, escassez de habitação com preços estabelecidos e reduzidos, taxas

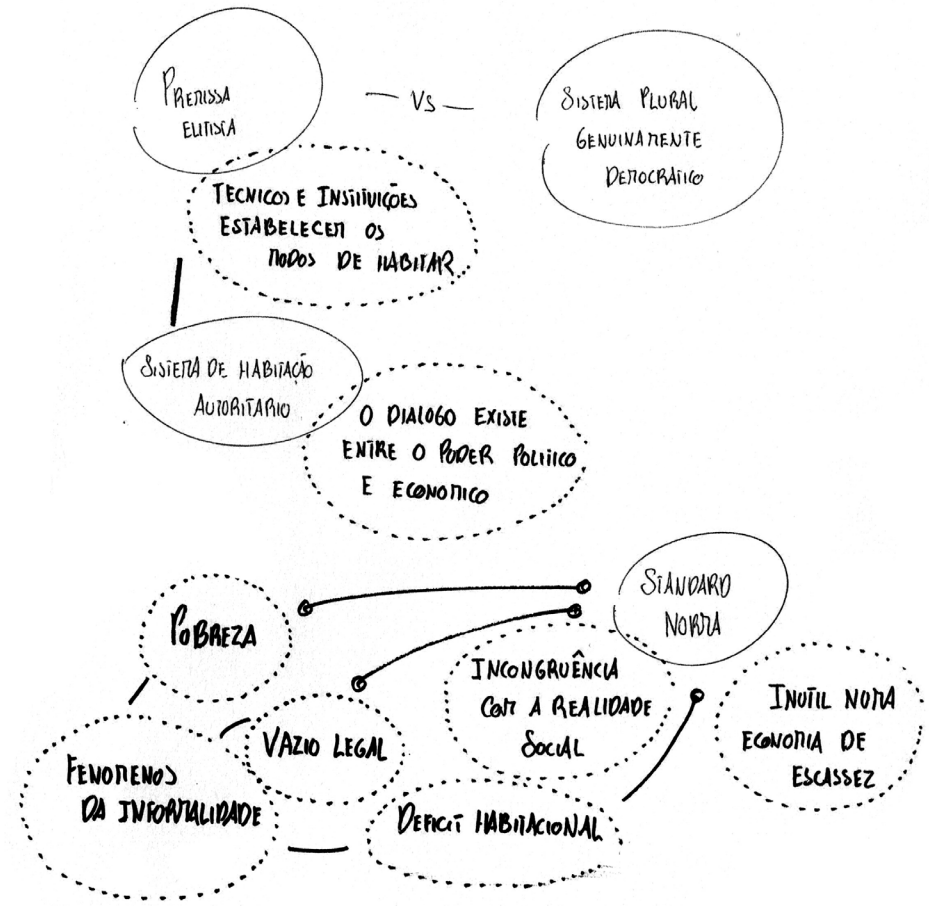
10.*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013). "Corrigir ou completar as falhas de alguma coisa «colmatar».*

11.*UN-Habitat. (2017). The Human Right Based Approach to Housing and Slum Upgrading. Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1,Published in Nairobi. P. 21.*

12.*En Latinoamérica, el acceso a la tierra y a la vivienda representa uno de los principales problemas sociales y Chile no está exento de ello, lo que ha generado una apropiación informal del territorio,la que posee sus propias reglas, espacialidades, imaginarios, representaciones, construcciones y economías. Este fenómeno alcanza una media de 75% del espacio urbano construido (Montaner & Muxí, 2012),hecho que lo convierte en una de las principales características o paradigmas de la urbanización latinoamericana (Antier, 2005;Fernández, 2008, Agier, 2010).*

VÁSQUEZ, A. (2015). Quebradas de Valparaíso. Memória Social Construída. 1° Edición. Ediciones Lom. Santiago.Chile. P. 8

13. *DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.151*



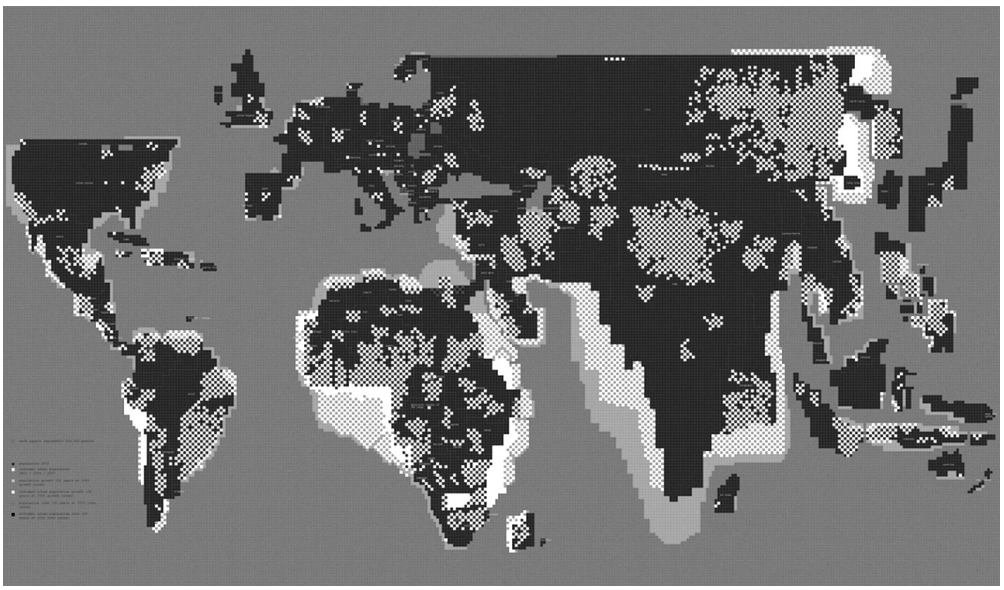


Figura 9. *Organigrama. Relaçao os mecanismos institucionais e a pobreza*

Figura 10. *Assentamentos informais, reconhecidos.*

A cidade Informal.

Assentamentos Informais

14.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 8*

15.*UN-Habitat III. (2015). Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0.New York. P. 3*

16.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.8.*

17.*UN-Habitat. (2018). City Resilience Profiling Programme. Zero Draft. Informality Action Enhancer. P. 20.*

de esforço demasiado elevadas para o custo de vida, e desemprego, os assentamentos informais são provocados em grande parte pelo sistema formal e pela ordem social estabelecida. [12] A sociedade na qual me incluo, é dominada pela fobia à pobreza e entende-a como culpa do próprio. Este fator misturado com a segregação espacial das nossas sociedades, incentiva a incompreensão dos fenómenos dos assentamentos informais, impele o observador a concluir que estes são, única e exclusivamente, responsabilidade dos seus habitantes sucumbidos à marginalidade, ao crime, ao vício, à ilegalidade. São na verdade, lugares fora da zona de controlo do estado, localizados fora da sociedade estabelecida, da ordem civil, e sujeitos a instâncias mais agressivas que o sistema formal.

Em 2030, 1 em cada 4 habitantes viverá em assentamentos informais o que segundo as estimativas da UN-Habitat corresponderá a 2 Mil Milhões de pessoas. *"Two billion slum-dwellers by 2030 or 2040 is a monstrous, almost incomprehensible prospect"*[13]. O mapa representado na Figura 10 permite compreender visualmente dois eixos de informação. Partindo da carta comum de representação do globo, a forma dos continentes foi adulterada em proporção com a sua população, encolhendo e engrossando de acordo com a informação. Os pontos cinzentos representam os assentamentos informais reconhecidos. As previsões de crescimento

são marcadas num tom mais claro. É possível entender que os assentamentos informais prevalecem em maior número no Hemisfério Sul, delimitando praticamente toda a sua extensão, e demonstrando a mundialização do fenómeno. Esse mapa demonstra igualmente previsões de crescimento, marcadas com um tom mais claro. A ausência de diálogos por parte dos governos com os habitantes dos assentamentos informais dos seus territórios, contribuirá de forma direta para a proliferação dos mesmos e para a fragilização das conquistas sociais e culturais que a espécie humana adquiriu ao longo de milénios.

"Slum, at its simplest, is 'a heavily populated urban area characterized by substandard housing and squalor'. This definition encapsulates the essential characteristics of slums: high densities and low standards of housing (structure and services), and 'squalor'. The first two criteria are physical and spatial, while the third is social and behavioural. Dwellings in such settlements vary from simple shacks to more permanent structures, and access to basic services and infrastructure tends to be limited or badly deteriorated." [14]

Os assentamentos informais são fenomenos físicos com causas políticas, generalizadamente reconhecidos como áreas urbanas onde: por viverem em situações ilegais, as famílias que aí habitam não têm segurança de posse de terra ou propriedades, habitando por essa razão em permanente risco de desalojamento. Estima-se que entre 1998 e 2008 18.59 Milhões de pessoas foram vítimas de despejos forçados[15]. O uso do solo varia entre ocupações semi legais, ilegais e subarrendamento. O grau de informalidade varia entre assentamentos. As habitações podem ou não, cumprir com os regulamentos vigentes, podem ou não ser subalugadas, subdivididas, manter condições físicas e estruturais dignas, ser autoconstruídas ou construídas por empresas de forma ilegal. Tendem a situar-se em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas, contudo é possível encontrar, assentamentos informais em pleno centro histórico. *"Ninety-five percent of this final buildout of humanity will occur in the urban areas of the developing countries, whose population will double to nearly 4 billion over the next generation."* [16]

As favelas, callampas, bidonville, são as morfologias urbanas mais carentes e excluídas dos assentamentos informais, caracterizadas normalmente pela pobreza e grandes aglomerações. Além da insegurança de posse de terra, os habitantes carecem de uma oferta digna em infraestrutura básica e serviços, habitação e segurança, estando constantemente expostos à expulsão, doenças e violência física tanto pelos "terra tenentes", como pelas instituições governamentais. Em muitos casos, a negligência estatal impede

A cidade Informal.

Assentamentos Informais

que se desenvolva uma ação integral sobre esta situação. Existe uma diversidade mundial de terminologias, atribuídas ao fenómeno (*assentamentos precários, favelas, poblaciones, barracos, barrios bajos, bidonvilles*). São um conjunto de fenómenos físicos e sociais e desenvolvem-se em contextos urbanos do mundo inteiro São observados e controlados, segundo uma escala de abandono, tamanho, degradação física e socioeconómica e de acordo com o nível de permissividade dos Governos locais podem se desenvolver e estabelecer, ou podem ser violentadas e erradicadas.

"Informality is an increasingly global urban phenomenon with more than one quarter of the world's urban population living in informal settlements. While urban informality is usually associated with developing contexts, inadequate living conditions and informal employment are now also manifesting in the Global North and emerging in diverse systems and typologies." [17]

Nenhuma agência, comprometida com a produção social do "habitat", pode acionar uma política integral do território sem compreender a situação com a qual se enfrentam os seus habitantes. Contudo, o conceito de habitação é profundamente subjetivo e as aspirações para o entorno são individualmente definidas.

Para a UN-Habitat, uma forma de definir o problema passa por estabelecer um "standard" qualitativo mínimo de condições de habitação. Esta definição estrutura-se segundo um

18.*UN Habitat. (2017). The Human Right Based Approach to Housing and Slum Upgrading. Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1,Published in Nairobi. P. 13.*

19.*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, (2008-2020). "Concepção, nas ciências humanas e sociais, que defende a importância da compreensão integral dos fenômenos e não a análise isolada dos seus constituintes. = HOLISMO".*

20.*UN-Habitat. (2017). The Human Right Based Approach to Housing and Slum Upgrading. Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1,Published in Nairobi. P. 14.*

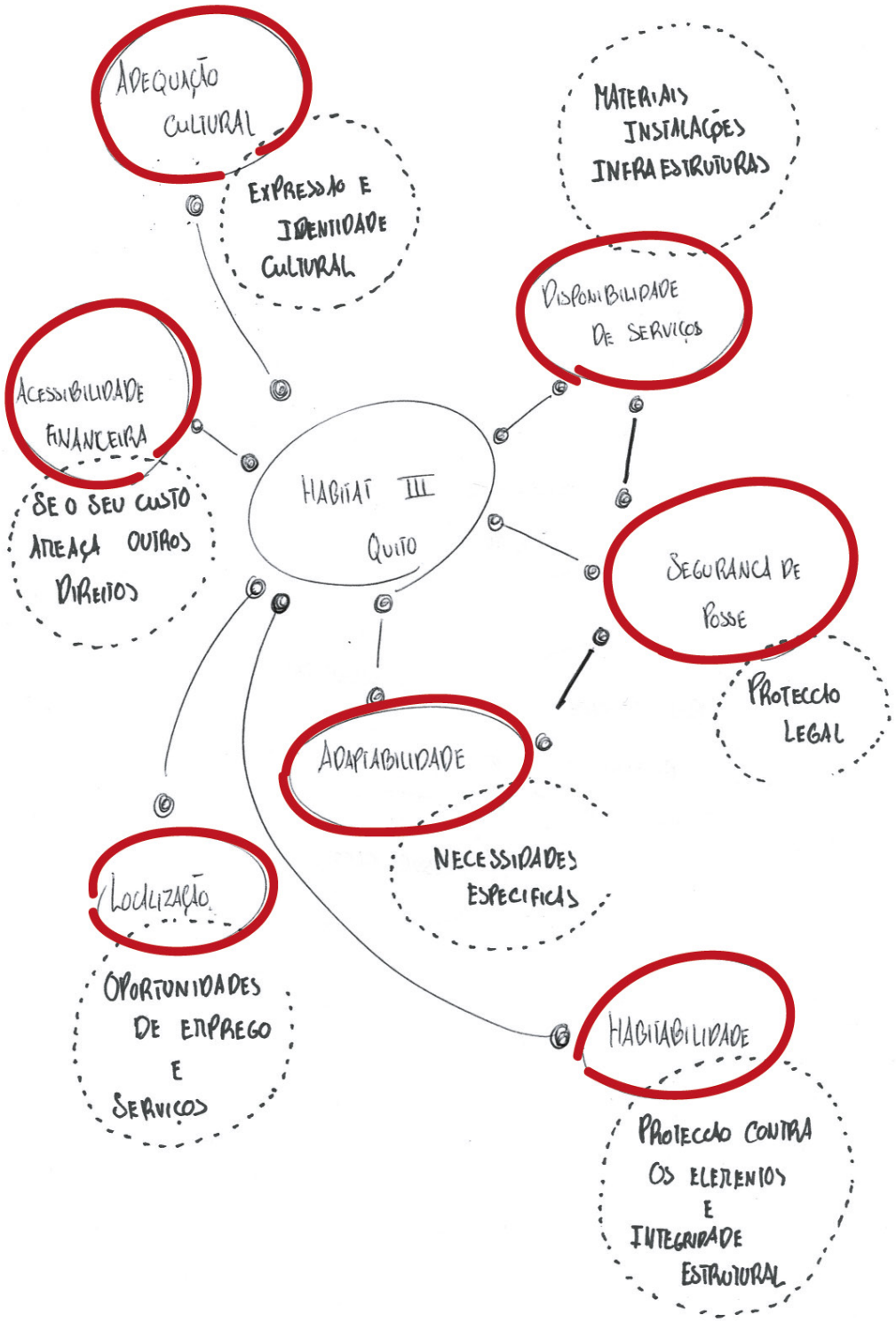


Figura 11. *Esquema. Requisitos estabelecidos pelas Naçoes Unidas para a produçao integral do habitat.*

A cidade Informal.

Assentamentos Informais

21.*MARTINS, H. (2011). As favelas no Rio de Janeiro: Origem e situação atual. PUC-RIO.*

22.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 21.*

23.*CARVALHO, J. (2015). Rio 450 anos. Conheça a história da 1° favela do Rio, criada há quase 120 anos.(WeblogPost)*

24.*COSTA, M. (2009). Monitoramento, Programa de Urbanização em áreas de baixa Renda. Tribunal de Contas do Município do Rio de janeiro.*

25.*"In spite of great progress in improving slums and preventing their formation, which is represented by a decrease from 39 percent to 30 per cent of the urban population currently living in slums, the population in developing countries still continues to grow."*.

SUNDHOLM, M. (2019). UN-Habitat. United Nations Human Settlements Programme. Office of the Secretary General's Envoy on Youth. P. 32.

conjunto de qualidades necessárias ao "habitat". (Figura 11) *"Adequate housing entails more than four walls and a roof. In order for housing to be adequate, it must, at a minimum, meet the following criteria: Land Tenure"*[18]: a habitação não é adequada se não garantir aos seus utilizadores um certo nível de garantias legais contra a expulsão e ameaças. *"Availability of services":* a habitação é desadequada se os seus utilizadores não tiverem acesso a fontes de água potável, infraestruturas, modo de cozinhar, iluminar e guardar alimentos. *"Affordability"*: se a aquisição da casa aumentar a pressão familiar sobre os recursos disponíveis necessários para a colmatação de outras carências ela é desadequada *"Availability* : a habitação é inútil se não garantir um certo nível de conforto e proteção contra o frio, o calor a chuva, o vento e outras formas de ameaças à saúde. *"Accessibility": "Housing"* ou os mecanismos de apoio à habitação são considerados desadequados caso não respondam positivamente às necessidades específicas de setores populares marginalizados. *"Location":* a produção da habitação é considerada desadequada se pela sua localização esta se encontre longe das oportunidades de emprego, saúde, serviços, escola, creches e outros serviços sociais, ou localizado próximo de áreas poluídas, ou perigosas. *"Cultural Adequacy"* : a produção do espaço social estar desadequada se não considerar a expressão cultural individual.

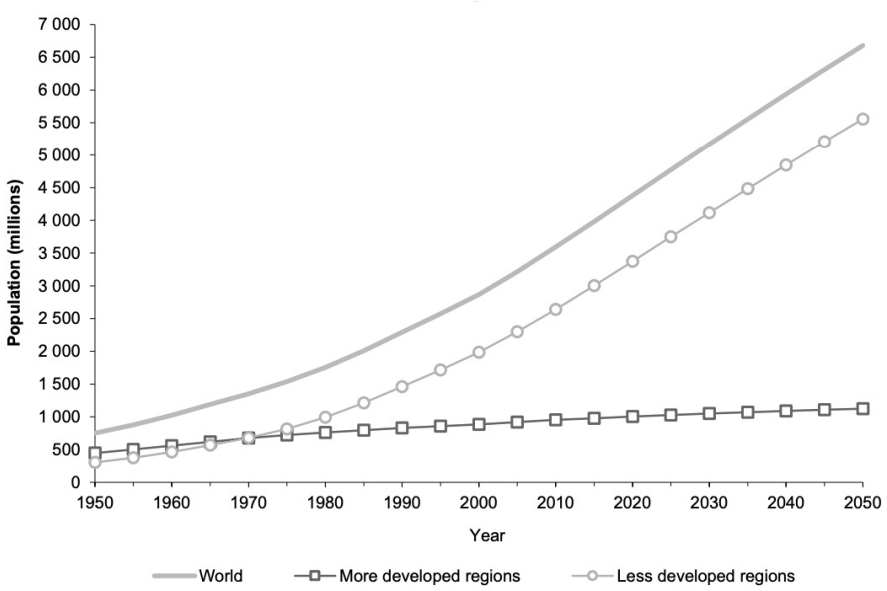
Figura 12. *Caricatura de Oswaldo Cruz limpando o Morro da Favela 1907.*

O debate e estudo realizado pela Un-Habitat defende igualmente que os direitos humanos estão inter-relacionados, ou seja, que a satisfação de um direito depende diretamente da realização de outro. Desta forma o estudo aconselha os técnicos e agências reguladoras a adotar uma atitude holística [19] na observação e produção social do espaço. Na lista de direitos associados à habitação encontramos: *"Right to water, Right to health, Right to food, Right to education,right to expression, right to hold property, right to work, freedom from arbitrary interference." (...)"In the Latin America and Caribbean region, where regularization of informal housing has historically contributed to providing housing solutions, informal settlements continue to be a significant feature of urban areas with at least 24% of the region's urban population still residing in slums, in spite of a 9% decrease in recent years."* [20]

O reconhecimento dos territórios informais como cidades em formação, surge ainda no século XIX, quando pela primeira vez em 1897, as tropas Brasileiras que chegavam da Guerra de canudos no sertão Brasileiro, não encontrando um lugar para residir no Rio de Janeiro, acabam por instalar-se no que seria o primeiro assentamento nas colinas da cidade. Paralelamente, a partir da segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro passou por um processo de transformação, organizando-se sob uma estrutura de classes, espacialmente delimitada, ou seja, a segregação espacial da população, segundo a estratificação social. A abolição da escravatura, o surgimento da indústria, o crescimento do comércio e dos serviços na área central da cidade, iniciaram uma luta pelo espaço. Em 1866, a construção de cortiços, grandes casarões onde morava cerca de 50% da população carioca, entre 1850-70 foi proibida e instala-se a *"ideologia da Higiene"*, dando início ao processo de erradicação. A população pobre vai a ser gradualmente expulsa do centro da cidade. Este momento marca o fim dos cortiços na área central, e uma nova etapa na exclusão social dos pobres na cidade do Rio de Janeiro.[21]

O morro Providência, inserido no centro da cidade, foi o primeiro a ser ocupado, ganhando o nome de Morro da Favela. É considerado, o primeiro exemplo moderno. Rodeado por uma pedreira, fábricas, linhas ferroviárias e pela região portuária, o terreno sempre esteve economicamente desvalorizado e livre de construção, obedecendo, às tendências territoriais de um assentamento. *"The second argument refers to amenity. Slums, it is believed, begin on fragile or poor-quality land subject to flooding, landslip and other disadvantages, while the rich locate in areas of high amenity."* [22]

Gradualmente consolidando a sua tendência, o morro da Providência continuou a crescer. Segundo os relatos, era o único sítio onde os soldados retornados, os escravos recém-libertados e os imigrantes europeus, sem meios económicos encontravam espaço



26. *"The United Nations Millennium Declaration recognises the dire circumstances of the world's urban poor. It articulates the commitment of Member States to improve the lives of at least 100 million slum dwellers by the year 2020. As large as 100 million may seem, however, it is only 10 percent of the present worldwide slum population, which, if left unchecked, will multiply threefold to 3 billion by the year 2050."*

IBIDEM.

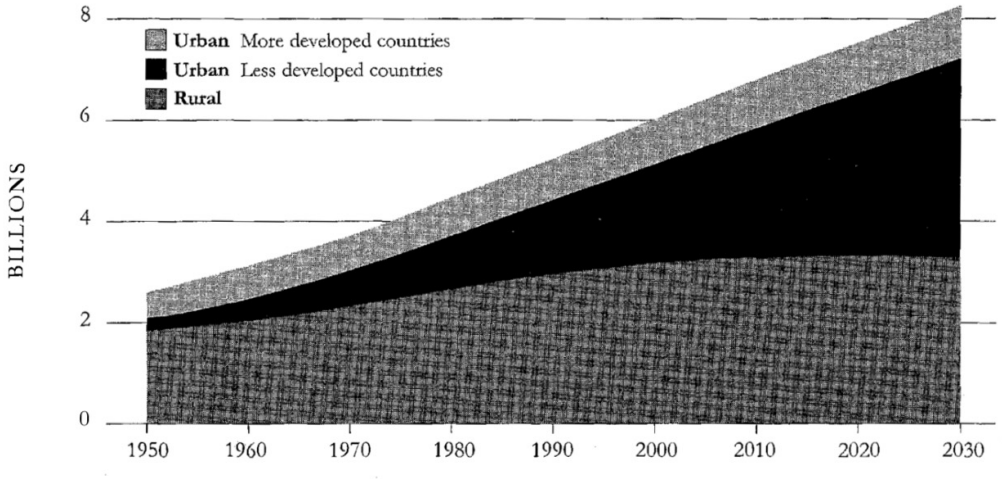
27. *"Empréstimo de habitação foi afastado dos mais pobres. O Banco Mundial, o maior emprestador para apoiar melhorias em condições habitacionais, tem evoluído para abraçar o setor privado mais amplamente, mas afastado da orientação da pobreza que foi por muitos anos o foco central. Uma parcela muito menor dos empréstimos do Banco foi para apoiar habitações de baixa renda (10 por cento do total de empréstimos de abrigos desde a metade do anos 90, contra mais de 90 por cento da metade dos anos 70 a meados dos anos 80) e tal menor parcela foi para países de baixa renda (20 por cento, inferior aos aproximadamente 40 por cento desde meados dos anos 70 até a metade dos anos 80)."*

UN-Habitat. (2018). City Resilience Profiling Programme. Zero Draft. Informality Action Enhancer. P. 2.

para habitar. Igualmente a conjuntura política apercebeu-se do valor lucrativo de manter esta população no cerro, nomeadamente, a mão de obra barata acessível para trabalhar nas zonas industriais mais próximas. A formação dos assentamentos informais é tanto uma consequência como uma necessidade. *"O próprio governo percebeu que aquela população era fundamental como mão de obra barata para trabalhar na pedreira, nas obras públicas, no cais do porto e nas fábricas e usinas da região."* [23] Os assentamentos são a representação máxima da segregação e da xenofobia da nossa sociedade. Segundo os censos realizados pelo programa de urbanização de áreas de Baixa Renda em 2009, Rio de Janeiro albergava 1023 Favelas reconhecidas segundo os dados do Instituto Pereira Passo (IPP).[24]

Porquê dialogar com a informalidade?

Apesar de que percentualmente o número de assentamentos informais diminuiu mundialmente, de 39% para 30% do território construído, a população mundial continua em crescimento.[25] Os assentamentos informais são a ponta do iceberg, a forma mais precária de vida, mas as áreas actualmente não vigiadas são extensivamente maiores. Visto que o território humano é o resultado de uma rede contínua e global de fenómenos inter relacionados,



Source: United Nations, *World Urbanization Prospects: The 2001 Revision* (2002): tables A.3 and A.4.

estudar os assentamentos informais é análogo a estudar a estrutura socioeconómica mundial. Sem um fim observável, os fenómenos informais serão a realidade dominante da humanidade pondo em risco todas as conquistas sociais, educativas e culturais da nossa sociedade.[26]

Os Estados não têm a capacidade monetária para assistir e construir de forma massificada, assentamentos urbanos regularizados com condições mínimas para todos os seus habitantes.[27] Seria necessário reservar grande parte dos recursos nacionais. A investigação realizada pela OIT (International Labour Organization) estima que o sistema formal de habitação, do território mundial considerado em desenvolvimento, conseguiu apenas fornecer 20 por cento das habitações construídas. Então simplesmente por necessidade, os habitantes recorrem à autoconstrução.[28] *"People turn to self-built shanties, informal rentals, pirate subdivisions, or the sidewalk. " Illegal or informal land markets say the UN " have provided the land sites for most additions to the housing stocks in most cities of the south over the last 30 or 40 years".*[29]

"urbanization must be conceptualized as structural transformation along, and intensified interaction between, every point of an urban-rural continuum.".[30]

Os relatórios das Nações Unidas responsabilizam o crescimento da população, a migração, os conflitos e desastres naturais. Os relatórios culpam igualmente a acção dos governos, nomeadamente pela sua incapacidade de criar mecanismos para a regulação do território e agências capazes de exercer a lei, mas a compreensão de cada caso exige um aprofundamento de cada contexto político social e económico. As causas podem ser inúmeras, como uma política de acumulaçao de capital, gentrificação, especulação territorial, a desregulação dos preços de arrendamento, e a desarticulação com as taxas de esforço familiar, um fraco Estado Social incapaz de produzir apoios integrais à produção do habitat, a discriminação e marginalização ou pode eventualmente ser a consequência do histórico colonial e racista que não proporciona as mesmas possibilidades urbanas.[31]

Segundo a investigação de Mike Davis, os índices de crescimento urbano dos países em vias de desenvolvimento, mantiveram um ritmo de 3.8% por ano, de 1963 a 1993. A relação perversa entre a migração e o emprego permitiu uma diminuição do assalariado.

Figura 13. *Previsão de crescimento Populacional (2018)*

Figura 14. *Previsão de Crescimento Populacional (2002)*

A cidade Informal.

Porquê dialogar com a informalidade?

Infelizmente as recessões económicas das metrópoles dos países do hemisfério sul, não são acompanhadas por um abrandamento do processo de urbanização das cidades. O autor culpabiliza as políticas desreguladoras da agricultura e os programas territoriais impostos pelo FMI e o Banco Mundial, *(Structural adjustment programmes- SAPs)* , que empurraram pequenos e médios agricultores para os mercados de oferta mundiais. Incapazes de competir com os grandes produtores, os agricultores foram deliberadamente expulsos das suas terras e das suas redes locais. Já referiu Galeano, no ano de 1970 quando publica o seu livro (Las venas Abiertas de Sudamérica), que a propriedade, mal distribuída, tinha na época metade da sua extensão sobre o controlo do 1.5 % dos proprietários da América latina. Apenas 5% dessa terra se encontrava cultivada e o continente importava anualmente 500 milhões de toneladas em alimentação. *"En vez de absorber mano de obra, el latifundio la expulsa: en cuarenta años, los trabajadores latinoamericanos del campo se han reducido en más de un veinte por ciento(...)El sistema no ha previsto esta pequeña molestia: lo que sobra es gente.Y la gente se reproduce. Se hace el amor con entusiasmo y sin precauciones. Cada vez queda más gente a la vera del camino, sin trabajo en el campo, donde el latifundio reina con sus gigantescos eriales, y sin trabajo en la ciudad, donde reinan las máquinas: el sistema vomita hombres."* [32] Estes habitantes que o sistema

28.*Globalmente, um bilhão de novas casas são necessárias até 2025 para acomodar 50 milhões de novos moradores urbanos por ano; custos são estimados de 9 a 11 trilhões de dólares até 2025.*

UN-Habitat III. (2015). Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0.New York. P. 2

29.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P. 17*

30.*IBIDEM. P.16*

31.*"Informal settlements and slums are caused by a range of interrelated factors, including population growth and rural-urban migration, lack of affordable housing for the urban poor, weak governance (particularly in the areas of policy, planning, land and urban management resulting in land speculation and grabbing), economic vulnerability and underpaid work, discrimination and marginalization, and displacement caused by conflict, natural disasters and climate change."*

UN-Habitat III. (2015). Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0.New York. P.2.

32.*GALEANO, E. (1971). Las Venas Abiertas de América Latina. 1°Ed. Buenos Aires. Argentina Siglo XXI editores,argentina s.a. P. 23*

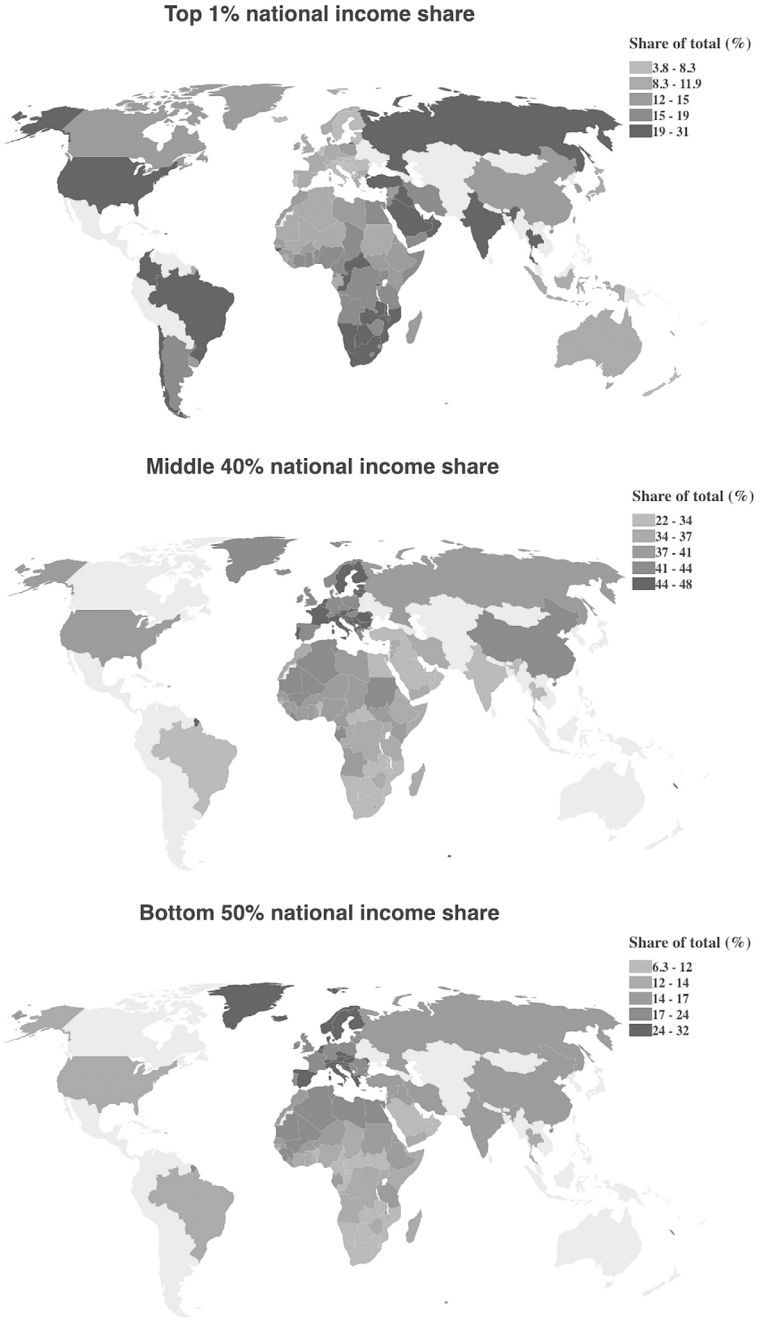
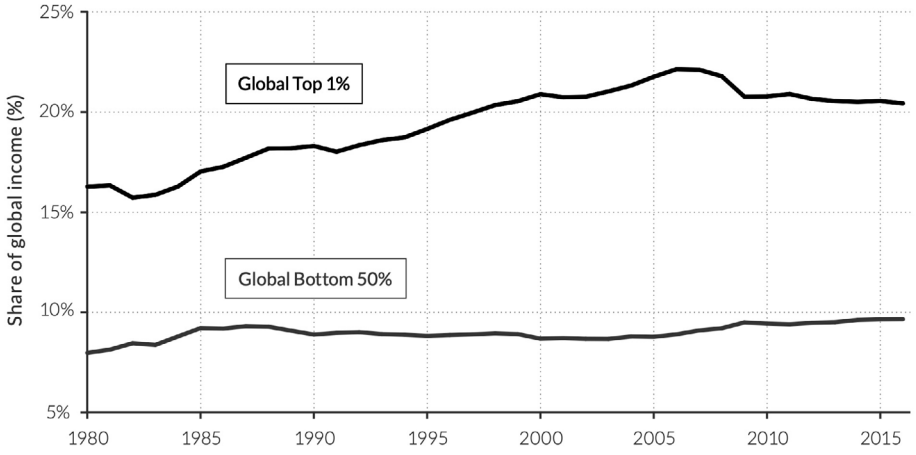


Figura 15. *Barraca de Invasão Valparaíso Chile 2018*

Figura 16. *Nível de rendimento anual por setor económico.*



Source: WID.world (2017). See wir2018.wid.world for data series and notes.

In 2016, 20% of global income was received by the Top 1% against 10% for the Bottom 50%. In 1980, 16% of global income was received by the Top 1% against 8% for the Bottom 50%.

Figura 17. *Diferença do crescimento anual da riqueza entre o 1% da populaça mais rica e à 50% mais pobre.*

expulsa eternamente procuram apoio na cidade, visto que no campo deixaram de o ter. Ao chegar às cidades descobrem uma indústria em permanente modernização e encontram um lugar repleto habitantes e pouca oferta de trabalho. *"Exodus of surplus rural labour to urban slums even as cities ceased to be job machines."* [33]

Assim confirma Mike Davis, parte da estratégia de acumulação de recursos fundamentou-se nas políticas desreguladoras da agricultura e as sanções financeiras do FMI e do Banco Mundial que enfatizaram nos paise sem desenvolvimento o êxodo rural, desestruturando assim, a organização popular. Com o enfraquecimento das relações sociais locais e laborais que mantinham sistemas de entreajuda entre habitantes, e igualmente as proteções estatais contra certas infrações, as consequências foram desastrosas para os agricultores.[34] Determinando-se o abandono rural massificado, as terras ficaram assim disponíveis para se concentrarem em círculos cada vez mais reduzidos. Segundo o relatório *"The challenge of slums"* o êxodo rural para cidade é ainda assim mais recompensado que quando comparado com a população empobrecida que se mantém e reside nos aglomerados rurais, fenómeno que perpetua o seu abandono. *"La política quedó marcada por el sello de la impotencia, al ser incapaz de controlar esta fuga hacia adelante, basada en un capitalismo financiero capaz de estar en todas partes y en ninguna al mismo tiempo,*

33.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.15*

34.*"As local safety nets disappeared, poor farmers became increasingly vulnerable to any exogenous shock: drought, inflation, rising interest rates, or falling commodity prices. (Or illness: an estimated 60 percent of Cambodian small peasants who sell their land and move to the city are forced to do so by medical debts."*

DAVIS, M. (2006.) Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P. 26

35. *INNERATY, D. (2015). La Política en Tiempos de indignación.Josep Ramoneda (ed.) Primeira Ediçao Setembro de 2015. Galaxia Gutenberg. Barcelona. P.12*

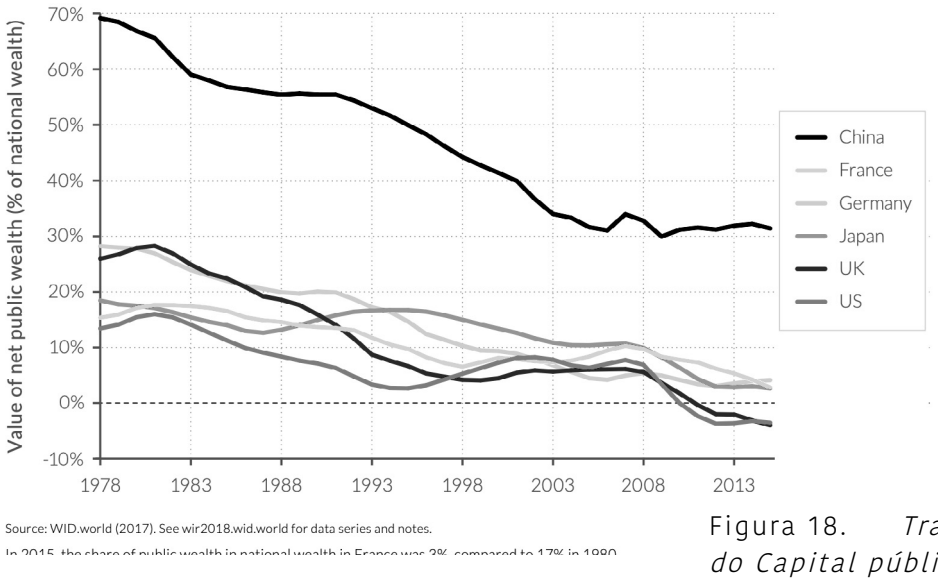


Figura 18. *Transformação do crescimento do Capital público 1980-2015.*

desenraizado de la sociedad, a diferencia del capitalismo industrial." [35]

Assim como refere Mike Davis (2006), o aumento exponencial da população ao largo da última metade do século XX produziu áreas urbanas a que denominamos Megacidades, áreas que albergam mais de 20 Milhões de habitantes.[36] Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, que alastram permanentemente as suas áreas metropolitanas e que ultrapassam hoje os 37 milhões. Lagos registou um crescimento de 300,000 habitantes em 1950 para 13,5 milhões em 2006. Karachi, Dhaka, Jakarta e Mumbai já ultrapassaram cada uma os 25 milhões de habitantes. Trata-se de um fenómeno Mundial.[37]

"The global forces pushing people away from the countryside. Mechanization of agriculture in Java and India, food importers in Mexico, haiti Kenia, Civil war and Drought through Africa, and everywhere the consolidation of small holdings into large ones and the competition of Industrial scale Agribusiness, seem to sustain urbanization even when the pull of the city is drastically weakened by debt and economic depression. As a result, rapid urban growth in the context of structural adjustment, currency devaluation and state retrenchment has been an inevitable recipe for the mass production of slums" [38]

As terras são desenfreadamente acumuladas em poucas mãos, assim como os recursos e as tecnologias. Como consequência assiste-se a uma degradação generalizada da qualidade de vida e do controlo comum sobre o território. Para Day e Jankey, citado por Pereira[39], a qualidade de vida deve ser avaliada segundo a economia, a psicologia, a biomédica e valores holísticos, contudo não existe um consenso sobre quais são os parâmetros definitivos a ser observados. Para uma entidade como a Credit Suisse, a riqueza é medida segundo os seus ativos, ou seja, tudo o que dispõe de valor financeiro. Entre 2009 e 2017, o número de Bilionários necessários para igualar a riqueza de 50% da população mais pobre baixou de 382 para 42.[40] Talvez seja possível pensar a pobreza e os assentamentos informais como fenómenos globalmente interligados com a nossa sociedade e que para existirem estes territórios têm causas extraterritoriais, como a injusta distribuição dos recursos. Todo o território rege-se pela capitalização desenfreada dos recursos, com consequências desastrosas para a população que não tem acesso a estes. Não há território que não se veja afetado ou vinculado a este fenómeno globalizado. O território responde continuamente a um modelo de gestão económica e social, como se este fosse uma rede. Assumindo que este fenómeno de

A cidade Informal.

Alteração das relações de poder.

36.*"Entre los años 1960 y 1970 doscientos millones de personas emigraron a las ciudades de Asia, Africa y America latina, segun los pronosticos. Esa escala y ritmo de crecimiento - a la que hay que agregar el crecimiento vegetativo de las poblaciones urbanas ya existentes - no tiene precedentes y crea problemas inmensos tanto para la misma población como para los gobiernos y en efecto , para el mundo entero."*

TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.69

37.*" In 1950 there were 86 cities in the world with a population of more than one million; today there are 400, and by 2015 there will be at least 550. Cities, indeed, have absorbed nearly two-thirds of the global population explosion since 1950, and are currently growing by a million babies and migrants each week. The world's urban labor force has more than doubled since 1980, (...)"*

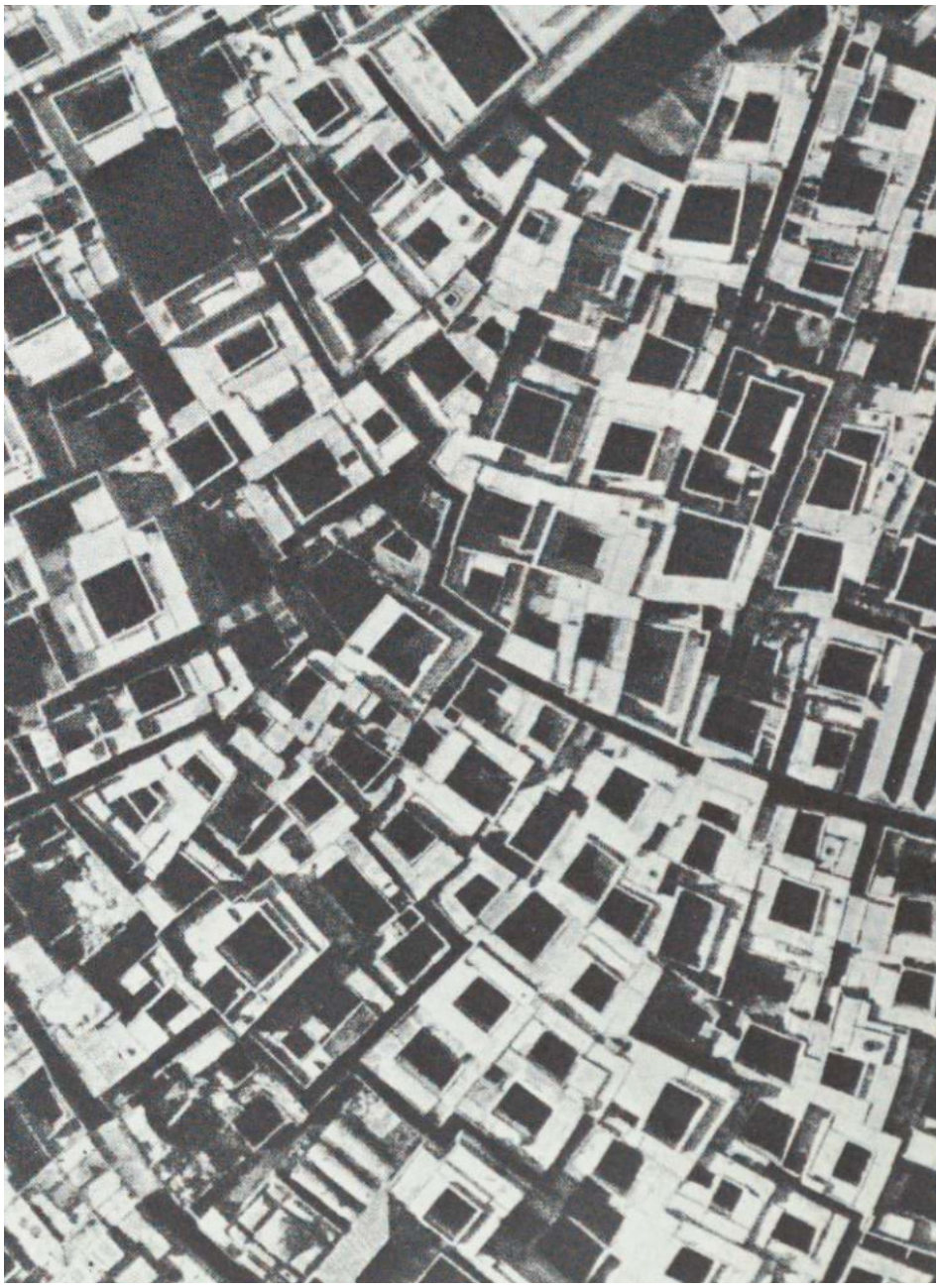
DAVIS, M. (2006.) Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.16

38.*Ibidem. P.17*

agudização da qualidade de vida é mundial, o estudo dos assentamentos informais permitirá aceder à compreensão do problema. *"Africa, Latin America, The Middle East and much of South Asia, urbanization Growth, as we shall see later, is more obviously the legacy of a global political conjecture, the world wide debt crisis of the late 1970s and the subsequent IMF led restructuring of Third World economies in the 1980s- than any iron law of advancing technology."* [41]

Alteração das relações de poder.

Uma das características que Harvey conota à era Liberal é a transformação da ação dos estados, de agentes reguladores para agentes ao serviço da megaeconomia.[42] Se as instituições responsáveis pela gestão territorial estão dependentes, e regem-se segundo as necessidades do mercado, nunca existirá segundo este sistema um modelo justo de cidade, estando esta condenada a servir o grande capital. Nos relatórios das *United Nacions World Inequality Lab* sobre a desigualdade económica mundial, os índices de crescimento económico são divididos em duas partes: o crescimento do capital privado e o do capital público. É possível observar que o crescimento do capital em mãos de privados em 1970 aumentou entre 200 e 350%. Hoje esse crescimento elevou-se para lucros entre os 400 e os 700%.[43] *"We show that since 1980, very*



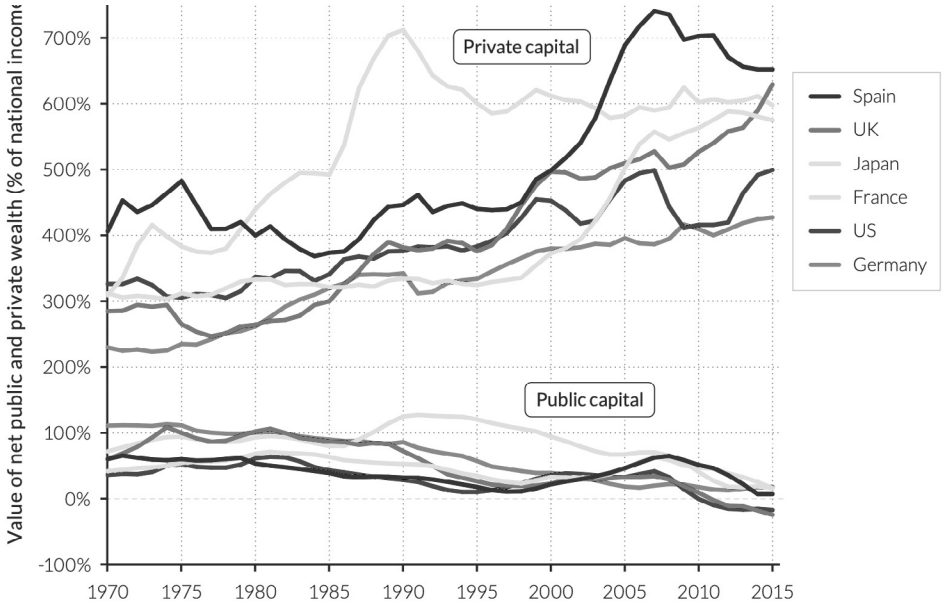
"Africa, Latin America, The Middle East and much of South Asia, urbanization Growth, as we shall see later, is more obviously the legacy of a global political conjecture, the world wide debt crisis of the late 1970s and the subsequent IMF led restructuring of Third World economies in the 1980s- than any iron law of advancing technology."[42]

Figura 19. *Assentamento Informal Iquique Chile 2019.*

Figura 20. *Construção informal, mas Integral e inserida no centro da Cidade. Medina de Marraquexe.*

A cidade Informal.

Alteração das relações de poder.



39.*PEREIRA, E. e TEIXEIRA, C. (2012). Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação. P.242. Em: Universidade do Estado de Santa Catarina.Sociedade Educacional de Santa Catarina. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.p.241-50.*

40.*UN-HABITAT. Department of Economic and Social Affairs. (2020). World Social Report. Inequality in a rapidly changing world. P.22*

41.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.16*

42.*"One of the things that we have look right now is the relative form of power between capital flow as powerful force regulating what happens in the global economy and territorial power. I think one of the arguments that have to be said about the neoliberal period is that the state in many ways has become an agent of monetary power ".*
HARVEY, D. (2015). Direito à cidade e resistências urbanas. A cidade do capital. Conferência no cine teatro são luiz. Fortaleza. Brasil.

43.*ALVAREDO, F. (2018). What are our new findings on global inCome inequality? World Inequality Report. World Inequality. P. 10.*

44.*IBIDEM. P. 28*

large transfers of public to private wealth occurred in nearly all countries, whether rich or emerging. While national wealth has substantially increased, public wealth is now negative or close to zero in rich countries.[44] Desde 1980, 1% da população mundial acumulou tanta riqueza como a 50% mais pobre. O capital público está em permanente decréscimo quando se observa os índices do Relatório das Nações Unidas, assim como o poder aquisitivo da classe média. Partindo do princípio que a tendência da riqueza global se manterá, mais pessoas serão lançadas para a pobreza. Como o capitalismo se baseia parcialmente na capitalização de matéria-prima e recursos naturais, na produção, e na obsolescência, este modelo social exalta também uma pressão sobre os recursos. Segundo a *Global Footprint Network* , o ano de 2019 foi o mais doloroso para os recursos mundiais. No dia 29 de Julho de 2019, foram esgotados todos os recursos que o planeta pode produzir num ano. Observando o paradigma mundial ,a pressão aumentará para as camadas mais desfavorecidas e desprotegidas da sociedade. Se a forma da cidade é um resultado direto de um modelo de sociedade, para repensar a cidade não podemos aceitar formas de relação injustas e autoritárias. Se a pressão sobre os recursos e os formatos atuais de construção da cidade tendem a intensificar-se, é necessário conhecer outras formas de construção do "habitat".

Figura 21. *Evolução do capital Público e Privado 1970-2015*

Figura 22. *Protesto. Santiago. Chile 2019.*

"Real scarcities of raw materials such as rare earth minerals, of energy sources such as petroleum, and of natural resources such as old-growth forests all underscore that the option of continually adding new stuff will sooner or later cease to be desirable or even viable." [45]

A evolução fenomenológica

(...) City Governments are Uncomfortable with the poor people who live in their midst. In fact, to describe this feeling as " uncomfortable" is an understatement. In many cases, they are scared. They are scared of houses that don't look like their houses. They are scared of the anger that unemployment and poverty can breed they are scared of the scale of the challenges that they sometimes refuse to recognise."[46] Os assentamentos informais no Chile são observados segundo o seu grau de pobreza, uma representação fundamental para a política habitacional do país. No entanto apesar de que as taxas de pobreza terem caído, os assentamentos informais não reduziram como esperado. Estes territórios continuam em crescimento e são politicamente silenciados e condenados pelo sucesso das políticas de subsídio para a habitação. O conceito de pobreza começou a ser utilizado sistematicamente depois da ditadura militar (1973-1989) e consolidou-se como narrativa a partir dos anos 90 para classificar os assentamentos informais. Sendo igualmente possível observar o território informal com lentes tão diversas como territórios autônomos ou territórios empreendedores...instrumentalizando o território segundo o seu nível de pobreza, o Governo Chileno pode estabelecer uma relação de poder e autoridade com esta população. As *"Poblaciones Callampa"* são o fenómeno urbano chileno equivalente ao evento global informal não planeado, orgânico, espontâneo e inseridos nos vazios urbanos. As ilustrações da época utilizadas pelos funcionários do Governo e por académicos demonstram a transformação da compreensão destes fenómenos, de ações espontâneas, individuais e não políticas, a ações de ocupação coletivamente organizadas e politicamente estabelecidas. Enquanto que o fenómeno da *"Poblacion Callampa"* era lento e gradual, os *"Acampamentos"*, e o fenómeno conhecido hoje como *"la toma"* representaram a transformação fenomenológica. *"La toma de la Victoria"* em 1957 foi uma ocupação coletiva e rápida de um terreno privado. Dava-se início à ocupação de terreno através da mobilização social e que através dos partidos políticos conseguiam uma negociação com o estado: uma *"demanda ante la falta de vivienda."* [47]

De 1957 a 1972 o aumento exponencial de mobilizações, consolidou um fenómeno de integração social e urbana, uma ação política colectiva capaz de dialogar com as entidades Governamentais. Os estados foram obrigados

A cidade Informal

A evolução fenomenológica

45. *TILL,J. (2012). Scarcity contra Austerity. Designers need to know the difference.*

46.*NEXT CITY. (2014). Informal City Reader. South African cities network. First published 2013 by Next City,. Johannesburg. P. 26.*

47.*ABUFHELE, V. (2019). La política de la Pobreza y el Gobierno de los asentamientos informales en Chile. em: EURE(Maio de 2019). Vol.45.N°135.pp. 49-69. Página 50. 0250-7161*

a fomentar o desenvolvimento económico, social e cultural dos indivíduos sob a sua gestão. Caso não acedessem, arriscariam uma desintegração social, tumultos e abalos económicos. Lentamente, o governo respondeu com a estruturação de mecanismos e entidades institucionais adequados para alcançar o estabelecimento de condições sociais que permitiam aos habitantes aprender, atuar, progredir e viver com dignidade. A carta de Direitos Humanos escrita e promulgada em 1948 prescreveu um conjunto de garantias ao nível económico, social, cultural, e habitacional. Além disso, existem vários direitos plasmados na Carta Universal que não podem ser cumpridos sem a existência inicial de um "habitat" próprio, como direito à vida, à privacidade, e à propriedade. Fazer da habitação um bem de fácil acesso, com altos critérios de habitabilidade, inserida no mapa urbano da cidade, é uma decisão a favor do maior desenvolvimento pessoal, social e cultural possível do ser humano. Contudo, fazer da habitação um bem prioritário para o Estado chileno foi um processo longo onde as iniciativas da organização popular foram fundamentais.*"Así lo confirmó el Primer censo Nacional de Vivienda, de 1952, al establecer que, en el nivel nacional, un 30 % de la población carecía de viviendas adecuadas(Servicio Nacional de estadísticas y censo, 1952, p.i) Guarismo que para Santiago subía para 36 %, lo que permitia establecer*

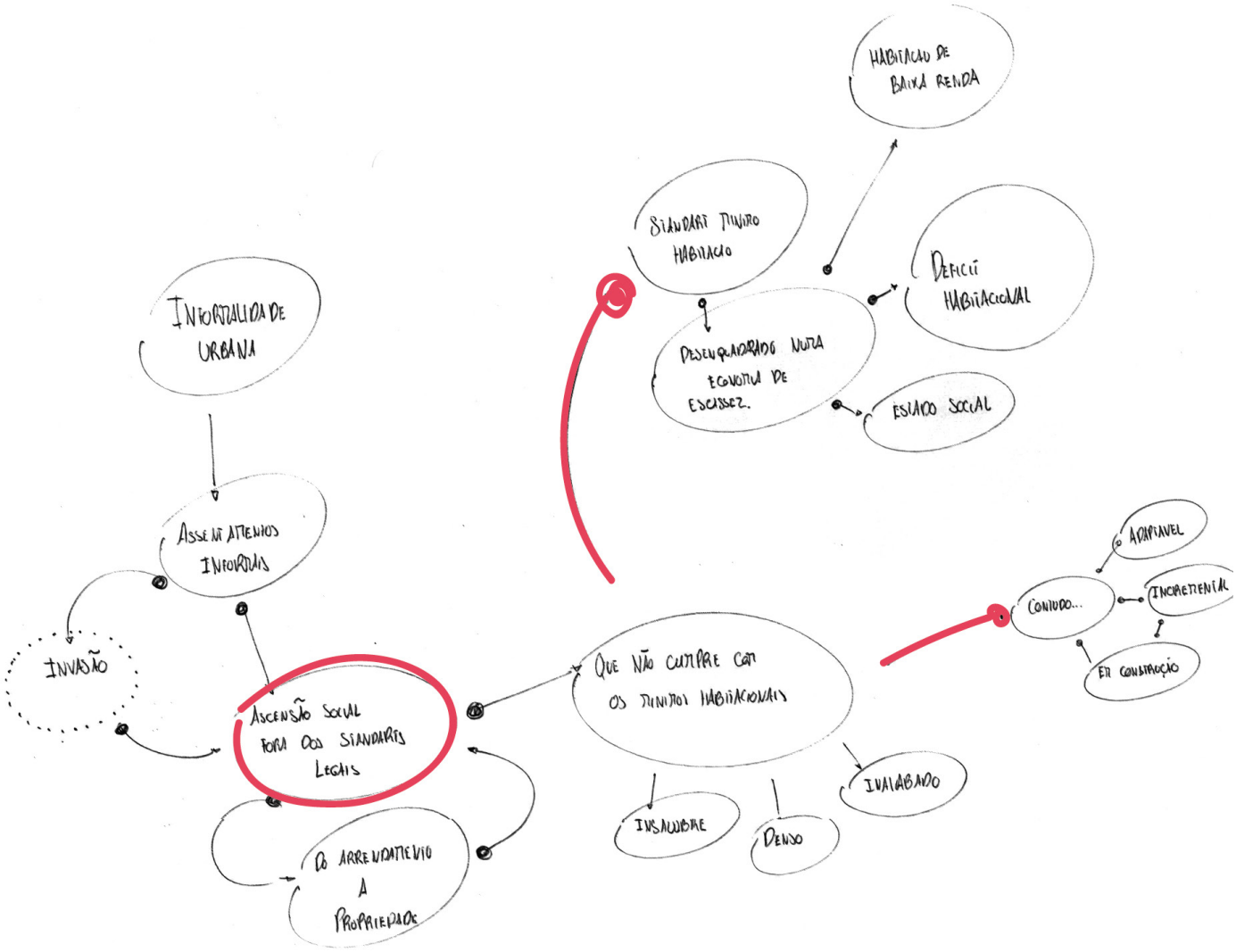


Figura 23. *Construção da "Callampa" Victoria 1957. Santiago Chile.*

Figura 24. *Esquema. Os assentamentos informais como revindicação social.*

48.*ULLOA, V. (2003). El movimiento sindical Chileno del Siglo XX hasta nuestros días. Contexto Histórico, económico y estructural. 1°Ed. Organización Internacional del Trabajo. Santiago. Página 3 ISBN 92-2-314229-6*

49. *IBIDEM. P. 12*

50.*IBIDEM.*

51.*DURÁN M. G. (2010). El Movimiento de Pobladores, Durante la Unidad Popular, 1970-1973 Proyecto FONDECYT N° 1100124. P. 3. Issn 0716-1840*

52. *IBIDEM. P. 36*

53. *IBIDEM. .*

que un tercio de los santiaguinos subarrendava, vivía en conventillos, poblaciones, callampas, en viviendas en mal estado, o simplemente como "allegados." [48]

Em 1953, para encontrar resposta a uma crise de habitação, que já representava um problema generalizado e disseminado.*" en el nivel nacional, un 30 % de la población carecía de viviendas adecuadas".* [49] O Estado criou a CORVI (Corporación de Viviendas) e estabeleceu os primeiros objetivos. Inicialmente este projeto Lei teve um baixo índice de sucesso sobretudo com os sectores mais pobres, visto que a maioria dos habitantes não reunia as condições mínimas de rendimento para concorrer aos planos da Corvi. O salário mínimo já tinha sido implementado desde 1934, para os trabalhadores das minas de salitre, contudo a sua promulgação foi faseada e apenas foi imposto um salário agrícola em 1953 e industrial em 1956.[50] Com o baixo poder aquisitivo e a inclusão instável dos mais pobres nas forças de trabalho, a lei de contrato de trabalho apenas garantia permanência por um ano segundo a lei em vigor, Lei n°4,053 de 29 de setembro de 1924. A baixa eficiência dos processos da época para o acesso à habitação instigou os habitantes a posicionarem-se perante o Estado. Em 1957 dá-se a primeira grande ocupação de terras massiva ao Sul de Santiago.

"La primera reacción del gobierno fue de carácter policial-desalojar la toma, que violaba la

Figura 25. *"Campamento" Nueva Habana. La Florida . Santiago 1960.*

ley-, no obstante, la acción represiva podía derivar en una massacre y mediando la acción de los partidos políticos y la Iglesia católica, el gobierno se allanó a permitir la permanencia de los pobladores en los sitios "tomados" [51]

Esta ação inaugura, em 1957, uma estratégia que iria ganhar prestígio e atenção no seguimento dos próximos anos: caso o estado não atendesse às exigências por habitação dos Pobladores, eles mesmo de forma organizada e em grupos, ocupavam terras de grandes terratenentes, ou públicas, ainda que estas não providenciassem infraestruturas, ou serviços básicos. Esta forma reivindicativa da população vai chocar e abanar as políticas públicas da época. As reivindicações giravam em torno da habitação e das condições do habitar. A situação crítica dos mais pobres, a pressão incutida por novas ocupações mais massivas e a entrada em vigor de uma administração *"democrata-cristiana"*, em 1964, originaram planos mais ambiciosos de habitação: construir 360 mil habitações em seis anos, destinando dois terços delas para os mais pobres, um apoio concreto através de uma agenda estatal, o *"Ministério de vivienda y Urbanismo (MINVU)"*. *"Estas nuevas políticas públicas vendrían a modificar por completo las dinâmicas de organización y presión popular, a que se creaba un nuevo cuadro de oportunidades políticas, los pobladores contarían ahora con un interlocutor especializado en sus asuntos y demandas."* [52]

Pretendia-se devolver o controlo territorial às entidades Governamentais, desencorajando as ocupações ilegais de terrenos.

Contudo, a procura foi altíssima e ultrapassou a capacidade de gestão desta nova entidade. As ocupações de sítio e as petições por abrir novas "Operaciones Sítio" multiplicaram-se: *"13 ocupações em 1967, 4 em 1968; 35 em 1969 e 103 em 1970, é dizer 155 ocupações de sítios em quatro anos."* [53] Estimava-se que em 1971 existiam 238.000 acampamentos com um total de 85000 famílias. Construiu-se nesta realidade em ebulição social, um plano de emergência que contemplava a construção de 79 mil habitações e a urbanização de 120.000 ocupações. O ministério reestruturou-se, criando o *"Subdepartamento de Campamentos"*, uma *"Oficina del Poblador"* e também um Departamento de *"Ejecución Direta de Obras de Construcción"*. Entre 1970 e 1973, durante o Governo de Allende, segundo os registos do *El Mercurio,* realizaram-se 28 ocupações e 106 urbanizações de espaços previamente ocupados, na cidade de Valparaíso. Em vez de uma atitude repressiva de recolocação dos habitantes em periferias urbanizadas, manteve-se maioritariamente uma posição de requalificação e melhoria das qualidades e falhas, ainda não respondidas, dos territórios. *"En términos generales, luego de una "toma" y la formación de un campamento, que fue el origen de muchas nuevas "poblaciones", le siguieron otro*

conjunto de movilizaciones orientadas a resolver problemas de Urbanización e infraestructuras (agua, luz, transportes,así como servicios de salud y educación).”[54] A organização dos movimentos de ocupação e a autoconstrução dos bairros foram sem dúvida um recurso fundamental para os processos reivindicativos do Chile. As variadas formas de organização popular nascidas durante esta época serviram como vínculo entre administrações e populações, mas também como mecanismo de ajuda, à vida coletiva e comunitária destes novos territórios.*“La organización entonces se revela en una doble perspectiva: como un instrumento de lucha”, pero al mismo tiempo como un espacio para la construcción de un “poder local comunitario.”* [55]

Na fase expansiva do movimento reivindicativo, os *“pobladores”* contaram com dois tipos de organização; os *“Comité de Viviendas”* e as *“Juntas de Vecinos”*, que se legalizaram em 1968. Foram formatos de organização popular de carácter orgânico e facultativo e que com o tempo ganharam estrutura social. A sua legalização é a prova da importância que obtiveram nos processos de organização e comunicação. *“La organización de los pobladores ha sido, sin lugar a dudas; un soporte y un recurso fundamental en toda su história. Desde que emergen en la escena pública (a fines de los años cincuenta) la organización fue el principal instrumento para movilizarse y materializar sus demandas por vivienda y un lugar en la ciudad.”Comités sin Casa, os Comités*

54.*IBIDEM. P. 40*

55.*IBIDEM. P. 41*

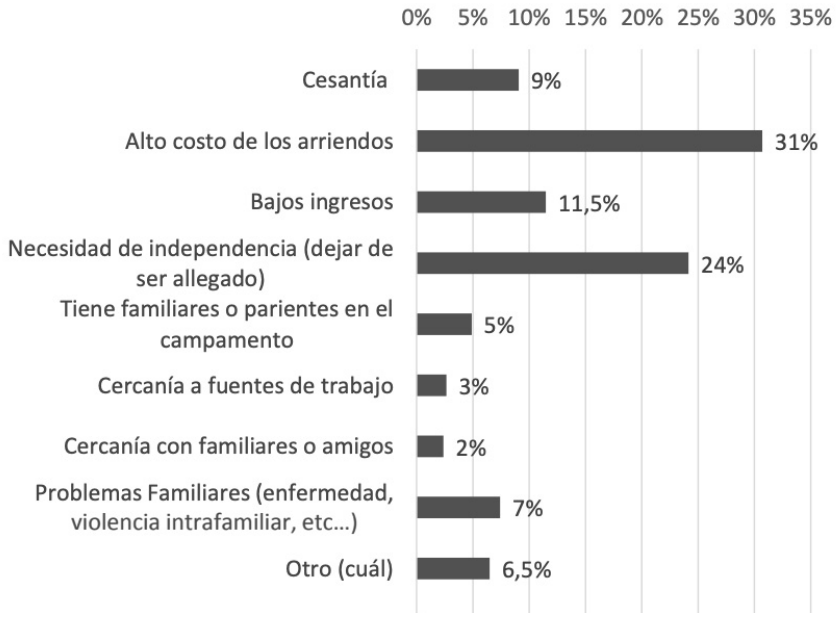
56. *IBIDEM. P. 42*

Figura 26. *Presidente Salvador Allende colocando pregos na cobertura de uma casa em construção "Campamento" Che Guevara.*

de Vivenda e Juntas de Vecinos e Centros de Madres foram legalizados apenas em 1968.[56]

Graças ao apoio dos partidos políticos ,estas entidades multiplicaram-se. Vários cidadãos sem casa adquiriram os meios para se coordenar e assim tomar decisões e acções conjuntas. A tendência era que enfraquecessem os comités e que se privilegiasse a formação de uma Junta de Vizinhos. A coordenação desta entidade Popular, tanto em terrenos recentemente ocupados e construídos como nos centros urbanos, originou e possibilitou uma reorganização das políticas urbanas e da acção popular a nível nacional. A grande maioria das Juntas de Vizinhos de Valparaíso formaram-se e constituíram-se em 1970 e durante a Unidade Popular. Actualmente e passado 48 anos, o território governado pela Municipalidade de Valparaíso está dividido por Juntas de Vizinhos.

"En 1970 asumió la administración estatal la coalición izquierdista denominada Unidad Popular. Para los sectores movilizados del campo y de la ciudad anhelantes de reformas y cambios sociales, la victoria electoral del presidente Salvador Allende abrió un nuevo escenario donde sus expectativas se podían extender, y en muchos casos radicalizar. Ese fenómeno se canalizó en el mundo rural con las expropiaciones de fundos y corridas de cercos y en las ciudades con la estatización y el control obrero de varias industrias. La sociedad se polarizó políticamente. La derecha creó grupos paramilitares y buscó diversas formas de boicotear el gobierno.



57.*IBIDEM.*

58.*CORTÉS, V. (2013). Sin Dios Ni Patrones. História, diversidad y conflictos del anarquismo en la región chilena (1890-1990). Mar y Tierra ediciones. Primera Edición Noviembre 2013. Valparaíso. Página 82ABUFHELE,V.(2019) La política de la Pobreza y el Gobierno de los asentamientos informales en Chile. Em: EURE (Maio de 2019). Vol.45.N°135.pp. 49-69. P. 50. 0250-7161*

59.*ABUFHELE, V. (2019). La política de la Pobreza y el Gobierno de los asentamientos informales en Chile. Em:EURE(Maio de 2019). Vol.45.N°135.pp. 49-69. P.50.*

60.*HARVEY, D. (2015). Direito à cidade e resistências urbanas. A cidade do capital. Conferência no cine teatro são luiz.Fortaleza.Brasil.*

61.*Biblioteca Congreso Nacional. (2019). Periodo 1973-1990. Régimen militar.*

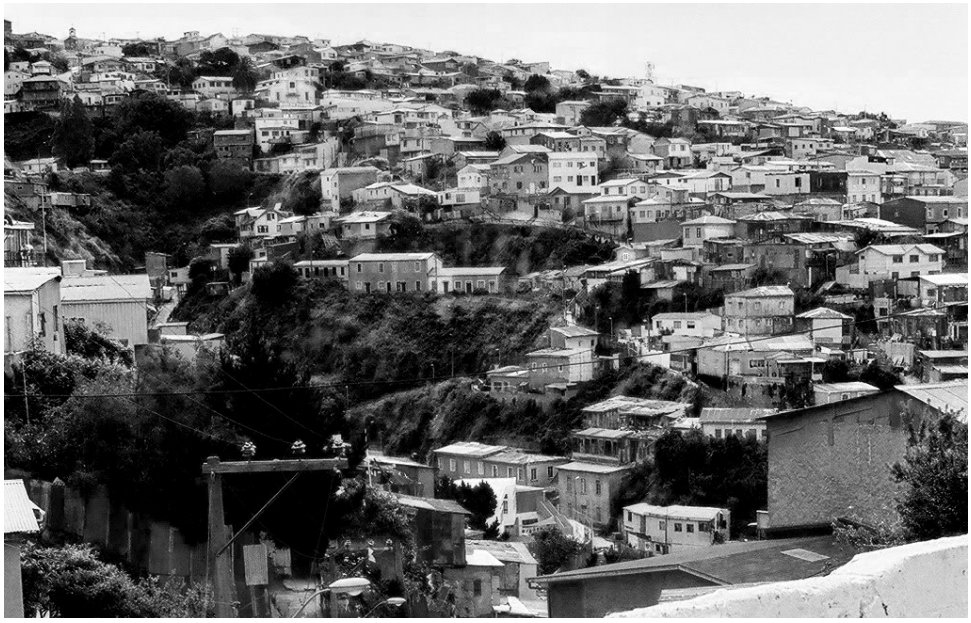
Y en la izquierda varias agrupaciones políticas hacían gala de la llamada violencia revolucionaria. El Gobierno, en tanto, intentaba frenar ambas posturas y dirigir las transformaciones dentro de los límites de la institucionalidad vigente.".[57] A 4 de Setembro de 1970, Allende converteu-se no primeiro presidente Marxista do mundo democraticamente eleito. Durante a Unidade Popular, impulsionou-se um projecto conhecido como *"la vía chilena al socialismo".* A ocupação de terreno evolui na sua fase final para a terminologia Campamentos. Sob o Governo de Allende (1970-1973) o fenómeno foi legitimado. O Estado assumiu um papel de providenciador de Habitação. A Corvi assinalava nesta época que o problema fundamental habitacional e urbano do país eram as condições desumanas de habitabilidade de um Terço da população. Assumindo a legitimidade das exigências da população, o movimento originalmente espontâneo conseguia ao final de 20 anos redefinir a política de habitação de uma nação através da organizaçao da Informalidade pelo direito à habitação.

"El 11 de septiembre de 1973 comenzó en Chile una Dictadura Militar que duró hasta 1989. El Estado fue reformulado, restringiendo radicalmente la libertad de asociación y opinión, al tiempo en que su estructura se adaptó a la implementación forzada del neoliberalismo a ultranza."[58] A partir de 1973 e sob a Ditadura Militar, a habitação deixou de ser entendida como um direito

Figura 27. *Questionário realizado pela MINVU aos habitantes dos assentamentos Informais. Chile 2018.*

social, e os assentamentos informais são redefinidos politicamente através do conceito de pobreza e marginalidade habitacional. As autoridades implementam a transformação neoliberal da sociedade. *"En este modelo, la vivienda es un derecho que debe ser obtenido a través del mercado"*[59] Através de um processo onde o poder privado ultrapassou a capacidade monetária do poder público, um processo onde os diferentes governos e partidos passaram a ser influenciados pelo mercado e a favor do mesmo, o estado redirecionou o discurso, obliterando consequentemente qualquer direito à cidade." *Neoliberalism is the intensification of the influence and dominance of capital; it is the elevation of capitalism, as a mode of production, into an ethic, a set of political imperatives, and a cultural logic. It is also a project: a project to strengthen, restore, or, in some cases, constitute anew the power of economic elites."* [60] O violento golpe permitiu a instalação de um regime militar ditatorial. A Junta Militar substitui o Congresso no seu poder legislativo e constituinte, e milhares de cidadãos foram detidos. Os simpatizantes com a Unidade Popular, foram mortos, perseguidos e torturados. Em 1975 implementa-se o novo projeto económico. Após o golpe, o país foi alvo de um processo de liberalização do território e dos recursos à exploração privada. As empresas e recursos nacionalizados pelo Governo de Allende foram outorgados a privados e todas as formas de regularização do capital retiradas.

É instituído um novo plano Laboral que restringe o poder dos sindicatos. Impulsiona-se a extração e exportação de produtos primários e importação de produtos manufaturados, desarticulando a indústria nacional.[61] O sector laboral foi desregularizado.[62] Privatizaram-se os serviços de saúde os centros de educação e as empresas estatais. Seguiu-se um desmantelamento de todas as formas de organização popular: mutualismo, associações culturais, cooperativas, sindicatos, Juntas de Vizinhos, JAP *(Juntas de abastecimiento y control de precios)*, centros de saúde comunitários dos bairros mais empobrecidos. Os gastos públicos foram reduzidos assim como o papel do Estado na economia chilena. Inverteram as nacionalizações, privatizaram os ativos públicos, abriram os recursos naturais (indústria pesqueira, madeireira e a exploração mineira privada e desregulada, privatizaram a segurança social, a saúde e a educação. O mercado de trabalho foi liberalizado das restrições regulamentares e constitucionais (o poder dos sindicatos). Atualmente, e passado 48 anos do golpe, o Chile é um lugar onde o acesso à educação não é garantido, nem a saúde, nem a água. Chile é o único país que tem os seus rios, glaciares, privatizados. Ainda que formalmente a ditadura militar tenha terminado em 1989, nunca se alterou o paradigma económico implementado nem a constituição redigida



em ditadura. A constituição política do ano 1980, escrita em ditadura, afirma no seu artigo 5: *"ARTICULO 5°- Las aguas son bienes nacionales de uso público y se otorga a los particulares el derecho de aprovechamiento de ellas, en conformidad a las disposiciones del presente código."* [63] O código de águas mercantiliza e separa a propriedade da água do domínio da terra, reconhece-a como um bem público, contudo também como um bem económico, oferecendo os direitos de uso da água, aos particulares de forma gratuita e perpétua.

Segundo os relatórios do Ministério de Vivienda y Urbanismo do Chile, o número de Familias residentes em assentamentos informais subiu de 27.378 familias para 47.050 de 2011 a 2018, o que representa um Crescimento de 49% em 7 anos. O número de acampamentos elevou-se igualmente. de 657 a 802. Os habitantes culpam o preço dos arrendamentos (31%), os salários reduzidos (11,5)% e a aspiração familiar à independência monetária (24%)(Figura 27). A proximidade ao trabalho representa apenas 3% das famílias.[64]

É possível compreender que os assentamentos informais não são apenas um efeito colateral da migração dos habitantes, mas sim a colmatação e materialização de um modelo social onde não existe um direito equitativo à cidade. É o resultado de uma rede de ações, e interações a nível macroterritorial. A mesma migração poderia ser devidamente

62. *"Rather than the classical stereotype of the labor-intensive countryside and the capital-intensive industrial metropolis, the Third World now contains many examples of capital-intensive countrysides and labor-intensive deindustrialized cities. «Overurbanization,» in other words, is driven by the reproduction of poverty, not by the supply of jobs. This is one of the unexpected tracks down which a neoliberal world order is shunting the future."*
DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.48

63. *DFL 1122.(1980). Código de águas. Derecho de aprovechamiento de aguas/ legislacion Chile. Ministerio de Justicia.Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. Santiago.*

64. *Minvu. (2018). Cadastro Nacional de Campamentos. Une la ciudad Ministerio de Vivienda y Urbanismo Chile. P.3.*

65. *UN-Habitat. (2018). City Resilience Profiling Programme. Zero Draft. Informality Action Enhancer. P. 20.*

Figura 28. *Quebradas Informais de Valparaíso. Cerro Santo Domingo. Chile 2018.*

amparada e os assentamentos poderiam ser complementados com a devida política de apoio à sua incrementação. É possível igualmente entender que a ocupação e usurpação de terras não é um ato marginal, mas um ato socialmente consciente, uma tentativa de controlo e gestão independente do território, uma ação que, quando exercida coletivamente, pode enfrentar a política de um país. É possível comprovar pela informação analisada que o poder público está em permanente decrescimento. Um futuro onde as entidades públicas são incapazes de ouvir as demandas dos seus habitantes, abre espaço para formas mais perversas de sociedade, com menos direitos estabelecidos. Abre espaço a uma deformação urbana e à perda das conquistas já adquiridas. Uma solução plausível é a construção de pontes de diálogo com a sua população construindo políticas comuns entre a capacidade de ação da população e o governo A autoconstrução pode ser um dos fenómenos dominantes. O desenho de políticas públicas que legalizem certas dinâmicas da informalidade e permitam o diálogo deste fenómeno com os interesses macroterritoriais, pode chegar a ser um caminho para uma sociedade mais diversificada e democrática. Existem mais-valias nos mecanismos populares de produção do espaço caso sejam apoiados por políticas urbanas, controlados tanto por agências estatais como pelos habitantes, e suportados por financiamento, lei e assistência técnica que permitiam construir cidades mais criativas, mais justas, com maior distribuição de recursos e oportunidades. É necessário hoje uma desmarginalização de certas práticas informais e uma desformatação do espaço através de programas de fomento e assistência técnica da auto-construção e da autogestão.

"Since the Habitat II conference in 1996, UN-Habitat has recognised how urban expansion across the Global South increasingly occurs in informal settings, often depriving people of their rights to adequate housing, and has acknowledged the links between urban poverty, employment and the informal economy." [65]

I.Informalidade.

66. *LEOPOLD,L.(2018).Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives. The Funambulist.Politics of Space and Bodies Introduction N°16: Página 11*

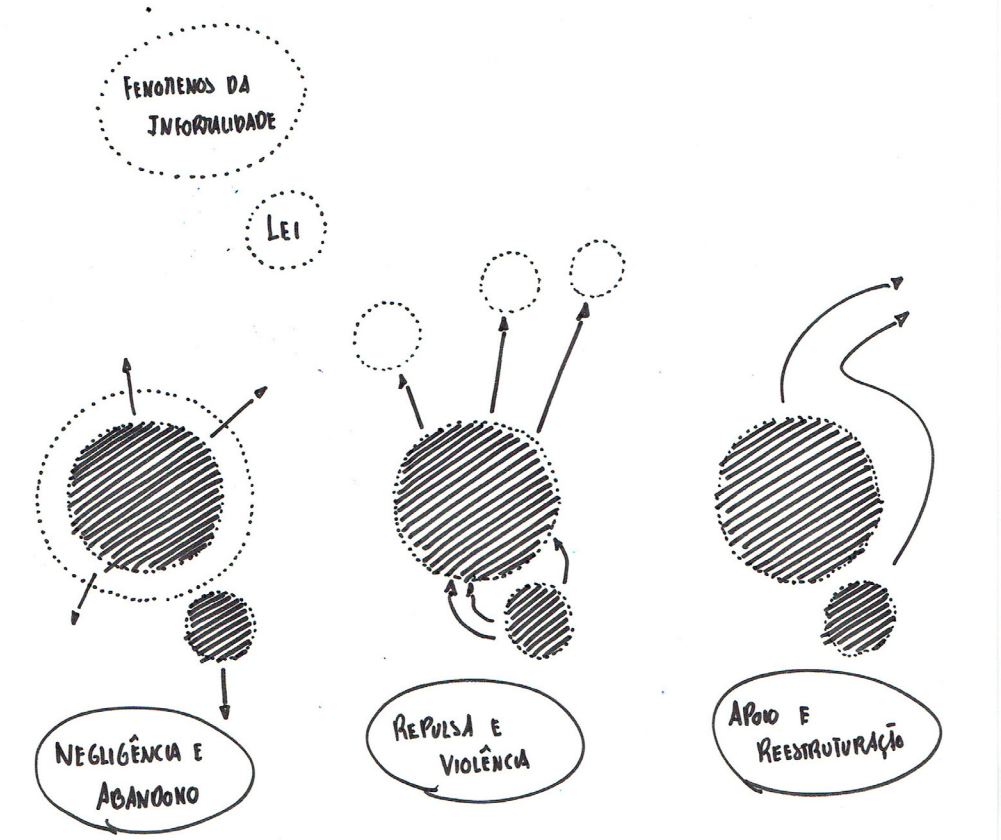
67. *CHRISTIAN, W. (2011). Informal Urbanism Habitat Universities Thematic Hub, University of Hannover, Germany. P. 1*

Informalidade

"Informal urbanism is defined as the production of urbanization independent from formal frameworks and assistance (if they exist) that do not comply with official rules and regulations. Informal urbanism emerged as an alternative path of city construction in the wake of massive migration from rural to urban environments and the lack of affordable housing and serviced land for some social groups." [67]

A informalidade, como fenómeno social, é uma reação difusa e espontânea, consciente ou inconsciente à norma e à estandardização. É incongruente procurar um desenvolvimento integral das cidades sem um diálogo entre os agentes que ditam a lei e os atores. Em países dominados por economias de escassez, a norma e os "standards" que não dialoguem com a pobreza agudizaram a relação antidialógica entre governo e habitantes.

Os habitantes por necessidades ou oportunismo demonstram através da ação, a imprecisão, ou injustiça da lei, e comprovam através da ilegalidade do seu ato, a incapacidade de vigilância das entidades reguladoras. A ação dos governos envereda por 3 caminhos diferentes: ignorar a informalidade e abandonar as populações à sua sorte, sem planeamento urbano; expulsar as comunidades invasoras e marginalizar as suas práticas, ou



Crescimento Descontrolado.

Instrumentalização da Pobreza.

Urbanizações Pirata.

Opressão. Capitalismo Selvagem.

Violação dos direitos Humanos.

Relação antidialógica entre o Governo e a sociedade urbanismo de Guerrilha.

Expulsão dos habitantes.

Segregação Social.

Projectos de habitação social. Pressão sobre os recursos públicos.

Elaboração de Mecanismos para o controlo e operacionalização da informalidade.

Articulação da iniciativa popular com o financiamento Público.

Institucionalização da incrementalidade.

Desenvolvimento da experiência Urbana Desformatação Urbana.

Reintrodução da iniciativa popular na Política.

"We should consider these architectures less for what they are and more for what they are prevented from becoming" [66]

Figura 29. *Esquema. 3 formas de relacionamento entre Governo e assentamentos Informais.*

Informalidade.

apoiar as práticas sociais salubres adaptando a lei e os mecanismos institucionais.

"Uma habitação financeiramente acessível é inadequada e uma habitação adequada não é financeiramente acessível" [68] descreve o relatório das Nações Unidas, Habitat III, o que demonstra que este problema está bem identificado. Em 2011 segundo os relatórios da ONU, 2.2 mil milhões de habitantes sobrevivem com menos de 2 Dólares por dia, uma quantia insuficiente para pagar uma habitação na sua integralidade. Para John Turner o problema reside nos "padrões" mínimos de habitação universalmente aceites pelos setores dominantes da sociedade. Segundo Turner, a maioria dos países ricos e pobres aceitam um "standard" mínimo de espaço de dez metros por pessoa.*"(...)en la mayoría de los países pobres del mundo, se sanciona los constructores si construyen casas en lotes sin canalización de agua, sin conexiones de alcantarillado , sin aceras o sin electricidad. En Lima por ejemplo, se exigen tales requisitos para todas las viviendas(...)"* [69]

Contudo numa economia de escassez, a maioria dos habitantes não pode economica e singularmente construir ou pagar por uma habitação catalogada com os "standards" mínimos de habitação. Observando o caso Chileno, caso de estudo deste trabalho, a habilitação legal e registada deve, quando finalizada a obra, incluir um sistema de canalização (Decreto n°47, 1992, artigo n°

68.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 12*

69.*TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1°Edição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.7.*

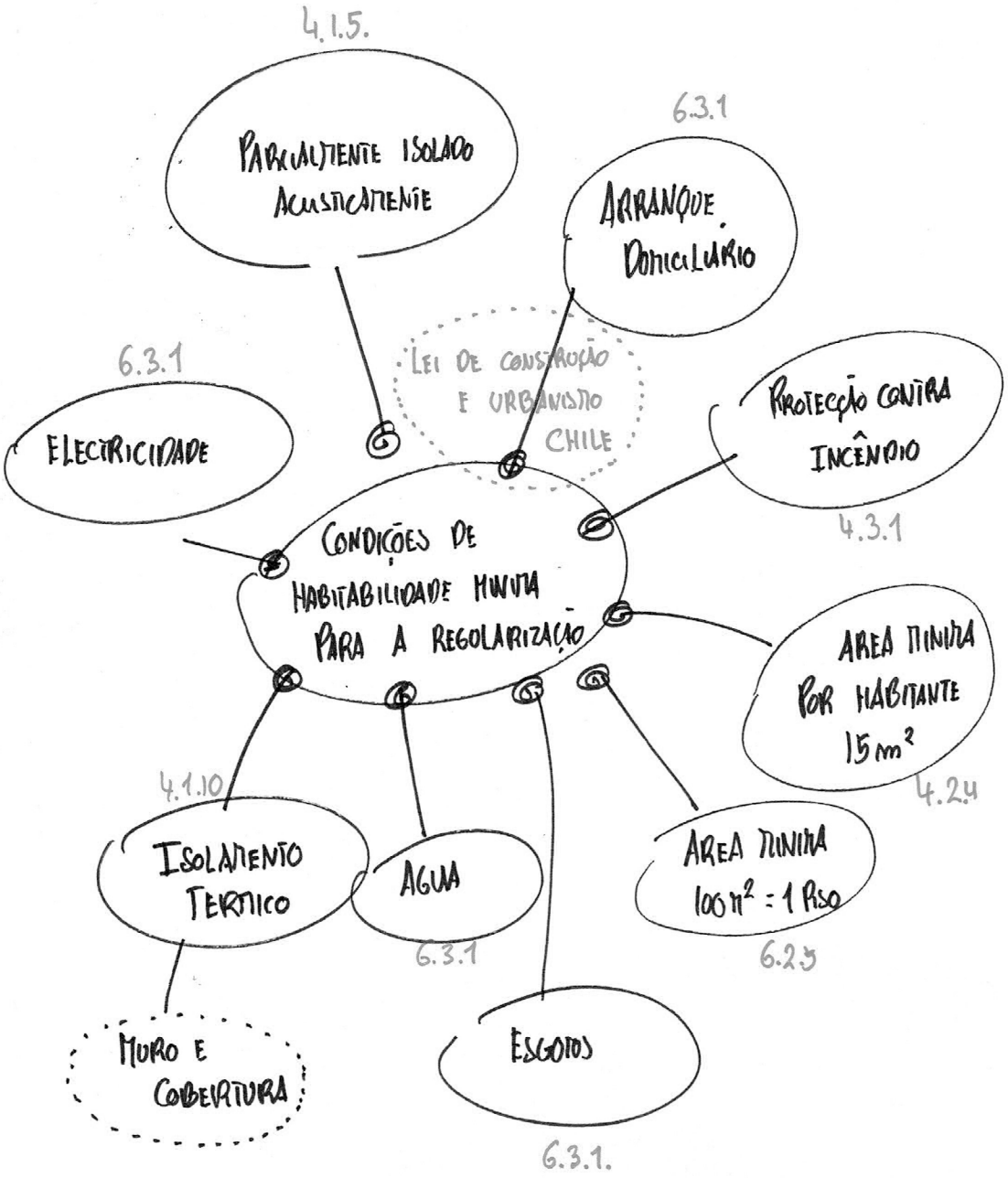


Figura 30. *Habitação construida com Paredes de Paletes. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

Figura 31. *Norma sobre a produção da habitação no Chile.*

Informalidade.

6.3.1), eletricidade (Decreto n°47, 1992, artigo n° 6.3.1) [70], 15 metros por indivíduo, (Decreto n°47, 1992, artigo n° 4.2.4), Protecção passiva contra incêndios (Decreto n°47, 1992, artigo n° 4.3.1), isolamento térmico "standard" nas paredes exteriores e cobertura (Decreto n°47, 1992, artigo n° 4.1.10), isolamento acústico parcial (Decreto n°47, 1992, artigo n° 4.1.5), um pátio com, pelo menos, 24m² (Decreto n°47, 1992, artigo n° 6.1.8) e instalações sanitárias, incluindo cozinha, banho, w.c. lavatório, chuveiro (Decreto-lei n°140, 1990, artigo 2). Para complexificar segundo a lei, o indivíduo deve esperar a legalização da propriedade, obter (pagar) uma licença de obra, (Decreto n°47, 1992, artigo n° 5.1.1), contratar um construtor responsável, uma equipa técnica responsável de arquitectos e encomendar desenhos à escala 1:50 de todos os pisos (Decreto n°47, 1992, artigo n° 5.1.4).[71] Ainda que estas condições sejam desejáveis, são incompatíveis com a condição socioeconómica da população.

Por desarticulação com o contexto sócio-económico a lei, pode produzir efeitos graves ao ambiente arquitetónico como no caso observável no Peru. O Governo Peruano cobra um imposto predial pelos edifícios terminados e um imposto por acabamentos nos edifícios em construção.

70. *Decreto-lei n° 47. (1992). Ordenanza General de La ley de urbanismo y Construcciones. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca Nacional de Chile. Artigo 6.3.1 .*

71. *IBIDEM. Artigo 5.1.4*

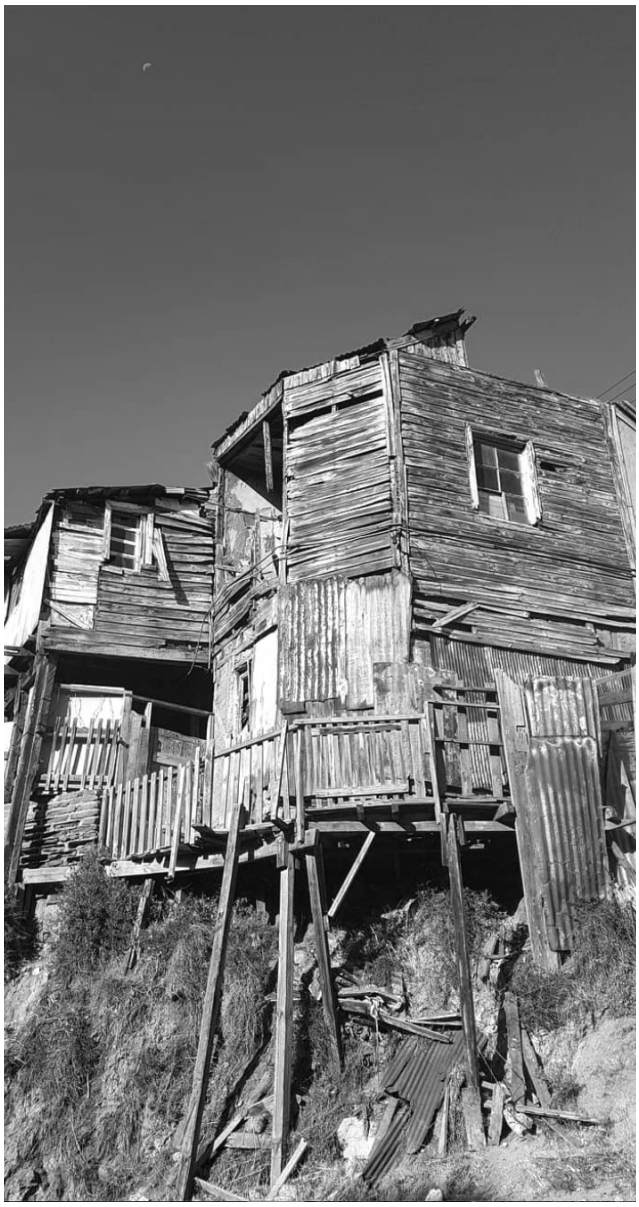


Figura 32. *Habitação ilegal (ao centro) para acomodar imigrantes recém-chegados. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. 2018.*

Figura 33. *Imóvel Autoconstruido e Habitado. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile 2019.*

ESCALA PROGRESIVA ACUMULATIVA PARA DETERMINAR EL IMPUESTO PREDIAL 2017

IMPUESTO PREDIAL AÑO 2017			
Tramo de Avaluó	Alícuota	Impuesto Predial	
		Parcial	Acumulado
Hasta 60,750.00	0.20%	121.50	121.50
Más de 60,750.00 Hasta 243,000,00	0.60%	1,093.50	1,215.00
Más de 243,000.00	1.00%		
IMPUESTO PREDIAL MINIMO: S/. 24.30 (0.6% de 1 UIT) 1 UIT: S/. 4,050.00			

72.*Fhaunt. (2019). Autoavalúo e Impuesto Predial: El Valor de los Inmuebles en el Perú.*

73.*Resolução Ministerial. N°415 Habitação. (2017). Aprueban Valores Unitarios Oficiales de Edificación para las localidades de Lima Metropolitana y la Provincia Constitucional del Callao, la Costa, Sierra y Selva.Diário Oficial Bicentenario. Dirección General de Políticas y Regulación en Vivienda y Urbanismo.*

Figura 34. *Paisagem de tijolo. Edifícios Inacabados. Lima Peru.*

"La resultante del valor obtenido se multiplicará por el FACTOR DE OFICIALIZACIÓN Fo = 0,68(...)34.2 En el caso de edificaciones en proceso de construcción o inconclusas, el perito tasa las partes construidas de la edificación con los valores por partidas o, cuando el avance de la obra es uniforme, aplica un precio unitario por el área total. (...)En consecuencia para la determinación del valor de las edificaciones de las obras complementarias, instalaciones fijas y permanentes y construcciones con características especiales, se deberán efectuar los correspondientes análisis de costos unitarios a valor comercial de cada una de las partidas que conforman la instalación, considerando exclusivamente su costo directo, no deben incluir los gastos generales, utilidad e impuestos.".[72]

Para escapar a esta tributação os habitantes deixam os seus imóveis em estado inacabado. Ao ver que os seus vizinhos pagam um imposto predial menor, os habitantes replicam o processo. O Governo demonstra uma negligência a nível nacional ou talvez a sua incapacidade de gestão. O resultado é um ambiente urbano em aparente construção, com paredes de tijolo expostas e ferros estreados soltos na cobertura. Este é um exemplo claro da incongruência entre a lei e as possibilidades económicas da população e como essa dicotomia pode dilacerar todo o ambiente urbano. A maioria da população numa economia de escassez não se pode permitir ao luxo de construir uma vivenda

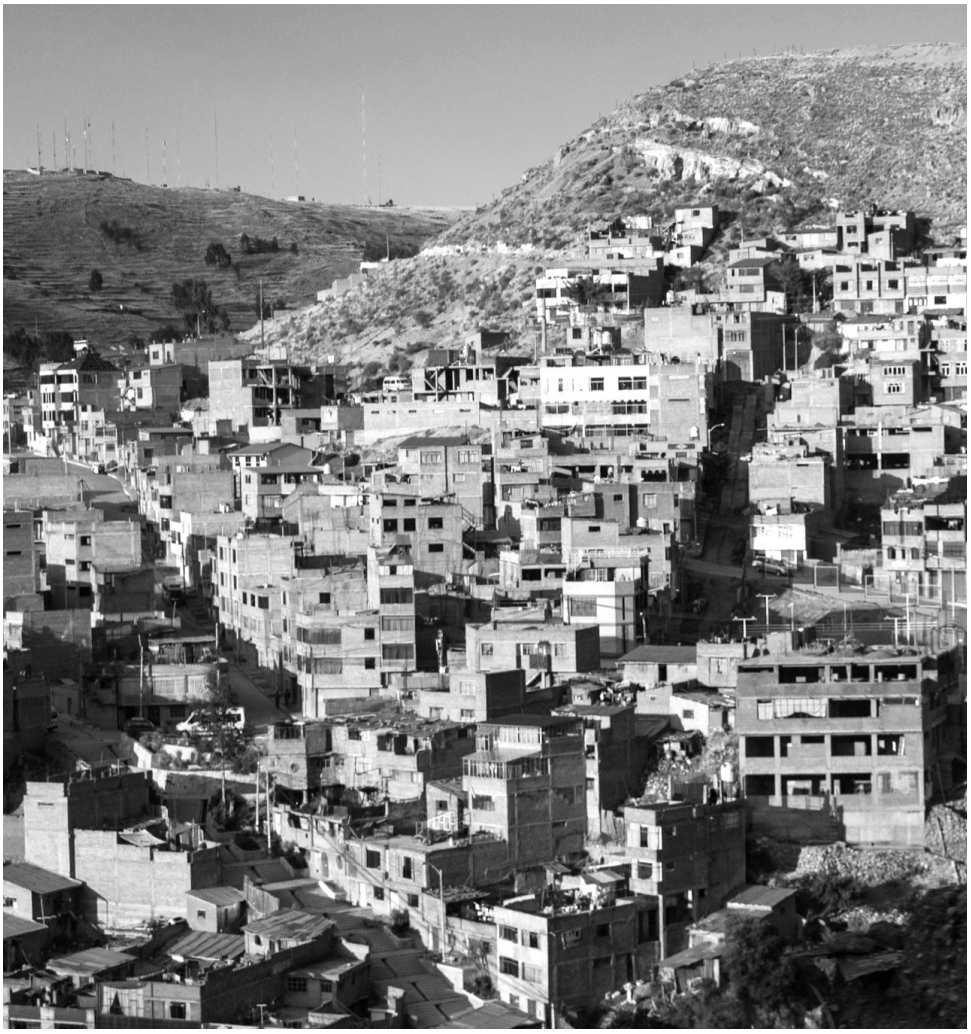


Figura 35. *Escala Progressiva do Imposto Predial Peru.*

"En consecuencia, siguiendo el ejemplo, sobre las primeras 15 UIT (hasta S/. 60,750) se aplicará la tasa del 0.2%. Por el siguiente tramo, superior a 15 y hasta 60 UIT (S/. 60,751 a S/. 243,000), se aplicará la tasa del 0.6%. Finalmente, por el tramo mayor a 60 UIT (entre los S/. 243,001 a S/. 300,000 se aplicará la tasa del 1%).".[73]

74.*BAYAT, Asef. (1997). Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People.Em: Third World Quarterly. (Eds.) Volume 18. Número 1. pp. 53-72. P.60.*

75.*LEOPOLD, L. (2018). Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives. The Funambulist.Politics of Space and Bodies Introduction N°16: P.13*

76.*BAYAT, Asef. (1997). Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People.Em: Third World Quarterly. (Eds.) Volume 18. Número 1. pp. 53-72. Página 64.*

77. *IBIDEM. P.63*

estandardizada. Quanto mais as instituições obrigarem os habitantes a cumprir com níveis mínimos (necessários, mas ainda assim inalcançáveis a curto prazo), sem providenciar os meios económicos e os mecanismos, maior será o número de indivíduos empurrados para a ilegalidade não vigiada.

Definições para a informalidade

A informalidade urbana é uma reação emancipatória, subversiva, resistente ao modelo dominante da cidade formal, excludente, impositivo e selvagem. O sistema formal constitui-se por um conjunto de mecanismos que pretendem delimitar a ordem civil. A informalidade é uma reação à norma que busca controlar um certo espaço e construir a independência do indivíduo ou de um grupo de indivíduos[74]: *"these urban formations are in essence the sites where the state's greatest violence is focused and thus the very existence of these spaces costitutes a daily resistance to thsi violence"* [75] Fundamentalmente, por se tratar de uma reação à norma, a informalidade é um exercício de domínio, de invasão, que pretende ser invisível, oportunista, perspicaz, incremental, subversiva e resistente. Insere-se nas "ausências" da norma dominante, acumulando-se e desenvolvendo-se nos lugares onde as entidades reguladoras são menos capazes de exercer a lei.

Figura 36. *Insurgências Populares Valparaíso. Chile 2020.*

O Estado permanece em conflito com os territórios independentes, visto que a existência e proliferação destes torna o Estado atual irrelevante. *"self regulation reclaims significant political space from the state".*[76] Como atualmente os indivíduos alimentam e nutrem a ação do estado, mas o estado controla e regula a ação do indivíduo, qualquer ato espontâneo de dominação do espaço é considerado uma ameaça à ordem civil e ao controlo. O estado pretende que os seus habitantes utilizem o urbano de forma passiva, ou seja obedecendo ao conjunto de regras estipuladas pelas entidades reguladoras.*"These sites increasingly become the domain of the state power which regulates their usage, making them 'orderly".* [77] Qualquer atividade e qualquer participação ativa no espaço público desafia o controlo das autoridades, independentemente da justiça ou injustiça das suas ações. Numa realidade onde existe um "deficit" habitacional e uma escassez de habitações de renda reduzida, a opressão e erradicação dos assentamentos informais sem que seja apresentado uma solução viável para as famílias que ali residem constitui um terrorismo estatal e deveria ser considerado ilegal. Inconformados com as medidas governamentais, os habitantes envolvidos em práticas informais danificam brutalmente a relevância dos governos. Quando o estado exerça apenas e sucessivamente, o seu poder regulador, de restrição, delimitador e proibitivo, esta entidade será incapaz de governar todo o território, em toda a sua diversidade. Como estabelecido na mesa aberta realizada na Universidade de Hannover, pela ONG UN-Habitat[78] , o urbanismo Informal sintetizou-se como a produção ou a assistência na produção do espaço independente de modelos formais que rompe com as regras oficiais e os regulamentos. O mesmo relatório explica que os processos informais são em muitos países o único caminho viável à urbanização, não sendo por isto sensato simplesmente conotar este fenómeno com ilegalidade, marginalidade e criminalidade. Numa sociedade vigiada pela lei, o apoio da informalidade pode parecer ilógico, mas a ilegalização da mesma, sem que seja observada através de um filtro, permitindo a separação das boas práticas sociais das daninhas, promove uma sensação de irrefutabilidade da lei. Caso a lei, numa perspetiva utópica responda fielmente a todas as necessidades da sua população, de forma justa e equilibrada, a informalidade deveria ser minimizada. Contudo, como a lei é um mecanismo em permanente transformação e adaptação, a informalidade não deve ser eliminada, perseguida ou violentada, mas entendida, estudada e aprofundada.

Informalidade

Definições para a informalidade.

78.*CHRISTIAN, W. (2011). Informal Urbanism Habitat Universities Thematic Hub, University of Hannover, Germany. P. 1.*

79.*BAYAT, Asef. (1997). Third World Quarterly.(Eds.) Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People. Volume 18. Número 1. pp. 53-72. P.54*

Os assentamentos informais não são um fenómeno isolado em que os habitantes simplesmente escolhem construir o seu "habitat". Estes habitantes são um sector da sociedade mantido numa circunstância de fragilidade e pobreza por um sistema sócio-económico frio e injusto, e um Estado violento e negligente. Os espaços que surgem desta prática estão em permanente emancipação, encurralados entre a negligência estatal, a frieza da sociedade capitalista e a criminalização das práticas sociais. O urbanismo informal, é desta forma, a consequência de um modelo formal incapaz de dialogar com as necessidades dos habitantes, incapaz de garantir os direitos e vigiar os abusos. A informalidade prolifera quando os recursos necessários à vida humana estão mal distribuídos e são desta forma insuficientes (falta de terra urbanizada, de emprego, de habitação acessível). Não existindo uma opção viável dentro do sistema formal, é ilógico reprimir os seus esforços visto que o problema não desvanece.

Fomentada esta relação antidialógica, entre Estado e outras formas de ser, a informalidade sucumbe a crescer isoladamente. Pela permanência e gravidade da situação, atualmente existem gerações completas de habitantes que nasceram, viveram e pretendem viver num sistema informal e sem contacto com o estado vigente. A informalidade já não é um estado transitório, mas um modo de vida.

"Latin American cases are well documented. In the Chilean city of Santiago during the mid-1980s, for example, as many as 200 000 poor families were using 'clandestine installations' of electricity and running water in the mid 1980s. Police and military vehicles drove through popular neighbourhoods to catch the offenders. In response the residents had to 'unhook at dawn and hook up again after the last patrol.'"[79]

Figura 37. *Barraca de Invasão. Lima. Peru. Por: John Turner.*

Figura 38. *Barraca de Invasão. Marrocos. Cairo 2011.*

Informalidade

Definições para a informalidade

Caso a política urbana não reaja a esta situação, a informalidade fará da política e do Governo, entidades dispensáveis. Ananya Roy descreve o fenómeno da Informalidade Urbana, como uma reação ao sistema, por parte dos habitantes que não querem e não podem pertencer à cidade formal. O conjunto de ações informais desenvolvidas dentro dos assentamentos delimitam o que para a autora estabelece uma política subalterna ou popular, uma sociedade distinta da sociedade civil e baseada em ações insurgentes e resistentes em prol à vida. *"Solomon Benjamin (2008) delineates the differences between three different political arenas: a policy arena penetrated by real estate lobbies and finance capital; a civil society arena that seeks to restrict political activity to those deemed to be 'legitimate citizens'; and an arena of 'occupancy urbanism' through which the urban poor assert territorial claims, practice vote-bank politics and penetrate the lower, 'porous' reaches of state bureaucracy."* [80]

No entanto, segundo o sociólogo Asef Bayat a insurgência informal é inicialmente dispersa espontânea, desorganizada, e muitas vezes incoerente e ideologicamente diversa. *"(...) total lack of structural organization.".*[81] Trata-se de um movimento invasivo, silencioso, paciente, permanente. São em muitos aspetos análogos às lutas urbanas, como habitação, construção de comunidade, infraestruturas entre outros. *"quiet encroachment of the ordinary": the small-scale, non confrontational infiltration of edge or interstitial*

80. *DAVIS, Mike. (2016). Planet of Slums.First Published by Verso New York. Printed in the USA. New Left Books London. P.38 ISBN 1-84467-022-8*

81. *BAYAT, Asef. (1997). Third World Quarterly.(Eds.) Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People. Volume 18. Número 1. pp. 53-72. P.60*

82. *LEOPOLD, L. (2018). Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives. The Funambulist.Politics of Space and Bodies Introduction N°16: P.13*

83. *ROY, A. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P.229*

84. *TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.7*

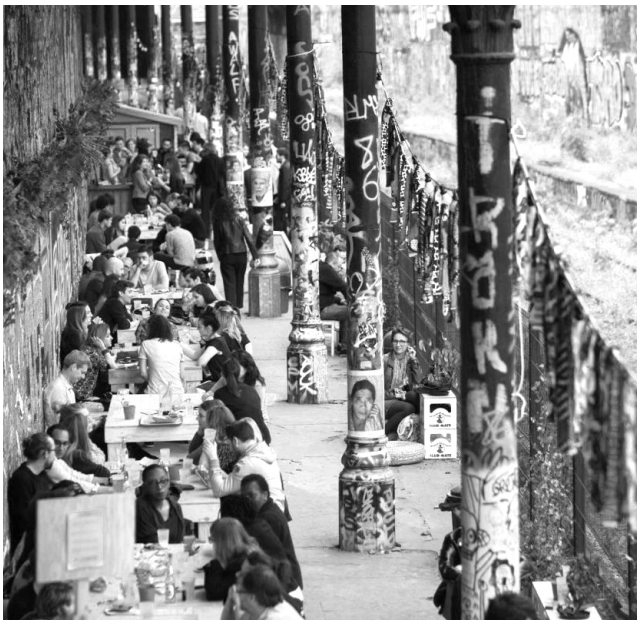


Figura 39. *La petit cinture. Paris. Ocupada e destruída sucessivamente.*

sites.”.[82] Não são ações meramente defensivas, mas subversivas e resistentes. Estas ações individuais, que os atores consideram úteis para o estado pessoal sem que necessariamente seja um ato conscientemente político. Baseiam-se fundamentalmente na ação direta, na autoconstrução, na espontaneidade, na invisibilidade, no empreendedorismo. Ainda que os avanços sejam realizados silenciosamente, individualmente e gradualmente, formam um movimento insurgente não-coeso. Replicadas incessantemente são uma disputa concreta ao poder dominante. Não são soluções aceitáveis pelo modelo dominante, pela ordem social ou pelos centros de poder. São permitidas ou ignoradas. Para serem aceites, os governos teriam de tornar-se flexíveis e permissíveis a outras formas de ser e de poder. O salto ideológico da marginalização para o apoio e antecipação da informalidade, exigiria ao poder dominante, assumir publicamente a presença de outros poderes territoriais. *This struggle doesn’t need to be saved or fetishized , but reinforced through forms of political solidarity.”*.[83]

Atualmente, a informalidade habita nas porosidades do sistema formal, capitalizando tanto os recursos denominados por capital morto (terra desocupada, reciclagem de materiais para a construção da habitação), como as poupanças individuais de cada agregado familiar na tentativa de construir propriedade, colmatar necessidades habitacionais e adquirir formas de lucro e negócio. Para Hernando de Soto, trata-se de um empreendedorismo heroico, mas para Mike Davis , a informalidade também é um modo de sobrevivência. Para Ananya Roy trata-se de um código urbano, um idioma sobre o qual o espaço subalterno é produzido e gerido e que não está estritamente vinculado aos assentamentos informais. É a lógica que vincula tanto a área urbana como a subalterna. *“Por una autonomía del habitar trata de la construcción de barrios y comunidades por parte de gente que ha superado las barreras financieras e institucionales mediante la ocupación y la construcción de sus propias casas y barrios.”* [84] A informalidade é um fenómeno heterogéneo o que dificulta a sua análise e observação. Não pode ser classificada apenas como um fenómeno da pobreza, visto que famílias de todas as classes optam por habitar fora da rede. Não pode ser considerada infraurbana ou marginal visto que certas comunidades informais produzem de forma incremental e isolada espaços mais habitáveis que certos programas de habitação. O único denominador comum da informalidade é esta ser uma reação consciente ou inconsciente da norma.

Não são ações defensivas, mas ofensivas, pois buscam incessantemente aumentar o seu espaço.[85] Como se materializa através da ação direta segundo as oportunidades, a informalidade é um fenómeno que naturalmente evolui e se articula, atribuindo-lhe uma qualidade incremental e experimental. Pelas

Figura 40. *La petit cinture. Paris. Processo de Gentrificação.*

suas antipatias com o formal, são heterotopias de compensação, com maior ou menor valor cultural, e com um conhecimento construído através da prática. *"Our contenders seem to concern themselves primarily with action."* [86] James Scott denomina estes formatos de ação de *"formas cotidianas de resistência"* [87], lutas em que não existe confronto direto nem resistências abertas e declaradas, razão pela qual podem, ser ou não ser consideradas políticas. São orgânicas, não exigem organização e muito menos o confronto pois *"o confronto frontal seria suicida"* [88]

Conforma um urbanismo de guerrilha, ou seja, uma estratégia na qual um determinado grupo de indivíduos pretende adquirir a maior mobilidade e invisibilidade possível. Bem situada, a informalidade pode instalar-se nas porosidades da cidade formal dialogar com as suas dinâmicas e construir organicamente um lugar efervescente de economias e empreendedorismo. A cidade informal é uma parte constituinte da cidade formal, indispensável para o seu funcionamento.

"The megacity thus renders the very category of global city impossible, revealing the limits, porosities and fragilities of all global centers." [89]

Qual é o fator que marca a diferença dentro da informalidade? Segundo Boaventura de Sousa Santos a repressão leva a três emergências sociológicas. *"Ruínas-sementes, apropriações contra-hegemônicas e*

85.*BAYAT, Asef. (1997). Third World Quarterly.(Eds.) Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People. Volume 18. Número 1. pp. 53-72. P.56*

86. *IBIDEM.*

87.*Santos, B. (2018). O fim do Império Cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul. 1ºEd. Almedina. Coimbra. P. 124*

88. *IBIDEM*

89.*ROY, Ananya. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P. 229*

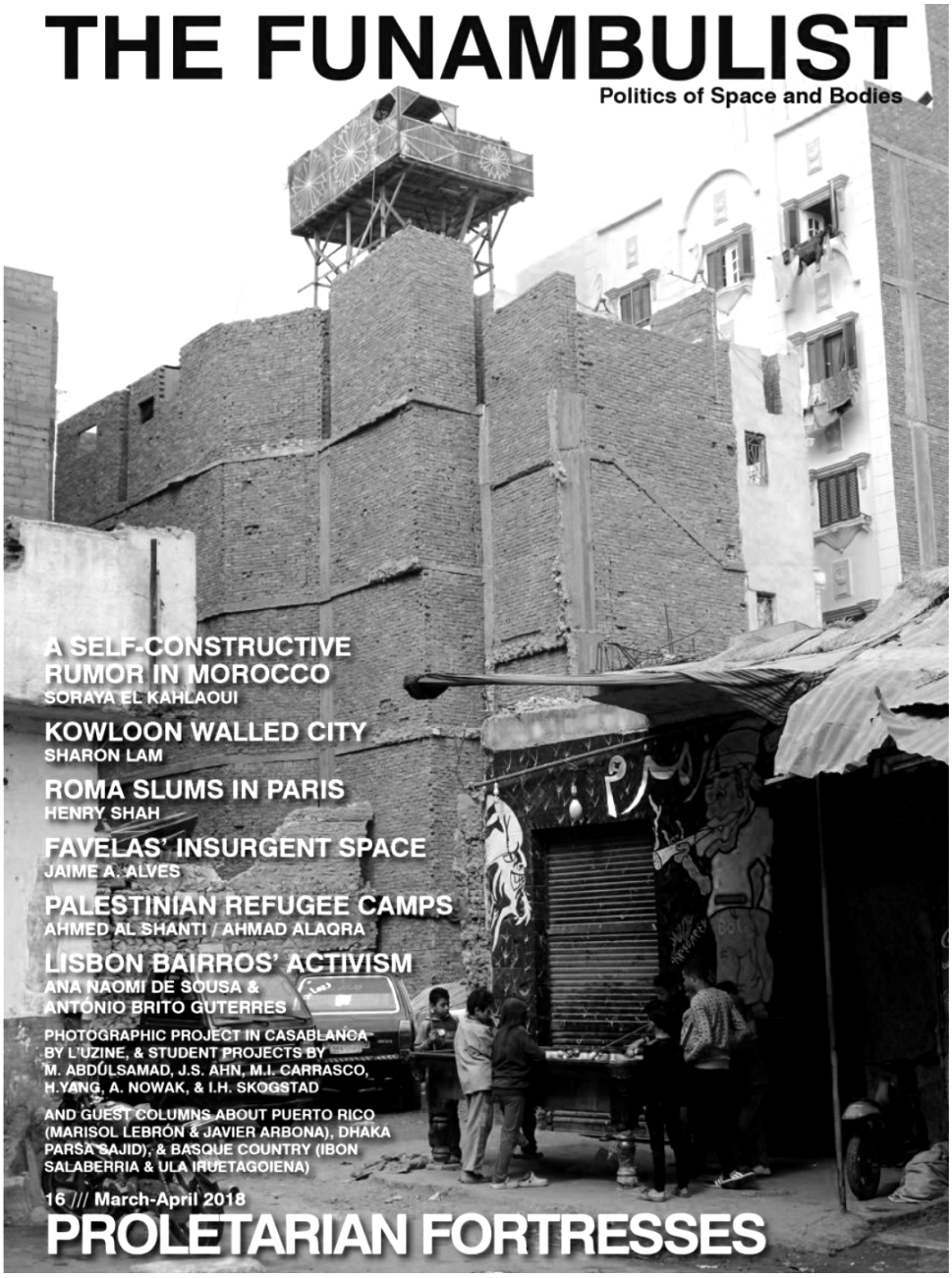


Figura 41. *A self-constructive Rumor in Marocco. The Funambulist. Soraya el Kahlaoui.*

Informalidade

Definições para a informalidade

zonas libertadas".[90] Visto que os sistemas Governamentais são muitas vezes incapazes de dialogar com outras formas de cidade e que a sua ação é profundamente agressiva e opressora, incentivam-se os desmantelamentos culturais e a consequente reconstrução das culturas. A informalidade é semelhante ao que o autor apelida de apropriações contra-hegemônicas, ou seja, práticas e mecanismos apropriados pelos grupos sociais oprimidos, *"re-significando-os, refundando-os, subvertendo-os, transformando-os criativa e selectivamente.(...entre tais apropriações, cito, a título de exemplo, os direitos humanos, a democracia, a constituição."* [91] A informalidade como processo social em permanente evolução, é capaz de realizar o salto do orgânico ao articulado, do pré-figurativo ao do resistente, do espontâneo ao organizado, da invisibilidade à exposição, da ir-replicabilidade à replicabilidade, de uma alternativa a uma solução. As zonas libertadas de Boaventura de Sousa Santos, são espaços que se organizam com base em princípios e regras radicalmente opostos aos que imperam nas sociedades capitalistas, colonialistas patriarcais. São complexas, diversificadas e alternas. Buscam através da prática, alternativas plausíveis ao sistema dominante. São heterotopias de Compensação. *"O seu objetivo é criar, aqui e agora, um tipo diferente de sociedade, uma sociedade liberta das formas de dominação que prevalecem no presente."*[92] Como são ações em processo exigem

90.*Santos, B. (2018). O fim do Império Cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul. 1ºEd. Almedina. Coimbra. P. 124*

91.*IBIDEM. P. 65*

92.*IBIDEM*

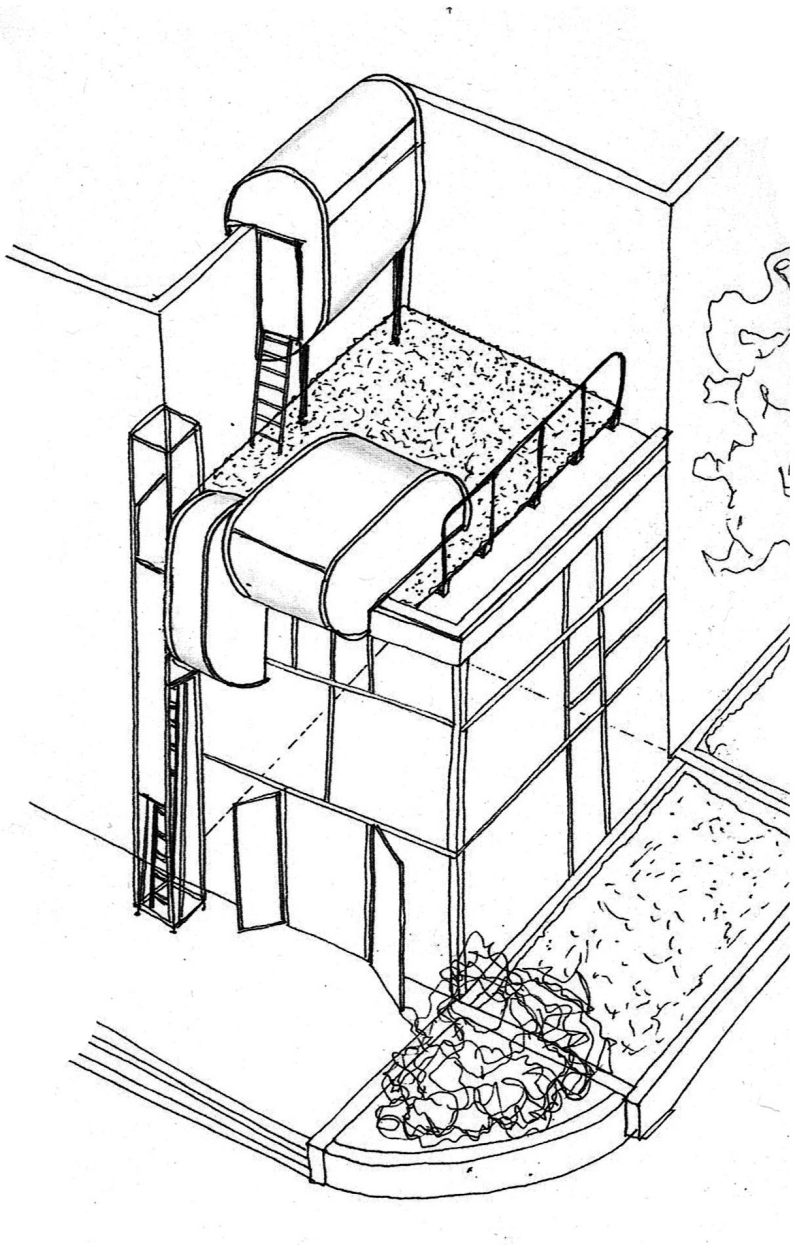


Figura 42. *Proyecto Protesis Urbanas Sevilha 2001.*

Figura 43. *Desenho de Santiago Cirugeda. Projeto Protesis Urbanas. Sevilha 2001.*

93.*Koolhas, Rem. Citado por ROY,A.(2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. International Journal of Urban.Volume 35.2. Oxford, USA and Regional research.Published by Blackwell Publishing. P. 229*

94. *GILLESPIE,B(2010).Cirugeda Santiago. Recetas Urbanas. Em: Cebofilms.*

95.*"Although poverty in urban areas has been increasing for some decades and there are now higher numbers of the 'poorest of the poor' in urban centres throughout the world than at any previous time, the urban poor are usually able to help themselves more than their rural counterparts. Indeed, the immigrant urban poor have largely moved voluntarily in order to exploit actual or perceived economic opportunities. Opportunities manifest, in part, due to the growing urban informal sector, which is most spectacularly visible in the many growing and large-scale informal and squatter settlements in urban centres. In many cities, the informal sector accounts for as much as 60 per cent of employment of the urban population and may well serve the needs of an equally high proportion of citizens through the provision of goods and services."*

UN-Habitat.(2003).The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 67

adaptação contínua em busca de formas estáveis de crescimento. Ou seja, são lugares onde as práticas quotidianas de resistência, justapostas no território, e desempenhadas de forma individual e invisível, articulam-se de forma a gerar um projeto coletivo, outra cidade, outra sociedade.*"Lagos is not catching up with us. Rather We may be catching up with Lagos."* [93]

A instrumentalização da informalidade

Muito por consequência do abandono governamental e da ausência de entidades vigilantes, o indivíduo gradualmente aumenta o exercício de domínio. Desprovido de qualquer regulamentação física do território, mas ainda assim condicionado por limitações da vida em sociedade, este fenómeno é tão capaz de elaborar no mesmo espaço paisagens de segregação, como territórios diversificados, vivos e criativos. Os habitantes precisam de recorrer a formas pragmáticas para colmatar as dificuldades de construção, o que impossibilita ser legal fazendo da cidade informal o principal palco da experimentação morfológica e sociológica das cidades. *"Hay muchas entidades que ocupan porque usan un edificio vacío, y lo que están haciendo es produzir una atividade social y cultural, de integración muy alta, eso es evidenciar que existen otras vías de desarrollo, y por eso lo atacan. Están demostrando , que se puede usar*

Figura 44. *Quarenta Milhões de escravos Modernos e 152 Milhões de crianças empregadas em trabalho infantil.*

la propiedad de otros ,como un bien social sin ningún tipo de especulación económica, pero eso no interesa." [94]

Pela liberdade e criatividade presente no crescimento das cidades informais existe nelas espaço para outras formas de produção social do "habitat". O caráter insurgente da informalidade exige que o observador seja capaz de separar dois fenómenos: (1) a operacionalização desta pelo próprio habitante, singularmente ou colectivamente, com o objetivo de adquirir os recursos indispensáveis à vida humana, como a habitação, o sustento económico, a propriedade e (2) A instrumentalização selvagem desumana e capitalista da informalidade para lucro através da exploração da condição dos seus habitantes.

Para Santiago Cirugeda o fundamento de cada ação insurgente está nos valores que defende, e as consequências que produz. A informalidade é instrumentalizada tanto como fenómeno popular para a colmatação de carências, como forma de intensificação das injustiças, criando e aplicando formatos de lucro e opressão mais selvagens que o sistema formal. A informalidade é palco das maiores atrocidades humanas e, ao mesmo tempo, de projetos com valor social, educativo urbano e económico.[95] Quais são as formas de informalidade que se pretende capacitar, que valores, e com que consequências? Como fenómeno, fundamentalmente exterior à norma, a informalidade é, num contexto permissivo à sua existência, instrumentalizada livremente. Para a operacionalização da informalidade, os agentes envolvidos devem compreender as várias dimensões que a compõem, as razões pelas quais ela se transformou num mecanismo de repressão.

Será a cidade informal um mero desequilíbrio de riquezas que o sistema imposto produz, ou é a cidade informal, os seus habitantes e o seu desespero, uma necessidade para o modelo atual? O estudo massivo sobre o fenómeno dos territórios informais apelidado Challenge of slums, assumia no ano de 2003, que 924 milhões de habitantes, ou seja, 31,6% da população urbana vivia em assentamentos Informais. *"The immensity of the challenge posed by slums is clear and daunting".*[96] Sendo estes territórios substancialmente habitados por pessoas em condição sócio-económica fragilizada, considerados fora da sociedade formal, do outro lado da linha abissal, este sector segregado, e marginalizado representa um valor laboral enorme para o capital, visto que os seus habitantes são a mão-de-obra barata. *"(...) if the hundreds of thousands of "unauthorized","unregularized", or "ineligible" Dharavi residents were evicted, the city would simply stop working. If the mega slums were to disappear, then Mumbai would lose so many of its drivers, domestic workers, garment manufacturers, garbage collectors, and office workers that India's commercial*

Informalidade

A instrumentalização da informalidade

96.*UN-Habitat. (2016). World Cities Report. Urbanization and Development Emerging Futures. United Nations Settlement Programme. P.13.*

97.*IBIDEM*

98.*HARVEY, D. (2015). Direito à cidade e resistências urbanas. A cidade do capital. Conferência no cine teatro são luiz. Fortaleza. Brasil.*

99. *IBIDEM*

100.*Harvey, D. (2005). Breve história do Neoliberalismo. Ediciones Akal s.a. traducción Ana Mateos.Tres cantos. Madrid.Espanha. 2007. P. 15*

101.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling. P. 67*

102.*ROY, Ananya. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P.234*

103.*IBIDEM*

capital would simply cease to function" [97] A Teoria conhecida como teoria do valor-trabalho foi definida entre o Séc. XVIII e XIX. Estabeleceu-se a origem do valor. O valor do objeto era pensado como algo concreto e medível. Segundo esta teoria o valor de um produto era determinado pelo trabalho humano, ou seja, pelo número de horas necessários para a sua produção. Este formato de quantificação de um produto originou um paradoxo visto que o trabalhador era o indivíduo menos recompensado. Ao final dos anos 70 e segundo David Harvey, a sociedade empresarial sentiu-se ameaçada. Durante esta época de instigação popular, dominavam segundo o autor, Estados sociais fortes e entraves ao Capitalismo livre, desde mecanismos de proteção laboral a leis de proteção ambiental. Os estados transformaram-se em agências promotoras do grande capital e a indústria ganhou novas capacidades de mobilidade, instalando-se nos países com excedente de trabalhadores. *"there was a radical shift in economic thinking, from a demand side analysis to an supply side analysis.".*[98] *(...)" Part of the strategy that the capitalista took in trying to discipline Labour was Liberate finance Capital, so it can go where the wages were lowest, as a result of that, finance capital; deindustrialize much of the United states, Europe and most of the tradicional centers. Financialization didn't occur by chance, it was a strategy to disempower labour. But by disempowering labour it also disempower national*

Figura 45. *Rua Comercial de Dharavi. Mumbai. India.*

Figura 46. *Rua Comercial de Burail. Chandigarh. India.*

governments who lost more and more control of capital flow." [99]

Segundo Harvey[100], existem diferentes riquezas num sistema capitalista, sendo os mais importantes: o dinheiro, os recursos, a tecnologia e os trabalhadores. A produção reside inevitavelmente nas massas generalizadas da população atribuindo uma força ao coletivo laboral. O aumento de habitantes, sem que esse aumento populacional seja acompanhado por um crescimento industrial, diminui automaticamente o valor da força de trabalho, desequilibrando a balança de poder, reproduzindo e proliferando a pobreza. A pobreza é essencial para a acumulação de capital.

"Urban slums and squatter settlements exist and continue to grow for a variety of reasons – economic, social, political and environmental. From an economic perspective, they are a source of (real or imagined) economic opportunity for a nation's poor, and of low-cost labour supply for the public and private production of goods and services."
Os assentamentos informais são na visão do mercado, *"warehousing of surplus labour"* [101].

Escrevendo contra narrativas distópicas e apocalípticas dos assentamentos informais, o fenómeno da informalidade é igualmente conotado com um espírito empreendedor. O conceito de Urbanismo Subalterno alberga as iniciativas populares de produção do espaço. O subalterno marca os limites da sociedade, caracterizando aqueles habitantes que, por impossibilidade ou desinteresse de inclusão, desenvolvem territórios exteriores à ordem civil. Sob este conceito, os assentamentos informais são também o palco de *"grassroot uprising against state bureaucracy, a revolution from below"* [102], um lugar que para Roy, está cheio de ativos, mas em forma de capital morto "dead capital". O prodígio deste território, reside na forma como esses ativos são transformados em capital líquido. O urbanismo subalterno está repleto de histórias de empreendedorismo capazes de crescer do nada.

"Instead of a neighbourhood characterised by misery, I find a bustling and enterprising place, packed with small- scale industries defying their circumstances to flourish amidst the squalor. Rather than pity, I am inspired by man's alchemic ability to thrive when the chips are down."[103]

A localização dos assentamentos informais vai proporcionar outra dimensão, diversificando o fenómeno e complexificando a sua compreensão. As fronteiras entre os territórios informais e formais são mais percetíveis ao nível morfológico e legal. Ao nível económico essas fronteiras estão mais diluídas. Numa relação dualmente lucrativa, a cidade formal absorve trabalhadores destes territórios e os assentamentos informais dialogam com a economia da cidade formal, nutrindo-se igualmente. O assentamento informal de Dharavi, na Cidade de Mumbai

Índia é um universo de Microempresas e Indústrias capazes de produzir anualmente 665 Milhões de Dólares. *"Dharavi is probably the most active and lively part of an incredibly industrious city. People have learned to respond in creative ways to the indifference of the state . . . Dharavi is all about such resourcefulness. Over 60 years ago, it started off as a small village in the marshlands and grew, with no government support, to become a million-dollar economic miracle providing food to Mumbai and exporting crafts and manufactured goods to places as far away as Sweden (Echanove and Srivastava, 2009)"*[104]

O Bairro de Makoko, uma comunidade de 300.000 habitantes, exemplo utilizado e analisado mais adiante neste trabalho, é igualmente um lugar de empreendedorismo informal. O bairro, situado na margem da Lagoa da cidade de Lagos, é responsável pela pesca e venda de 40% do peixe consumido, que atualmente já ultrapassa os 13 milhões de habitantes. [105] Burail, a anomalia na grelha de Corbusier, é uma fonte de emprego; os habitantes de Chandigarh deslocam-se a este bairro por produtos que não podem encontrar na cidade (peças de automóveis, equipamentos elétricos, vegetais frescos). Não muito diferente, o bairro 31, na cidade de Buenos Aires, igualmente exposto e debatido mais adiante neste trabalho apresenta o mesmo padrão. Quando os negócios do centro de Buenos Aires encerram outro estrato da sociedade surge nas

104.*IBIDEM P. 236*

105.*MOLANO. E. (Janeiro 2014). Lagos construye su Gran Manzana para los millonarios del petróleo. (WeblogPost)*

106.*MOHANRAJ. R. (2017). A framework for empowerment. Leveraging Urban Design to Repair and Revitalize the Informal Settlement of Villa 31 in Buenos Aires. Tese de Mestrado em Desenho Urbano.Universidade de Berkeley. P. 13.*

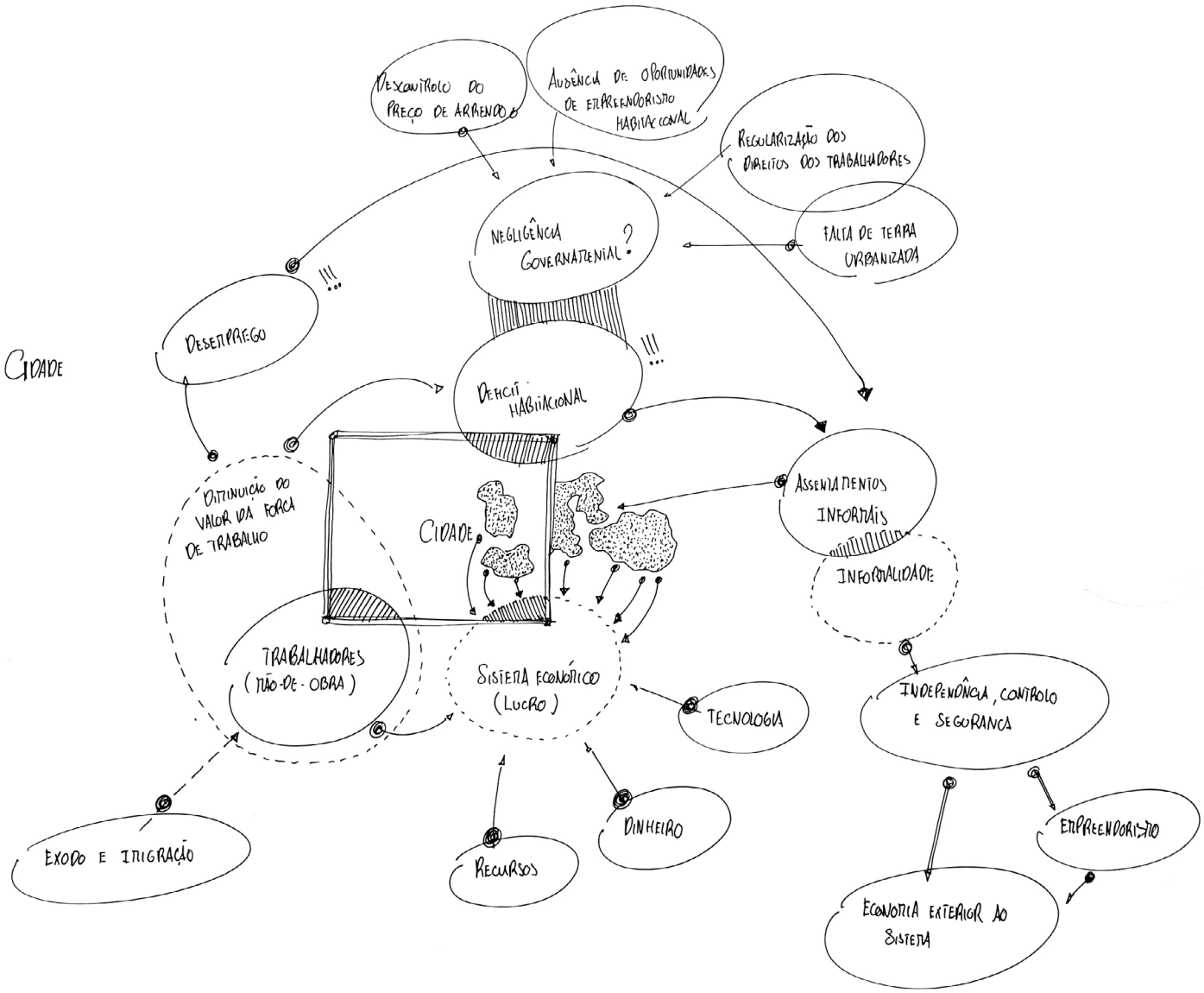


Figura 47. *Esquema. Idiossincracia dos assentamentos informais.*

ruas vazias. Assim que os trabalhadores da sociedade civil regressam às suas habitações, o trabalho de 30.000 pessoas está prestes a começar. Conhecido como os "Cartoneros", os habitantes da Villa deambulam pelas ruas de Buenos aires em busca de materiais recicláveis. Separam plástico, cartão e metal e recolhem cerca de 4.5 toneladas de material cada noite.[106]

O problema desta relação dialogica intrínseca entre informal e o formal é que um fenómeno é inequivocamente marginalizado pelo outro, impedindo qualquer emancipação. Não existe nenhum regulamento que proteja esses trabalhadores, nenhuma lei que defina o preço de venda, os indivíduos não estão inscritos na segurança social, não têm seguro ou são trabalhadores independentes. Realizam um trabalho fundamental, sem o qual a cidade deixaria de funcionar, mas não tem os mesmos direitos. É possível afirmar que a desregularização e o abandono do Estado permitiu que formas socialmente complexas pudessem vigorar e enraizar-se no território. Como defende Asef Bayat, a informalidade, nomeadamente a perceção de espaço para a ocupação e a identificação da janela temporal para a sua execução, depende fundamentalmente de três fatores: crises, Invisibilidade e subornos. *"Villas are tolerated only because such brownfield sites are temporarily worthless".*[107] Em momentos de crise política,

107.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York.ISBN 1-84467-022-8 . P.38*

108.*IBIDEM*

109.*ROY, A. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P. 234*

110.*IBIDEM. P. 230*

111.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York.ISBN 1-84467-022-8. P. 38*

112.*IBIDEM*

113.*ROY, A. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P. 234*

114.*DAVIS, Mike. (2016). Planet of Slums.First Published by Verso New York. Printed in the USA. New Left Books London. Página 45 ISBN 1-84467-022-8*

revolução, guerra ou crash económico, o estado desvanece, e os assentamentos informais proliferam. Essa ocupação divide-se em dois modelos, urbanizações piratas e ocupações[108].

Aihwa Ong, professora de antropologia da Universidade de Berkeley, Califórnia, e citada por Ananya Roy convida a observar os assentamentos informais não apenas pelo seu empreendedorismo, mas por uma lente governamental, ou seja, observando o conjunto de autoridades que se encarregam do governo, controlo e gestão do lugar. Para a escritora, os assentamentos informais são apenas uma das formas de relação do governo com o seu território e fazem parte de uma gestão neo-liberal da cidade. "*Zones of 'superior privileges' (ibid.: 219) coexist and contrast with zones of cheap-labor regimes*".[109] Gregory, (2010, P.57), igualmente citado por Ananya Roy interpreta estas zonas excecionais como *"a potential space of political modernity"* mas assume que os assentamentos informais são a herança do modelo da era colonial *"profoundly colonial apparatus of power"*.[110] Os assentamentos informais marcam o limite visível do capitalismo, deixando do outro lado todos os trabalhadores expulsos do setor económico, regulado da cidade, ou segundo Mike Davis, *"urban sub-proletariat"*. [111]

O urbanismo informal é também o lugar onde o controlo sobre o território é parcial ou totalmente abandonado pelo Estado e ocupado por outras entidades. *"Squatters very often are coerced to pay considerable bribes to politicians, gangsters, or police to gain access to sites, and they may continue to pay such informal «rents» in money and/or votes for years."* .[112] Após os Estados abandonarem voluntariamente a sua responsabilidade, como entidade reguladora e protetora, os assentamentos informais crescem livremente e as consequências da informalidade não vigiada, agravam-se com o crescimento de máfias locais ou Urbanizações Piratas, que acabam por ocupar o lugar das agências governamentais e dominar a gestão do território. As urbanizações piratas têm rendas, e ocupar não implica obrigatoriamente uma forma mais barata de acesso à habitação. *"The lots sold usually provide only a bare minimum of services, often nothing more than some streets and water stand posts."*.[113] A urbanização Pirata é a mercantilização da pobreza *"substandard commercial residential subdivisions (SCRSs) "* [114]. Ao contrário de ocupações de terrenos, são lugares ordenados e divididos em lotes uniformes, com ruas, e serviços mínimos e propriedade, mas subdivididas. *"The fortune at the bottom of the pyramid"*.[115] Abandonados pelo seu governo, são propensos à proliferação de formatos de capitalização do território, abuso social mais selvagem que no mundo formal, pela ausência deliberada de um estado regulador.

"I am also taken with how the 'colonial wound' (Mignolo, 2005: 95) is the occasion for a host of postcolonial centerings, for violent practices of

domination and hegemony. In this transmodernity, postcolonial experiments inaugurated by emergent nation-states and their megacities generate and stage global value. Such experiments cannot be read as a reversal of colonial power; instead they demonstrate the brutal energy of the postcolony." .[116] Ao contrário de outros movimentos sociais, os habitantes de urbanizações piratas estão completamente desprovido de formas de organização e protesto contra repressões dos proprietários e dos terratenentes. "this too is an occupancy Urbanism-of the powerful".[117] A mercantilização dos assentamentos informais, imita formas de acumulação de capital, em território não vigiado pelo Estado. A informalidade consumida pelo capitalismo da pobreza não altera as relações de poder. O habitante subalterno permanentemente oprimido será incapaz de se emancipar economicamente e socialmente. O assentamento informal será incapaz de adquirir outras formas de cidade. "(...) that these people's economies are also the active frontiers of contemporary capitalism, the greenfield sites where new forms of accumulation are forged and expanded." [118] Resumindo, Ananya Roy apresenta um modo de observar a informalidade a partir da sua legitimação e criminalização. É a permissividade e a marginalização da informalidade que ditam a metamorfose das cidades, delimitando territórios, estipulando relações de trabalho e condições de vida.

115. *ROY, A. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P. 230*

116. *IBIDEM. P. 231*

117. *"development mafias' — 'local criminal syndicates, often with global connections'. Such mafias operate in tandem with real estate capital, the state and the police."*
IBIDEM. P. 230

118. *IBIDEM. P. 233*

"I maintain that the nation-state — with its supposed monopoly over sovereignty — remains a key institution in structuring spatial order. [119]

Figura 48. *Todos os assentamentos informais de Hyderabad marcados a Negro. Índia.*

119.*IBIDEM. P. 234*

120.*CASTRO, J. F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1ºEd. Cidade de Buenos Aires. Argentina. Instituto de la Espacialidad Humana. P. 26. ISBN 978-987-05-9779-7.*

121.*TURNER, J. (2000). Housing By People Towards Autonomy in building Environments. Publishers Ltd. London. Ideas in Progress. P. 13.*

122.*UNITED NATIONS. (1976). The Vancouver, Declaration on Human Settlements. Canadá. 31 May. P. 6.*

123.*IBIDEM. P. 5*

124.*IBIDEM. P. 10*

125.*IBIDEM. P. 11*

UN-Habitat e a construção do consenso

Até meados da década de 1960 não se elaborou um estudo congruente por parte das Nações Unidas para a compreensão deste fenômeno, levando cada estado a responder de forma pontual ao "problema". *"Una primera posición fue concordante con las posturas teóricas desarrollistas o funcionalistas, donde en los Estados latinoamericanos no se definieron acciones integrales respecto a los asentamientos informales, ya que se partía de la premisa según la cual el mismo proceso de crecimiento económico incorporaría a los pobres urbanos a la ciudad formal, tarde o temprano."* [120]

Contudo, a partir dos anos 60 o problema da habitação e dos assentamentos informais agravou-se e atingiu níveis de precariedade, para a época ininteligíveis. A situação foi levada a cabo como uma consequência dos modelos de sociedade e de cidade e um resultado irreversível, levando os estados a propor ações nas agendas políticas em torno do "deficit" urbano e habitacional. Imediatamente os assentamentos, revelam-se como um problema e uma tema central do debate sobre a habitação. *"It is absurd to think of a World Housing Authority centralyzing humanity's supply of dwellings units. Where the absurd is a partial reality as in the internationalization of agriculture, the danger of disastrous commodity shortages has*

Figura 49. *Vancouver Habitat I Fórum. Hangar 7. 1976.*

never been so great or imminent. In historical fact, good housing like pentifull food, is more common where it is produced through network structures and decentralizing technologies."[121]

O ano de 1976 presenciou a Conferência do Habitat em Vancouver, onde se assume, pela primeira vez a nível mundial, a existência de um património construído nestes assentamentos e a necessidade de preservar essa cultura, à medida que se deveria garantir a aquisição do lote pelas famílias. O paradigma sobre os assentamentos ilegais alterava-se, da invisibilidade à centralidade dos diálogos, da expropriação e expulsão para a providência dos serviços, regularização e propriedade, incrementalidade do espaço urbano conseguido, saúde, educação e a formalização de instituições com o propósito de gestão, apoio e vigilância.

"The nations of the world expressed their concern over the extremely serious condition of human settlements(...)human settlements must be seen as an instrument and object of development.A human settlement policy , must seek harmonious , integration or co-ordination of a wide variety of comônents, including , for example, population growth and distribution, employment, shelter, land use, infrastructure and services.".[122] Contudo, o próprio tratado assume o direito do Governo de soberania, sobre todas as decisões, retirando-lhe força, dando ao documento um sentido ideológico, e meramente intencional. O tratado utiliza palavras como "recommendation" e "should". *"All Countries should establish as a matter of urgency a national policy on Human Settlements".*[123] O plano de ação desenvolvido pelos países membros dividia-se em seis grupos, que deveriam fazer parte de uma solução integral. Primeiramente estabelece a necessidade de uma Política Nacional sobre assentamentos, que assume a complexidade da construção de um órgão vigente sobre um território em permanente transformação, e exigindo por essa razão uma revisão constante.

Em segundo, exalta a necessidade de um planeamento dos Assentamentos, baseado num uso eficiente dos recursos disponíveis,*"Imaginative planning should be stimulated and anticipatory"*[124] e de uma solução fomentada na autodeterminação, seja este planeamento em novos assentamentos ou planificações inseridas na colmatação de deficiências de territórios existentes. *"Settlement planning cannot merely focus on new urban development for many settlements already exist. The improvement renewal and rehabilitation of these settlements should therefore be continuous"*.[125]

O terceiro parâmetro é denominado *"Shelter, infrastructures and services"*. Inclui todos os benefícios a que a comunidade de um certo território deve adquirir, se um Estado realmente procurar construir um corpo social, funcional com possibilidade de crescimento. Neste

126.*IBIDEM. P. 19*

127.*IBIDEM. P. 29*

128.*IBIDEM. P. 33*

129.*IBIDEM. P. 36*

130.*IBIDEM. P. 38*

capítulo as necessidades enquadradas para o bom crescimento e desenvolvimento humano incluem qualidades físicas do espaço, como as infraestruturas e os imóveis, mas também algumas não palpáveis como a saúde, a cultura e a educação, abraçando a ideia de que estas fazem parte das necessidades essenciais da vida humana. Por necessidade, mas também como exigência, o tratado pede a promulgação, e proteção da cultura local exigindo que, a construção dentro destes assentamentos, seja compatível com materiais locais, seja evolutiva e que possibilite a inserção do conhecimento popular. Como alternativas para a colmatação de lacunas dos assentamentos ilegais, o tratado chega realmente promover um apoio formal às dinâmicas gerada pela informalidade, não como segunda opção, mas como solução. *"The informal sector should be supported in its efforts to provide shelter, infrastructure and services, especially for the less advantaged."* [126]

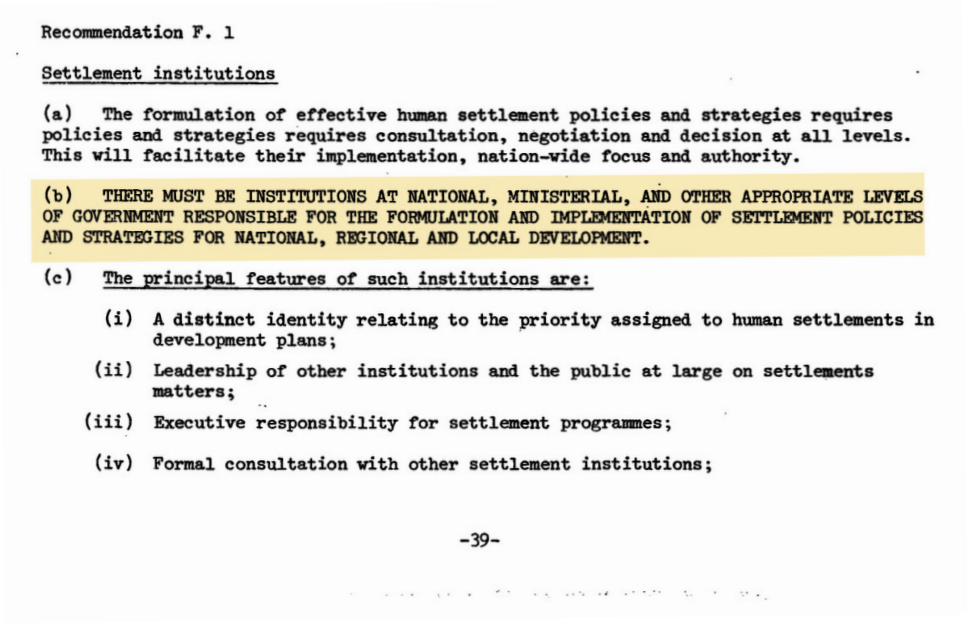
O quarto parâmetro exposto é a terra, identificado como um possível obstáculo ao desenvolvimento equitativo do território, se a sua gestão, venda e acumulação não for vigiada. O tratado atribui desta forma ao controlo público da terra, um valor fundamental, e uma prioridade à comunidade local, sobre a decisão das funções do espaço, de forma a proteger os interesses de longo prazo. Entende-se, que para um forte controlo do fluxo de novos habitantes, das transformações físicas, e para

Figura 50. *Vancouver Habitat I Fórum. Hangar 5. 1976.*

a preservação de certos lugares estratégicos para a comunidade (pelo seu valor cultural, emocional e económico) a gestão pública, comum e local do território é fundamental. É reconhecido que o fornecimento de habitação, infraestrutura e a prestação de serviços, responderá mais equitativamente se for direcionado a uma necessidade colectiva. *"Public ownership or effective control of the land in the public interest is the single most important means of improving the capacity of human settlements to absorb changes and movements in population, modifying their internal structure and achieving a more equitable distribution(...)"* [127]

A participação pública aparece como quinto fator fundamental. *"(...) the task is too great for Governments to accomplish without mobilizing the interest of inhabitants(...)"* [128] O esforço de co-governança é considerado um pré-requisito para uma ação efetiva dentro dos assentamentos humanos, e a participação uma parte integral nos processos de decisão na amplitude total dos aspetos que influenciam a vida no bairro. Para tal, o próprio tratado defende que para que este processo se possa desenvolver fluentemente, a informação deve passar livremente por todos agentes. *"Public Participation should Integrate the Various sectors of the population, including those that traditionally have not participated either in the planning or in the decision-making Processes."* [129]

Estratégias, planos de ação e políticas de intervenção não podem ser elaborados sem o apoio de mecanismos. Estes mecanismos ganham a forma de ações, instituições e leis. Por essa razão, o sexto e último parâmetro de ação são: instituições e gestão. O primeiro grande objetivo identificado, seria a providência de liderança dentro das comunidades, promovendo a autogestão coletiva dos territórios. As instituições são incentivadas a adaptar-se às necessidades territoriais, sempre de acordo com valores de igualdade e democracia, aconselhando os governos a realizar alterações institucionais e constitucionais para melhor servirem a população. *"(...)Institutions must be responsive to change, capable of changing themselves and suitable for promoting change by others."*[130] Assim como o território, as instituições que o governam são encaradas como uma estrutura complexa de órgãos com diferentes níveis de dificuldade e escalas de operação. A co-governança é apoiada e promovida, não só a um nível popular mas ao nível do conhecimento, dos agentes, e das várias instituições, construindo agências formalizadas a partir de bases multidisciplinares. *"Institutions for human settlements should be co-ordinated with those responsible for national economic and social development and environmental plans and policies, and interrelated on a Multidisciplinary Basis."*.[131] Exige-se que os recursos sejam controlados localmente pelas instituições necessárias para a gestão do território, fazendo uma referência especial aos recursos humanos, como os mais valiosos. *"Institutions are ineffective unless they are given access to and control over the resources necessary for operation."*.[132]



Recommendation F. 1

Settlement institutions

(a) The formulation of effective human settlement policies and strategies requires policies and strategies requires consultation, negotiation and decision at all levels. This will facilitate their implementation, nation-wide focus and authority.

(b) THERE MUST BE INSTITUTIONS AT NATIONAL, MINISTERIAL, AND OTHER APPROPRIATE LEVELS OF GOVERNMENT RESPONSIBLE FOR THE FORMULATION AND IMPLEMENTATION OF SETTLEMENT POLICIES AND STRATEGIES FOR NATIONAL, REGIONAL AND LOCAL DEVELOPMENT.

(c) The principal features of such institutions are:

(i) A distinct identity relating to the priority assigned to human settlements in development plans;

(ii) Leadership of other institutions and the public at large on settlements matters;

(iii) Executive responsibility for settlement programmes;

(iv) Formal consultation with other settlement institutions;

-39-

131.*IBIDEM. P.40*

132.*IBIDEM. P.39*

A última recomendação fundamental concentra-se na importância, de chegar às populações e certificar-se de que os recursos são recebidos, pelos utentes a quem foram destinados, assim como as suas regalias e vantagens. Desta forma, o tratado não exige apenas a execução dos processos, mas a sua revisão, vigilância e permanência no território. Pela sua presença e dimensão, assiste-se hoje pontualmente a práticas de um sector do sistema público e das agências técnicas, que pretende levar a cabo uma transformação metodológica da relação entre estado, técnicos e indivíduos. Da firmeza do modelo dominante, que expulsa, negligência e violenta para um sistema que valorize, apoie, guie e antecipe estes modelos subalternos. Mas assim como em 1976, os estudos hoje realizados pela UN-Habitat, que estabelecem objetivos influenciados pelos direitos universais e os “Millenum Goals” não ultrapassam as fronteiras impostas pela soberania nacional dos países Segundo os fundamentos da sociedade atual não é possível uma assessoria integral da informalidade. Enquanto não se realize um salto social, cultural, mas fundamentalmente político, da formatação urbana para a diversificação, os assentamentos informais não poderão superar a sua condição desumanizante, carecendo assim de meios fundamentais. A heterotopia da capacitação de certos fenómenos da informalidade está longe de conquistar a maioria das políticas públicas.

Figura 51. *Tratado de Vancouver Habitat I. 1976.*

Preamble

1. Policies, strategies, plans and programmes cannot be elaborated or implemented without appropriate instruments. In the field of human settlements, these take the form of political, administrative or technical institutions, enabling legislation and regulatory instruments, and formal procedures for the harnessing of resources, in particular human capacities.

2. New institutions on human settlements must be designed to play a variety of roles in development: important among these is that of promoting new concepts and providing leadership in unfamiliar areas. Institutions must also be responsive to change, capable of changing themselves and suitable for promoting change by others.

3. Because of their territorial coverage, complexity and relative permanence, human settlements require a very diversified system of institutions. Some operations are better managed on a very small scale, to benefit from the full participation and involvement of residents; others draw unquestionable benefits from the economy and efficiency of scale. Especially in large and complex metropolitan areas, the search for more appropriate institutions must be a continuous one, with a view to achieving a satisfactory balance between effective government and accountability to the governed.

-38-

Figura 52. *Tratado de Vancouver. Habitat I . 1976.*

I.Os mecanismos da informalidade

"There is much to learn from architecture before it became an expert's art. The untutored builders in space and time, the protagonists of this show, demonstrate an admirable talent for fitting their buildings into the natural surroundings. Our towns, with their air of futility, grow unchecked an architectural eczema that defies all treatment. Ignorant as we are of the duties and privileges of people who live in older, civilizations, acquiesce as we do in accepting, chaos and ugliness as our foreordained fate."[133]

133.*RUDOKSKY. B. (1964). Architecture without architects. An introduction to non pedigreed architecture. The Museum of Modern Art: Distributed by Doubleday, Garden City, N.Y. P. 12*

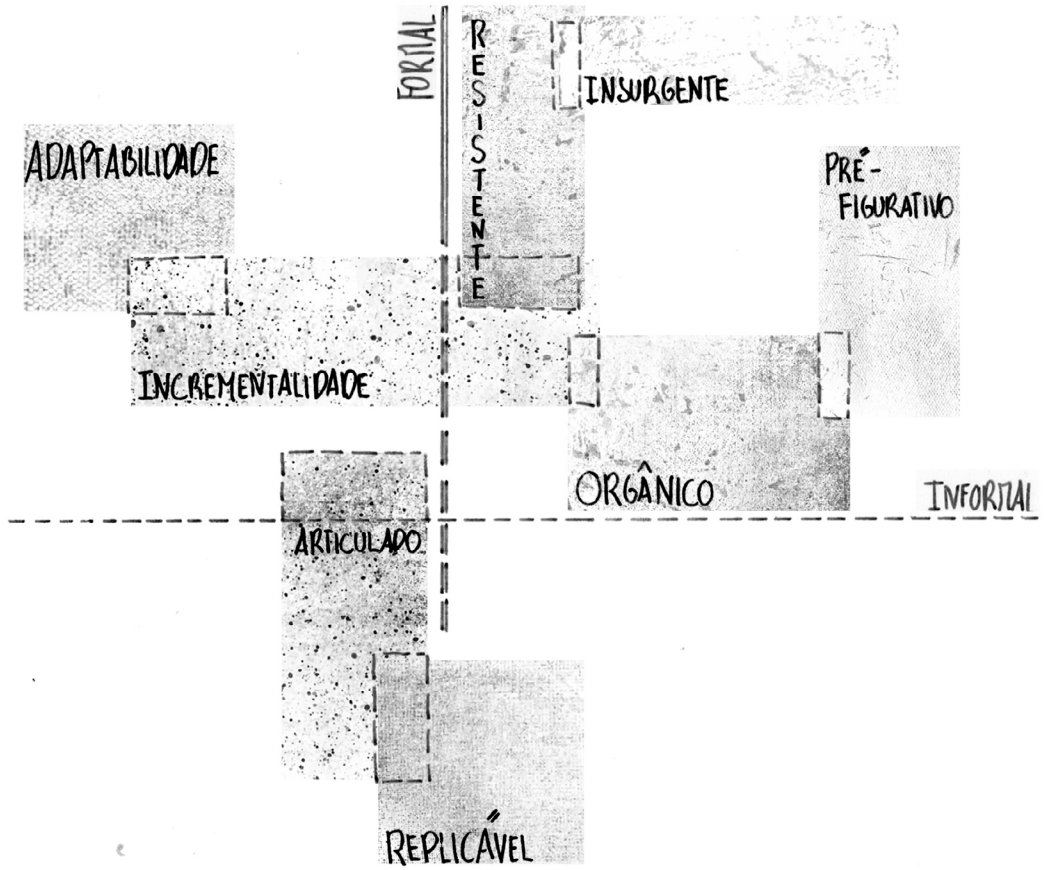


Figura 53. *Esquema. A produção Social do Habitat.*

Os mecanismos da informalidade

"Estamos viviendo un periodo interesante, lindo muy creativo muy fecundo, difícil de comprender por vezes sobretodo cuando uno se lo mira desde afuera e desde arriba , las cosas que de vera se comprenden(...) son las cosas que uno es capaz de mirar desde adentro y desde abajo . Si uno uno las miras desde arriba con la arrogancia típica de nuestros profesores de democracia, y se además de mirar desde arriba, uno lo mira desde afuera, no entiende nada.".[135] Tanto os técnicos envolvidos nos processos de diálogo, análise, observação e construção de propostas de intervenção, como os indivíduos que encarnam a informalidade estão desprovidos dos meios necessários para a operacionalização consciente da ação. Os técnicos têm acesso ao conhecimento, à tecnologia, aos mecanismos legais e à informação quantitativa, recolhida sobre o formato de cartografia e censos. Ainda que a sua ação seja movida por intenções justas, estes não têm acesso ao conjunto de dinâmicas que o território produz, à escala mais reduzida. Do outro lado, os habitantes são a força motora que rege espontaneamente o território, mas desconhecem (salvo exceções), os mecanismos, as tecnologias e os organismos necessários para uma devida intervenção integral e holística. Se adicionarmos à produção do território, relações verticais entre indivíduo-técnicos-Estado-mercado, a possibilidade de instrumentalização do território para fins extraterritoriais, ou seja, alheios aos seus habitantes, aumenta drasticamente.

134. *"La peor y más corrupta de las mentiras es un problema mal planteado."*

TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.79

135. *GALEANO. E. (Janeiro de 2018). Sangue latino. Canal Brasil. (Video)*

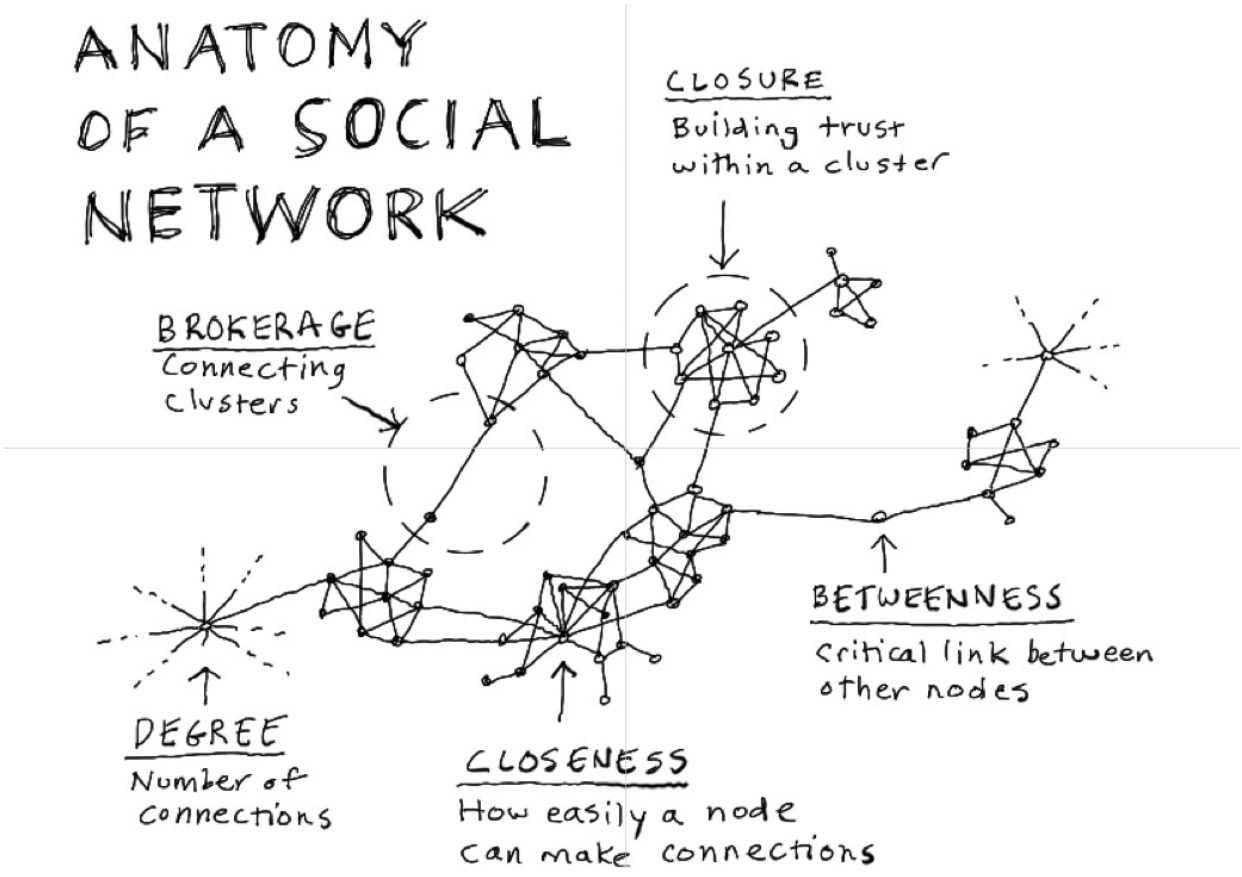
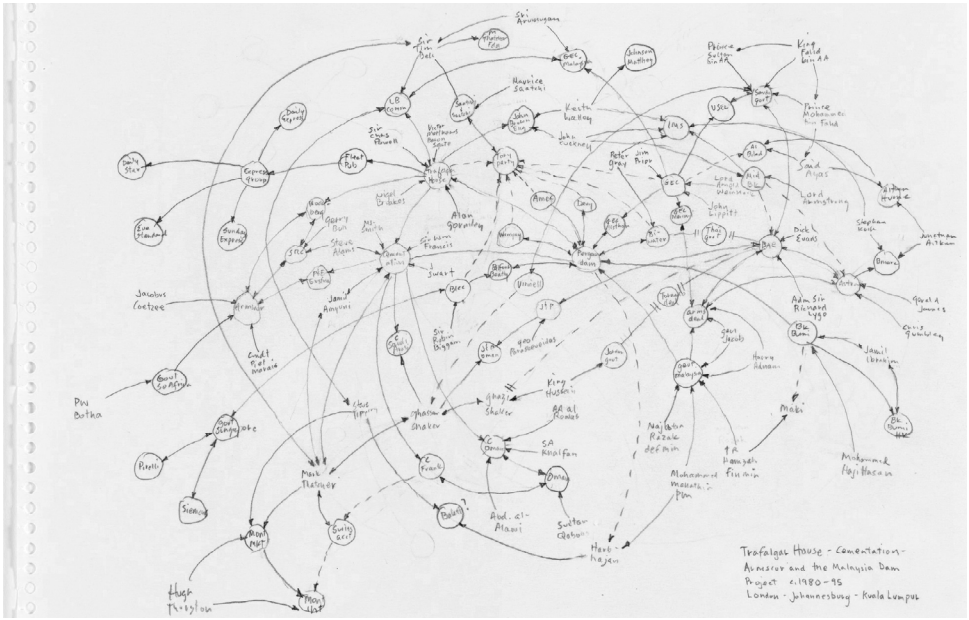


Figura 54. *Teoria de Ator-rede e os seus componentes.*

Os mecanismos da informalidade

Um modo de observar



136.*CAVALCANTI, M. (2013). Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais.Em: Cadernos Ebape, v. 11, nº. 4, artigo 4,Scielo. Rio de Janeiro FGV. pp.556-568.*

137.*"Cooper tornou-se um dos primeiros autores no campo dos estudos organizacionais a propor uma abordagem diferente para a compreensão do fenômeno organizacional, campo até então dominado pelas teorias sistêmicas, que percebem a organização como uma entidade com características bem definidas. "*
IBIDEM. P. 562

138. *IBIDEM. P. 563*

Um Modo de Observar

A introdução da Teoria de Ator-Rede (TAR) nesta dissertação, vem propor um modo de observação e compreensão dos fenómenos da informalidade urbana, destacando o seu aspeto sistémico. Apesar de ser possível descrever os objetos e agentes através das suas propriedades quantitativas, esta teoria pretende construir e desconstruir os fenómenos do quotidiano, compreendendo-os através das dinâmicas e relações. Neste trabalho, serão analisados um conjunto de processos de produção do espaço em contexto informal. Sendo em contexto informal, cada obra representa um esforço humano e organizacional relativamente criativo visto que não estavam articuladas, até a data todos os elementos essenciais para que cada uma delas se realizasse. No entanto, elas são intrinsecamente diferentes. A escolha destas obras provém exatamente das diferenças que apresentam no seu processo organizacional: todas se realizam em contextos sociais, políticos e económicos diferentes. Cada uma aspira a um conjunto de objetivos distintos, mais singulares ou coletivos. O nível de integração dos vários sectores (população, governo, mercado) é profundamente antagónico. A análise destas obras, intencionalmente escolhidas pelos contrastes que apresentam, e de acordo com o formato de observação proposto pela

Figura 55. *MOMA. Trafalgar House Comentation - Armscor and the Malaysia Dam Project.*

teoria ator-rede, permitirá compreender como cada uma é, na verdade, um sistema rígido, qualificável pelo seu nível de replicabilidade, articulação e sustentabilidade económica. O seu estudo permitirá igualmente compreender como a essência de cada obra não se encontra na sua forma, mas no processo que lhe dá vida, no conjunto de aspirações que guiam e moldam o usufruto do espaço, na rede relacional entre agentes e mecanismos.

Quando se observam as interações dentro do sistema, passam a ser estas os fenómenos que moldam os elementos e definem o território. A teoria de Ator-Rede surge originalmente no campo de estudos das ciências e tecnologia. As redes podem ser qualificadas pela sua robustez ou fragilidade. Como fenómeno processual os agentes interagem *"modificam, deslocam e transladam"* os seus diversos e contraditórios interesses, na permanente tentativa de construção de um todo coeso. *"Tais transladações dão-se por meio de deslocamentos e transformações enquanto as identidades do ator, a sua possibilidade de interação e os seus limites de manobra são negociados e delimitados"*.[136]

A teoria ator-rede procura entender o indivíduo como a construção de uma entidade em permanente relação e transformação com outros atores próximos ou distantes. Entende os atores como entes conscientes e não conscientes, humanos e não humanos, constantemente vinculados a uma rede comunicante de elementos materiais e imateriais. A abordagem de Cooper de 1976 abre caminho para a compreensão do fenómeno das redes, permitindo questionar-se sobre o processo, um estudo que serviu como base para o entendimento das ações humanas e permitiu pensar a ação humana de forma difusa e processual.[137] Os fenómenos são entendidos, como acontecimentos em permanente transformação, dependentes da relação entre agentes. John Law produziu uma das análises mais referenciadas da Teoria ator-rede. *"O objeto do pesquisador foi especificamente a expansão marítima portuguesa e como os portugueses foram capazes de estabelecer uma rota comercial estável para a Índia. O autor argumenta que esse processo só poderia ser entendido levando-se em conta como eles foram bem-sucedidos em criar um «envelope» capaz de viajar com segurança da Europa para o Oriente, e de volta."* [138]

O autor identifica e justifica o feito através da justaposição de um conjunto de mecanismos necessários para a culminação do projeto (realizar uma viagem marítima de Portugal para a Índia e voltar). O processo era dotado de um conjunto específico de objetos indispensáveis, nomeadamente uma nau capaz de realizar as viagens, canhões poderosos, com capacidade de mobilidade e disparo, um sistema de navegação, o regimento do astrolábio, o quadrante, bússolas e mapas,

marinheiros, capitães.... *"Em outras palavras depende do estabelecimento de uma rede de materiais heterogêneos, que permitem ao mesmo tempo movimento e imutabilidade."*[139] Esta rede mundial de controlo e transporte de mercadoria foi apenas exequível graças à construção de "nós" e "atores" não humanos, capazes de garantir, reger e articular as aspirações dos indivíduos. Se observarmos todos as ações segundo a sua relação entre nós e atores, a teoria permite criar uma leitura para qualquer fenómeno. A teoria permitiu igualmente construir outra perceção do conceito de objeto. Estes passam a ser considerados como manifestações estáveis de uma rede de atores. Um conjunto de necessidades incentivou a sua materialização, que de forma reacionária alimentam a acção dos indivíduos. *"Law (1992) argumenta que o ponto central da TAR seria a sua preocupação relativa a "como" atores e organizações mobilizam, sobrepõem e dão coesão à infinidade de pequenas peças que os compõem. Isto é, ao analisar redes heterogêneas por meio da TAR, a preocupação central reside em como estes arranjos formados por pequenas partes conseguem mantê-las unidas e coesas (...)"*[140].

Na ausência dos nós ou objetos que permitam a estabilidade das redes, o carácter orgânico e instável das relações entre agentes ganha força. Cada rede pretende atingir um nível de estabilidade e por consequência um sistema organizacional sobre o qual pode proliferar. Retornando a Aihwa Ong, que

139. *IBIDEM.*

140. *IBIDEM. P.564*

141.*BAYAT, A. (1997). Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People.Em: Third World Quarterly. (Eds.) Volume 18. Número 1. pp. 53-72. P.64.*

142. *IBIDEM. P.63*

143. *IBIDEM.*

144. *IBIDEM. P.67*

Figura 56. *Orangi Town. Karachi.*

Figura 57. *Orangi Town. Karachi. Autoconstruçao Coletiva das Infraestruturas.*

pretende observar todos os territórios urbanos segundo o nível de controlo governamental, é igualmente possível observar a cidade segundo a sua interação com os mecanismos legais. Os assentamentos informais são inequivocamente a materialização das cidades isoladas desses mecanismos que permitem o crescimento formal das cidades e a formação social cultural e educativa das populações. A sua ausência destes mecanismos intensifica uma situação de crise permanente e choque entre os indivíduos e as entidades governamentais. Afastada destes mecanismos (incapazes de dialogar com a situação sócio-económica das populações mais pobres), a informalidade urbana justapõe indivíduos em situações semelhantes com necessidades comuns e profundamente desamparados ainda que não disponham de uma entidade coletiva. Para Asef Bayat este é o eixo fundamental do que ele apelida "Passive network". Como se trata de uma manifestação de classe, as demandas sociais são semelhantes. Graças a esta justaposição física, o encontro espontâneo de indivíduos é estabelecido, alimentando desta forma redes ativas onde os indivíduos se descobrem, dialogam e articulam uma rede social, cultural e económica. A represália do Estado, e a articulação de redes socioeconómicas exteriores aos cânones formais, catalisa a transição de uma rede passiva para uma ativa, estável e em construção. *"The fact is that these 'juxtaposed individuals' can potentially act together. But acting together requires a medium or network to establish communication. Illegal immigrants or tax strikers cannot resist state action unless they begin to organise themselves deliberately, since no medium like space brings them together."*[141]

Conscientes da sua situação marginal, esta cidade (rede) adquire uma outra forma, com outra linguagem, outras regras, outras aspirações. *"It is the operation of 'passive networks' that lies behind the political 'danger' of the streets—as the streets represent public space par excellence. No wonder every unpopular government pays such close attention to controlling them."*[142] Sendo o Estado ainda hoje incapaz de apoiar estes movimentos, os assentamentos continuarão a desenvolver-se sobre um formato resistente. *"Quiet encroachment is therefore largely the feature of undemocratic political systems.(...)* [143]*The repressive policy of the state renders individual, quiet and hidden mobilisation a more viable strategy than open , collective protest."*[144]

145.*Habitat III Issue Papers on Informal Settlements New York 31 May 2015 UNops OHCHR P.2*

146.*UN-Habitat III. (2015). Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0.New York. P.2.*

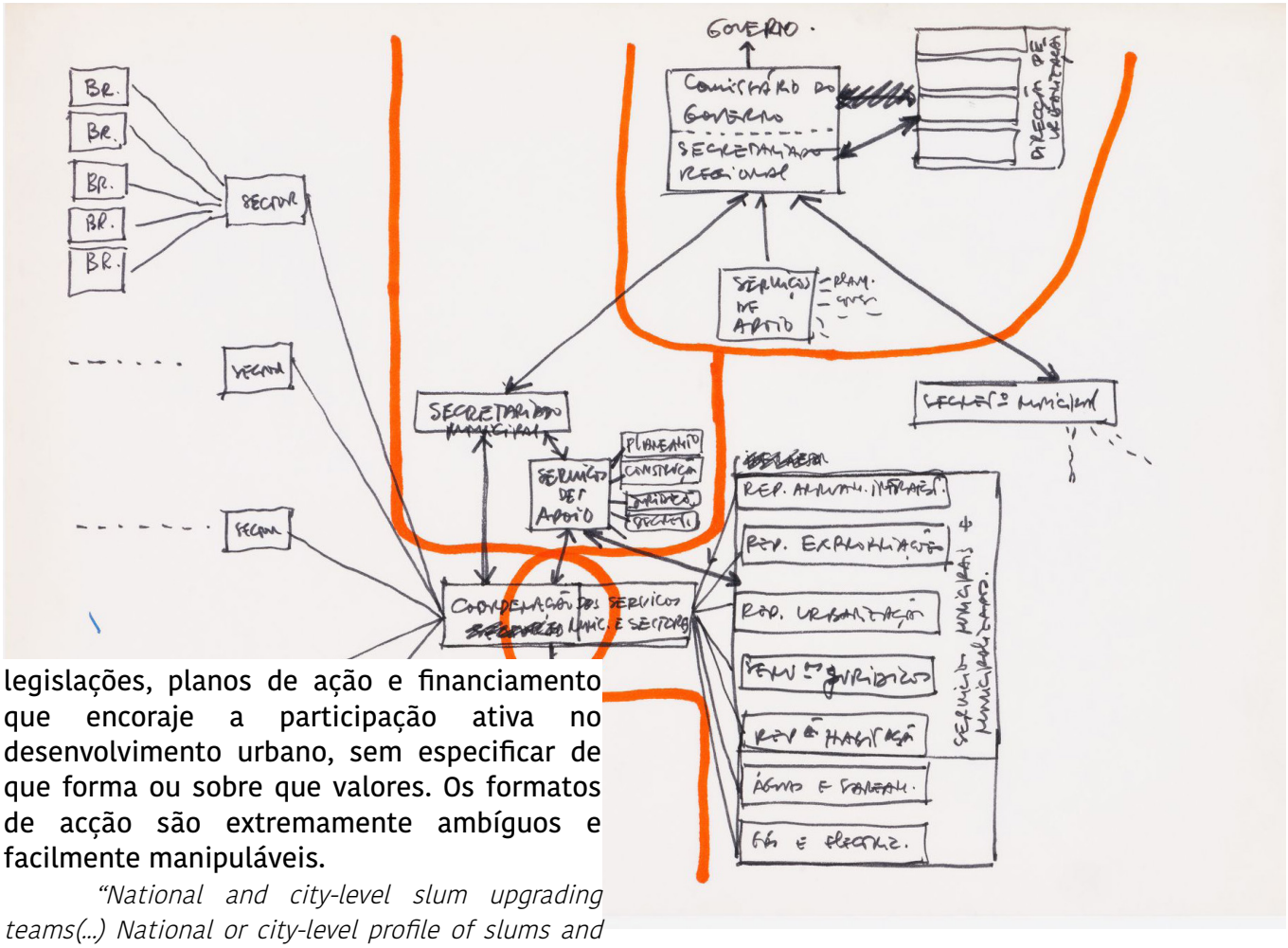
147.*UN-Habitat. (2017). Human Rights in Cities. Handbook Series. The human Rights-Based Approach to Housing and Slum Upgrading. Nairobi. P.15.*

148.*IBIDEM. P.46.*

Perceção atual

"There is a relationship between the growth of informal settlement and slums and the lack of adequate housing and land. While private sector investment in housing has been steady over the years, this investment has not translated into pro-poor, affordable housing. Some studies suggest that the affordable housing gap now stands at $650 billion a year and is expected to grow." [145]

Em 2016, a UN-Habitat produziu na conferência Habitat III uma proposta de ação reconhecida como PSUP (Participatory Slum Upgrading Programme), das Nações Unidas fundamentada nos SDG (Sustainable Development Goals) que estabeleceu uma política de *"leave no one behind"* [146.] Qualquer política ou plano de ação, relativos à produção social do "habitat" deve ser permeável a todas as situações económicas e sociais, sublinhando a necessidade de regularização das famílias que por anos ocuparam e construíram a sua habitação. Apresentado no ano de 2017 em Nairobi, o programa pretende guiar a ação das entidades reguladoras fomentando ações baseadas na carta SDGs. Ainda que o relatório PSUP coloque um valor elevado na participação dos habitantes na gestão e planeamento da cidade, tanto a nível nacional como microterritorial, as interpretações dessas recomendações são múltiplas. O programa estipula a necessidade de criação de normas,



legislações, planos de ação e financiamento que encoraje a participação ativa no desenvolvimento urbano, sem especificar de que forma ou sobre que valores. Os formatos de acção são extremamente ambíguos e facilmente manipuláveis.

"National and city-level slum upgrading teams(...) National or city-level profile of slums and characteristics of slum dwellers (...) participatory planning process to develop pilot project initiatives(...) Implementation of pilot project (...) National or city-wide slum upgrading strategy" [147]. Na generalidade dos casos, por incapacidade e escassez de meios, os privados são contratados, o que significa que parte desse financiamento é dirigido para as macroeconomias de produção e para as entidades responsáveis pela gestão do projeto. O grande perdedor nesta equação é o utilizador visto que para obter o maior lucro possível, a empresa economiza no produto final, na localização, no formato da casa e na qualidade construtiva.

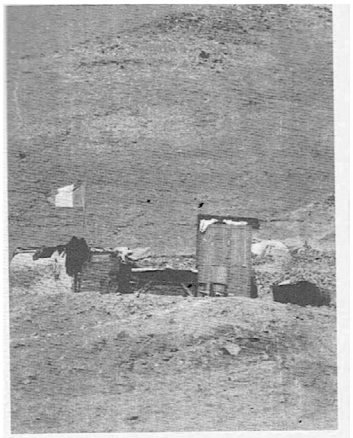
"The bureaucratic heteronomous system produces things of a high standard , at great, cost, and dubious value, while the autonomous system produces things of extremely varied standard, but at low cost, and of high use-value. In the longer run, the productivity of centrally administered systems diminishes as it consumes capital resource, while the productivity of locally self-governing systems increases as it generates capital through the investment of income" [148]

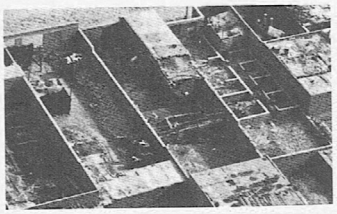
Figura 58. *Orangi Town. Karachi. Após o final da Obra.*

Figura 59. *Representação Esquemática da Organização do Saal. Fernando Távora.*

149. *TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.79*

Este é um formato sobre o qual o crescimento económico está garantido apenas para um número muito reduzido de indivíduos. Se o objetivo não for apenas a disponibilização dos meios necessários de forma a atingir as estatísticas nacionais recomendadas, mas também dar a esses indivíduos os recursos para crescer economicamente, é incongruente supor que uma família endividada ou afastada de equipamentos, serviços e empregos encontrar-se-á numa situação economicamente mais favorável apenas porque tem um espaço para habitar. Deve existir outro modo, um que permita valorizar a capacidade das pessoas de moldar o seu espaço, um que concentre o financiamento público maioritariamente nas mãos dos habitantes, que permita a adaptabilidade da habitação às necessidades da família, um formato que valorize e proteja o capital social dos assentamentos informais (localização, comercio, redes de ajuda mútua, incrementalidade). *"Al no responder adecuadamente al problema de sus futuros habitantes, tienden bien más a agravar los problemas sociales."*.[149] Para John Turner, os fracassos das políticas, dos programas de habitação popular e do controlo do crescimento são parcialmente devidos a uma má interpretação do processo da casa em contexto informal, de como os indivíduos produzem o seu espaço e porquê.





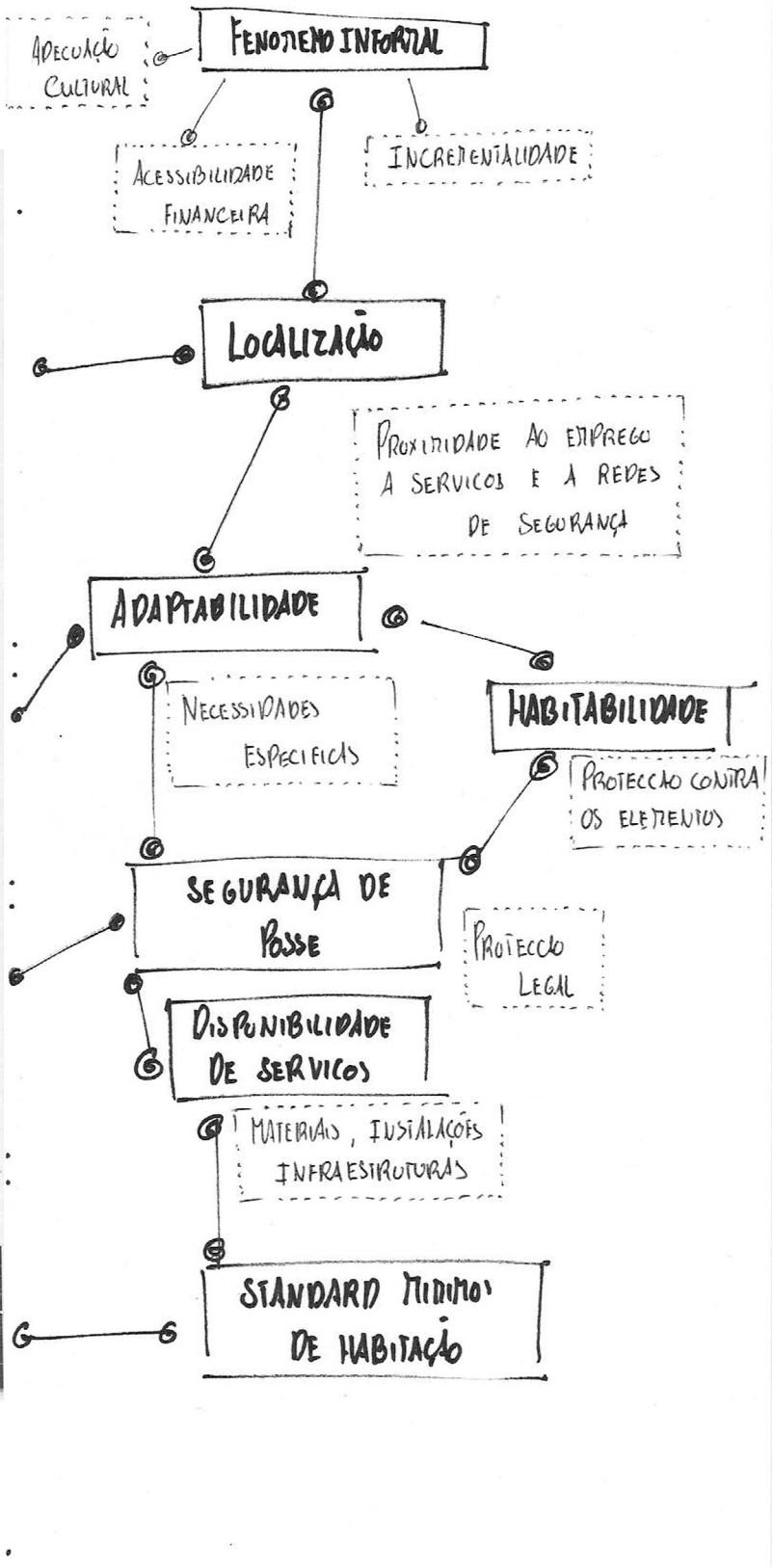


Figura 60. *Autoconstruçao, Assentamento Informal de Arequipa Peru. Pat Crooke*

Figura 61. *Conceito Esquemático do Processo de Autoconstrução incremental, dos assentamentos informais.*

Os mecanismos da informalidade

Autoconstrução

Autoconstrução

"Can we organize the planet trough centralizing technologies into ever-larger pyramid structures? If the environment resulting from such systems are an indication of the results they produce in other spheres of life, then the answer is "No". Only a rich minority can be supplied in these centrally administered ways using centralizing technologies, and then only at the expense of an impoverished majority and the rapid exhaustion of poisoning of the planet's resources." [150]

Como se articula a cidade informal? Quais são os fenómenos que permitem a sua materialização? Com que meios e recursos? O construtor ilegal de um assentamento informal decide investir as suas poupanças num lugar construído por ele mesmo. Segundo Turner, devem ser entendidos como um subúrbio, ou seja, uma tentativa de ascensão social em relação aos bairros degradados do centro histórico. Ahmed Soliman, apresenta-nos uma forma de observar as estratégias de resiliência urbana na cidade de Cairo. Estas adquirem 4 formatos possíveis, segundo a possibilidade financeira da família. Sendo a prioridade adquirir um emprego, o indivíduo procurará arrendar uma habitação informal subdividida e barata (como a Torre de David, em Caracas), caso não surja a oportunidade de alugar um espaço legalizado (arrendamento formal). Estas duas opções não possibilitam ao indivíduo

150. *DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.29*

151. *TURNER, J. (2000). Housing By People Towards Autonomy in building Environments. Publishers Ltd. London. Ideas in Progress. P.95*

adquirir propriedade, subjugando a família a permanecer num estado economicamente fragilizado. Estão, em comparação, melhor localizados que os assentamentos informais periféricos, diminuindo desta forma a taxa de esforço na deslocação diária ao trabalho. A terceira opção, (e mais rentável) é a ocupação ilegal de propriedade pública, permitindo à família acumular património económico (como os assentamentos informais de Valparaíso no cimo dos "cerros"). Estes assentamentos são desvantajosos em comparação com as habitações centrais da cidade em dois sentidos: a ausência de infraestruturas públicas pela sua condição ilegal e um elevado preço de deslocação para o emprego. *"For example, the squatter area in El Dekhila district has been a settlement for 40 years with no public action or intervention from the local authority."*[151] A quarta opção e a mais procurada segundo Soliman, pelos habitantes do Cairo é a compra de um terreno nas periferias da cidade. Estes assentamentos são formatos semi-ilegais de habitação visto que os habitantes são legalmente proprietários, mas as construções não respeitam os mecanismos nem o código formal. Quando estes lugares se povoam o suficiente para se considerar uma comunidade e uma preocupação pública, as entidades providenciam os serviços básicos municipais.

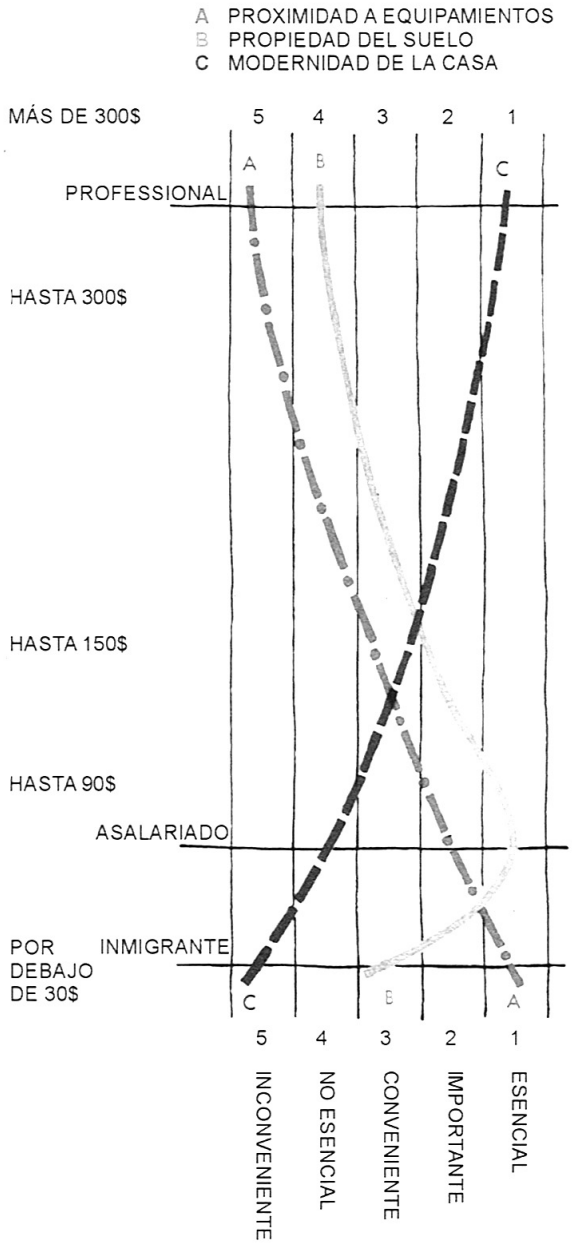
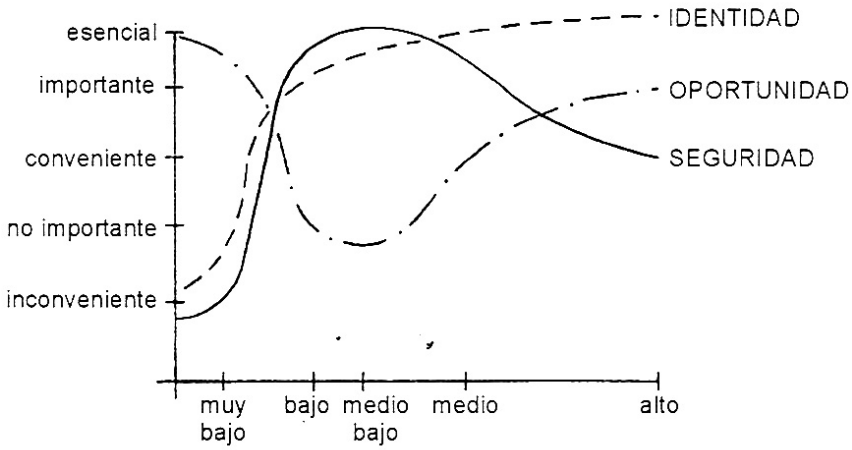


Figura 62. *Gráfico. Alteração das Prioridades de acordo com o nível de Rendimento. Peru. John Turner.*

Os mecanismos da informalidade

Autoconstrução espontânea



Procurando desmistificar assunções, segundo Turner e seguindo a análise de Soliman, os assentamentos informais não são acampamentos temporários de habitantes que não encontram habitação ou emprego na cidade, mas tentativas de ascensão social, independência e controlo. *"El constructor de la barriada se afana a mejorar su estatus. Gracias a un trabajo estable y bien pagado, normalmente el y su joven familia suelen escapar de la dureza de los suburbios del centro a menudo un alquiler de barracas ilegales cuesta la mitad de un sueldo mínimo."*.[152] Para Turner a habitação, numa condição de pobreza é um fenómeno atualmente mal compreendido. Como referido anteriormente as Nações Unidas estipulam 6 bases fundamentais para a habitação integral e holística sendo estes: *"Segurança de posse, disponibilidade de serviços, acessibilidade financeira, habitabilidade, personalização, localização e adequação cultural.".* [153] Turner defende que estas qualidades materiais e imateriais, são variáveis dependentes dos objetivos vitais de cada família, num momento determinado. Visto que a habitação adota formatos incrementais de produção, esta perceção permite refutar a imposição de "padrões" mínimos de habitação. O habitante pode construir a sua casa, graças a uma qualidade processual adaptável à condição socioeconómica de cada família.[154] Este conceito processual da habitação é demonstrada no esquema da Figura 62 retirada do livro de John

152.*TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.79*

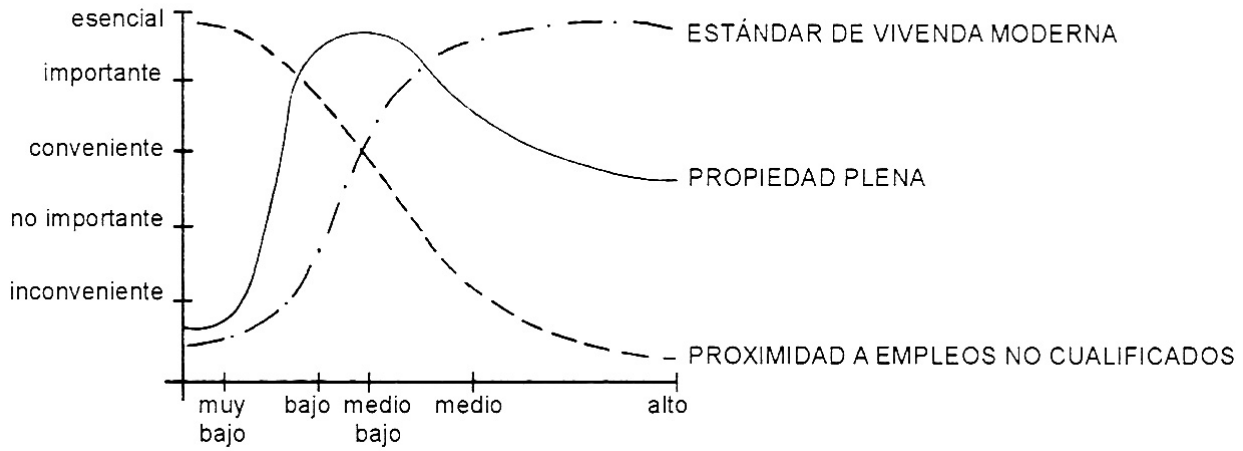
153.*Un-Habitat. (2015). Habitat III Documento Tematico da Habitat III. Quito. P. 1.*

154. *"Una pareja joven puede haber tenido una docena de hijos y el núcleo familiar puede haberse ampliado , formando una gran familia de quince o veinte miembros y puede hasta reducido otra vez a una pareja de ancianos viviendo solos(...) La casa tipica de las barriadas empieza como choza o como grupo de chozas y termina como casa de dos o tres plantas, normalmente subdividida en diversas viviendas separadas(....)*

TURNER, J. (2000). Housing By People Towards Autonomy in building Environments. Marion Boyars Publishers Ltd. London. Ideas in Progress. P. 120

155.*IBIDEM P. 119.*

156.*TURNER, J. (1963). Conclusions. em: Dwelling resources in South America (1963), Architectural Design 8, August.PP.389-393.*



Turner e que demonstra como as prioridades de cada família se alteram mediante a capacidade financeira ou condição económica do agregado familiar. A propriedade do terreno aparece numa etapa avançada onde os habitantes já adquiriram um emprego estável e procuram agora construir um património físico familiar, de forma incremental. *"La seguridad sera la ultima cosa que se planteen si, como es probable ello compromete su estabilidad económica social"* [155]

Os mecanismos encontrados pelos habitantes dos assentamentos informais ganham importância pela sua capacidade de resposta adaptável, e incremental. Após constatar a incapacidade ou desinteresse das entidades governamentais de aceder às suas necessidades, os habitantes por necessidade, projetam o seu próprio lugar. Escapam da sua posição de consumidores precários para produtores e administradores do "habitat".

Autoconstrução espontânea.

Apesar da sua condição ilegal e da ausência de apoios governamentais, os assentamentos informais são atualmente os lugares de maior crescimento nas cidades. Inequivocamente existe uma força motora capaz de elevar, incrementalmente e à escala humana, cidades inteiras. São os espaços mais mutáveis das nossas cidades e em permanente transformação, resultado das aspirações, das carências e do espírito ativo do ser humano. No Peru como refere John Turner, entre os anos de 1949 e 1956, o governo peruano construiu 5476 habitações em todo o país. Esses números respondiam a menos de 1% do "deficit" identificado de habitação, com um preço por unidade e um sistema construtivo que fazia qualquer plano de reparação, por parte das famílias, impensável. Na mesma janela temporal, mais de 50.000 famílias dos trabalhadores, autoconstruíram a sua habitação, fora do sistema legal, administrativo e financeiro. [156] No mesmo ano, o "deficit" de habitação no Peru atingiu os 89%, um número que estava mais além da capacidade de qualquer agência governamental. Sem confiança nas agências populares, é encarregado aos grandes privados a construção da habitação social.

A diferença entre o número de casas subsidiadas e de habitações autoconstruídas, demonstra a diminuta capacidade que os programas de ajuda à habitação podiam

Figura 63. *Gráfico. Alteração das Prioridades de acordo com o nível de Rendimento. Peru. John Turner*

Figura 64. *Gráfico. Alteração das Prioridades de acordo com o nível de Rendimento. Peru. John Turner*

Os mecanismos da informalidade

Autoconstrução espontânea

garantir, frente à capacidade construtiva da população, em quantidade e qualidade. Os edifícios construídos pelo Estado, encontram-se muito para além da capacidade de gestão financeira de cada indivíduo, fazendo com que a manutenção do imóvel seja insustentável pelos proprietários. A casa nos assentamentos informais, ainda que extremamente precária, é feita de acordo com a capacidade de gestão dos habitantes, adaptando-se progressivamente ao nível socioeconómico da família. Será diferente num país capaz de proporcionar habitação subsidiada, a grande escala, e em grande quantidade? Antagonicamente, no caso do Chile, "exemplo" mundial de quantidade de casas subsidiadas, os imóveis não são considerados como bem hipotecável para obter um empréstimo (pela sua péssima qualidade e localização). Os habitantes não conseguem vender as casas. Por esta razão cada família está presa à sua casa subsidiada. Quando por transformações no agregado familiar ou possibilidade económica pretendem mudar de habitação, muitas famílias simplesmente abandonam as suas propriedades. As famílias não têm liberdade para escolher o tamanho e divisão dos imóveis. O desenho é providenciado por catálogos disponibilizados no *"Ministério de Vivienda y Urbanismo"*[157], a habitação insere-se dentro de um macroprojecto onde a morfologia dos imóveis é praticamente idêntica e o espaço público está completamente descaracterizado.

157.*MINVU. (2018). Politica Urbano Habitacional de calidad y Integración. Ministério de Vivienda y Urbanismo. Buenos Proyectos para compartir. P.27 .*

158.*TURNER, J. (1963). Conclusions. em: Dwelling resources in South America (1963), Architectural Design 8, August.PP.389-393.*

159.*TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.79*

Figura 65. *Projeto tipo do subsídio de habitação. DS1. Chile.*

Estes programas compram as propriedades mais baratas relocalizando os habitantes fora das suas redes de apoio mútuo e aumentando o esforço monetário de deslocação. Agravam desta forma os problemas económicos e sociais tornando-se assim ações contraproducentes. Perdem-se desta forma, oportunidades de emancipação económica e social, obrigando os indivíduos a abandonar as soluções de habitação propostas, a viver em situações de grande fragilidade, e a procurar individualmente responder às suas necessidades. *"Official policy led , on the one hand, to an authoritarian imposition of public housing and on the other, to an almost total neglect."* [158]

"(...)el valor de la vivienda, o mas bien del entorno habitable , consiste en su capacidad de respuesta a la situación vital de la persona dentro de la familia y dentro de la comunidad local. En otras palabras: La realidad del lugar habitacional reside en sus atributos tal y como son percibidos y experimentados, y no en sus formas o condiciones materiales. De ahi que se deduce que, en general el Problema de la vivienda es erroneamente tratado en términos cuantitativos en lugar de términos cualitativos(...)" .[159]

Sendo que a plena produção do espaço surge através da intervenção de agentes reguladores, entidades e áreas técnicas, mas que o pleno desenvolvimento do lugar depende da sua sintonia com as necessidades e aspirações dos utilizadores, a política urbana deve sincronizar-se com as ambições estabelecidas pelos habitantes. Se os movimentos sociais respondem isoladamente com os meios e recursos disponíveis, a resposta ainda que bem direcionada é lenta e tardia. A quase totalidade dos indivíduos está hoje incapacitada para construir imóveis com durabilidade e salubridade, e sendo os assentamentos informais pela sua condição extralegal e marginal, o resultado de um abandono integral e total do estado, a autoconstrução não assistida produz erros que diminuem a qualidade do ambiente construído. As Callampas, Favelas e Barriadas, conhecidas como *"pueblos en formación"* são lugares envolvidos num processo contínuo de construção. Quando não existe um processo articulado de formação do território, são os habitantes que constroiem as suas habitações sem ajuda técnica, legal ou financeira. Apesar do mérito, o espaço urbano estabiliza-se ao final de um processo longo e com lapsos fundamentais que apenas estrutras de maior escala podem estabelecer. Os territórios são por esta razão, profundamente deficitários. A ausência de um mecanismo legal que apoie a formação destes aglomerados, exige que cada família elimine os gastos administrativos. As casas muitas vezes construídas com defeitos e problemas na sua forma final, mantêm um valor da propriedade extremamente reduzido. A ausência de infraestruturas intensifica essa

Os mecanismos da informalidade

Autoconstrução espontânea

desvalorização. Como certos materiais são difíceis de encontrar a preço reduzido, certos elementos essenciais para a habitação são adiados até que a família reúna os recursos necessários. A chegada das infraestruturas pode igualmente ser adiada por anos levando as famílias a habitar de forma bastante precária.*"La familia típica tiene ahora después de unos doce años de esfuerzo, la estructura completa en planta baja de una casa sin cubierta definitiva de cuatro o seis habitaciones(...).".*[160]. Contudo, ao exercer esta ação, a família melhorou a qualidade de vida, relativamente ao arrendamento no centro da cidade, que a incapacitava para acumular recursos. Talvez, a introdução destes formatos na política pública pudesse alterar o fenómeno precário dos assentamentos informais permitindo, a cada família, estabelecer as prioridades na produção do "habitat", enquanto se nutriria as relações do estado com a sua população.

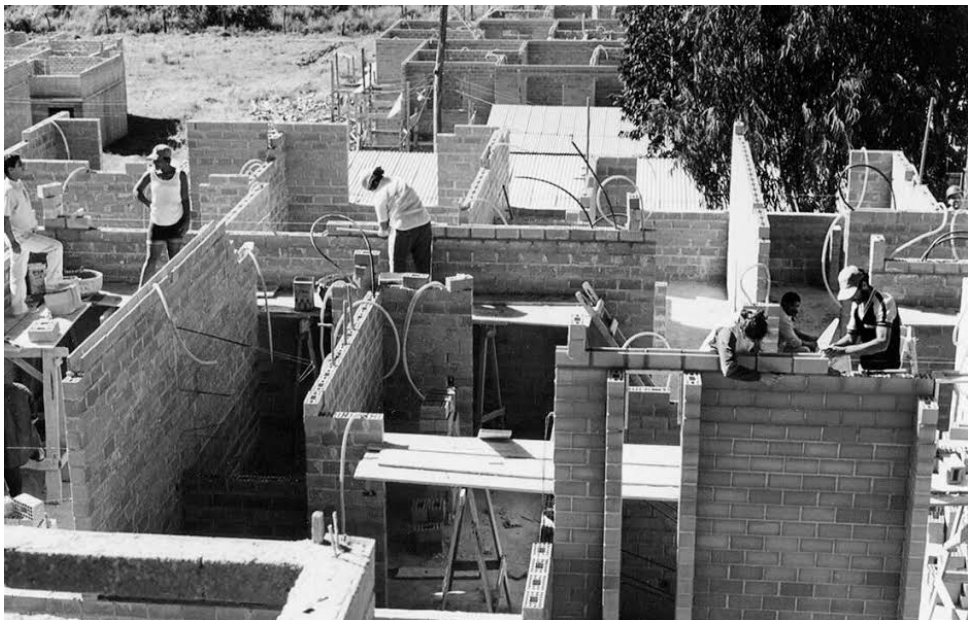
"The bureaucratic heteronomous system produces things of a high standard , at great, cost, and dubious value, while the autonomous system produces things of extremely varied standard, but at low cost, and of high use-value. In the longer run, the productivity of centrally administered systems diminishes as it consumes capital resource, while the productivity of locally self-governing systems increases as it generates capital through the investment of income".[161]

160.*IBIDEM.*

161.*UN-Habitat III .(2015). Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0.New York. P.2*

Figura 66. *Projeto tipo do subsídio de habitação. DS1. Chile.*

Figura 67. *Projeto tipo do subsídio de habitação. DS1. Chile.*



162.*TURNER, J. (2000). Housing By People Towards Autonomy in building Environments. Marion Boyars Publishers Ltd. London. Ideas in Progress. P. 82.*

IBIDEM. P.74

163. *IBIDEM.*

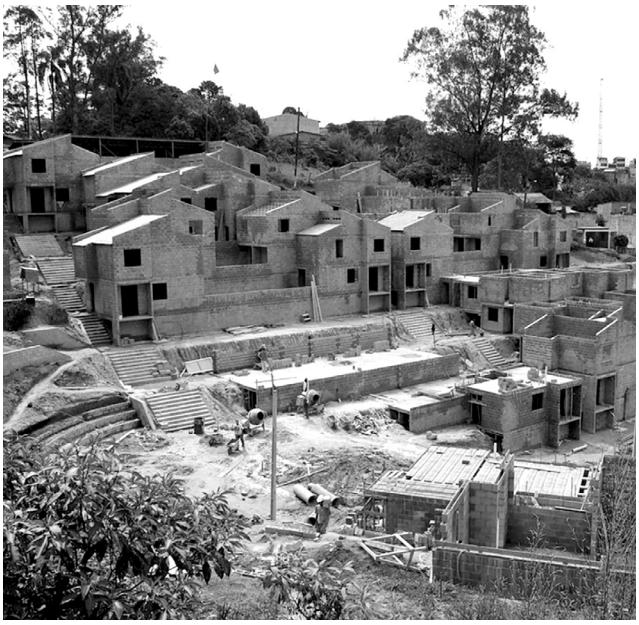
Figura 68. *Processo de Autoconstruçao Assitida pelas assistências técnicas da Fucvam.*

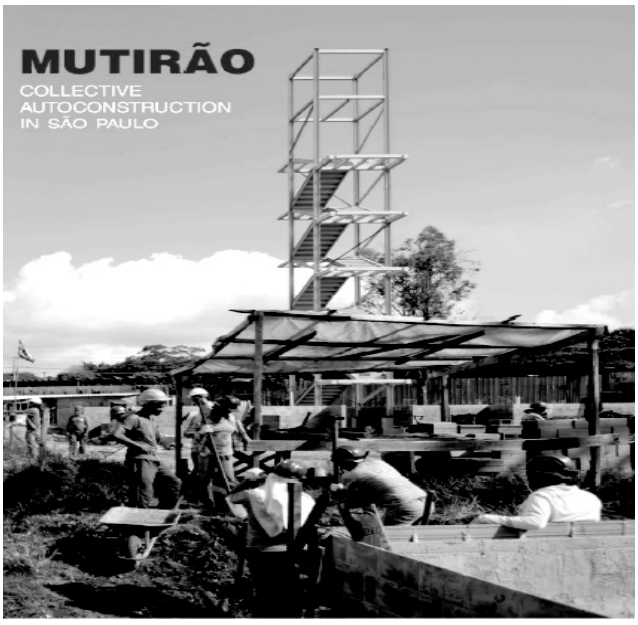
Figura 69. *Projecto Usina. Cooperativa de Habitaçao Sao Paulo. Brasil*

Figura 70. *Projeto Usina. Cooperativa de Habitação Comuna Urbana D. Hélder São Paulo. Brasil.*

Autoconstrução assistida

Apesar da partilha dos objetivos, a habitação social e a autoconstrução assistida produzem resultados profundamente antagónicos. Ambos estão regidos por sistemas ao nível nacional, que concebem e implementam políticas, planeamento, financiamento e regulamento. Ambos permitem às famílias incluídas aceder à habitação. Capitalizam a periferia urbana informal e espontânea, replicam sistemas integrais de construção de cidade, formas de financiamento sustentáveis e permitem o acesso legal à terra. Contudo, no caso de processos regidos pela autoconstrução assistida, a velocidade de execução da obra é relativamente rápida, a forma do objeto é estipulada pelas necessidades individuais de cada utilizador, a execução é garantida com o mínimo de recursos gastos de forma colateral visto que o proprietário adquiriu a gestão. Os imóveis podem ser maiores e de melhor qualidade. O financiamento é integralmente dirigido aos habitantes e posteriormente distribuído pela assistência técnica, abrindo a possibilidade de ser localmente através da contratação de artesãos fortalecendo a economia local, e a rede de ajuda mútua. Há inequivocamente uma transformação da escala do processo, e das relações entre agentes relativamente, aos modelos de produção da habitação social atuais. Depende de todas as





técnicas construtivas facilmente executadas pelos habitantes o que exige, ante tudo, a valorização do pragmatismo construtivo e da escala humana na construção. Autoconstruir permite portanto, não só uma valorização da habitação ao nível individual mas também um redução do efeito nocivo da construção imobiliária atual. *"O setor imobiliário, composto principalmente de residências, é responsável por mais de 40 por cento do uso de energia global e representa o maior contribuidor isolado para emissão de gás de efeito estufa."*.[162] Ao contrário dos sistemas de autoprodução informal da habitação, a autoconstrução assistida é um processo legalmente permitido e regularizado. Desta forma constituí-se por nós (mecanismos, protocolos, leis, e instituições) que permitem liberdade e, ao mesmo tempo, a imutabilidade do processo. São capazes de guiar as necessidades individuais de cada agregado familiar e fazer deste um processo integralmente sustentável.

Muito diferente das habitações sociais e da simples instalação de infraestruturas, a autoconstrução assistida é uma transformação da política ao nível institucional, realizando alterações transversais aos mecanismos da produção da cidade, à relação entre indivíduos e confluindo os três agentes fundamentais,:Estado, Mercado e Comunidade. São sistemas e mecanismos que permitem dar sentido à força motora dos fenómenos urbanos, económicos e sociológicos que se desenvolvem nos assentamentos informais. A autoconstrução assistida encarrega a população da execução do próprio "habitat", mas guia e suporta a sua ação, deixando em parte o poder administrativo para as entidades institucionais, através de financiamento, concessões de terras, leis, infra estruturas e envolvendo os técnicos através de assistências técnicas.

"El inspector tiene la obligación de explicar los planes y de asesorar en la construcción. Eso facilitaba la administración ya que la responsabilidad ejecutiva pasaba a los prestatarios. Lo unico que tenia que hacer el organismo era averiguar la necesidad y capacidad de los solicitantes, y luego supervisar el avance de sus trabajos entregándoles los cheques correspondientes a cada etapa una vez que la etapa anterior estaba devidamente terminada." [163]

A eficácia do programa instituído no bairro San Martin de Porres [163] e descrito por John Turner comprova a eficácia desta prática. O valor do financiamento por família foi de 607 dólares, e generalizadamente utilizado para

instalar coberturas definidas e instalações elétricas. O valor da propriedade subiu de 403 dólares para 1240, elevando-se 300%. Entre o primeiro e o último crédito houve uma diferença de 4 meses e meio, muito distante dos 12 anos dos processos de autoconstrução espontânea. Estes processos pretendem fundamentalmente evitar a proliferação de assentamentos marginais e subalternos e capitalizar os fenómenos de autoconstrução da propriedade familiar.

Atualmente este fenómeno é reconhecido pela UN-Habitat, como um possível mecanismo operacionalizável e com enormes mais-valias para a construção holística do território. *"Housing at the centre. Strategic and integrated approaches to urban development must put housing at the centre of policy and urban contexts. Affordable housing mechanisms that fulfil the right to adequate housing for all income levels – including in situ upgrading and avoidance of unjustified forced evictions as per international guidelines, incremental auto-construction, security of tenure combined with livelihood and employment generation – play a major role in triggering people and cities' prosperity."* [164]

Quando o habitante em condição economicamente fragilizada acede ao programa de autoconstrução assistida, garante legalmente a propriedade da terra. A partir desse momento, garantindo o financiamento, e assistência técnica, o indivíduo pode investir o seu orçamento em estruturas permanentes, e

164.*UN Habitat. (2017). The Hun Approach to Housing and Slum Upgrading. Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1,Published in Nairobi. KENYA. P. 13*

165.*GIELEN, P. (2018). La Potencia de la Anécdota. Sobre la Micropolítica Arquitectónica de Recetas Urbanas. Recetas Urbanas. Usted Está Aquí.1°Ed. Madrid.Ediciones Asimétricas, P. 39*

166.*IBIDEM. P.40*

167.*FOUCAULT, M. (1967). Des Espace Autres. Of other Spaces, Utopias and Heterotopias Architecture Mouvement continuité. Trans.J. Miskowiec. October 1984 Architecture / Mouvement/ Continuité.Berlin. P.8.*

168. *IBIDEM. P. 4*

Figura 71. *Construção Coletiva das Habitações FUCVAM.*

adquirir por apoio do Estado as infraestruturas e serviços fundamentais, que isoladamente não consegue aceder. Gilles Deleuze e Felix Guattari, apelidam estes processos de "modelo molecular" da prática da política. *"(...)significa una micropolítica ágil y táctica en contraposición al modelo "molar" de las instituciones políticas y los organismos oficiales, en su mayoría rígidos , como los parlamentos, los partidos políticos o los sindicatos."*[165] A política molecular, desenvolve-se ao nível das interações diretas entre indivíduos e as instituições, entre as pessoas, a lei e o território. Esses atos podem surgir de várias formas, não obedecendo a uma estrutura rígida, permitindo responder pontualmente a cada situação. São processuais. Aqui imaginam-se novas regras, e experimentam-se formas alternativas de vida social, de governo e autogestão. São novas sociabilidades que nascem desta interação e gestão direta dos problemas. É a este nível que as políticas urbanas tornam-se verdadeiramente criativas e inovadoras. Carl Boggs apelida este fenómeno de política pré-figurativa, ou seja, o lugar onde a utopia se faz e se experimenta hoje. *"los sueños, los ideales, y las visiones utòpicas no se desplazan teleológicamente hacia el futuro como metas por las que luchar . Por el contrario, se implementan y se prueban en la realidad de hoy."* [166] Este processo faz tangível ainda que inicialmente de forma precária e incompleta, outro modo de construir e como tal, outro modo de fazer arquitetura. Enquanto a utopia, pertence ao mundo do imaginário, as políticas pré-figurativas experimentam num lugar da realidade. É o lugar da Heterotopia e mais precisamente da Heterotopia de compensação. [167] Pode adquirir duas funções: ou a Heterotopia, representa o papel da ilusão expondo os outros espaços onde a vida humana se desenvolve, como lugares ainda mais ilusórios; ou, pelo contrário, estas Heterotopias nascem para criar outro espaço, tão perfeito e meticuloso como o nosso. Estes novos lugares, estão inseridos dentro do território das nossas sociedades, mas segundo as suas regras, os seus mecanismos, e os seus fenómenos. A autoconstrução assistida inscreve-se dentro das duas Heterotopias, cria outro lugar, totalmente sustentável e replicável e colocando em questão, a nossa construção social. *"(...)there is probably not a single culture in the world that fails to constitute heterotopias. That is a constant of every human group. But the heterotopias obviously take quite varied forms, and perhaps no one absolutely universal form of heterotopia would be found."* [168]

I.Reflexões

Introdução

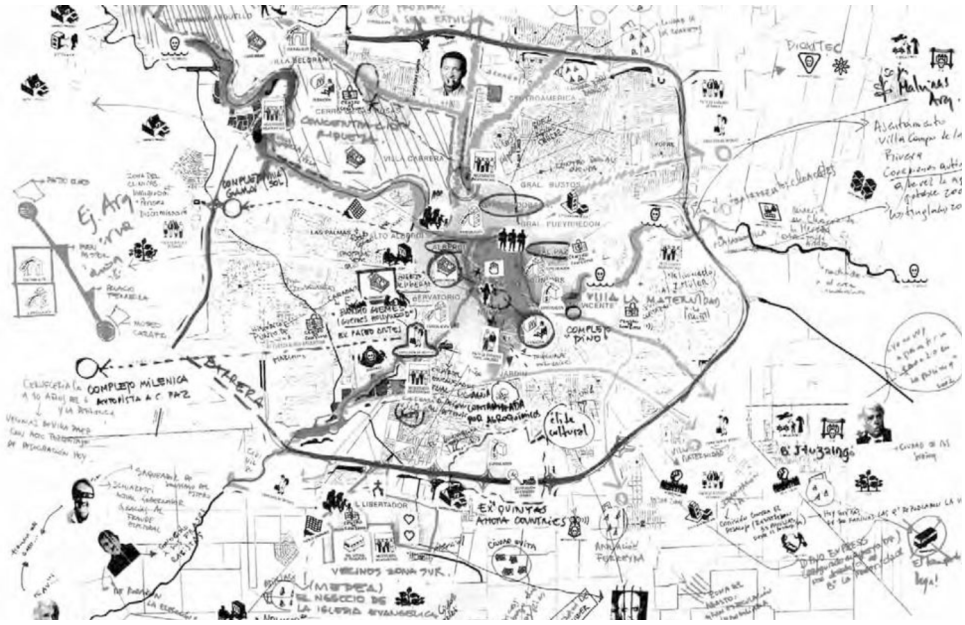
Figura 72. *Processo Empower Shack Khayelitsha, Cape Town, South Africa. Urban Think Tank. EHTZ.*

Parâmetros para processos insurgentes

O seguinte capítulo pretende apresentar e comparar, partindo da retórica desenvolvida, três projetos, organizados sobre 3 estruturas diferentes. Os três projetos partilham entre eles uma condição extraordinária, única e fora dos cânones formais da cidade: todos os projetos se desenvolveram numa condição de escassez e enfrentaram a perpetuação da pobreza. Cada processo foi capaz de relacionar as necessidades dos habitantes, as instituições e o mercado. Cada obra respondeu a aspirações de diferentes origens e atingiu resultados diferentes. Cada um dos projetos desenvolveu-se segundo uma pré-existência urbana informal e particular, sobre um conjunto de ausências e um contexto local.

Através dos exemplos selecionados, este capítulo pretende demonstrar a variedade de propostas possíveis em contexto informal e comprovar a perversidade a que facilmente os projetos sucumbem no caminho para a construção integral do "habitat". Os três projetos atuam em três níveis distintos de ação. O primeiro pretende assumir a forma de sistema subvencionado e assistencialista através do esforço de uma organização privada; o segundo projeto procurou capacitar o território em questão, através de um processo de regularização parcial e instalação de infraestruturas; o terceiro assentou sobre uma transformação institucional priorizando as carências sociais através da ignição de um conjunto de mecanismos capaz de providenciar habitação através da operacionalização dos fenómenos da informalidade. Os parâmetros estabelecidos foram retirados do estudo de Archon Fung (Varieties of Participation, 2006) .

Tendo consciência das limitações deste processo de investigação, (visto que a perceção dos três projetos foi realizado através da leitura dos relatórios das mesmas e de entrevistas realizadas a diferentes intervenientes), as questões levantadas pretendem nutrir o capítulo seguinte, onde se relata a minha experiência pessoal em contexto informal na cidade de Valparaíso, local onde residi entre Outubro de 2016 e Outubro de 2018. Por fim o último capítulo, após a discussão crítica dos temas aqui enunciados, pretende articular uma proposta de intervenção e operacionalização dos fenómenos informais para a colmatação da pobreza. É proposto no último capítulo, um sistema articulado de mecanismos legais (em contexto chileno) atualmente ativável, e regido



169.*ARCHON, F. (2006). Varieties of Participation in Complex Governance. Em: Public Administration Review, (eds.) Collaborative Public Management. Vol. 66. Blackwell Publishing, pp. 66-75, Harvard University. P.66*

170.*"Those who choose to participate are frequently quite unrepresentative of any large public. Individuals who are wealthier and better educated tend to participate more than those who lack these advantages, as do those who have special interests or stronger views."*
IBIDEM. P.67

171.*IBIDEM. P.68*

172.*IBIDEM. P.69*

173.*IBIDEM. P.66*

174.*IBIDEM.*

pelo conjunto de aspirações previamente estabelecidas. *How much and what kind of direct public participation should there be in contemporary democracy?* [169] Dependerá fundamentalmente do contexto.

Archon Fung propõe um modelo de compreensão dos processos através da análise das relações entre atores. O professor de políticas públicas da Universidade de Harvard, divide a análise dos processos participados em três escalas: *"Participant Selection, Communication and Decision, Authority and Power"*.

A primeira dimensão, a participação, varia sobre uma escala que parte da esfera pública difusa, considerado pelo autor como o público. Denomina esta etapa de *"Difuse public Sphere"* ou participação aberta. Os participantes são pouco representativos de qualquer grande público. Este modelo de participação atrai maioritariamente um grupo de indivíduos instruídos capazes de argumentar e falar em público, interessados que certas tarefas sejam executadas e representando as suas aspirações individuais, ou seja, sem uma posição coletiva. Este processo não promove a participação dos indivíduos menos esclarecidos e menos instruídos.[170]

Da esfera difusa, a escala de Fung identifica outro processo, a auto seleção. *"Open Self-recruiting"*. Caso o processo se desenvolva a uma escala local, num contexto social preciso, os indivíduos podem adquirir um

Figura 73. *Iconoclassistas. Coletivo de Mapeamento Processo de identificação de Desafios.*

espírito coletivo, visto que se identificam com o problema ou com uma aspiração comum.

A terceira etapa desta escala identifica um conjunto de processos onde a participação cidadã se executa através de representantes, devidamente selecionados ou colectivamente eleitos: *"Elected Representatives"*, o que não implica obrigatoriamente a prevalência da vontade popular. Este formato representativo está mais suscetível a perversões, sendo que os representantes são encarregados de executar a vontade da população, mas poucas vezes a sua ação é avaliada. São várias vezes agentes altamente influenciadores, visto que detém muitas vezes uma grande capacidade comunicativa.

A escala de participação termina num fenómeno onde os utilizadores foram totalmente erradicados do processo de decisão e execução das tarefas selecionadas. O autor nomeia de *"Administração especializada":* um grupo de técnicos bastante restrito, normalmente exteriores ao território, em cargos públicos ou empresas de investigação e análise de dados, afastado de qualquer situação concreta, local e fator emocional. [171]

A segunda dimensão, nomeada pelo autor de *"Communication and Decision"* remete para a forma como os utilizadores interagem, como se articulam as decisões, e como se estratifica a relação entre os mesmos. A escala apresentada pelo autor, inicia num formato de espetador, onde o habitante não exerce nem pode exercer nenhuma forma comunicação, ação ou diálogo. O formato de comunicação altera-se, materializando um modelo nomeado pelo autor de *"Developed preferences"*, um processo de participação muito utilizado, desenvolvido através de reuniões e consultas. Neste formato as autoridades concentram todo o poder de decisão dando apenas a ilusão de poder público. *"they do not attempt to translate the views or preferences of participants into a collective view or decision"*. [172] A escala termina num formato de comunicação onde existe verdadeiramente uma divisão do poder territorial, sendo desta forma as autoridades obrigadas a negociar: *"Deliberation and negotiation"* Os indivíduos participam ativamente na delimitação de ações: *"Participants deliberate to figure out what they want individually and as a group."* [173]

A terceira dimensão introduzida por Archon Fung remete-se à *"Authority and Power"* e ao equilíbrio entre os vários sectores da sociedade *"How is what participants say linked to what public authorities or participants themselves do?"*.[174] Partindo de um ponto na escala, onde os atores não têm nenhum poder, e não participam, Fung descreve uma etapa onde o poder de ação está profundamente desequilibrado. Este fenómeno nomeado pelo autor de *"personal benefits",* surge quando a autoridade, é composta por um conjunto muito reduzido de indivíduos. Neste formato, igualmente reconhecido como processo Top-Down, as instituições mantêm uma posição de poder e de direção. Não está garantido o atendimento das necessidades da população. O participante

175. *"The vast majority of those who attend events such as public hearings and community meetings do not put forward their own views at all. Instead they participate as spectators who receive information about some policy or project.and they bear witness to struggle among politicians, activists and interests groups."*
IBIDEM. P.67

não interatua diretamente com os dirigentes do projeto. Desenvolve-se uma dinâmica onde um conjunto de *"especialistas"* encarregados da gestão da obra, ditam e regem o território. O habitante não é nem sequer convidado para expressar a sua opinião.[175] Esses indivíduos não estão obrigados nem interessados em soluções integrais e holísticas para o território, moldando-o e executando ações, para que este sirva melhor os interesses de um círculo diminuto de pessoas.

A escala ascende para formatos de consulta remetendo o poder para as autoridades, mas permitindo um certo nível de influência por parte da população. Os habitantes são convidados a participar. A opinião dos indivíduos pode ou não alterar o processo de decisão, contudo não existe nenhuma garantia que as visões destes participantes sejam executadas.[176]

Finalmente, a escala de autoridade e poder termina num modelo de *"co-governing partnership"*. Este modelo descentraliza parte do poder executivo e administrativo para a população local completando o círculo de decisão, normalmente reservado ao poder institucional e económico. Trata-se de uma construção coletiva ao nível local e nacional exigindo adaptações institucionais para o seu funcionamento. Existe um alto grau de facultação, descoberta e troca de informação. Este formato exige a construção de uma

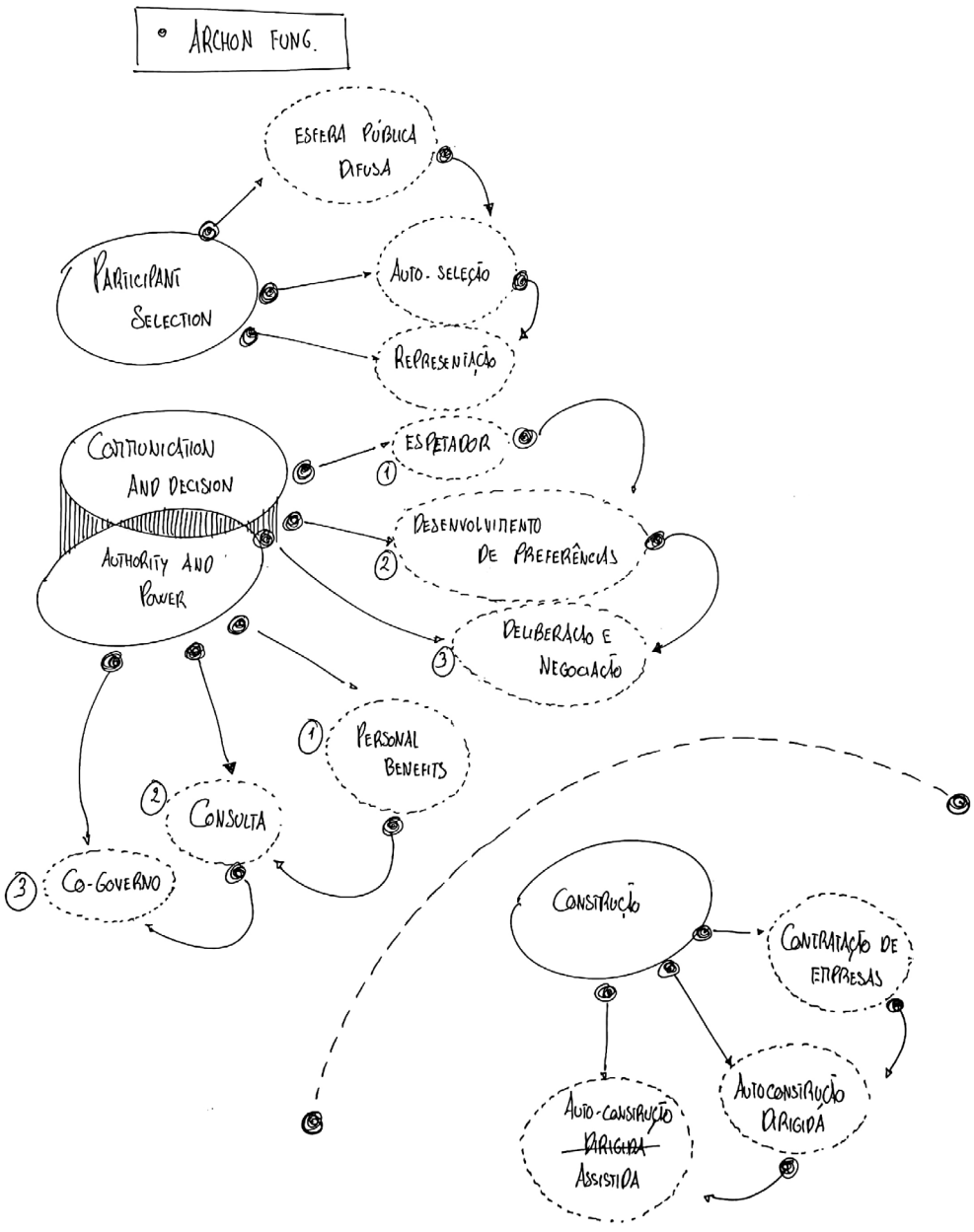
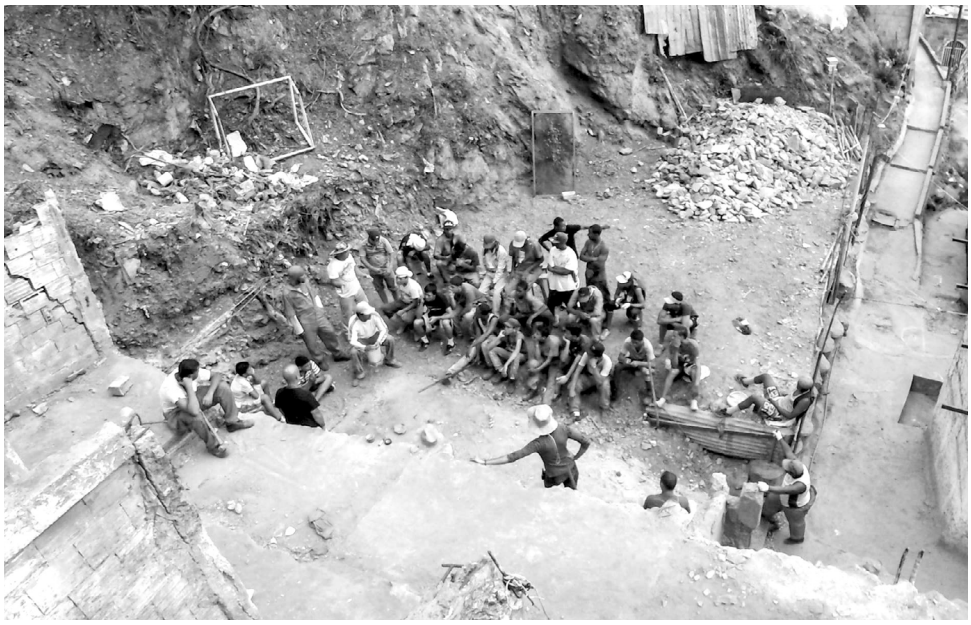


Figura 74. *Iconoclassistas. Coletivo de Mapeamento Mesas Rotativas.*

Figura 75. *Esquema. Sintetizaçao dos processos colaborativos ou complementares.*



176. *"There are few public meetings in which everyone is a spectator. Allmost all of them offer the opportunity for some to express their preferences to the audience and officials there. Think of the citizens and activists who line up at the ubiquitous microphone to pose a pointed question or to say their piece."*

IBIDEM. P.68

solução, à escala das necessidades locais. Constroem-se desta forma mecanismos capazes de promover a comunicação entre os agentes promulgadores da lei, o mercado e os habitantes.

Defendo que os modos *"Communication and Decision" e "Authority and Power"* estão intrinsecamente vinculados. O mero espetador, que retira o utilizador de uma posição apoderada, está intrinsecamente vinculado a uma relação de poder Top-Down. Processos de desenvolvimento de preferências baseiam-se em formatos de consulta (que podem variar entre esfera pública ou representantes territoriais), remetendo ainda assim todo o poder de decisão para as entidades governamentais. Igualmente os processos de Negociação e deliberação, permitem formatos de poder partilhado, o que nos remete para a co-governança e autogestão.

Defendo igualmente que Archon Fung concentra a sua teoria nos processos políticos e comunicativos. Se o objetivo é o fomento ulterior da experiência, num contexto informal, o autor esquece-se de uma etapa fundamental dos processos de produção do "habitat": a de construção e o modo como esta se desenvolve. Esta etapa faz parte do processo de participação da cidade e deve ser igualmente analisada se o objetivo for a compreensão transversal dos processos. Sugiro que os processos de construção, sejam analisados

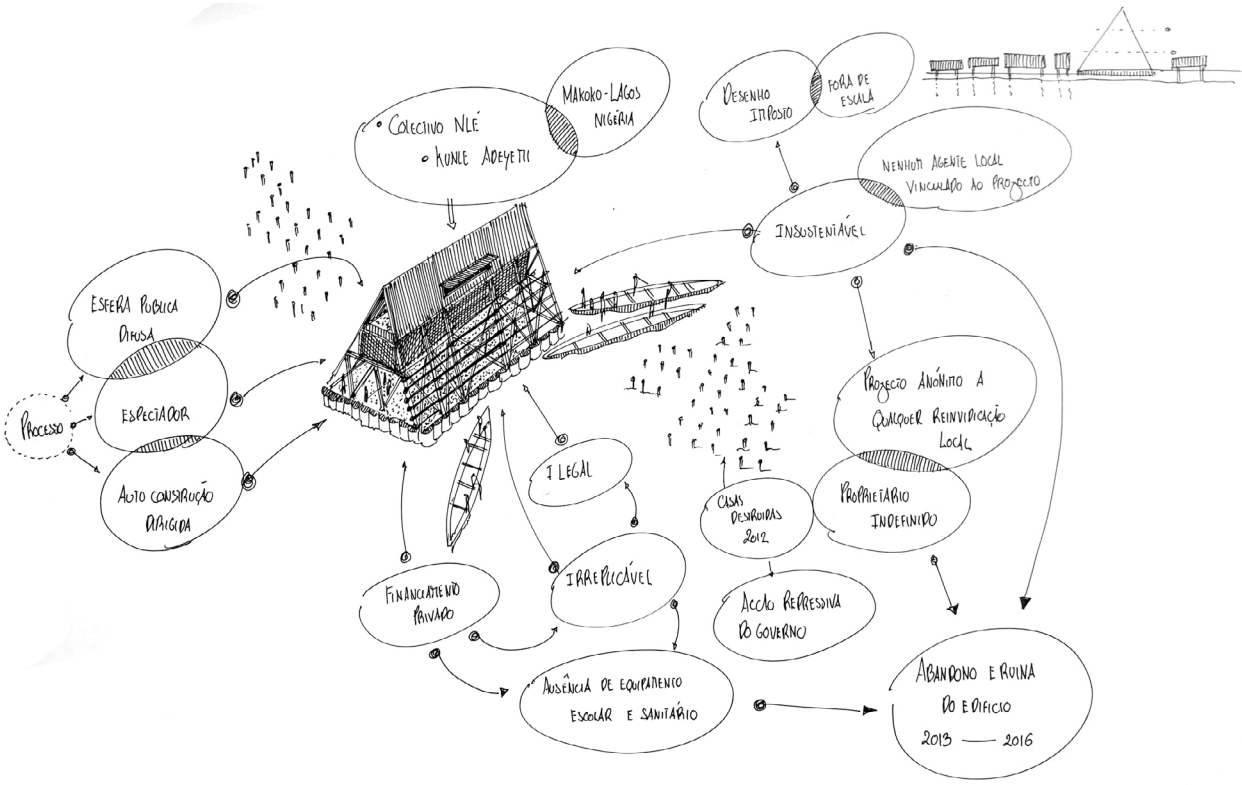
Figura 76. *Aga Estudio. 1100. Multidesportivo La Canchita. Caracas Venenzuela*

segundo o nível de autoridade, participação e segundo a distribuição dos recursos públicos. Desta forma, a escala inicia numa etapa onde a construção é executada por empresas. Este formato permite que a forma do edifício seja pensada e executada com técnicas construtivas dependentes de tecnologias e conhecimentos exteriores ao conhecimento pela população intensificando fenómenos popularmente apelidados de tecnocracia. Os agentes locais são afastados da construção da obra. As empresas regem livremente, os recursos reservados para a obra. Essa relação, altera automaticamente todo o processo de desenho. A habitação é profundamente mercantilizada e elimina-se qualquer possibilidade de incentivo à economia local, processo educativo e manutenção local. Os recursos públicos são dirigidos para as macroeconomias. O desenho não apresenta nenhuma adaptabilidade às necessidades de cada família, e as técnicas construtivas não permitem a manutenção popular.

A segunda etapa desta escala surge quando a população é contratada para a execução da obra, mas não tem nenhum poder de decisão. Neste processo conhecido como autoconstrução dirigida, o poder de decisão está vinculado às entidades encarregadas, impedindo a participação popular no ato criativo. Agentes locais intervêm diretamente na obra contudo respondem a um processo de contratação. Na contratação de trabalhadores, este formato exclui por incapacidade física, conhecimento e experiência, um setor alargado da população local. Privilegia-se a rapidez de construção o que não favorece a participação de pessoas que nunca construíram, erradicando muitas vezes a qualidade pedagógica da autoconstrução. Paralelamente, este formato desenvolve um espírito empresarial, que não exige necessariamente um fator emocional dos agentes envolvidos e uma profunda compreensão da construção da obra.

A escala termina nos processos de autoconstrução assistida, que dependem de uma independência criativa e de uma partilha do poder territorial. Visto que o poder executivo é levado pela população, e os técnicos adquirem a forma de assistência técnica, os recursos são maioritariamente assimilados pelos utilizadores e pela economia local visto que existe a liberdade de gestão de fundos. O edifício é desenvolvido, e construído graças a uma miscigenação de conhecimentos de vários agentes, sendo apenas restringido pelo código urbano, considerando um conjunto preciso de necessidades locais ao nível celular (cada família). O desenho e a sua construção moldam-se às capacidades técnicas executáveis pela comunidade(habitantes e construtores locais), diretamente envolvida no uso e gestão da obra. Este método permite à população local adquirir o conhecimento necessário à manutenção, dando à construção um valor pedagógico e emocional.

I.Makoko Floating school



177.*GAESTEL A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76*

178.*IBIDEM.*

179.*ARAVENA. A. (Abril 2016). Bienal de Venecia. Em: Things Fall Apart. GAESTEL A. The activist Magazine. N°76*

180.*GAESTEL A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76.*

Makoko Floating School

"Though it deals with the question of who is to blame for what happened, it is ultimately a parable of complicity. It is about the myths that people want to believe about the world, noble intentions sullied by ego or derailed by the mundane, the intractability of parochial politics, and the ethics of social experimentation(...)"[177]

A obra de Kunlé Adeyemi, finalizada em 2013 e apresentada na Bienal de Veneza em 2016, ecoou pelo mundo. Multidões de estudantes e profissionais detiveram-se para contemplar a inteligência, o pragmatismo e o carácter inovador da obra realizada em contexto informal e com um alto valor social. As fotografias da obra apresentavam ao público uma estrutura flutuante, capaz de sobreviver aos manifestos das alterações climáticas, preenchida por habitantes da comunidade, autoconstruída, elaborada com materiais simples e aparentemente perseverante.

No entanto e perante o colapso desta estrutura, esta obra serve como exemplo de um processo onde todos os eixos falharam, na sua incrementalidade, na articulação com as necessidades locais, na possibilidade de distribuição de riquezas, através de um processo local, num possível desenho à escala humana, na sua replicabilidade e na legalidade.

Figura 77. *Makoko Floating school, em ruína 2016 Lagos, Nigéria.*

Partindo destes parâmetros foi possível entender que o insucesso do projeto Makoko Floating School reside no processo, na imprudência de certos agentes fundamentais, na forma como interagiram, na ausência de mecanismos legais, na descontextualização formal perante as verdadeiras necessidades da população, nos interesses pessoais, na proporcionalidade da obra perante a capacidade de gestão local, desarmando a população local de qualquer manutenção posterior.

"Iconic and Pragmatic"

"While scholars and policymakers tended to frame Lagos in apocalyptic terms—too big, too dirty, too frenetic—Koolhaas saw purpose in the city's chaos " In terms of all the initiative and ingenuity, it mobilized and incredibly beautiful, almost utopian landscape for independence and agency" Rem Koolhaas the Guardian , UNILAG" [178]

A obra em análise é reconhecida mundialmente pela sua galardoação na Bienal de Veneza por Alejandro Aravena, com o prémio "Silver Lyon" em maio de 2016. Aravena tinha sido recentemente recebido o prémio Pritzker, pelo seu projeto de habitação incremental na cidade de Iquique, Chile, sendo este considerado um sucesso de *"habitação acessível com impacto social".* Um dos comentários do arquiteto Alejandro Aravena na galardoação de Kunlé Adeyemi é ironicamente a crítica mais poderosa ao processo desta obra, e que abre espaço para uma análise mais profunda ao conjunto de perversidades que a condenou. *"We are not interested in architecture as the manifestation of a formal style," Aravena said before the exhibition, "but rather as an instrument of self-government, of humanist civilization, and as a demonstration of the ability of humans to become masters of their own destinies,(...)"* [179] Kunlé Adeyemi é assim considerado o *"promising young participant"* da gala. A justificação do jurado de tal atribuição é clara e directa, trata-se repetindo as palavras discursadas no evento *"(...) a powerful demonstration, be it in lagos or in venice, that architecture, at once iconic and pragmatic, can amplify the importance of education."*.[180]

O evento patrocinou a construção de uma réplica, melhor desenhada e construida num estaleiro Veneziano, nomeada MFS II (Makoko Floating School). *"MFS II is an improved iteration of the Makoko Floating School structure, adapted for easy prefabrication, rapid assembly and a wide range of uses."*[181] No entanto a obra de Lagos nunca se aproximou da qualidade construtiva do projeto MFSII, transmitindo uma mensagem perversa e enganosa ao mundo. Para compreender o contexto no qual esta obra nasce é necessário identificar quem foram os seus agentes, para quem esta obra foi desenhada e as divergências que manteve com o seu território até ao dia

Figura 78. *Makoko Floating school. Em Construção, 2013, Lagos, Nigéria.*

Makoko Floating school

Enredo

181.*Adeyemi.K. (2016). NLÉ Studio. Makoko Floating School II. Venice, Italy.*

182.*GAESTEL, A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76.*

183.*TERHEMBA, U. (Março de 2015).The Makoko Sustainable Regeneration Plan. Em: Participedia.*

184.*IBIDEM.*

do seu desabamento. As preces duraram pouco, e apenas uma semana após a atribuição do prémio, o edifício pelo qual Adeyemi é reconhecido, colapsa. Tudo o que restava para o assentamento informal conhecido como Makoko era um monte de vigas quebradas e dobradas flutuando sobre a lagoa poluída de Lagos. O mesmo tumulto criado pela ascensão da obra é exponenciado pelo seu colapso. Restava descobrir, as razões que levaram ao seu desabamento. A abertura ao mundo do verdadeiro processo de uma obra galardoada e arruinada, permitiu expor um emaranhado local e internacional de cumplicidades disposta a perpetuar mais um mito sobre a arquitetura "participada". Surge assim a oportunidade de procurar as perversões que destroem boas oportunidades de insurgências sociais.

Enredo

"Lagos is shaped by water. Its name comes from the Portuguese word for "lakes," and the city is situated on the western and southwestern shorelines of a 2,500-square-mile lagoon. It's also where most of the population lives. No one is sure how many people are in Lagos; official estimates range from 14 million to 21 million. Thousands more arrive each day seeking economic opportunity. Many wind up in the city's slums."[182] O processo selecionado, Makoko Floating School, nasce na Nigéria na cidade de Lagos. O país, enquadrado num

Figura 79. *Lagos, densidade e Trafego automóvel, nas grandes vias da cidade.*

contexto africano de rápida urbanização, caracteriza-se por grandes contrastes, onde um governo autoritário assola o território, provocando desequilíbrios sociais de grande perversidade e adversas ao desenvolvimento das comunidades: *"one that requires a holistic and multifaceted approach to overcome"*.[183] O país é testemunha dos níveis mais altos de crescimento urbano. Atualmente Lagos é estudado e reconhecido como um dos pontos do globo onde se mistura uma desenfreada mutação urbana, um sistema regulador fraco e uma economia injusta e desequilibrada. De 1950 a 2004 a cidade passou de 300 mil habitantes, para 13.4 milhões.

"Sub-Saharan Africa has witnessed an interesting but disturbing demographic shift in recent years, with about 37 percent of the people now living in urban cities. By 2050, the urban population is expected to triple in the sub-region; Nigeria and Congo, it is projected, will account for the highest percentage of this concentration."[184] Lagos é menos conhecida pelas comunidades de pescadores, que ao largo de séculos construíram os seus "habitats" nas proximidades das lagoas, das baías e dos Mangais do país. O território mais caricato de todos os assentamentos costeiros, pela sua história e pela sua localização, hoje inserida no coração de Lagos é o bairro de Makoko. Makoko é considerado um assentamento informal. Fundada em 1860, Makoko nasce como um povoado rural, isolado da cidade e intrinsecamente ligada ao uso das águas da lagoa e florestas adjacentes, para a pesca, e indústria madeireira. Makoko assenta sobre uma estrutura de palafitas apoiada no fundo lamacento da lagoa. O modelo de vida fortemente circunscrito, foi capaz de desenvolver estruturas urbanas complexas intrinsecamente, ligadas aos seus modos de vida, fazendo deste território uma morfologia urbana única. A uma certa distância do nível da água e adaptando-se ao movimento das marés, as habitações na sua grande maioria de um piso, alastram-se pela lagoa, relativamente pouco profunda. Espontanea e incrementalmente, o bairro organizou-se, criando vias de circulação, numa malha concisa, organizando canais e avenidas, quarteirões e passarelas. Todo o transporte é realizado sobre barcos. Existem empresas dedicadas à construção de embarcações, barcos vendedores e um sistema de táxis. O material da indústria madeireira é igualmente transportado através da força dos rios. A água é vendida e transportada casa a casa. Estas economias informais, desenvolveram-se espontaneamente e hoje empregam milhares de cidadãos de Makoko. O limite do Bairro está sempre em crescimento. Cada dia, novos indivíduos procuram instalar-se nos limites desta área urbana, estendendo o bairro em direção à Lagoa.

Makoko Floating school

Enredo

Para a cidade, Makoko representa um órgão essencial sendo este responsável pela preparação e pesca de mais de 40% do peixe consumido em Lagos. *"Nuestra cultura necesita el agua para vivir".*[185] garante o habitante Ewajane Osowo na entrevista realizada pela revista Elconfidencial. Makoko é um dos casos de relativo sucesso, na relação entre metrópole e comunidade. Pelo avanço da urbanização das periferias, Makoko foi engolido pela cidade. Com uma presença mínima do governo, a população de Makoko foi capaz de construir um território vivo e dinâmico com enormes discrepâncias urbanas. É um lugar longe de atingir as condições mínimas de habitação, com ausências graves de assistência, equipamentos públicos, educação, propriedade, ou infraestruturas.

"For a long time now, we have been in good relationship with the state government. They know us as the fishing community of this area. Right from the military regimes. When some areas were demolished in the state, Makoko was left. We are the ones that produce fish for Lagos State. The fish eaten by Lagos people is from us."[186] Assim como foi referido por Mike Davis, relativamente ao estudo realizado por Jeremy Seabrook sobre os Pescadores de Penang e as pequenas comunidades da Malásia, a comunidade de Makoko, pela sua condição ilegal, enfrenta diariamente o crescimento desenfreado de Lagos, a extinção dos seus modos de vida e da sua cultura.

185.*MOLANO, E. (Janeiro 2014) . Lagos construye su Gran Manzana para los millonarios del petróleo. Em: El confidential.*

186.*OGUNLESI. T. (Fevereiro 2016). Inside Makoko: danger and ingenuity in the world's biggest floating slum. Em: The Guardian.*

Figura 80. *Makoko. Fotografia Aérea do Bairro. 2018.*

Figura 81. *Lagos, Mapa da cidade 1962.*

Makoko Floating school

Escola de Whanyinna

187.*DAVIS, M. (2006). Planet of Slums. First Published by Verso 2006, New Left Books London New York. P.29.*

188.*Adeyemi, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P.18.*

189.*"This discrepancy could be explained through incorrect answers given by residents out of fear for reprisal, but there are also indications that records of the city's approved building plans are not properly kept."*

Adeyemi, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P. 16.

190.*MOLANO, E. (Janeiro 2014). Lagos construye su Gran Manzana para los millonarios del petróleo. Em: El confidential.*

191.*ROY, Ananya. (2011). Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism. Em: International Journal of Urban.(Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238. P. 229*

192.*IBIDEM.*

"engulfed by urbanization without migrating, their lives overturned, even while remaining on the spot where they were born." [187]

Em Makoko segundo o relatório redigido pelo estúdio NLE, apenas 10% dos residentes são donos da própria habitação: a terra é maioritariamente propriedade de uma família terratenente chamada Olaiya, enquanto que a área habitada da lagoa é do Estado.*"Self acquisition occurs especially in areas on the lagoon (this Portion of the site belongs to the federal government), and areas along the canal at Ajegunle."* [188] São excepcionalmente raras as habitações em que o usuário é igualmente o proprietário. A grande maioria arrenda à família Olaiya, nomeadamente 57% do total da população, enquanto que 11.9% ocupa um lote. Do total, 8% dos imóveis são do Estado e 9.5% pertence à comunidade. Apenas 47.1% dos edifícios (segundo os questionários[189]) tem projeto aprovado, deixando 42.9 % sem projecto aprovado, sendo que a maioria dos edifícios aprovados pertencem a uma só família, algo bastante improvável.[190] *"subaltern urbanism provides accounts of the slum as a terrain of habitation, livelihood, self-organization and politics."*[191] Makoko apresenta graves lapsos urbanos, materiais e sociais e inscreve-se dentro do enquadramento estabelecido pelo projecto UN-Habitat para definir um assentamento informal: um território inserido no centro da Urb. *"a shelter in an existing inner-*

Figura 82. *Mercedo de Makoko. Lagos . Nigéria.2010.*

Figura 83. *Pesca na Lagos de Lagos. Pescadores de Makoko. Third Mainland Bridge.*

city slum":[192] território ocupado sem os meios infraestruturais ou sem localização que permita uma protecção do meio natural. *"Occupation of a vacant land in areas that are risky to inhabit or lack environmental protection"*[193] :assentamento semi-ilegal não vigiado que possibilita a subdivisão dos imóveis.

"Semi-legal settlements, where landlords illegally subdivided plots of land lacking basic infrastructure and services.(...)"a durable housing of a permanent nature that protects against extreme climate conditions; sufficient living space which means not more than three people sharing the same room; easy access to safe water in sufficient amounts at an affordable price; access to adequate sanitation in the form of a private or public toilet shared by a reasonable number of people and security of tenure that prevents forced evictions".[194]

O permanente êxodo rural em direção aos espaços citadinos mais urbanizados transformou o que era um território de pescadores numa favela urbana bem inserida no ventre de Lagos. Ninguém sabe exatamente quantas pessoas vivem em Makoko. Estima-se que atualmente vivam entre 50.000 e 300.000, como um fluxo permanente de novos habitantes que empurram o limite urbano para o interior da Lagoa. Embora esta comunidade seja reconhecida pelas suas atividades pesqueiras, estaleiros de barcos e indústria madeireira, a reduzida presença do Governo, o reduzido acesso a tecnologias básicas de transformação de produtos e os índices baixos de educação perpetuam um estado de abandono escassez dependência e estagnação.

"The slum looks now as it did then: distinctive and arresting. Many of its shanties jut out from the mainland, transforming the appearance of the shoreline. Resting on stilts sunk into the lagoon's muddy bed, they form jagged rows that seem to hang over the water's surface. This ad hoc characteristic predates colonialism and forms part of Lagos's architectural heritage."[195]

Escola de Whanyinna

O arquiteto Kunlé Adeyemi estudou na Universidade de Lagos e após os seus estudos, Adeyemi trabalhou no "Office for Metropolitan Architecture" escritório de Rem Koolhaas na Holanda. Em 2010, lança o seu estúdio em Amsterdão. Paralelamente, Isi Etomi, uma arquiteta recém-formada da Universidade de Canterbury na Grã-Bretanha terminou em 2009 a sua investigação de Mestrado, centrada sobre a comunidade de Makoko em Lagos. Partindo de um contexto conciso, Isi procurou entender e definir os limites de uma proposta adaptada às necessidades locais: *"(...)a realistic proposal that someone could take to the government and say, 'This is how you solve a problem'—not one of the "fantasy projects, up in the sky, in the clouds"* [196] . A

Makoko Floating School.

Escola de Whanyinna.

arquiteta termina a sua investigação propondo a construção de um novo mercado para suporte da economia local muito enraizada na pesca através de um processo incremental de melhoria das barracas, um quarteirão de cada vez. *"In terms of all the initiatives and ingenuity, it mobilized an incredibly beautiful, almost utopian landscape of independence and agency,"* [197]

Após a sua graduação, Isi assim como todos os estudantes Universitários da Nigéria ,devem completar um ano como voluntários no *"National Youth Service Corps"* e requisitou que fosse colocada na única escola de Makoko, Whanyinna School, o espaço desencadeador do que seria a futura Makoko Floating School Enquanto voluntária, a arquiteta vai promover um conjunto de pequenas manifestações urbanas de carácter pontual que permitiram melhorar discretamente o bairro com os habitantes locais. [198]

A escola de Whanyinna localiza-se no cerne do enredo. A escola permanentemente sobrelotada e com lista de espera para ingressar demonstrava-se segundo os relatos ser incapaz de responder às necessidades da população de Makoko. *"(...)the funders had not allotted money for teachers salaries or even toilets. The building's foundation was submerged underwater and rested on sand fill. Sometimes when rained, the interior flooded. Whanyinna was also overcrowded, with a waiting list for admission.The project failed practically and socially". Etomi noted in a report she wrote*

193.*DAVIS, M. (2016). Planet of Slums.First Published by Verso New York. Printed in the USA. New Left Books London. P.9 ISBN 1-84467-022-8*

194.*TERHEMBA, U. (Março de 2015). The Makoko Sustainable Regeneration Plan. Em: Participedia.*

195. *GAESTEL, A. (Fevereiro 2018) Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76.*

196.*IBIDEM.*

197.*IBIDEM.*

198.*"02_VOLUNTEER addresses the subsequent 12 months I spent in the community, recording my observations as well as various areas my proposal may have failed to address."*
IBIDEM.

199.*IBIDEM.*

200.*IBIDEM.*

201.*IBIDEM.*

202.*IBIDEM.*

Figura 84. *Escola Whanyinna. Makoko. Lagos. 2012*

Figura 85. *Proposta da Arquiteta Isl para os Canais de Makoko.*

about the school" Unsupported capital investments simply add management burdens to already under resourced communities/governments and end up wasting the capital investments.".[199] A meados de 2010, a Fundação Ben Stiller, ciente desta situação, disponibilizou os fundos necessários para o desenho, construção e gestão de um acrescento para a escola. Isi Etomi, arquiteta recém-formada, realizava precisamente nesse momento o seu serviço nacional na escola. A instituição contacta com Noah Shemede, professor responsável e um personagem que terá um alto impacto no desenvolver da obra e na sua posterior usurpação e abandono. O projeto de uma possível extensão para a escola de Whanyinna começa nesta fase a ser investigado pela arquiteta, desenvolvendo uma proposta proporcional às possibilidades de gestão da comunidade. É neste momento crucial que Isi Etomi e Kunlé Adeyemi se conhecem e partilham o seu interesse comum por Makoko. Deste encontro, desencadeia-se uma nova etapa e desenvolve-se um projeto comum. Inicialmente, o projeto desejado por Adeyemi propunha um edifício simples, enquadrado com os métodos construtivos locais. *"His early ideas were straightforward: a two-story, open-plan structure, with a playground downstairs and a classroom upstairs.".*[200]Contudo, segundo o relatório Atavist, num dado momento, Kunlé afasta-se de uma proposta pequena e incremental para um novo projeto. Partindo para uma visão mais icónica da obra, o arquiteto desenvolve uma proposta monumental. O objeto ganhava assim um valor icónico. A localização da escola já não estaria anexada ao antigo edifício, mas separado da urbanização de Makoko em águas abertas da Lagoa possibilitando a sua visibilidade a grande distância. O edifício flutuaria, para se proteger da subida das marés. *"That would make it resistant to flooding, he hypothesized"* [201]

Por já não guardar nenhuma confiança na proposta desenhada, Isi Etomi afasta-se do projeto. A localização de Makoko (próximo da ponte *Third Mainland*) que é para muitos Lageanos a porta de entrada da sua cidade, incentivou o arquiteto a colocar estrategicamente e isoladamente a obra no lago, tornando esta visível desde o viaduto. Este ato de vaidade e mesquinhice, separou a comunidade escolar da obra, demonstrando os valores extremamente perversos que guiavam o trabalho do arquiteto. *"There was also the matter of the project's visibility, which Adeyemi wanted to maximize. Makoko residents live under constant threat of eviction, which has a long , brutal history in lagos. (...) Etomi feared that a high-profile project intended to help and celebrate Makoko's residents risked making them targets."* [202]

Makoko Floating School

Retaliação do Estado

203. *Toyin, A. (2012). Commissioner for Physical Planning and Urban Development. Interview by Ekwtosi Collyer. Em: Makoko Floating School Research Report. Supported By Heinrich Boll Stiftung. Citado por ADEYEMI,Kunlé, State P. 16.*

204. *GAESTEL, A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76*

205. *MOLANO, E. (Janeiro 2014). Lagos construye su Gran Manzana para los millonarios del petróleo.*

206. *TERHEMBA, U. (Março de 2015). The Makoko Sustainable Regeneration Plan. Em: Participedia.*

Retaliação do Estado

"People in these communities built their houses without adequate planning. We are resettling them for their own good. If not climate change will move them."[203] O município de Lagos é um estado repressivo e negligente para com os seus habitantes promovendo a repressão, erradicação, e destruição de assentamentos informais. *"Evictions are often violent affairs; bulldozers and armed police plow into communities with little or no prior notice."* [204]

Várias comunidades já sofreram até à data pelo confronto direto com o Governo quando este encontra razões para desocupar o espaço "ilegalmente" ocupado. Até hoje, lugares como Makoko, exteriores ao considerado legal, não estão salvaguardados. Não se trata de uma questão de escassez de recursos públicos, mas de prioridades e assumido abandono humano.

Não foi possível confirmar que a investigação foi enviada para as instituições governamentais, contudo para a construção do documento, o estúdio entrou em contacto e questionou o Governo de Lagos. O estúdio sempre procurou a legalização da obra e a sua qualificação como imóvel do Estado, permitindo concluir que o governo da cidade teve conhecimento da investigação.A comunidade de Makoko nunca tinha sofrido uma exposição tão alargada da sua condição.

Figura 86. *90.000 pessoas expulsas em 2013 de Badia East.*

Figura 87. *Área Limítrofe de Makoko. 2018. Lagos, Nigéria.*

Assim como Adeyemi o defende no seu trabalho, a investigação era um "wake-up call to policy-makers". Pretendia desde a análise, alertar para o estado irregular dos imóveis de Makoko, mas fundamentalmente justificar a necessidade imperante do projeto Makoko Floating School.

Contudo, a suposição de que as agências estatais responderiam passivamente ao documento, foi um passo ingénuo. Numa cultura assente em relações verticais e com Estados-sociais frágeis, a catalogação das dinâmicas dos assentamentos informais é provavelmente um dos atos mais perigosos, munindo as instituições de argumentos para o desmantelamento de toda uma comunidade. Sabendo que a forma de interação com a sociedade nigeriana é a expulsão e desmantelamento dos edifícios sem aviso, o arquiteto debilitou directamente a condição de habitação de Makoko. *"Ya en julio de 1990, la Administración local declarada "no aptos para la vida humana" los asentamientos populares de Eti-Osa, al este de la ciudad. En aquel momento, cerca de 300.000 personas fueron expulsadas del distrito y sus tierras entregadas a la familia Oniru, una de las más ricas del país. Curiosamente, estes terrenos se han revalorizado ahora de forma millonaria."* [205]

Em junho de 2012 o governo de Lagos começa um processo de expropriação e desmantelamento da habitação ilegal em Makoko. A comunidade desperta com uma carta redigida pelo *"Ministry of Waterfront Infrastructure Development"* disseminada em formato de panfleto. Acusavam os residentes de ocupar continuamente terreno público sem autorização e de construir *"shanties",* barracas e estruturas ilegais na frente marítima, o que para o Município: *"constituted environmental nuisance, security risks, impediments to economic and gainful utilization of the waterfront such as navigation, entertainment, recreation"* [206] O despejo justificado pelo estado informal da comunidade pretendia desocupar toda a frente marítima de Makoko para futuros investimentos imobiliários. Sendo a habitação um direito universal, e não estando o estado de Lagos disponível a proporcionar esse bem à comunidade de Makoko (por várias décadas) o despejo comprovou o desinteresse do Governo de Lagos pelo fenómeno cultural de Makoko e pelos seus habitantes. Foram dadas à comunidade à 72 horas para retirar-se das Barracas.

Cumprindo a promessa, a Polícia entrou em Makoko com lanchas e acompanhados de motosserras. As habitações foram reduzidas a escombros, restando apenas as fundações dos edifícios. Os habitantes afetados procuraram salvar todos os pertences que conseguiram transportar. A operação de desmantelamento durou 5 dias, nos quais os habitantes de Makoko viram o seu bairro desaparecer lentamente, casa após casa. O desmantelamento do bairro terminou quando um dos Baales, chefes locais,

Makoko Floating School

Proposta NLÉ

é morto a tiro, e as manifestações de ativistas ganharam atenção suficiente para travar a ação do Estado. *"Urban renewal efforts at Makoko clearly show the disconnection between formal/top-down government planning and informal/bottom-up local citizen engagement. In most instances, such as efforts to address the problems of slums in Lagos, international development agencies may unwillingly reinforce undemocratic structures, when they by-pass local citizens, who know what is required to better their lot, to deal with formal government institutions."*[207]

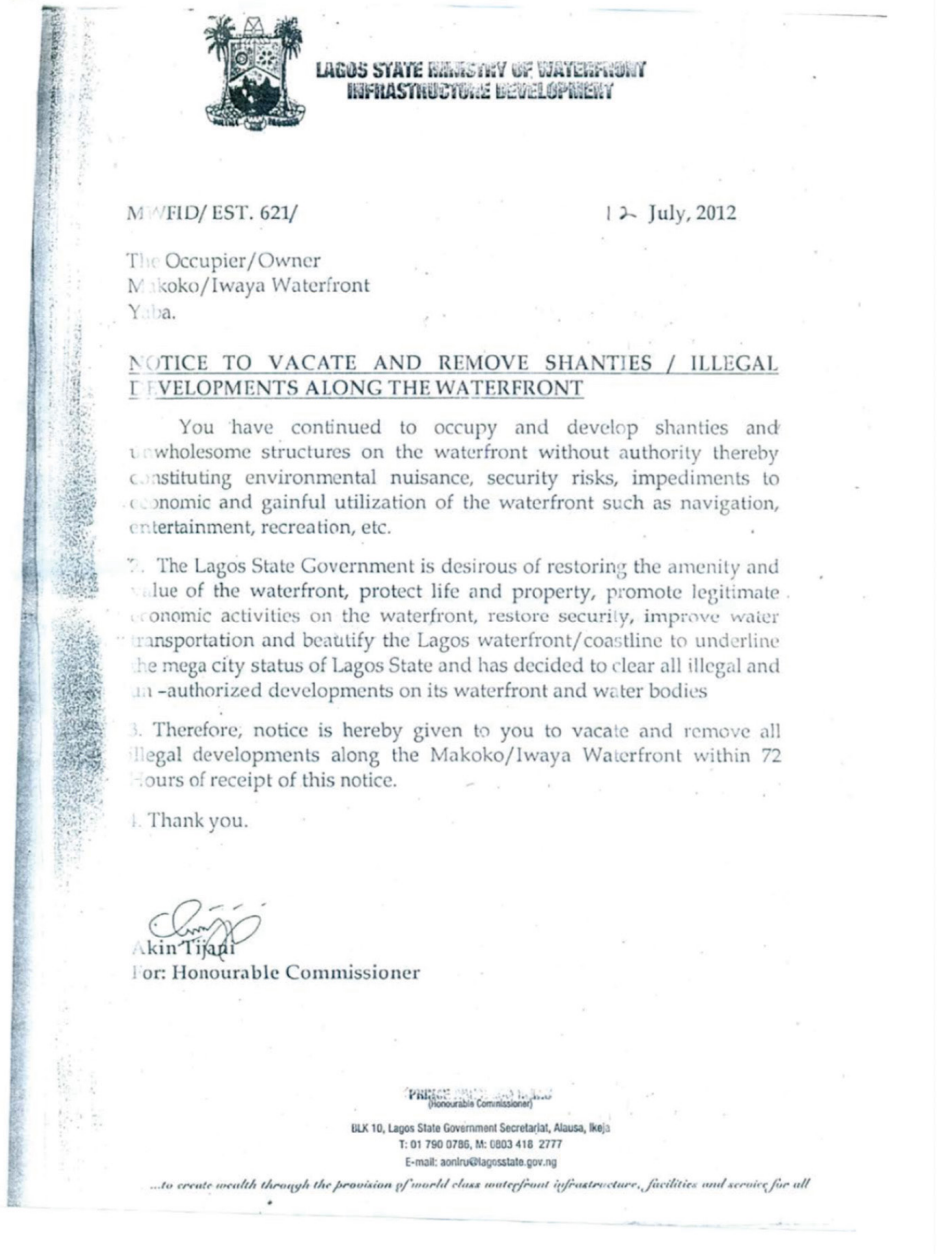
Proposta NLÉ

"As recommended by the Lagos State Urban Renewal Authority, all the identified blighted areas should be declared and designated as special zones or districts for regularization.".[208] Procurando justificar o seu projecto, Kunlé Adeyemi realizou uma investigação sobre Makoko financiada pela instituição Heinrich Boll. No processo de investigação inicial o arquiteto classifica o projecto de *"indigenous, ecological, local materials, self sustaining, economical, adaptable, movable, safe.".*[209]. No entanto, a morfologia do objeto está diretamente vinculada com o insucesso do mesmo. O processo foi fundamentalmente invertido. Em vez de nascer de uma conspiração entre vários agentes, o projecto nasce isoladamente da vontade do arquiteto que posteriormente tenta, de forma impositiva,

207.*IBIDEM*

208.*ADEYEMI, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P.16.*

209.*IBIDEM. P.18*



LAGOS STATE MINISTRY OF WATERFRONT
INFRASTRUCTURE DEVELOPMENT

MWFID/ EST. 621/ 12th July, 2012

The Occupier/Owner
Makoko/Iwaya Waterfront
Yaba.

NOTICE TO VACATE AND REMOVE SHANTIES / ILLEGAL DEVELOPMENTS ALONG THE WATERFRONT

You have continued to occupy and develop shanties and unwholesome structures on the waterfront without authority thereby constituting environmental nuisance, security risks, impediments to economic and gainful utilization of the waterfront such as navigation, entertainment, recreation, etc.

2. The Lagos State Government is desirous of restoring the amenity and value of the waterfront, protect life and property, promote legitimate economic activities on the waterfront, restore securily, improve water transportation and beautify the Lagos waterfront/coastline to underline the mega city status of Lagos State and has decided to clear all illegal and un-authorized developments on its waterfront and water bodies

3. Therefore, notice is hereby given to you to vacate and remove all illegal developments along the Makoko/Iwaya Waterfront within 72 Hours of receipt of this notice.

4. Thank you.

Akin Tijani
For: Honourable Commissioner

[redacted]
(Honourable Commissioner)

BLK 10, Lagos State Government Secretariat, Alausa, Ikeja
T: 01 790 0786, M: 0803 418 2777
E-mail: aonlru@lagosstate.gov.ng

...to create wealth through the provision of world class waterfront infrastructure, facilities and service for all

Figura 88. *Destruição de Makoko pelo Município, 2012.*

Figura 89. *Aviso do Governo de Lagos. 72 horas para retirar-se de Makoko. 2012.*

Makoko Floating school

Desarticulação Social

210.*IBIDEM. P.16.*

211.*GAESTEL, A.(Fevereiro 2018). Things Fall Apart The activist Magazine. N°76.*

inserir o projecto e outorgar a responsabilidade da sua gestão. A investigação realizada pelo estúdio procurou desde o seu início justificar uma obra que já estava pensada. O projecto de proporções exageradas impossibilitou qualquer comunicação com os habitantes, qualquer relação estável e usufruto do mesmo. A incorrecta distribuição dos fundos monetários, fez com que certas necessidades não fossem atendidas (equipamentos, instalações, material escolar). O desenho não foi elaborado de forma a estender a vida do objecto, nem o trabalho do estúdio orientou-se em torno da integração da população. Resta a dúvida se as lapsos do projeto são o resultado da ingenuidade da equipa ou se foram conscientemente ignoradas.

O estúdio dedicou-se a vender a ideia. Procurou recursos monetários e esforço-se para entregar a gestão da nova escola ao Governo de Lagos, após estar construida. Caso o edifício fosse adoptado pelo Governo de Lagos, certos lapsos seriam solucionados. Contudo, este nasce isolado de qualquer rede governamental. Sem o apoio de uma entidade reguladora, o edifício recai sobre a comunidade que o capitaliza. Contudo, o desenho do "imóvel" não se encontrava à escala adequada nem ao nível de conhecimento arquitetónico da população. A obra desenhada com um certo nível de contexto físico nasce completamente desarticulada com as verdadeiras necessidades e capacidades locais. Os desejos do arquiteto

superaram as verdadeiras necessidades da população. O edifício assente e justificado sobre um contexto totalmente ilusório, onde os habitantes seriam capazes de gerir a obra e o Governo apoiaria a sua construção nasce sem um verdadeiro vínculo com o seu território. O contacto com a população dá-se em meramente três momentos; em formato de reunião com a associação *"Makoko/Iwaya Waterfront Development Association"* onde o projeto da escola flutuante foi apresentado uma vez, através de um inquérito parcial da comunidade, e na construção do imóvel.

O diálogo esteve sempre direcionado às agências patrocinadoras e ao Governo, algo que sempre condicionou o processo, erradicando das decisões os habitantes e quem verdadeiramente ocuparia esse espaço. Ao mesmo tempo, a retórica do estúdio, descrito no processo de investigação, demonstra uma certa clareza ao apontarem a necessidade de intervenção governamental na regularização e urbanização de Makoko e de outras áreas da cidade com debilidade socioeconómica.

"This research is intended as a wake-up call to policy-makers and stakeholders in the city of Lagos. The negative socio-economic and environmental consequences of this process need to be reduced both to solve currently observed problems and to prevent future ones.". [210]

Desarticulação Social

É possível observar a obra pela sua forma e pela sua integração na rede local. Observando estes dois parâmetros é possível afirmar que a obra era insustentável e irreplicável. O projeto foi incapaz de articular-se com o contexto. Para começar, trata-se de um projeto que nunca atingiu um caráter legal e nunca foi reconhecido pelo Governo. A escola é então um edifício público, ilegal sem uma entidade concretamente responsável pela sua gestão. Em três anos da sua existência, o edifício apenas serviu e foi utilizado formalmente como escola durante 4 meses. *"The famous floating school was not a school at all. Empty classrooms dot the landscape of poor countries like the skeletons of dogooders' shallow or disingenuous objective.(...) desks were shoved into a corner. I soon learned that when the school had opened the previous March, toilets and blackboards hadn't been installed. Since then not a single class had been held.".*[211] Sem nenhuma certeza de que o imóvel poderia ser salvaguardado pelo Estado, ele é desenhado a uma escala que não permitiu a gestão local, pois ultrapassava enormemente a capacidade de gestão da comunidade docente, que corresponde a um professor. *"While there was funding for the extravagant building, none was put in place for basic supplies or teachers."The school, arguably neglected from the beginning, eventually fell into disrepair. Students were afraid to attend,*

Figura 90. *Aula de Makoko Floating School. 2014*

Makoko Floating school

Desarticulação Social

as water entered the structure and wind rocked the school. Instead, they returned to the original Whanyinna, crammed together in the miniscule space.". [212] O orçamento era 7 vezes mais elevado que aquele que ergueu a escola de Whanyinna, a única de Makoko. O arquiteto deposita todo o financiamento no desenho, construção do edifício e nos seus próprios honorários. Dentro do orçamento nunca foram garantidos equipamentos essenciais como: quadros negros, mesas, cadeiras, wc. Ao não antecipar certas necessidades como garantir igualmente salário para os professores, a obra colocou uma pressão acentuada sobre o corpo docente exigindo um acréscimo de professores, para um maior número de alunos. Sendo ambígua e incerta a dinâmica da sua gestão, o projeto não foi desenhado para se adaptar aos recursos localmente disponíveis e à capacidade local. Makoko Floating School é supostamente uma extensão da escola Whanyinna (uma escola sobrelotada) no qual não foram incluídos os recursos imateriais necessários para a separação dos dois imóveis. É possível afirmar que houve um desequilíbrio da distribuição dos recursos. A decadência acelerada do edifício e a sua insustentabilidade são igualmente consequências da inexistência de uma rede local vinculada ao projeto. O edifício pensado e desenhado sem a integração da população fez com que no momento em que a obra é terminada não existisse um conjunto de indivíduos

212. *ZEIBA, D. (Março 2018). How the floating (and collapsing) Makoko school was doomed from the start. The architect's Newspaper.*

213.*ADEYEMI, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P.16.*

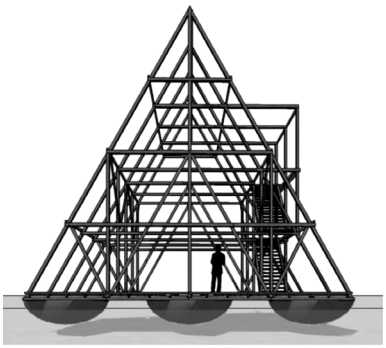
Figura 91. *Plataforma em Construção. Makoko. 2013.*

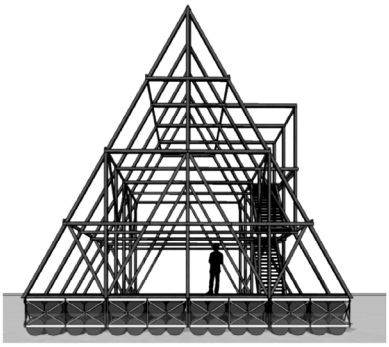
vinculados à sua utilização. A degradação precoce do edifício provêm diretamente da sua inoperância e da sua incapacidade de dar resposta aos problemas fundamentais identificados. A sua desarticulação com as "ausências" transformou-o num embargo, e promoveu diretamente o desinteresse dos habitantes. O que poderia ser um centro de oportunidades sociais e económicas, e um estaleiro de arquitetura, transformou-se num peso para a comunidade educativa.

Relativamente à morfologia da escola, é possível provar que existiu uma descontextualização formal com o entorno natural. O arquiteto tentou desde o início apresentar o projeto como uma solução aos desafios impostos pelos elementos naturais, contudo apenas 3 anos após a sua construção o edifício cai num dia de vento moderado. A leitura dos dados meteorológicos apresentados na Investigação do estúdio para a fundação Heinrich Boll é um exemplo de uma interpretação parcial e altamente perversa. Os dados expostos e analisados, priorizam a pluviosidade de Lagos, ignorando as cartas de vento. Sendo Kunlé Adeyemi, um cidadão Nigeriano e tendo ele habitado em Lagos estava bem ciente que as cheias não eram o único perigo que as tempestades equatoriais traziam. As tempestades do Golfo da Guiné trazem com elas ventos poderosos impulsionando a chuva diagonalmente sobre as casas de Makoko, sendo os residentes obrigados a proteger as suas habitações lateralmente. A Floating School de Kunlé Adeyemi foi desenhada com 3 pisos e colocada isoladamente na lagoa, forrada lateralmente apenas em duas fachadas e na cobertura, deixando o resto da escola por cobrir e as salas de aula expostas às tempestades. A informação recolhida é compreendida de forma subjetiva e parcial. Sabendo que o vento é um dos fatores primordiais na construção de Makoko, o projeto e a retórica do arquiteto ignoraram ou desvalorizaram, a acelerada degradação provocada por este elemento e os riscos à estrutura. *"While the mean annual rainfall for the 25-year period 1971-1995 was 1,697.79mm, that for the 10-year period 1996-2005 was 1,647.26mm. Although the difference in mean annual rainfall in the two periods is not much, fewer rain days are recorded during the more recent ten-year period relative to the 1971 – 1995 period.(...)This demonstrates the fact that the fewer rainstorms recorded in the latter period are much heavier than those of the earlier period. This creates a tendency towards producing more floods.".*[213] Adeyemi buscou incessantemente justificar o projeto, aos olhos das instituições, da comunidade e do Estado, o que originou uma situação desastrosa em que o arquiteto encarna uma personagem perversa, manipuladora e territorialmente experimental.

Makoko Floating school

Escala





Escala

O edifício de 3 pisos foi o maior construído em Makoko. Os edifícios da comunidade de Makoko não se aproximam das condições mínimas estipuladas pela UN-Habitat muito por causa da incapacidade financeira das famílias de adquirir os recursos indispensáveis, visto que 40% da sua população vive com menos de 1.25 dólares diários por habitante.[214] Sem uma entidade Governamental responsável pela gestão e manutenção do projeto, qualquer obra de recuperação do edifício recaia sobre a população. A desproporção do edifício aos recursos e meios locais e a incapacidade de utilização do mesmo pela população provocou o abandono do mesmo, acelerando a sua degradação.

"(...) a reviewer for the Aga Khan Award visited Lagos to assess the school(...) Berlanda acknowledged the school's "state of abandonment." He noted sympathetically that, "given the very limited resources which are available in the community, it is understandable that repairs have not been kept up to speed.".[215] Quando o arquiteto implementa um conjunto de tecnologias que ultrapassam a capacidade monetária, a capacidade de construção e de gestão da comunidade, o estúdio embarga os habitantes locais. A forma do edifício, e a sua dimensão, estão directamente associados a esta problemática,

214. *"In Makoko, a waterfront community in Lagos, almost half of the population (40 percent) live on less than USD 1.25 per day"*
TERHEMBA, U. (Março de 2015). The Makoko Sustainable Regeneration Plan. Em: Participedia.

215. *GAESTEL, A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76*

Figura 92. *Duas propostas Finais de NLÉ. Plataforma de Barcos ou Plataforma de Contentores.*

Figura 93. *Proporção do Edifício em comparação com Makoko.*

Makoko Floating school

Irreplicável

assim como a tecnologia implementada, o preço e a sua durabilidade. A escala do edifício promoveu o seu abandono.

Não foi possível averiguar o preço final do projeto. Segundo os relatórios, a proposta inicial do edifício custava 130.000 dólares sem que fosse instalado nenhuma infraestrutura sanitária. Sendo um projeto num contexto de extrema pobreza o arquiteto pretendia arrecadar 13.000 dólares pelo seu trabalho. *"In a 2012 budget prepared for the Stiller Foundation, Adeyemi estimated the outlay for his project at about $130,000, including what amounted to $13,000 for him to fly business class between his home in Amsterdam and Lagos. Etomi balked at the price tag, which was roughly seven times the cost of Whanyinna's original structure, and at the idea that the building would be replicable. "It cannot work, because they cannot afford it," she told me, referring to the slum's residents.".*[216]

Irreplicável

Uma das fotos mais divulgadas, é um render de uma suposta possibilidade de replicação do projeto na Lagoa, sendo as barracas informais substituídas por múltiplos projetos de Kunle. Aparentemente na mente do arquiteto o projeto tinha a capacidade de se adaptar para habitação e facilmente multiplicar-se. No entanto a irreplicabilidade do objeto é consequência de dois fatores: do

216.*IBIDEM.*

217.*ADEYEMI, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P.70.*

preço, e da ausência de uma rede integral de atores que apoiem, fomentem e eduquem a população para a correta operacionalização das técnicas construtivas. Essa rede deveria articular técnicos e habitantes, entidades reguladoras e normativa, assim como formas de financiamento. Construída em âmbito ilegal e apoiada em investimentos privados, o processo armado não poderia ser facilmente replicável. Faltariam os fundos e os mecanismos para a construção, para a correta promulgação da obra, integração dos vários participantes, assim como uma relação saudável com as entidades reguladoras e o governo.

O estúdio demonstrou ser incapaz de compreender o processo construtivo das habitações de Makoko. Em vez de dialogar com os formatos locais de construção, o estúdio pretendeu impor outra solução. *"Building on water is a challenge. Over the years, the builders and craftsmen of Makoko have mastered the art of building on stilts. Their continually improving skill now allows them to build multi-storey buildings."*.[217]

Ainda que consolidada muitas vezes com materiais pobres, as construções nos assentamentos informais pretendem responder do modo mais pragmático e rápido possível a um conjunto de aspirações. Ou seja, responde da maneira mais direta, do modo mais local e à medida do possível, às aspirações populares. Se o arquiteto pretendia que o edifício fosse um estaleiro arquitetónico que se ostenta uma nova morfologia urbana, capaz de ser replicada, o estúdio erra em dois sentidos: pelo desinteresse na solução social e pela inserção de tecnologias de enorme valor aquisitivo na estrutura.

A estrutura flutuante, é constituida por uma base de barris com 587 litros, que não estão gratuitamente disponíveis na cidade, é necessário comprá-los. Como as habitações em contexto informal e pobre são generalizadamente construídas por etapas e de forma incremental, cada família necessitaria de mais tempo para construir uma plataforma habitável. O desenho coloca pressão sobre os recursos dos habitantes, visto que a estrutura das habitações é geralmente construída com estacas em forma de palafitas retiradas das florestas. Trata-se de um exemplo em que não existe terra construível, sendo fundamental e urgente para qualquer habitante de Makoko, construir uma plataforma habitável. Caso os habitantes fossem obrigados pela lei a construir as suas habitações segundo o mesmo sistema construtivo do projeto de Kunlé Adeyemi, o processo de produção da habitação seria mais lento e mais caro. Os habitantes seriam de novo empurrados para a informalidade. A prova disto é que nenhuma habitação construída após este projeto ser implementado imitou o seu modelo construtivo, ainda que os materiais necessários estejam disponíveis no mercado da

Figura 94. *Render do Estúdio NLÉ. Proposta de Multiplicação do Projeto.*

Figura 95. *Extração de madeira das Florestas de Lagos para Palafitas.*

218.*IBIDEM. P.18.*

219.*TERHEMBA, U. (Março de 2015). The Makoko Sustainable Regeneration Plan.Em: Participedia.*

220.*ADEYEMI, K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung. P.19.*

221.*GAESTEL, A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76.*

222.*IBIDEM.*

cidade. Nenhum habitante (que haja registo) replicou a técnica, visto que para construir as suas casas, os habitantes de Makoko reciclam material ou compram aos madeireiros locais.

Kunlé Adeyemi pretendia que os habitantes replicassem o sistema construtivo da escola. A estrutura permitia guardar, por Barril, 587 litros, respondendo eficazmente a uma média de 180 litros de água por dia para cada família. Tal independência seria extremamente importante para Makoko onde o acesso à água não é imediato e requer tempo de deslocação. Contudo, a base do projeto era a estrutura mais cara do edifício; exigia a incorporação de mecanismos de ancoramento altamente dispendiosos e um sistema de canalização das águas pluviais, que não foi instalado na Makoko Floating School.*"Our proposal for the Floating School is a building that is self-sustaining and adaptable for other building typologies—homes, community centres, playgrounds—to gradually cultivate an improved quality of architecture, urbanism & living on water.".*[218]

Não é claro se o formato do edifício poderia algum dia ser legalizado. Desobedecendo à normativa construtiva, nunca poderia o arquiteto expectar, que o seu projeto, fosse legalizado e adquirido pela gestão Governamental. *"Typically a planning permit is required to develop property in Lagos State. The Lagos State Physical Planning Permit Authority (LaSPPPA) is the government agency responsible*

Figura 96. *Sete de Junho de 2016 e 3 anos após a inauguração.*

for issuing the permit to owners/developers in the State. The Lagos State Urban and Regional Planning and Development Act 2010 in section 102 defines "development" to include the carrying out of any building, mining, or other operations in, on or under any land. "Land" is defined to include "land covered with water and everything attached to the earth or permanently fastened to anything which is attached to the earth". (...)The question remains whether a structure such as the proposed school constitutes a building for planning approval purposes.".[219]

Conclusões

"The school collapsed. Nobody did it; the school collapsed by itself," Shemede said at one point. "Everybody that comes to that school appreciates it, like, 'Oh wow, it's a good building,' but nobody knows the inside, what is going on. We that are living there, we are the ones that know.".[220]

O abandono permanente do edifício por parte de todos os agentes vinculados ao processo de construção é visível apenas 3 anos após a sua abertura. Em março de 2016 um número de acontecimentos perpetuaram o final de vida desta "escola". Adeyemi, desresponsabilizando-se pelo estado ruinoso do edifício, exige ao professor, Noah Shemede e à comunidade que se encarregassem das obras de reparação. As reparações exigiam recolocar correntes de ancoragem que tinham "desaparecido". O sistema estrutural escolhido para ancorar a escola era financeiramente insuportável para a comunidade desarticulada. Poucas semanas mais tarde a escola desanexa-se da sua estrutura de ancoragem derivando pela lagoa, chocando contra algumas habitações. A obra nunca se adaptou aos modos de vida nem procurou ensinar o conhecimento necessário para gerir a obra. A obra carece de pragmatismo e escala humana. Num território pobre como Makoko a Floating School de Kunlé Adeyemi peca multilateralmente. A 7 de Junho de 2016 algumas semanas após a Biennale de Veneza onde Adeyemi foi Galardoado com o Leão de Prata por Aravena, o edifício pelo qual tal mérito foi atribuído, colapsa. *"The storm on the morning of June 7 was strong, but it wasn't the worst of the season. Makoko was accustomed to torrential tropical downpours. Wind whistled through the cracks in the shanties' walls and whipped at their stilts. Shemede stood outside the original Whanyinna building in the pounding rain. The floating school stood tall in the distance, a promise just out of reach. Then it began to shake. In a matter of seconds, it came down in a terrific crash of wood, metal, and plastic. Shemede shouted in alarm, and some of his staff ran out of Whanyinna to join him on the edge of the lagoon. They stood gawking at what was now an absence on the horizon.".*[221]

"What was left of the school was both tragic and anticlimactic. Here was an internationally lauded feat of design undone by the very forces it was supposed to resist. Here, too, was a neglected, dysfunctional building that had finally fallen down.".[222]
A análise deste processo permite antecipar este final. Um emaranhado de narrativas, de

Makoko Floating school

ego, fama descontextualizaram profundamente o projeto gerando uma grave incompreensão pelas dinâmicas deste assentamento informal. A escola desenvolve uma distopia territorial. Para James Inedu, o desabamento deste edifício permite desmascarar os *"self-serving icons"* edifícios para satisfazer os desejos mais perversos da arquitetura. *"All the school did was to blow up the designer's ego and to give him highly coveted international attention...It was simply bad architecture done iconically."*.[223] Até certo ponto, os habitantes acreditaram no edifício. Precipitam-se em torno do mesmo, talvez porque pela primeira vez foram reconhecidos como indivíduos e perante o mundo. Na bienal de Veneza e segundo Gaestel, o arquiteto repleto de orgulho, apresentou o projecto da seguinte maneira.*"It's said that the early settlers of Venice were fishermen in the marshy lagoons, not very different from the people of Makoko," he said. "It's a great honor to be standing here representing the intelligence of the people of Makoko as well as countless waterfront communities all over the world."*.[224]

Após o desabamento do edifício, as palavras de Kunlé Adeyemi retornam a formatos perversos. Para justificar o desabamento do edifício, o arquiteto responsabiliza a escola, na sua condição experimental, devolvendo os assentamentos informais ao seu paradigma inferior, sub-humano.*"In July 2016, while presenting at a conference, he described the school as "a*

223.*ZEIBA, Drew. (Março 2018). How the floating (and collapsing) Makoko school was doomed from the start. The architects Newspapper.*
IBIDEM.

224.*GAESTEL, A. (Fevereiro 2018). Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76*

225. *ETOMI, I. (2018). em: GAESTEL,A. Things Fall Apart. em: The activist Magazine. N°76.*

226.*IBIDEM.*

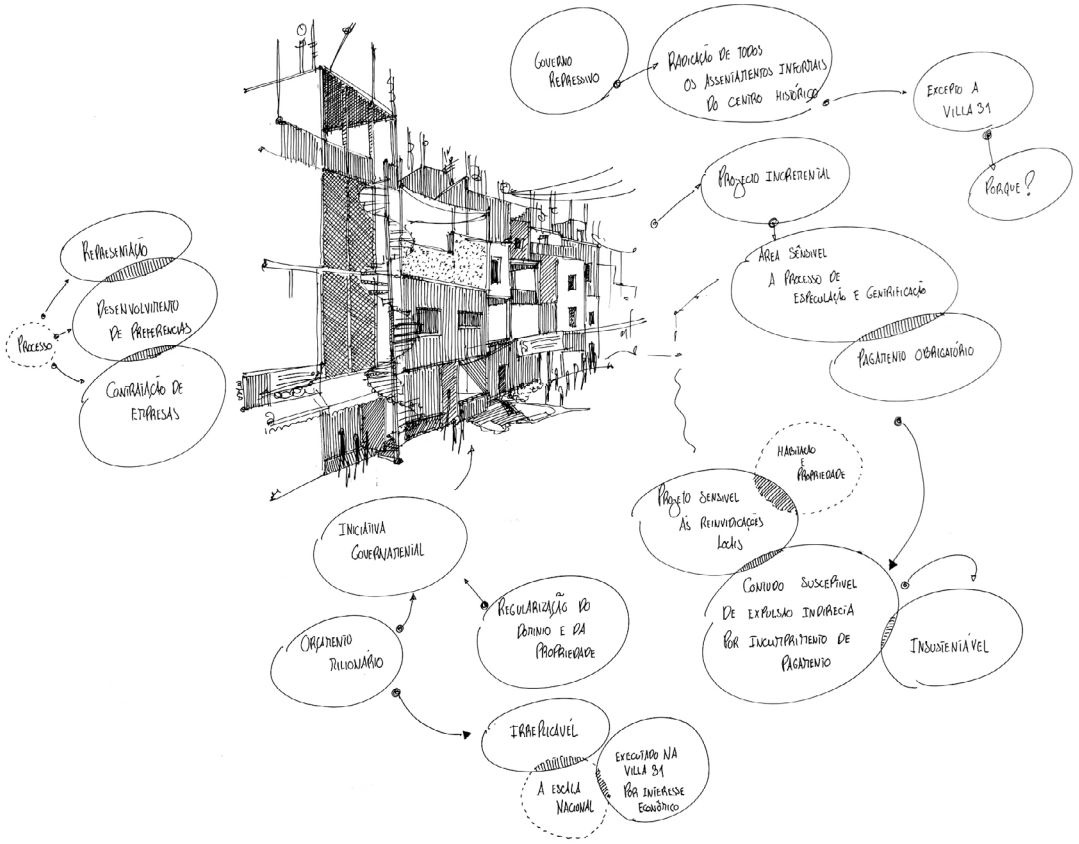
Figura 97. *MFSII Veneza. Bienal de Veneza 2016*

Figura 98. *MFSIII Trienal de Burges .2018*

temporary structure that is designed as a catalyst to stimulate and think about different ways of building, to innovate, to address issues of adaptation, climate change and for education." Later he responded to critics by saying, "The most important part of this is the structure is really a prototype, a pilot project.".[225] Makoko Floating school, também representou no auge da sua globalização um muro contra as investidas do governo de Lagos. A escola chegou a ser o logótipo do Ministério de Urbanismo.

O social, a participação na pobreza são hoje um método publicitário de venda na arquitetura. Makoko Floating School é um produto feito para ser apetecível a um público mundial. É um projeto capaz de apaziguar um público expectante de respostas aos desafios climáticos, económicos e sociais do século XXI. Festejamos a chegada de novas ideias que adotem a inteligência das comunidades, sem que procuremos profundamente compreender os problemas transversais da nossa sociedade as relações estratificadas que mantemos, e a aparência ante tudo .*"let us not forget , who this project is for. Is for the people is for the community, is not for ourselves."*.[226] Atualmente Makoko permanece sem escola, enquanto Kunlé Adeyemi promove a quarta geração do Modelo MFS em Chengdu China.

I.Villa 31



227. *RISOM, J. (2018). Embrancing the Paradox of Planning for Informality. Em: Next City.*

228.*IBIDEM.*

229.*IBIDEM.*

230.*CASTRO, J, F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1°Ed. Cidade de Buenos Aires. Argentina.Instituto de la Espacialidad Humana. P.24. ISBN 978-987-05-9779-7.*

231.*VARELA, L, D. (2015). Formas de Organizaciòn cooperativa para la autoconstrucción de vivienda durante la última dictadura Militar. Argentina. CONICET Instituto del Conurbano.Universidad Nacional de General Sarmiento. P. 2.*

232.*IBIDEM.*

Introdução

"Planners and urban designers often face an uncomfortable paradox: People tend to prefer neighborhoods that developed organically with the contributions of many over those that were master-planned by a small group of experts."[227]

Comparando com Makoko, a Villa 31 apresenta-se como um caso mais avançado de assentamento informal nomeadamente na sua capacidade de geração de equipamentos, economia, e serviços. A Villa (nome utilizado na Argentina para os assentamentos informais) é um exemplo da capacidade e das lacunas das cidades construídas, sem o apoio e a vigilância das entidades públicas, sem o acesso a um código urbano, sem os instrumentos e mecanismos legais, sem infraestruturas e serviços, mas com imensa vitalidade.

Villa 31 é um dos bairros mais vibrantes de Buenos Aires. Localizado tangencialmente aos sectores mais especulados de Buenos Aires, (Retiro e Recoleta), a Villa é um exemplo da disparidade social que caracteriza a sociedade Argentina. Tão recentemente como no ano 2018, existiam na Villa 31, 8000 casas sem cozinha, e um quarto destas, sem equipamentos sanitários.[228] A maioria das habitações não têm acesso a água potável, e nunca foram instaladas infraestruturas. A ausência de um plano urbanístico, fez com que várias ruas, se tenham formado

Figura 99. *Rua de Villa 31 . Buenos Aires. 2012.*

Figura 100. *Rua de Villa 31 . Buenos Aires. 2012.*

abaixo dos limites mínimos para entrada de veículos. Existia electricidade, mas instalada ilegalmente, tendo já provocado explosões e mortes. Ainda que a Villa esteja rodeada de vias rodoviárias nenhuma dessas vias entra no bairro e os únicos acessos pedestres são limitados por controlos criminais.[229]

A Villa 31 é sem dúvida uma das Villas mais emblemáticas e citadas por várias razões. Muito por consequência da sua localização estratégica na cidade, a Villa já foi alvo de 90 megaprojectos de investimento imobiliário. *"(...)es paradigmática porque es el mejor ejemplo de tratamientos erráticos, contradictorios y contra derecho por parte de las autoridades del Gobierno de la Ciudad y de la Nación. Es el caso que demuestra que los derechos de los habitantes, aún cuando la Constitución de la Ciudad Autónoma lo indique, parecieran pesar menos que los intereses de otros actores."*[230]

A cidade de Buenos Aires é um dos centros metropolitanos mais fortes do hemisfério Sul Americano. A cidade que nos últimos dois séculos tem sido um abrigo de imigrantes, albergando hoje milhões de pessoas provenientes do estrangeiro, é pontuada por assentamentos informais, tanto na periferia como no coro interior da cidade. Os assentamentos informais são culturalmente conhecidos como as *"villas Misérias"* ou *"villas Emergência"*. O crescimento da cidade engoliu várias das Villas que se encontravam na periferia, e que hoje estão localizadas no seu centro metropolitano. Atualmente, a norte da Avenida Rivadavia, apenas é possível encontrar a Villa 31. Todas a outras foram gradualmente desmanteladas sob um processo longo de expulsão e especulação. A sul da mesma avenida, ainda podemos encontrar várias villas miséria, nomeadamente as villas 6-7-8-9-11-12-14-15-20-21-24. A tendência é que desapareçam. Contudo, a villa 31 segue noutra direção.

A Villa 31 é a mais antiga da cidade, datando de 1930. Durante o período de ditadura militar que durou de 1976 a 1983 as villas sofreram violentos ataques com o objetivo de desmantelar estes assentamentos ilegais, especialmente no centro económico de Buenos Aires. Tratavam-se de operações violentas, que incluíam a desintegração das organizações de base popular.[231] O plano de erradicação instaurado pelo governo, atravessou três etapas: *"congelamiento, desaliento, erradicación"* [232]. A primeira etapa proibiu a melhoria da habitação e desenvolveu-se um controlo do território de forma a vigiar as construções ilegais. Na segunda etapa de *"desaliento"*, foram iniciadas um conjunto de operações de ameaça directa

aos habitantes dos assentamentos informais. *"La segunda etapa de desaliento, consistió en amenazas variadas formas de violencia física hacia los vecinos de las villas. Lo primero que se llevò fue la destrucción de los comercios, los centros de salud y las escuelas, luego se desconectaron los tendidos de luz y el agua."*[233]. A última etapa, através de um processo violento de expropriação, os habitantes abandonaram as villas em direção às periferias. A Villa 31, como várias outras, foi parcialmente erradicada, contudo 43 famílias sobreviveram ao desalojamento, graças à formação a *"Comissiòn de Demandantes"*. Esta associação local, através do apoio do Poder Judicial, conseguirão permanecer no local.*"Un grupo de vecinos, junto a un equipo de abogados, formaron la llamada Comisión de Demandantes que logro detener las erradicaciones mediante un fallo judicial (...) Este hecho permitió que las villas de la ciudad no fueran erradicadas por completo(...)".* [234]

Como resultado da *"Comission de Demanda"* forma-se na altura a Cooperativa de Autoconstrução, conhecida como Cooperativa Copacabana a meados do ano de 1978.[235] O objetivo fundamental era contra-atacar as erradicações e desmantelamentos de bairros pela CMV a partir da autoconstrução, e dar desta maneira uma resposta à perda de habitação. *"Las redes consolidadas durante los años anteriores permitieron la creación y mantenimiento de la cooperativa en un contexto de represiòn a este tipo de organizaciones."*[236] Assim

233.*IBIDEM*

234.*IBIDEM. P.3.*

235.*IBIDEM. P.8.*

236.*IBIDEM.*

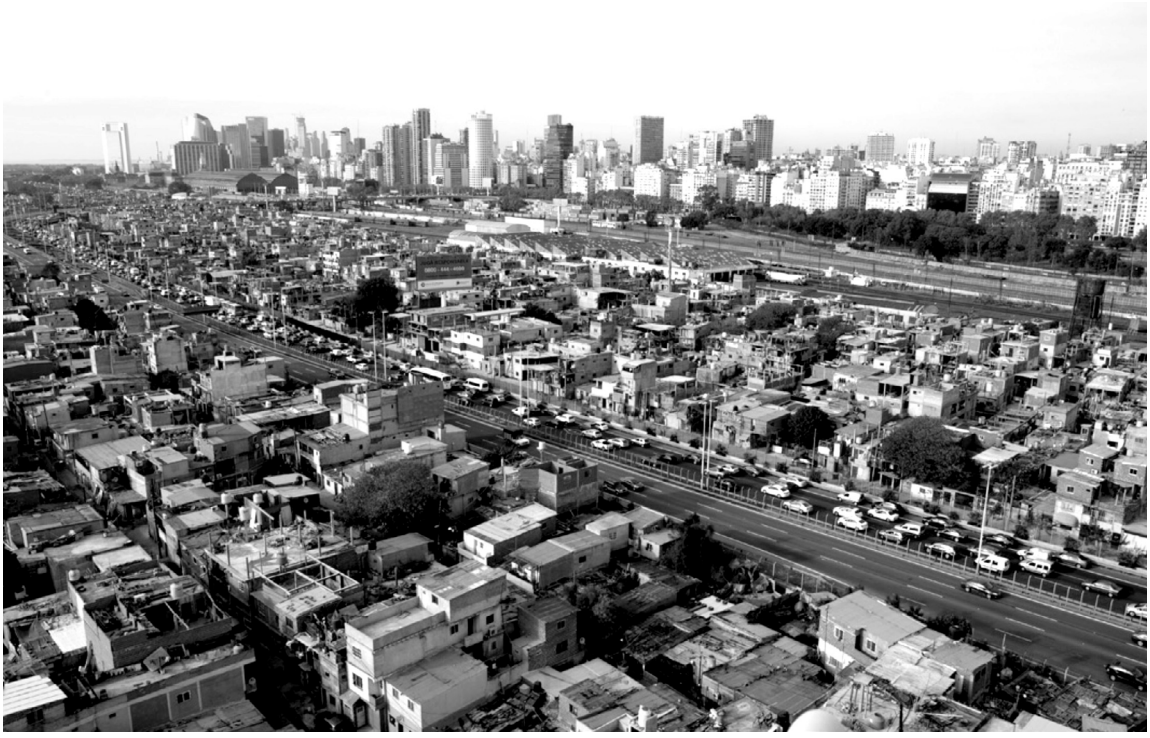
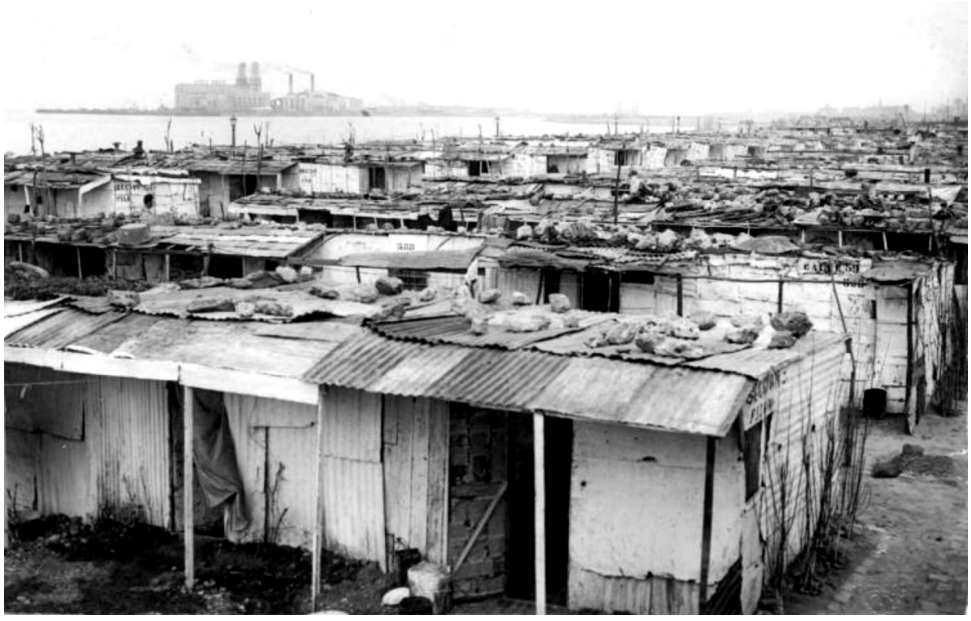


Figura 101. *Vista sobre Villa 31 e a cidade de Buenos Aires. 1925.*

Figura 102. *Vista sobre Villa 31 e a cidade de Buenos Aires. 2018.*



que terminaram as expropriações, manteve-se a proibição de construção e crescimento populacional do bairro. As poucas famílias que ficaram sobreviveram os anos seguintes sem luz, e várias sem água corrente, partilhando a casa com várias famílias. Desde os princípios da década de 80, com o retorno da democracia, recomeçou o repovoamento da Villa, agora com uma herança histórica de prevalência popular.
Trata-se de um lugar repleto de histórias de resistência. Para o imaginário dos *"Portenos",* trata-se de um território omnipresente e ausente ao mesmo tempo. A sua permanente presença, dá-se pela atenção que recebe nos espaços mediáticos e de entretenimento televisivo. *"la posibilidad de depositar el origen de todos los males urbanos en un espacio otro, desconocido y por consiguiente estigmatizado, sumada, a su inquietante proximidad, concurren en una asociación especialmente atractiva a los discursos."lineales de entretenimiento."* [237] Contudo, a Villa 31 é sinónimo, também, de imaginação, criatividade, experimentação urbana. É um território construído sobre uma história de contestação, revolta e resistência popular à ditadura por meios legais e físicos. É terra de comunidades, de coletivos e cooperativas de autoconstrução, um exemplo de trabalho integral entre técnicos, instituições e populações. É um exemplo de sucesso na formação de redes espontâneas, mas concisas de economias populares.

237.*IBIDEM. P.9*

238.*RISOM, J. (2018). Embrancing the Paradox of Planning for Informality. Next City.*

239.*IBIDEM*

Figura 103. *Villa 31 em 1933.*

As Lições da Villa 31

São raros os casos onde a população, sem o apoio das Instituições governamentais responsáveis pela gestão do território e das suas infraestruturas, ou sem o apoio de um grupo de técnicos armados com as ferramentas de planeamento territorial, pode solidariamente construir um lugar tão criativo, autodeterminado, como a Villa 31. Graças ao estudo realizado pelo estúdio GEHL, (convidado a desenhar um plano de ação para a Villa), é possível compreender as características físicas, sociais e económicas, que particularizam este lugar. O estúdio pode comprovar que, apesar dos seus lapsos, a Villa produzia um ambiente urbano, com níveis superiores de proximidade, densidade humana, e economias locais, do que os sectores mais ricos da cidade formal, considerados casos de sucesso urbano. *"There are more people walking, cycling and spending time socializing, playing and people-watching in the streets and spaces of Villa 31 than in the six neighborhoods we studied."* [238]

Em vez de apontar os problemas da morfologia urbana, o coletivo dedicou-se a escrever um relatório, onde apontam, e dão valor, às qualidades urbanas desenvolvidas e construídas pelos arquitetos da Villa 31, os seus habitantes. *"The community would have to give up some of its most powerful attributes in order to meet code."* [239] Em vez de apontar os problemas da morfologia urbana, o coletivo dedicou-se a escrever um relatório, onde apontam, e dão valor, às qualidades urbanas desenvolvidas e construídas pelos arquitetos da Villa 31: os seus habitantes. *"These families face severe deprivation in many areas but amid the scarcity, their neighborhood offers some of the qualities that some of the most privileged cities seek, including walkable streets and a vibrant public life."* [240] . Os habitantes da Villa 31 habitam sobre terra pública, terra disponibilizada pelo Governo à chegada dos migrantes e famílias de baixo rendimento. A guerra pela Villa 31 é legível quando a observamos de um ponto de vista metropolitano. Ela está inserida no centro urbano de Buenos Aires, o que eleva a pressão sobre este território facilmente especulável.

O seu território ocupa o bordo norte do centro da cidade de Buenos Aires, uma área trapezoidal com 39 hectares nas quais habitam cerca de 40,000 vizinhos. Está circunscrita entre a estação terminal, a zona de manobras do Ferrocarril San Martin a sul e as instalações do *"Puerto Nuevo"* a norte. A este toca com o Terminal de Autocarros da cidade, e a oeste com o engrossamento da autoestrada Illia. É agora a única Villa sobrevivente a norte da Avenida Rivadavia. Buenos Aires não contém no seu interstício, habitação para famílias de baixo rendimento, fazendo da Villa 31 uma forma de cidade em declínio e extinção. A população está distribuída em cerca de 0,32

Villa 31

As Lições da Villa 31

Km com uma densidade de 85,171 habitantes por km, um número muito superior à média da cidade de Buenos Aires com 14,973 habitantes por km[241].

Este lugar é um dos mais densos da cidade, e surpreendentemente, os seus edifícios não ultrapassam os 5 pisos. A extensão das ruas varia entre os 3 metros e os 16 metros, diversificando os ambientes, e criando espaços limitados e contidos. São lugares controlados pelos seus habitantes, com uma construção orgânica e coletiva, baseada em pequenos acrescentos incrementais. Numa megacidade como a de Buenos Aires, poder habitar próximo do centro, num ambiente bairrista pode ser considerado um luxo. Os quarteirões são constituídos por lotes curtos com balcão, e piso térreo com loja, aumentando a probabilidade de ruas ocupadas e fervilhantes de negócios e vida social. As ruas não obedecem a um paralelismo entre elas. Sucessivamente, elas vão torcendo e aumentado à medida que as percorremos, originando pontualmente espaços mais largos, criando lugares de repouso e de encontro. Segundo os relatos, as vias curtas de Villa 31, com um fluxo constante de habitantes em movimento, obrigam a uma circulação lenta dos veículos. Por consequência, as vias são lugares, lúdicos e seguros para a dinamização de actividades . *"Even from an early age, young children can gather to play outside their home unattended but within shouting distance from an adult."*[242]

240.*CASTRO, J, F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1°Ed. Cidade de Buenos Aires. Argentina.Instituto de la Espacialidad Humana. P.24. ISBN 978-987-05-9779-7.*

241.*Regeneração Urbana. (2015). Reurbanización Integral do Bairro Villa 31. Programa Internacional de Cooperación Urbana.Cidade de Buenos Aires. Argentina.*

242.*RISOM, J. (2018). Embrancing the Paradox of Planning for Informality. Em: Next City.*

Figura 104. *Rua de Villa 31 .Buenos Aires . Argentina. 2019*

Figura 105. *Casa/Comércio. Habitação Incremental de Villa 31*

243.*IBIDEM*

244.*CASTRO, J, F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1°Ed. Cidade de Buenos Aires. Argentina.I nstituto de la Espacialidad Humana. P.31. ISBN 978-987-05-9779-7.*

245. *IBIDEM. P.115*

Cada família controla um lote do bairro, que nasce da ocupação de um terreno Municipal. O bairro com tendências de crescimento demográfico, mas sem espaço para se estender, cresce verticalmente. Os imóveis adotaram a morfologia de comércio familiar, proporcionando no piso térreo um espaço reservado a serviços. Ou seja, por um desinteresse pela normativa e pela regras da ordem social, cada família tomava para si mesmo o direito de liberdade de experimentação urbana e empreendedorismo comercial, seguindo um modelo colectivo de cidade. *"Entrepreneurial ideas can be tested without the cost and risk of renting a commercial space."* [243]

As primeiras habitações caracterizavam-se por um piso com dois quartos, contudo à medida que a família crescia e exigia mais espaço, a casa elevava-se incrementalmente para um segundo andar. Se o fomento económico da família tinha sucesso e produzia lucro, a loja estendia-se, e a habitação mudava-se para o piso superior. O terceiro piso, que já corresponderia a uma segunda casa com o seu próprio acesso privado, era reservada para arrendamento. Num período de alguns anos a Villa 31 transforma-se brutalmente, os edifícios ganhavam vários patamares e uma escadaria de acesso aos pisos superiores, diretamente da rua. A Villa 31 é o exemplo de um modo de habitar baseado no empreendedorismo familiar. Ao contrário da habitação social tradicional, que

Figura 106. *Habitações construidas sob o viaduto. VIlla 31. Buenos Aires. 2018*

Figura 107. *Desenho do Modulo Habitacional Desenvolvido em Villa 31. Estudio Gehl.*

coloca os utilizadores em espaços regulados por um plano urbano, desenquadrado com as necessidades famíliares e exigindo o pagamento de uma renda ou uma dívida, a Villa permite que os seus habitantes coloquem os seus recursos na valorização do seu próprio património. *"Se configura así un tipo habitacional predominante, en pirámide escalonada invertida, con las consiguientes estructuras salientes(...)"*.[244]

Na cidade formal, as transformações arbitrárias do edifício são desencorajadas ou até proibidas, por romperem com a pureza arquitetónica do lugar. Por incumprimento e inexistência de regulação territorial, os habitantes são livres de produzir o espaço de cada um, em concordância com o conjunto de diretrizes familiares e coletivas. A arquitetura ganha outro valor na Villa 31, outro objetivo e outras aspirações, originando pontos e locais de criatividade de fácil perceção e replicabilidade, adicionando ao mundo urbano novas formas e novas experiências. É um território nascido da autoconstrução. Aqui não entraram instituições públicas. Todo o ambiente nasce da construção sistemática e contínua da cidade por várias gerações com relações de proximidades e familiares. Segundo o estudo da Universidade (Castro: 2010. P.122) foram identificados sistemas infraestruturais para o aprovisionamento de água e para recolha de águas pluviais, fruto da autoconstrução dos próprios vizinhos, um indício enraizante, característico da informalidade urbana. Contudo, nunca foram instalados serviços definitivos, evitando contribuições regulares. Os sistemas sanitários sempre foram precários, e o abastecimento de grande parte do território sempre foi feito com camiões cisterna.

"(...) el costo sostenido a lo largo del tiempo por el estado local hubiera financiado ya varias redes definitivas".[245] Segundo o autor, foi possível identificar vários focos de centralidade, graças a inserção de equipamentos desportivos nos lotes desocupados, espaços parcialmente delimitados como praças graças ao esforço das cooperativas locais e agências não governamentais, a construção de igrejas, templos, bibliotecas e clínicas. Ao apelidar este assentamento de Villa, ela é marcada por de um preconceito social. Como o estudo do território, realizado tanto pelos docentes da Faculdade de Arquitetura de Buenos Aires como pelo estúdio

246.*IBIDEM.*

247.*MOHANRAJ, P. (2017). A framework for empowerment. Leveraging Urban Design to Repair and Revitalize the Informal Settlement of Villa 31 in Buenos Aires. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Universidade de Berkeley. P. 13*

248.*MINCHOM, R. (realizador). (2012). The Cartoneros of Buenos Aires. Argentina Independent.*

249.*MOHANRAJ, P. (2017). A framework for empowerment. Leveraging Urban Design to Repair and Revitalize the Informal Settlement of Villa 31 in Buenos Aires. Tese de Mestrado em Desenho Urbano.Universidade de Berkeley. P. 13.*

GEHL, se tratou de um processo de observação e interação desde o interior do assentamento, permitindo assim desvelar como a morfologia espacial depende da estrutura social adjacente. O estudo sobre obra dos habitantes do Bairro 31, e a erradicação da terminologia associada não é uma tarefa menor. Aqui encontra-se a génese do trabalho do arquiteto, como estudantes do habitar, compreender os fenómenos que criam lugares.

Criatividade Económica

Na cidade de Buenos Aires podemos encontrar, ao anoitecer e pela noite dentro, personagens acompanhadas de carrinhos improvisados, que vasculham por entre os detritos da cidade em busca de resíduos recicláveis. *"Los que normalmente se tiende a llamar de Cartoneros surge, como un producto de una crisis. La crisis de 2000 y 2001 que penetro profundamente y atraveso todas las clases y sectores sociales. En ese momento, mucha gente quedó sin trabajo , mucha gente. Gente que tenía un oficio. Caminan entre 100 a 200 quadras por noche.".*[246] Uma classe de trabalhadores informais conhecidos como *"los cartoneros"* descem das Villas em direção ao centro histórico da cidade de Buenos Aires. Como tarefa, encarregam-se de vasculhar durante a noite entre as cerca de 4500 toneladas de resíduos produzidos pela cidade, para entregar nas empresas, plástico,

cartão, metal e tudo o que seja reciclável. *"When Business start to close down in Buenos Aires , a whole section of society comes to life. As regular Office workers go home, the work of some 20,000 people is just beginning.(...) They put aside plastic, glass cardboard, paper, metal and wood anything that can be sold to recycling companies, before waste contractors haul what's left off to landfills in the morning."*[247]

A cidade de Buenos Aires abriga cerca de 3 milhões de residentes, contudo durante o dia o fluxo de trabalhadores (provenientes das periferias da cidade), duplica o número de habitantes no centro, fazendo do tratamento dos resíduos uma tarefa Hercúlea. Até muito recentemente, como o ano de 2005, a cidade enterrava a totalidade dos seus resíduos em aterros sanitários localizados na província. Em 2006, a cidade adotou o projeto de lei "Zero Waste"[248]. De acordo com uma linha temporal definida pelo próprio projeto, a cidade deveria reduzir a proporção de resíduos sólidos enviados para os aterros sanitários, em 30% para o ano de 2010, 50% para o ano de 2012, 75% para o ano de 2017. O derradeiro objetivo seria assegurar 100% da reciclagem para o ano de 2020. Paralelamente o município inaugurou uma fábrica de reciclagem de materiais de construção, permitindo à cidade vender e reusar os detritos das suas obras. *"This alone has reduced waste sent to landfill by up to 2,000 tons a day."*.[249] Apenas na Villa 31, segundo

Figura 108. *Cartonero de Villa 31. Buenos Aires. Argentina 2016*

Figura 109. *Cartonero de Buenos Aires Argentina*

Figura 110. *Estudo realizado por Javier Castro. Barrio 31. 2010.*

os registos de 2009, havia 470 habitantes a vasculhar as ruas do centro histórico. Mais de 120 deste sector trabalhador eram menores, e 10% imigrantes de países vizinhos. Estes indivíduos desempenham um papel fundamental: a reciclagem de produtos que acabariam em aterros sanitários. Um trabalho informal mal remunerado e não regularizado. Uma vez mais encontramos o paradoxo da informalidade. As práticas informais estão repletas de criatividade, contudo a ausência de regularização promove e inspira a opressão de classes, a exposição a situações claras de abuso humano e nefastas para a saúde e segurança do indivíduo.

A proposta de Javier Fernandez Castro

Os programas de ação sobre as Villas na cidade de Buenos Aires tiveram, segundo os registos, uma reduzida efetividade nomeadamente nos seus objetivos. Este resultado é considerado uma consequência direta de transformações decorrentes do processo e descontinuação administrativa. Segundo Castro [253], é igualmente o resultado de uma visão tradicional baseada na substituição indiscriminada do construido.

"Las respuestas más orgánicas y en formato de acciones sostenidas se han dado a través de los programas nacionales de mejoramiento o

250.*IBIDEM. P. 13.*

251.*CASTRO, J, F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1ºEd. Cidade de Buenos Aires. Argentina.Instituto de la Espacialidad Humana. P.31. ISBN 978-987-05-9779-7.*

252.*IBIDEM*

construcción de vivienda nueva , pero siempre actuando sobre entornos periféricos o rur-urbanos, sin contar con tratamientos específicos para casos de densidades centrales.".[250] O preço dos terrenos onde se assentam as Villas de Buenos Aires, inscrevem-se no que se mitifica como áreas centrais. A especulação económica apoiou ferozmente a erradicação de Villas, que aliado a um sentimento xenófobo, permitiu que o centro urbano fosse reservado às classes "altas" e ao turismo. Na villa, os terrenos são maioritariamente propriedade de ADIF (Administração de Infraestruturas Ferroviárias), criada pela lei nacional 26,532 no ano 2008, e em menor medida são instalações do Porto de Buenos Aires, administrado pelo AGP,*"Administración General de Puertos".* Sendo o domínio do Terreno, dividido entre a nação argentina e o Município de Buenos Aires, e tendo, a cidade de Buenos Aires, autonomia política desde 1994, com soberania sobre a sua normativa urbana, é o enredo político que perpetua a situação da Villa 31.[251]

No entanto, o paradigma altera-se em 1998 quando a assembleia legislativa da Cidade de Buenos Aires promulga a Lei n°148 e declara atenção prioritária aos problemas sociais e habitacionais em assentamentos temporários e núcleos. Essa lei de forma pioneira, propõe a criação de uma Comissão de Coordenação Participativa (PCC), para preparar o diagnóstico, proposta, planeamento e monitorização da execução de políticas sócio-habitacionais. Em 2002, a III Bienal Ibero-Americana realizada na cidade de Santiago do Chile, outorga um prémio de investigação uma equipa de professores da Faculdade de Arquitetura, (FADU) da Universidade de Buenos Aires. Foi possível graças a este incentivo iniciar uma investigação relacionada com os problemas da Villa. O projeto de estudo preliminar intitulado *"Barrio 31 Carlos Mugica"*, foi encabeçado pelo Arquiteto Fernandez Castro, abrindo portas a um processo integral de urbanização da Villa.

"El encuentro de las potencialidades y condicionantes de las preexistencias fue el paso necesario y determinante para proponer una nueva estructura, en definitiva una propuesta de resignificación del espacio. Entendemos que toda propuesta que aspire a tener sentido y posibilidades de apropiación plena por parte de sus destinatarios debe basarse en una interpretación crítica de las preexistencias, leídas en todas sus dimensiones.".[252]

Ao contrário de Makoko, esta

253.*IBIDEM*

254.*IBIDEM. P.12.*

255.*IBIDEM. P.115.*

256.*Ley n°3343. (2010).Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Artigo n°1. de 02 de Fevereiro de 2010. Buenos Aires. Argentina.*

257.*"Dispónese la urbanización del polígono correspondiente a las villas 31 y 31 bis, compreendido entre Calle 4, vías del Ferrocarril Gral. San Martín, prolongación virtual de la Avda. Pueyrredón, Calle 9, Avda. Pte. Ramón S. Castillo y prolongación virtual de la Avda. Gendarmería Nacional, según plano que como Anexo I forma parte de la presente Ley con criterios de radicación definitiva."*

IBIDEM

investigação permitiu desmitificar o preconceito de comunidade e construir um espaço de diálogo. Na verdade, a Villa 31 era composta por 6 centralidades, núcleos de relação socioeconómica, que correspondem a 6 setores primordiais: *"Guemes",* é uma área cabeceira mais densamente ocupada com áreas comerciais e desportivas, adjacente à estação de terminal de autocarros e uma porta para a Villa. É precisamente em *"Guemes"* que podemos encontrar mais imóveis com super posição de ofício e habitação com 5 pisos de altura. O setor *"Inmigrantes"* identificado como o núcleo originário e relativamente independente graças a sua disposição e localização, o que favoreceu a constituição de uma identidade distinta. "*Su disposición lineal alterna dobles y simples frentes sobre su eje organizativo*".[253] A oeste desenvolveram-se três assentamentos de forma linear entre a autoestrada elevada e os terrenos privados a norte, conhecidos como *"Autopista, YPF, Comunicaciones"*. O setor *"Autopista"* esta circunscrito pela via elevada, "YPF" é um terreno privado da empresa petrolífera e o imediatamente adjacente, é conhecido como *"Comunicaciones",* propriedade dos correios do país. O tecido urbano nestes três setores obedece a uma ordem mais geométrica, com menor densidade, permitindo comparar com a morfologia de um assentamento periférico. Finalmente, o último setor (com quase metade da dimensão do assentamento) é reconhecido

Figura 111. *Proposta de Javier Castro Barrio 31. Buenos Aires Argentina. 2010.*

como 31 bis. É concebido como um fenómeno lateral à Villa por se encontrar do lado oposto da autoestrada elevada. Resulta de um corte físico e promove uma separação social do bairro. A via elevada, quando construída, foi inserida no centro do assentamento. *"Un clásico ejemplo de operación unidimensional.(primaron abstractos radios de giro y la autopista solucionò su flujo sin considerar a la vez segregación de lo que hoy representa la mitad del territorio villero en poblacion y extencion."*.[254]

Mecanismos para a Integração Urbana

Ao contrário de Makoko, o Município de Buenos Aires acionou e construiu um conjunto de mecanismos de modo a viabilizar a regularização da Villa. Resta a dúvida se a regularização acelera um processo de gentrificação ou se permite e incentiva a estadia dos habitantes. A entidade governamental decide apoiar as iniciativas populares, construindo assim uma solução incremental de um assentamento informal. Após 80 anos de abandono, em dezembro de 2009 o poder legislativo da cidade autónoma de Buenos Aires promulgou a lei Número 3.343 que previa a urbanização da Villa 31, um projeto baseado na investigação previamente realizada pelos professores da faculdade de arquitetura. O projeto-lei, fundamentado no estudo de Javier Fernandez Castro, demarcou um momento fundamental na vida do bairro 31 ao estabelecer a estrutura legal necessária, promovendo *"critérios de radicación definitiva."*.[255]

O projeto-lei começa por identificar, as ausências[256] selecionando imóveis de *"vivienda, desarrollo productivo y equipamiento comunitario."* É chamado à ação a *"Dirección General de Estadísticas y censos"* que num prazo de 180 dias teria de garantir um censo do Bairro, de modo a determinar o número de vivendas necessárias. O projeto-lei garantiu a adjudicação de habitação, prioritária para os atuais habitantes do bairro incluídos dentro do censo. Delimita-se um coletivo de trabalho, *"Mesa de Gestión y Planeamiento Multiplicar y participativa"* para a construção do plano de Urbanização. Segundo o artigo 6, os habitantes e vizinhos foram convocados para todas as reuniões, com regularidade mensal, *"quienes podrán expresar su voz en el ámbito de la misma, los que podrán participar en toda aquella decisión que los afecte(...)."*.[257]No ano de 2010, foi estabelecida a Mesa redonda. Este mecanismo foi constituído nomeadamente por representantes do poder legislativo e executivo da cidade Autónoma de Buenos Aires e da Nação, a Universidade de Buenos Aires, a Equipa técnica que preparou o Projeto Preliminar Barrio Carlos Múgica, e as distintas associações do Bairro. A partir dos relatos da época entende-se que os delegados e os vizinhos das Villas foram incluídos após a regularização do corpo representativo.

Figura 112. *Villa 31. Buenos Aires. Argentina. 2010*

Este corpo, constituído por agentes de várias instituições foi encarregado de planificar e implementar o processo de urbanização. São dados a esta mesa de trabalho o poder e o dever de construir os mecanismos necessários para a colocação em prática do plano de ação, tanto para a construção de nova vivenda, como consolidação das existentes. Exigiu-se igualmente a abertura de vias públicas, instalação de equipamentos e infraestruturas de modo a garantir a integração total da *"trama urbana."* É dada ao projeto-lei, e à mesa de trabalho, a possibilidade de elaborar propostas de adequação da normativa urbana para executar um processo de urbanização, particularmente sobre *"el trazado de vias de acesso rápido"*.[258] O projecto lei exigia ação imediata. As reuniões da *"Mesa de Gestión y Planeamiento Multidisciplinaria y Participativa"*[259] são presididas pelo Presidente da Comissão de vivendas, que se encontra obrigado de convocar a reunião, os agentes incluídos, de forma mensal. A mesa deveria formalizar-se 10 dias após a promulgaçao e apresentar uma proposta de açao em menos de 365 dias. O documento criminalizou, no seu último artigo, a possibilidade de despejo forçado dos habitantes incluídos no censo.

Em janeiro de 2016, o Governo da cidade de Buenos Aires cria a Secretaria de Integração Social de Retiro Urbano-Porto. O objetivo fundamental deste departamento,

258. *IBIDEM. Artigo n.°6.*

259. *"La elaboración y remisión de propuestas de readecuación de la normativa vigente en materia del trazado de vías de acceso rápido en el área, a fin de posibilitar la concreción del proyecto de urbanización según lo establecido en la presente Ley."*
IBIDEM. Artigo n.°7.

Figura 113. *Villa 31. Buenos Aires. Argentina. 2010*

baseava-se no desenho de propostas, planos de intervenção, e leis, relacionadas com a integração urbana social e económico de retiro. A proposta que sairia deste departamento, fundamentado em todo o processo preliminar, tanto da Faculdade como da investigação realizada pela Mesa redonda Multidisciplinar e Participativa de Planeamento e Gestão ajudou a formalizar a proposta *"Treinta y todos"*, em vigor e execução desde 2017.

Paralelamente o Governo de Buenos Aires anunciou no ano de 2016 o projeto *"Treinta y todos"*, que anunciava o desejo do Município de vincular a Villa 31 à malha urbanizada da cidade, mantendo as características únicas que os habitantes do bairro tinham desenvolvido ao longo dos últimos 70 anos. No ano de 2017, o bairro iniciou as obras para um sistema de esgotos, água potável e eletricidade. A regularização foi necessária de forma a legitimar, e principalmente assegurar, a estadia desses habitantes.

O projeto-lei continha muitos objetivos fulcrais. Propunha construir um parque linear sobre a avenida de Illia Highway desmobilizando o trânsito de veículos por essa zona. Pretendia-se transferir o Ministério de Educação para o bairro até 2018, o que significava a entrada de 2000 pessoas no Bairro, diariamente. Este projeto será construído numa zona tangencial à Villa 31, um terreno privado que pertence à empresa IPF. Nesse mesmo lote serão inseridos igualmente, uma escola primária, uma secundária, e uma para adultos. Serão construídas 1500 habitações, com o objetivo de serem habitadas pelos atuais residentes atualmente instalados sob a via elevada que cruza a Villa. Os edifícios reservados para habitação, não vão ultrapassar os 4 pisos de altura, mantendo o padrão de estrutura urbana do bairro. A Organização Mundial de Saúde recomenda um mínimo de 12 m² de área verde por habitante, um número bastante afastado da realidade do bairro, que actualmente apenas contém cerca de 0,3 m². A construção do parque linear sobre o bairro, com cerca de 45,000 m², permitirá atingir uma proporção mais equilibrada permitindo cerca de 7,5 m² por Vizinho. O projeto infraestrutural de 3 anos garantirá aos residentes a instalação de pavimentos, esgotos, recolha das águas pluviais, água potável, iluminação, a reconstrução do centro de saúde, e a renovação

Figura 114. *Inicia das obras. Conexão da Villa 31 no sistema de Infraestruturas da cidade de Buenos Aires.*

260.*TÉLAM, G. (13 de Junho de 2019). El proyecto de ley que autoriza la venta de tierras de la Villa 31 abre importantes riesgos para la integración social y urbana del barrio. Em: Asociación Civil por Igualdade Y la Justicia.*

261.*IBIDEM.*

de 26 espaços públicos. Para encorajar o emprego, o projeto inclui a construção de um *"Centro de Desarrollo Laboral"* com, igualmente, o intuito de ajudar a formalizar os empregos do bairro. Paralelamente, segundo os registos, buscar-se-á, a regularização dos 900 espaços do bairro, estabelecidos de forma informal.

Contradições

No ano de 2017 revelam-se as primeiras contradições muito por causa das forças antagónicas e os diferentes posicionamentos sobre o desenredo do território.

Nomeadamente no anteprojeto *"Urbanización Barrio 31 Carlos Mugica."*, que realizou o estudo e proposta de intervenção sobre o Bairro, um lote conhecido como Flecha Bus pertencente ao Estado Nacional (com uma área aproximada de 1,6 hectares) seria destinado à construção de vivenda de alta densidade para as famílias do Bairro. Mauricio Macri, presidente da Argentina na época, através do Decreto n° 928/ 2017, decide autorizar a venda desse lote com comprador imediato, o Grupo Amèrica, fazendo do negócio Imobiliário uma prioridade para o Governo Nacional. O projeto-lei Exp.671-J-2019, propõe autorizar o poder executivo a vender imóveis (nomeadamente 12) que se encontram dentro do polígono delimitado do Bairro. *"Se suma a una serie de decisiones tomadas por el GCBA sin consenso barrial,*

Figura 115. *Projeto de Elemental STUDIO. Alejandro Aravena. Nova sede do banco InterAmericano de Desenvolvimento.*

que generan incertidumbre en su población y resultan contrarias a garantizar estándares adecuados en obras y procesos que se llevan a cabo en la Villa 31.".[260]

A instituição diretamente responsável, assim como foi estabelecido no projeto Lei 6.129, pela gestão do processo de Urbanização do Bairro Carlos Mugica, nunca foi incluída, apesar das competências que lhes são garantidas no artigos 8° e 9°. A nova lei Exp.671-J-2019 não estabelece explicitamente os beneficiários da venda, nem o modo como se realizará a transferência, abrindo a possibilidade de que estes sejam vendidos a terceiros, particulares ou empresas.[261]

Este processo explica o conflito e as contradições de poderes dentro do próprio corpo governamental demonstrando posicionamentos sobre o território urbano profundamente antagónicos. As instituições buscam diferentes interesses no território, um baseado na capitalização e acumulação por disposição, e outro fundamentado em valores de equidade e desenvolvimento humano como direito Universal. Apercebemo-nos da capacidade do Estado de pisar o próprio Estado e de como esta entidade não é apenas um corpo, mas várias agências com objetivos diferentes. Sobre esta borbulha burocrática, procura-se ainda hoje, possibilitar um saudável e digno crescimento humano no centro económico da Argentina.

Os processos de regularização dos assentamentos informais não implicam obrigatoriamente uma receita. Podem articular processos distintos e graus diferenciados de interação com a informalidade e na rede pública. Em alguns casos, regularizar pode significar ajustes no loteamento e propriedade. Noutros, a regularização pode priorizar a instalação de elementos urbanísticos e infraestruturas. Apenas alguns, se fundamentam em programas que incluam soluções integrais, como variáveis legais, participação cidadã, transformações institucionais, entre outros.

Contudo, por que razão se deve priorizar a regularização da Informalidade se as condições impostas pelo plano de ação terminam por aumentar a pressão económica exercida aos habitantes? Por que razão se deve priorizar projetos de regularização e legalização quando estes pressionam economicamente as famílias que aí residem? Regularização e incrementalidade sem um apoio à renda é sinonimo de gentrificação. Claro que se trata de um processo indireto. Cada família da Villa 31 que recentemente se tornou proprietária é, no entanto, incapaz de pagar eletricidade, água e impostos territoriais. Cada núcleo familiar é desta forma obrigado a reentrar num contexto informal (não pagando as devidas contribuições) ou a vender a sua habitação finalizando um processo de gentrificação, onde outra família de um sector económico mais elevado ocupa o seu lugar.Retomando Castro a retórica do

262.*IBIDEM.*

263.*CASTRO, J. F. (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.1°Ed. Cidade de Buenos Aires. Argentina.Instituto de la Espacialidad Humana. P.28. ISBN 978-987-05-9779-7.*

264.*"Desde entonces la política urbana del Gobierno de la Ciudad tendió y tiende a la renovación de ciertas áreas degradadas, como en el caso de Abasto, que comenzaron a gentrificarse, fenómeno extendido a las revalorizaciones de las áreas centrales y toda el área norte. En paralelo, crecieron el número de desalojos de personas y familias que no podían pagar el alquiler o que ocupaban edificios."*

IBIDEM. P.28

autor permite compreender a complexidade da questão. *"los asentamientos informales y la falta de seguridad de la tenencia de la tierra son resultados de un patrón excluyente de desarrollo, planeamiento y gestión urbana, segundo el cual mercados de tierras, sistemas políticos y sistemas jurídicos no ofrecen condiciones propias y razonables de acceso al suelo y viviendas para la población pobre.".*[262] Ainda que parte dos habitantes dos assentamentos informais, tenha ultrapassado o nível de carência que o levou, à partida, a residir numa Villa Miséria, a sua ascensão social e económico está intrinsecamente vinculada à habitação gratuita. Os assentamentos informais surgem da incompatibilidade da condição económica da população com as exigências da cidade formal. Pretender que os habitantes paguem pelos serviços prestados, sabendo da sua incapacidade monetária, sem que se formule um processo flexível e alternativo a essa debilidade, é uma forma dissimulada de gentrificação. Ao colocar a habitação dos assentamentos informais no mercado livre numa condição tão particular e exótica como a villa 31, entrega este território à especulação imobiliária. Pela melhoria sucessiva e integral do bairro, este aumenta exponencialmente o seu valor ao ponto de que o Bairro se torna um lugar apetecível para o mercado turístico. Melhorar a qualidade urbana, educativa e infraestrutural, sem garantir uma permanência definitiva das populações, sem confirmar que

Figura 116. *"A medida que se va urbanizando los alquileres van subiendo.*
Deberia haber alguna regularizacion del Costo del Alquiller aqui en la Villa....."

Figura 117. *"El objectivo es que esto sea mas un barrio de la Ciudad.*
Con todos lso derechos y las mismas Obligaciones.
Pagar por esos Servicios y Impuestos. "

estas populações conseguem suportar os gastos acrescidos das infraestruturas, promove uma soluçao directamente antagónica à inicialmente pretendida.

"Lo claro es que la regularización dominial, radicación o urbanización de las villas no resuelve los problemas de fondo. Por esta razón son consideradas políticas curativas y no preventivas.". [263] É apartir do reconhecimento da incapacidade da simples regularização, (quando aplicada isoladamente), de dar uma resposta plausível às populações, sem que esta seja apoiada por uma solução integral, ou que inclua a proteção da habitação do mercado imobiliário, que a produção social do 'habitat' pode começar.

O caso da cidade de Buenos Aires é pouco exemplar. Durante a década de 1990, os serviços públicos de infraestruturas, foram outorgados ao sector privado concedendo a possibilidade ao mercado e às empresas de gerir e estabelecer os preços e definir as zonas de intervenção. A construção encareceu. Paralelamente, liberalizou-se o mercado de arrendamento e compra imobiliária, abrindo-o ao capital estrangeiro. Várias áreas degradadas sentiram os efeitos da gentrificação assim como a zona central da cidade e o sector norte.[264]

Particularmente no caso da cidade Buenos Aires é importante mencionar que o Decreto-Lei 8912/77, onde se estipula a obrigatoriedade de provisão de infraestruturas nos lotes regularizados. Somando a este fator, o decréscimo do salário no país, o resultado foi um assumido desinteresse do capital privado (nomeadamente das empresas que provisionam os sistemas infraestruturais), de conceder às zonas desreguladas e de baixos recursos económicos, esgotos, água e eletricidade. Sabendo que a Villa 31 está localizada num sector altamente valorizado, e deve ser questionado o elevado interesse do Município. Foi dada a mesma importância de regularização às outras villas das cidades localizadas em zonas extremamente desvalorizadas e ambientalmente inadequadas para qualquer especulação? Desta questão depreende-se que é a lei e o Governo que permitem a proliferação dos assentamentos ilegais com enormes 'deficits', ao criar e estipular uma conspiração, que incita ao desequilíbrio urbano.

Um estudo realizado no ano de 2006 aos habitantes da Villa 31 demonstrou que cada casa recebia entre 600 a $900 mensalmente.

Villa 31

Projeto Lei 6.125

Os inquilinos ganhavam uma média de $665,60; os habitantes recém-chegados ao bairro, e que adquiriram uma habitação no último ano pagaram em média $842,10. Aqueles que naquele preciso momento tinham o seu imóvel para venda receberam em média cerca de $618,50. Concluindo, os habitantes em situações informais de habitação podiam pagar um arrendamento, contudo ficariam sem recursos para se alimentarem, vestir e deslocar para o trabalho. Qualquer projeto realizado na Villa que acrescente despesa aos recursos das famílias expulsaria os sectores de menor ingresso, ou obrigaria a não cumprir a lei, fragilizando ainda mais as famílias. O projeto referido, foi concretidzado com um investimento apróximado dos 6.500 mil milhões de Dólares.

"(...) la mayoría de los asentamientos informales en América Latina transgrede el orden legal vigente referido al suelo en cuanto a uso, planeación, registro, edificación y tributación y, por lo tanto, plantea problemas fundamentales de legalidad. Por añadidura, la solución de estos problemas no conduce de forma directa a una mejora de los servicios públicos, a menos que la mejora de los servicios se plantee como parte de un programa de regularización mucho más amplio.".[265]

265.*FERNANDES, E. (2011). Regularización de asentamientos informales en América Latina,Informe sobre Enfoque en Políticas de Suelo. Lincoln Institute of land Policy. P. 45. ISBN 978-1-55844-202-3.*

Figura 118. *Habitações reabilitadas sob o programa "Treinta y todos".*

Projeto Lei 6.125

Paralelamente ao projeto de Intervenção, foi desenvolvido e aprovado um projeto-lei 6.125 como sucessor e como apoio à lei n° 3343. Promulgado a 13 de dezembro de 2018 e em sintonia com o posicionamento político do projeto *"30 y todos"*, esta lei veio providenciar um guia de ação para o processo de urbanização ratificando os seus principais objetivos. Estes objetivos, indicados na lei anteriormente mencionada, desenvolvem um plano de ação flexível à capacidade dos habitantes. O projeto-lei divide-se em III títulos. O título I define os objetivos fundamentais e os órgãos envolvidos no processo, assim como as suas obrigações e tarefas. Encontra-se dividido segundo os seguintes capítulos: "Objeto, Delimitación, Gestión Institucional". O título II reserva a sua atenção ao ordenamento territorial e encontra-se dividido em dois capítulos sobre "Normativa urbanística" e "Infraestruturas e Serviços". O último título estabelece os estatutos das disposições particulares e define as obrigações, deveres, direitos, e utentes favorecidos pelo plano de urbanização, o modo de pagamento, a regularização de ocupação e o fomento económico local.

O censo realizado e promulgado pelo projeto-lei 3.343 permitiu estabelecer um número exato de habitantes no bairro, assim como a sua condição legal, habitacional e económica. Este censo permitiu delimitar formalmente o número de habitantes beneficiados pelo processo, mas a justiça do modelo é discutível. São identificados os beneficiários, em três escalas diferentes: beneficiários de uma solução habitacional, de uma parcela para organizações sociais e para unidades comerciais. Os organismos, empresas e habitantes qualificados devem fazer obrigatoriamente parte do censo realizado entre 2016 e 2018. Relativamente aos agentes beneficiados, nomeadamente nos indivíduos para a regularização da ocupação, apenas os habitantes com Documento Nacional são incluídos no processo, excluindo todos os outros em situação ilegal. O artigo exclui todos os habitantes que sejam proprietários de outros imóveis, ou que tenham sido apoiados por programas de habitação nos últimos 10 anos, perpetuando uma justiça de acesso a programas de ajuda social. Para as organizações culturais são garantidos 70 anos de título gratuito, incentivando a permanência e a densificação de serviços cívicos no bairro.

Villa 31

Projeto Lei 6.125

266.*Ley n°6.125. (13 de dezembro de 2018). Re-urbanización del Barrio «Padre Carlos Mugica», Legislatura de la ciudad Autònoma de Buenos Aires. Argentina. Artigo n.°9.*

267.*IBIDEM. Artigo n.°59.*

" La autoridad de Aplicación se obliga, a poner a disposición de los/as beneficiarias los instrumentos requeridos por los usos o las particularidades de la operación que materialice la transferencia de dominio y a prestar toda cooperación que le sea exigible para que la misma se concrete, haciéndose cargos de los gastos y honorarios que la primera escrituración requiera.".[266]

Entende-se que o projeto procura fundamentalmente capacitar os habitantes. Ainda que certos exemplos sejam considerados fora das diretrizes do projeto e que este não providencie certos casos, esta lei procura abarcar uma posição o mais diversificada possível, procurando ajudar o maior número de habitantes. Os despejos forçados são proibidos e os beneficiários são incutidos a apoiar o projeto e pagar o processo de urbanização *"en la medida de sus capacidades"*. O artigo 59, relativamente ao montante total a pagar, ajuda a clarificar as intenções do *"Consejo de Gestiòn Participativa"*. O projeto-lei impõe um limite de pagamento, flexível ao rendimento de cada família. *"Consejo de Gestiòn Participativa". No podrá superar el VEINTE POR CIENTO (20%) de los ingresos totales de los/as beneficiarios/as, cuando dichos ingresos se encuentren por encima de la Canasta Básica Total.*

No podrá superar el DOCE POR CIENTO (12%) de los ingresos totales de los/as beneficiarios/as, cuando dichos ingresos se encuentren entre 1,2 Canasta Básica Alimentaria y la Canasta Básica Total.".[267]

Os beneficiários da regularização da ocupação, que os rendimentos sejam inferiores à Cabaz Básico Alimentar ficam livres de qualquer pagamento. O pagamento apenas se reativa ao final de um ano quando, e caso se, os habitantes tenham atingido um nível superior à Canasta. Segundo o artigo 63 e paralelamente aos artigos referidos, ficam isentos de pagar todos os beneficiários sem a condição física para mudar a sua situação económica ou por faixa etária. A totalidade das políticas públicas previstas por este projeto serão suportadas pelo financiamento do executivo sobre princípios de igualdade social e de género, sustentabilidade, justiça espacial e ambiental.

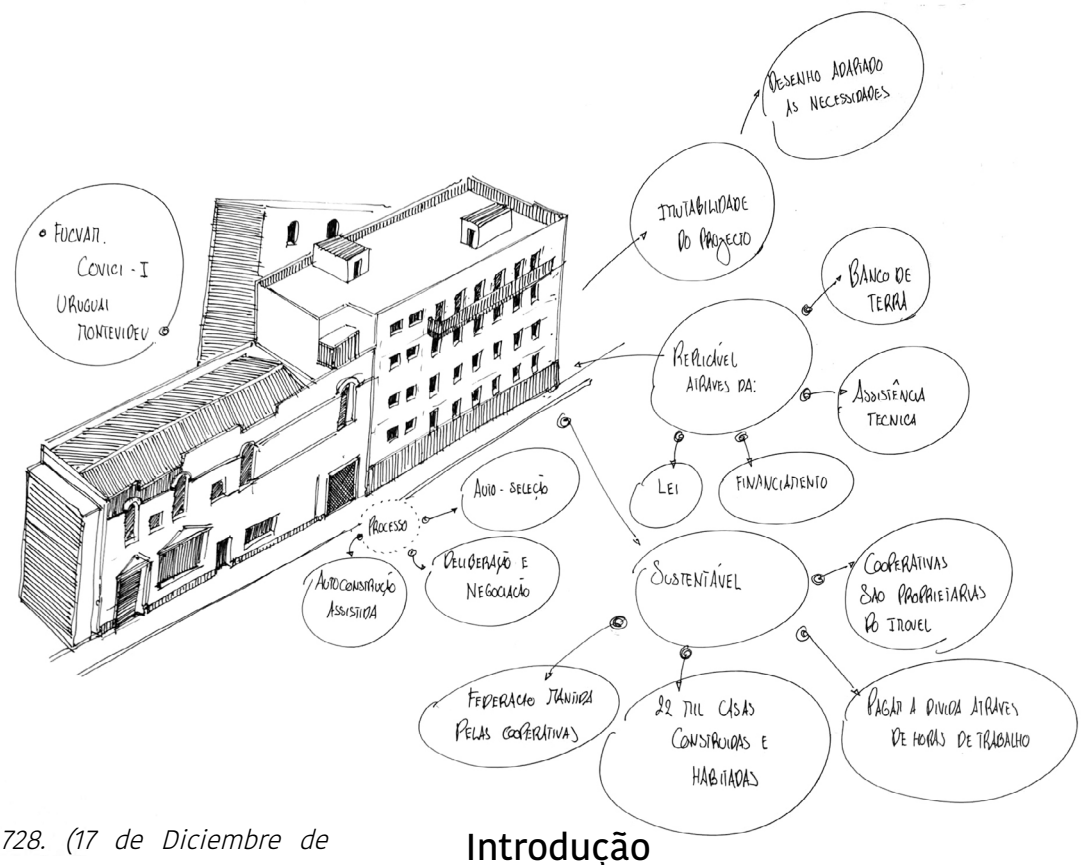
As instituições públicas demonstram desta forma a capacidade que têm para adaptar-se a situações criticas e extraordinárias, exteriores à ordem civil e à sociedade formal. Demonstraram que a lei é uma ferramental fundamental para um desenvolvimento integral da sociedade e que esta é capaz de dialogar com a condição local dos territórios. Não existe uma construção integral do território sem que todos os mecanimos que o compõem, compelem as ações dos atores num sentido comum, mas fundamentalmente num sentido local.

Figura 119. *Comércios Informais da Villa.*

Figura 120. *Ruas Comerciais da Villa.*

I.FUCVAM

Introdução



268.*Decreto-Lei n°13.728. (17 de Diciembre de 1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 130°.*

"Nota:artículos 130 a 176 de la ley 13.728 derogados por artículo 224 de la ley 18.407 de 23 de octubre de 2008; y sustituidos por el CAPITULO V Cooperativas de Vivienda, Sección I, Disposiciones generales artículos 117 a 161 de la misma ley." Ley n.° 18407. (18 de Abril de 2008). Lei de Cooperativas, Regulación, Constitución, Organización y Funcionamiento. Centro de información Oficial. Título I. Capítulo I. Artigo 4 "(Concepto).- Las cooperativas son asociaciones autónomas de personas que se unen voluntariamente sobre la base del esfuerzo propio y la ayuda mutua, para satisfacer sus necesidades económicas, sociales y culturales comunes, por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente gestionada.

Introdução

Os processos desenvolvidos pela *"Federacion Uruguaia de Cooperativas de Vivienda de Ayuda Mútua"*, mais conhecida como FUCVAM, permitiram estender o conceito e o conhecimento sobre estratégias de produção integral e holística do 'habitat'. Este programa permitiu ajudar pessoas que, até então, sempre viveram em condições sub-humanas. Partindo dos dois processos anteriormente observados, Makoko Floating School e Villa 31, a estratégia de autoconstrução assistida, executada pelas Brigadas da FUCVAM, é um exemplo de um processo capaz de responder integralmente às necessidades dos habitantes. Esta conspiração entre o governo, o mercado e a população permitiu valorizar os fenómenos informais da produção do 'habitat'. O projeto contém uma qualidade única, dentro dos exemplos selecionados para este trabalho. O processo foi capaz de antecipar qualquer possível instrumentalização destas práticas, protegendo a habitação da especulação e da comercialização, tanto por parte do mercado, como por parte do utilizador.

Assim como nos ensina este processo, no caso de que a construção do urbano seja um ato coletivo, torna-se fundamental pensar a estrutura social que lhe dará forma. O projeto deve ser estruturado de forma teológica, imaginando os seus fins, estabelecendo

Figura 121. *Esquema. projeto Covici I -Hacer Desur*

o maior número de mais-valias para os intervenientes. Poderá existir um equilíbrio entre a legalidade, os fenómenos sociais e a economia, um que seja capaz de capitalizar os recursos disponíveis: como terreno público e financiamento, depositá-los nos usuários, descentralizando os recursos e as decisões, estabelecendo desta forma uma confiança mútua e operacionalizando os fenómenos da informalidade?

Existem alternativas populares à atual produção mercantilista da cidade, ao contrário da lição que se extrai da escola de Lagos e da Villa 31. O conjunto de experiências impulsionadas pela Federação de cooperativas do Uruguai conseguiram construir soluções fiáveis para a escassez de habitação, gerindo de forma mais inteligente os recursos disponíveis, compreendendo os fenómenos sociais, adaptando os mecanismos legais e antecipando perversidades a que este processo estaria exposto.A habitação é entendida como um processo e um catalisador do desenvolvimento ulterior de cada família. Desde a sua fundação, a federação impulsionou um modelo de orodução social do habitat. Através de várias experiências lançadas pelo CCU (Centro Cooperativista Uruguaio) e de um diálogo próximo com o arquiteto Juan Pablo Terra, integrante em 1968 na *"Comisión de VIvienda de Diputados"*, foi possível construir e aprovar a lei que legalizava as cooperativas de habitação e de ajuda-mútua. Essa lei, conhecida como 13.728, delimitou as relações entre agentes, as etapas, as funções e o modo de financiamento. Trouxe consigo um regulamento para a conformação e gestão de cooperativas, na qual foi possível incluir as de ajuda-mutua e propriedade colectiva. *"El Art. 130 de la ley define a las Cooperativas de Vivienda como "aquellas sociedades que, regidas por los principios del cooperativismo, tienen por objeto principal proveer de alojamiento adecuado y estable a sus asociados, mediante la construcción de viviendas por esfuerzo propio, ayuda mutua, administración directa o contratos con terceros y proporcionar servicios complementarios a la vivienda"*. [268]

Após a estipulação da lei e graças ao apoio dos movimentos sindicais da época, foi possível imediatamente, entre os anos 70 e 72, destinar 40% dos recursos estatais para cooperativas de habitação. Houve uma resposta quase imediata à introdução do novo mecanismo e à elaboração do Fundo nacional de habitação. Atualmente, graças ao apoio desta Federação, existem mais de 22,000 famílias com habitação própria, mas de propriedade coletiva, o equivalente a 2% dos imóveis do Uruguai. A

Figura 122. *Colocação de Calçada Cooperativa Isla Mala 1970.*

269.*Mesa directiva de FUCVAM. (19 de Fevereiro de 2019). Producción social del Hábitat. Grupo de Trabajo Abierto-América Latina. Fucvam Matriz del Cooperativismo de Vivienda por ayuda Mutua.*

meados de 2015, das 602 cooperativas filiadas à Federação, 408 encontravam-se habitadas, 80 em fase de construção e 114 em processo legal. Dois porcento da habitação do Uruguai já se encontra fora do mercado.

Regras Internas

As ações da Federação apontam para duas direções: a defesa dos interesses das cooperativas e dos cooperativistas, e a produção de uma contribuição para o desenvolvimento social e cultural do movimento. Por esta razão a FUCVAM não pretende apenas construir habitação mas afectar o paradigma social vigente. *"Sin movimiento social fuerte no hay propuesta de vivienda social que subsista a largo plazo".*[269] O projeto apoia-se em 5 grandes cânones. O primeiro surge do propio capital social muito presente na informalidade: a ajuda mútua. Cada família deve trabalhar por semana 21 horas reduzindo desta forma os custos e criando relações solidárias entre utilizadores. Todos trabalham na construção de todas as habitações, sendo estas distribuídas no final da obra.

A cooperativa deve ser obrigatoriamente assitida. Cada entidade contrata um instituto de assistência técnica (IAT) que assessora o projeto arquitetónico, financeiro, jurídico, social e técnico sem fins lucrativos.

O terceiro caracter fundamental é

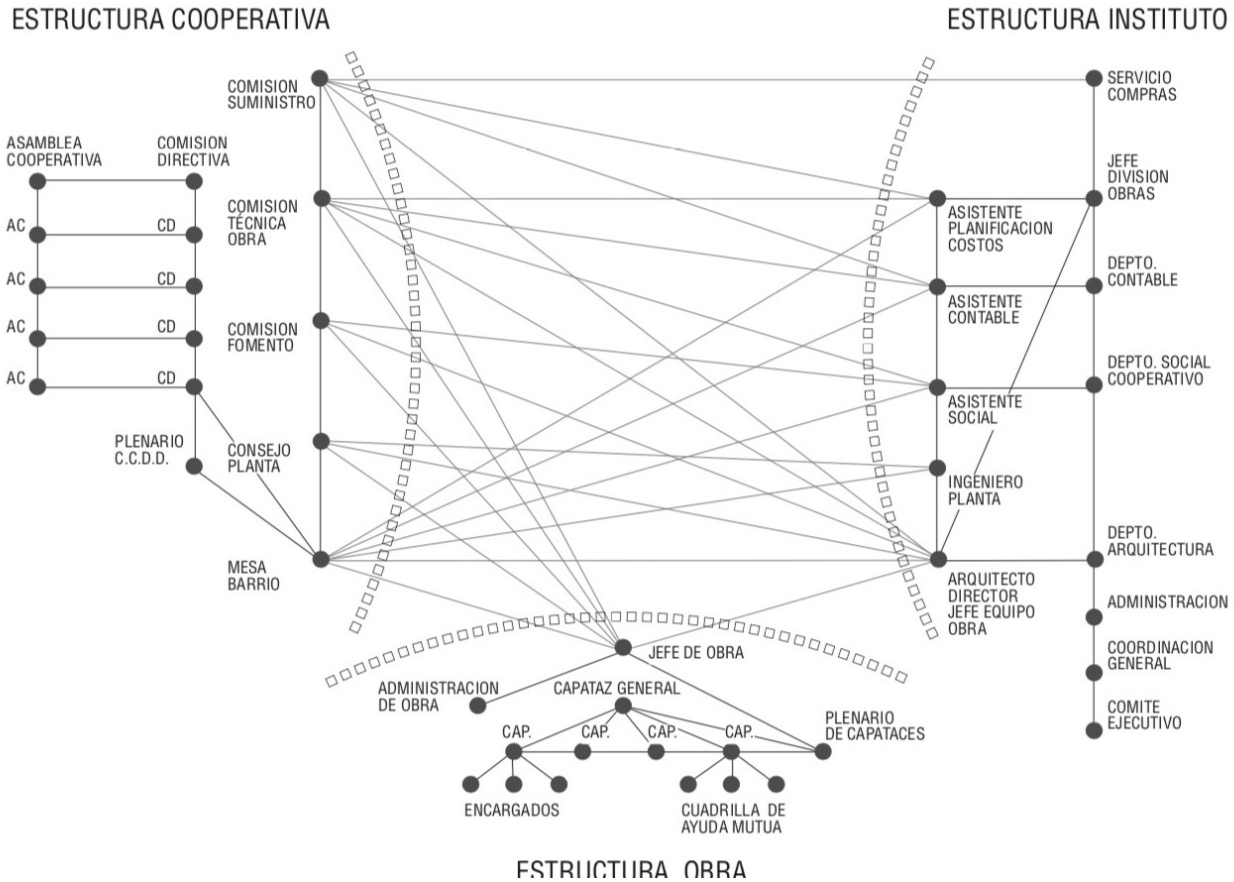


Figura 123. *Reunião da Fucvam e uma das suas Cooperativas.*

Figura 124. *Organização Interna: Fucvam e as suas Cooperativas de Ajuda Mutua.*

autogestão. Os institutos de assistência técnica apenas providenciam a apoio necessário ao desenvolvimento da obra em todas as suas etapas, sendo a cooperativa responsável de adquirir os recursos e dirigir o projeto. Cada cooperativa obedece a uma estrutura definida a 'priori' e delimitada na lei. A Assembleia Geral governa e regula os outros órgãos da cooperativa, e cada família tem direito a um voto através de um sócio titular. As ações são debatidas em reunião através de um processo de democracia direta, um formato de diálogo e debate, que atravessa todos os órgãos da Federação Fucvam.

O quarto pilar deste projeto é a propriedade coletiva. A cooperativa é o único proprietário permanente tanto das habitações como das áreas comuns. Cada família detém o direito de uso e gozo de uma habitação adequada e de forma perpétua. O arrendamento foi proibido. A habitação providenciada por este fundo deve servir para habitar e não pode ser operacionalizada, como uma fonte de lucro. O controlo coletivo sobre a venda das habitações evita a especulação sobre o bairro construído pelos cooperativistas. Para habitar, o novo inquilino deve pertencer à cooperativa e sujeitar-se às suas regras. As habitações são calculadas segundo a moeda fictícia criada com a *"ley Nacional de Vivienda."*

O último cânone fundamental é a independência política. Ainda que cada

270.*CÁCERES, J, L. (2010) .La organización Social. em: FUCVAM (ed.) Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas. Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo nº. 2. página 47 .*

indivíduo seja livre de pertencer a qualquer organização, a federação está proibida de alinhar as suas ações com interesses alheios aos dos cooperativistas.

Mecanismos

"El funcionamiento de este subsistema de asesoramiento técnico encontraba en el área pública los canales de financiamiento que hacían posible, por un lado la construcción de las viviendas y servicios, y por otro su propia posibilidad de autosustentación como instituciones de asistencia técnica.".[270]

Para a conformação deste projeto foi essencial um fundamento político e uma estrutura legal capaz de guiar firmemente a produção da habitação. Para tal, formalizou-se um banco de terras, deliberadamente selecionadas para os projetos cooperativistas e separadas do mercado imobiliário, um financiamento do fundo de Habitação Nacional, entregue às cooperativas através do Banco Hipotecário e a lei N°13.728 que protegia e regia a ação destes grupos. Ainda que a gestão e organização das cooperativas depende-se de esforço dos habitantes, não seria possível garantir a produção social da cidade sem o apoio governamental, e o seu financiamento. Trata apenas de uma vinculação entre mecanismos legais, população, governo mercado e equipas técnicas.

A *"ley de Vivienda Uruguaia"*, estabeleceu a estrutura interna das cooperativas. As *"Unidades cooperativas de Viviendas"* são estruturadas, como no caso do Chile por um Conselho Diretivo elegido pela Assembleia Geral. O órgão máximo da cooperativa é a Assembleia Geral constituída por todos os sócios. Em cada *"Asamblea General"* todos participam com voz e voto. Esta entidade detém o direito de: dissolver a cooperativa, eleger novos dirigentes, destituir, distribuir os excedentes e reformar os estatutos, dando o poder máximo às bases e tornando os outros departamentos, entidades representativas da cooperativa. Ainda que seja responsabilidade da assistência técnica, a assessoria da obra, desenho e construção, é a cooperativa que define os recursos e dirige o projeto. A cooperativa é igualmente constituída por uma "Comisión de Desarrollo Social", que se encarrega da construção imaterial da comunidade, como a preparação para cargos diretivos e a organização de espaços de apoio à habitação, clínicas, escolas, bibliotecas e áreas desportivas.

A cooperativa é igualmente composta por um Comité de Vigilância, que controla as contas públicas da cooperativa e que a representa na Assembleia Nacional e no Banco Hipotecário. Cada Cooperativa está legalmente capacitada para incluir entre 10 a 50 habitantes. Quando um terreno doado para a construção pode albergar mais que 50 habitantes, o projeto é liderado por várias cooperativas. Ainda que as cooperativas

Figura 125. *Processo de decisão através de Democracia Direta.*

Figura 126. *Reunião Geral da Assembleia da Cooperativa.*

271.*Decreto-Lei n°13.728. (17 de Diciembre de 1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 185°.*

tenham autoridade sobre a sua atividade, estas experiências não se desenvolvem de maneira isolada. A Fucvam possui uma direção Nacional que integra os representantes dos diferentes departamentos da cidade. Esta direção, é elegida pela Assembleia Nacional de Delegados, órgão máximo da Federação. Este órgão pode segundo os estatutos da Federação eleger uma direção, com 3 anos de duração e 2 anos de reeleição. Os órgãos da Fucvam sustentam-se através das contribuições dos sócios.

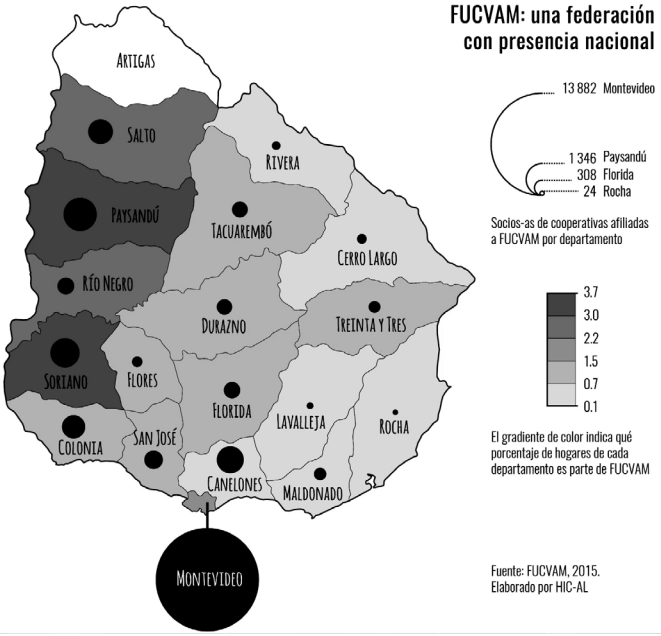
Com a Cooperativa estruturada, a entidade deve esperar por uma atribuição de terras urbanizadas do "Ministério de Vivienda", e um Financiamento da Obra por parte do Banco Hipotecário. O Banco Hipotecário esta, responsabilizado segundo esta lei, de dirigir a distribuição dos fundos equitativamente em todo o território Nacional, e dependendo da demanda. O banco Hipotecário pode emitir um financiamento de até 3 mil Milhões de pesos como uma taxa máxima de interesses de 5%.[271]

O Banco Hipotecário Nacional de Vivenda cobre 85% do custo total de cada Unidade sendo a ajuda mútua responsabilizada por 15%. Ao início de cada processo construtivo era outorgado um orçamento inicial para estimular a iniciação do processo.

O apoio financeiro foi fundamental para o seu sucesso. Segundo a lei 13.728, os subsídios são atribuídos com juros inferiores ao valor do

Figura 127. *Processo de construção.*

Figura 128. *Etapas do processo Fucvam.*



mercado. Parte do montante outorgado não é devolvido e quando o rendimento familiar é inferior a 2.000 pesos Uruguaios mensais, o estado subsidia a diferença, entre a cota que podem pagar e o valor real do empréstimo. Após a eleição de 1989 e imediatamente depois da ditadura de 1973-1985, a insuficiência de terra pública disponível para os processos de ajuda mútua das cooperativas de habitação, impedia a sua consolidação, levando as cooperativas a ocupar terras. Os municípios estavam incutidos por lei de urbanizar terras para a instalação de Cooperativas mas a sua ação era insuficiente. *"Art. 106. Las Intendencias Municipales podrán celebrar los convenios a que refiere el artículo 119 aportando a su costo las tierras necesarias urbanizadas y dotadas de servicios de agua, alcantarillado, alumbrado público, pavimentos y energía domiciliaria."*.[272]

Foi por esta razão elaborada uma *"cartera de tierras"* fiscais deliberadamente selecionadas para as cooperativas, separadas do mercado e com juros reduzidos. Conhecido como "Fondo de tierras" para a construção de habitação social, este mecanismo, não se elabora com a lei n°13.728, mas 21 anos após a sua promulgação. Os terrenos delimitados para a prática cooperativista pertencem maioritariamente ao Estado. Caso o Estado não tenha terra próprias para doar às Cooperativas, inicia-se um processo de expropriação de terras. A administração inclui o terreno no *"banco de*

272.*IBIDEM. Artículo 106°.*

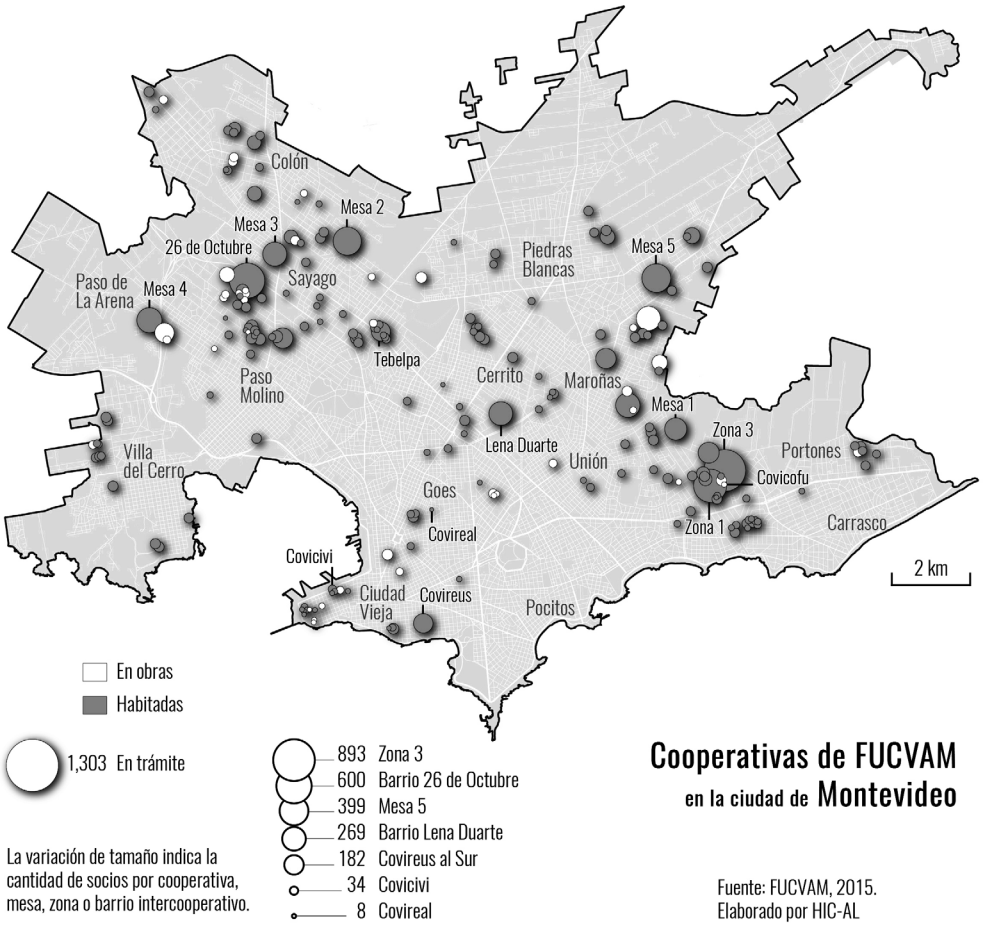


Figura 129. *Distribuição de Cooperativa Uruguai. World Habitat Awards.*

Figura 130. *Mapa de Cooperativas na cidade de Montevideu. World Habitat Awards.*

FUCVAM

O compromisso com as cooperativas de habitação

273.*IBIDEM. Artículo 134°.*

274. *WALTER, K. (2010). De la racionalización a la prefabricación. em: FUCVAM (ed.) Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas. Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo n°. 2 PP-58-73. P. 56 .*

275.*"Artículo 133. (Registro).- Obtenida la personería jurídica, las cooperativas de vivienda deberán inscribirse en el registro que llevará el Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. En el mismo Registro se inscribirán también los institutos de asistencia técnica."*

Decreto-Ley n° 13.728 (17 de Diciembre de 1968) Ley de Vivenda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 133°.

276.*CÁZERES. J. L. (2010). La organización Social. em: FUCVAM (ed.) Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas. Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo n°. 2.PP 34-45- P.38 .*

tierras", destinando esses lugares somente para a Federação. Posteriormente, FUCVAM convoca uma das cooperativas armadas que conjeturam e esperam o financiamento para a etapa de compra e construção. *"Artículo 134. (Licitaciones y programa habitacional).- Las cooperativas de vivienda podrán participar en todas las licitaciones y llamados a presentación de propuestas que realice el sistema público de vivienda, conjuntamente con los institutos de asistencia técnica a que refiere la TSección VIT de este capítulo, siendo requisito que la cooperativa y su instituto técnico figuren inscriptos en el registro del Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente.".*[273]

O projeto permitiu profissionalizar o corpo técnico dedicado à construção coletiva e à operacionalização da autoconstrução na arquitetura, abrindo espaço para a investigação construtiva à escala humana. O apoio por parte dos cooperativistas é fundamentalmente prestado em horas de serviço. Sendo que os cooperativistas não se encontravam capacitados para a construção, nem existia no grupo uma coesão empresarial, a assistência técnica desempenha um papel fundamental na capacitação do indivíduos através da ação e da prática. *"Estos recursos humanos fueron el punto crítico y también la gran cantera de las realizaciones del cooperativismo. Es que la población organizada adquirió una fuerza inesperada y fuertemente organizada en base a la solidaridad."* [274]

Figura 131. *Etapa de Construção Cooperativa Covici. Hacer Desur IAT. Montevidéu.*

O compromisso com as cooperativas de habitação

Atualmente, as cooperativas estruturadas inscrevem-se no Registo do Ministério de Habitação, esperando a atribuição de terras.[275] Para aceder ao *"Fundo Nacional de Vivienda y Urbanización"*, todos os sócios devem cumprir com os contributos ou requisitos que o organismo financiador define. Deve existir uma proposta técnico-arquitetónica exequível, com plano de obras ratificado por um instituto de assistência técnica, que se responsabiliza pelo apoio da execução e a qualidade habitacional e estrutural dos imóveis. Os cooperativistas estão presentes tanto no desenho edifício, como na obra. *"(...)la Cooperativa de Ayuda Mutua es la que, durante la construcción, utiliza el trabajo comunitario de sus socios bajo la dirección técnica de la Cooperativa (art. 136)".*[276] A força motora dos habitantes é organizada. A obra é erguida entre todos os utilizadores, sobre um regime de trabalho comunitário. A lei distingue *"cooperativas de usuários"* (que, quando terminada a obra, a propriedade recai sobre a figura coletiva), das *"cooperativas de proprietário",* onde finalizado o processo cada sócio arrecada individualmente a propriedade. A federação optou por suportar as *"cooperativas de usuários"* reservando a propriedade para a entidade coletiva e protegendo a habitação da sua posterior introdução no mercado. A cooperativa é a legítima proprietária do imóvel ainda que garanta o uso por parte dos sócios de forma perpétua e hereditária.

O modelo baseia-se no compromisso de cada indivíduo para com o projeto. Não se rege por boa-fé, mas por um contrato, com direitos e deveres, e uma estrutura social que vincula o crescimento económico das famílias e a habitação de todos os sócios. O projeto não coloca apenas, a ajuda mútua, a autoconstrução e a autogestão em prática. Vincula as qualidades das práticas populares à política urbana e às necessidades macroterritoriais da cidade como educação, economia, densidade e proteção do património. Altera-se o modelo de propriedade, capacita-se a autoconstrução, e mantém-se através da autogestão. Pertencer a uma cooperativa implica que por vontade própria, um indivíduo insere-se numa outra estrutura social. Esta estrutura social, apesar de um conjunto de regras estabelecidas, existe e mantêm-se porque os seus indivíduos partilham um conjunto de aspirações e valores: a redistribuição das riquezas através de programas políticos executados pelos habitantes, ao invés da competição, do individualismo, liberalização e acumulação. Nenhum indivíduo inscrito neste sistema cai na pobreza, se cumprir com as contribuições.

Cada família é galardoada com uma habitação. Cada utilizador possui um *"documento de uso y goce"* com duração indefinida, durante

FUCVAM

O compromisso com as cooperativas de habitação

277.*Decreto-Ley n° 13.728. (17 de Diciembre de 1968) Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 136°.*

278.*"Por expulsión del socio a consecuencia del incumplimiento en el pago de las correspondientes amortizaciones o por falta grave a sus obligaciones de socio."*
IBIDEM Artículo 137°.

279.*Mesa directiva de FUCVAM. (19 de Fevereiro de 2019). Producción social del Hábitat. Grupo de Trabajo Abierto-América Latina. Fucvam Matriz del Cooperativismo de Vivienda por ayuda Mutua.*

280.*Decreto-Ley n° 13.728. (17 de Diciembre de 1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 142°.*

o tempo que os indivíduos respondam às suas obrigações. Como se trata de habitação coletiva, o projeto tem a capacidade de permitir às famílias de cooperativas trocar de habitação quando o agregado familiar se altera. Imaginemos que os filhos de uma família partem para outra cidade para estudar, mas que nasceu outra criança num agregado familiar. A cooperativa de propriedade coletiva permite que legalmente e facilmente essas famílias possam trocar de habitação.

O direito de uso e goze é um documento hereditário, o que significa que no caso de falecimento de um sócio, a família direta pode continuar a utilizar o lote. Contudo, os imóveis são propriedade dos sócios da cooperativa, estando proibidos por lei de arrendá-la ou cedê-la directa ou indirectamente. *"Si el socio no destinara la vivienda adjudicada para residencia propia y de sus familiares, será causa suficiente para la pérdida de la calidad de socio."*[277] A lei protege contra a comercialização do património, construindo um mecanismo de vigilância comum, impedindo como no caso da Quinta Monroy de Alejandro Aravena e Elemental, que mais uma vez a arquitetura e a autoconstrução sejam colocados ao serviço da especulação. A qualidade de sócio pode ser alterada por vontade própria e igualmente por incumprimento dos deveres. [278]

Como se trata de um projeto de ajuda mútua, a lei contempla opções. O habitante por

Figura 132. *Obra.*

motivos que não lhe possam ser imputados, pode aceder a um fundo de socorro, destinado a cobrir momentaneamente as dívidas, de uma determinada família da cooperativa. A cooperativa detém sempre o poder de expulsão dos seus sócios, por causas justificadas e em Assembleia Geral. Está igualmente capacitada para apoiar sócios em momentos de dificuldade. Enquanto sócio, o indivíduo tem um conjunto de obrigações permanentes. Como cooperativa, o grupo de indivíduos inscritos dispõe de 12 meses para retribuir o apoio a que teve direito. Para tal cada indivíduo, deve pagar mensualmente as cotas correspondentes para a amortização da dívida e executar as horas de serviço devidas. As horas de trabalho são estabelecidas pelo Ministério de Vivenda, instituição que concede o fundo monetário e a terra. Os sócios devem dedicar o tempo exigido pelo ministério à construção dos imóveis. Esse banco de horas diminui à medida que a obra avança. As horas de trabalho aportadas pelos cooperativistas e os seus familiares, são realizadas fundamentalmente aos fins de semana. Esta estratégia foi importante visto que concedeu tempo para calibrar o trabalho de forma e concentrar as tarefas mais oportunas. De forma a racionalizar os tempos de aprendizagem e exponenciar as possibilidades de participação, a arquitetura adaptou uma escala humana, tanto a nível tecnológico como construtivo. *"(...)el aporte físico de los socios debe ser por lo menos equivalente al 15% del valor total del proyecto"* [279] *"Los socios aportarán igualmente, en forma mensual, una suma adicional destinada a cubrir los gastos de administración, de mantenimiento y demás servicios que suministre la cooperativa a los usuarios.(...os socios aportarán, mensualmente, las cuotas correspondientes a la amortización de la vivienda."* [280]

Os habitantes devem contribuir com os pagamentos necessários para a manutenção da cooperativa e do corpo administrativo. Contudo, as cooperativas são livres para encontrar formas criativas de pagar as suas dívidas. Casos como o Complexo José Pedro Varela construiram espaços comerciais no bairro. Com a renda desses espaços comerciais, a cooperativa gera os recursos necessários para apoiar Fucvam, para suportar os impostos, a dívida, e a manutenção urbana. O sucesso do projeto depende inicialmente da atribuição do fundo, mas fundamentalmente da estruturação dos mecanismos necessários para a auto-gestão dos recursos, do trabalho e da dívida, tanto por parte da cooperativa, como finalmente por parte dos habitantes. É uma filosofia de vida alternativa aos modelos estabelecidos e exige uma adaptação das populações. Exige ao indivíduo entrelaçar as suas necessidades com as necessidades comuns.

FUCVAM

Profissionalização da autoconstrução

281.*IBIDEM. Artículo 156°.*

282.*Mesa directiva de FUCVAM. (19 de Fevereiro de 2019). Producción social del Hábitat. Grupo de Trabajo Abierto-América Latina. Fucvam Matriz del Cooperativismo de Vivienda por ayuda Mutua.*

283.*Decreto-Ley n° 13.728. (17 de Diciembre de 1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 42°.*

Profissionalização da Autoconstrução

As assistências técnicas da FUCVAM são coletivos técnicos interdisciplinares, com vocações que transitam entre a arquitetura, a economia, ao direito, e a sociologia. Estudar o trabalho destas agências, permite compreender qual pode ser o papel do arquiteto como trabalhador público, uma posição antagónica com a realidade que esta profissão enfrenta atualmente. Imediatamente após a promulgação da *"Ley de Vivienda de 1968"* estruturou-se uma cooperativa de técnicos denominada *"Centro de Asistencia Técnica y Social"* (CEDAS), que realizou os devidos apoios das cooperativas. Todas as cooperativas estão obrigadas a contratar o apoio da assistência técnica. Segundo as investigações realizadas sobre a ação da Federação FUCVAM, os institutos de assistência técnica devem proporcionar serviços jurídicos, processos participados de investigação e desenho, apoio na promulgação de convénios com empresas, desenho técnico participado, adaptado às necessidades delimitadas pelos cooperativistas e direção de obra. *"Artículo 156. (Definición).- Son institutos de asistencia técnica aquellos destinados a proporcionar al costo servicios jurídicos, de educación cooperativa, financieros, económicos y sociales a las cooperativas y otras entidades sin fines de lucro, pudiendo incluir*

Figura 133. *Fucvam. Construção de uma armação.*

también los servicios técnicos de proyecto y dirección de obras." [281].

Cada Cooperativa está obrigada por lei a contratar uma assistência técnica à sua escolha (IAT), que assessora o processo, o acesso ao crédito e à edificação *"el CCU, Hacer-Desur son algunos de los IAT más cercanos a la Federación."*.[282] Esta assessoria funciona como uma entidade dentro da estrutura da Cooperativa, com direitos, deveres e relações estabelecidas. A assistência técnica que trabalha como entidade contratada, lida diretamente com a Comissão Diretiva, Comissão de obra e Assembleia Geral através de uma estrutura complexa de participação transversal a todas as etapas destinguido na Figura 124. A sua remuneração ficou estabelecida em 7% do valor total da obra e foram especialmente elaboradas para acompanhar a metamorfose da cooperativa de habitação em construtora. *"Para la presentación de propuestas y durante el período de construcción las cooperativas de vivienda y fondos sociales, conjuntamente con los institutos de asistencia técnica actúan como empresas de construcción."*[283].

"The reason it is so difficult to earn a living as a would-be grass-roots architects is that the only employers (or clients as they are euphemistically called) are large organizations and a very small and rapidly diminishing number of wealthy individuals. Where local groups and associations of ordinary citizens have formed to act for themselves(...) they are either unaware of the good intentions and

Figura 134. *Complexo José Pedro Varela. Desafio da Escala Cooperativas Covisunca 3,4,5, Coviadeom e Covicoes. Priorização do espaço publico e construção dos apartamentos em 4 pisos.*

FUCVAM

Profissionalização da autoconstrução

284.*TURNER, J. (2000). Housing By People Towards Autonomy in building Environments. Publishers Ltd. London. Ideas in Progress. P. 27.*

285.*WALTER, K. (2010). De la racionalización a la prefabricación. em: FUCVAM (ed.) Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas. Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo nº. 2 PP-58-73. P.56.*

286.*IBIDEM. P.63*

potential contributions of planners and architects, or distrustful, or scared off by the fees wich heir professional associations oblige the architects to charge. So in almost all countries, the great majority of professionals, in this and most other fields, are tied to centrally administered systems."[284].

Cada cooperativa de ajuda mútua tem de se transformar obrigatoriamente apenas uma vez e durante todo o processo em construtora, e os seus cooperativistas, funcionários administrativos e diretores dessa empresa. A empresa é temporária, e deve contar com estrutura de aquisição de materiais, de planificação e controlo financeiro. Pela dificuldade de gestão, a FUCVAM estruturou a *"Central de Suministro"* e que actualmente se reconhece por *"Panol Central FUCVAM"* que se dedica fundamentalmente à construção de convénios para a aquisição de material barato, amortizando o esforço dos cooperativistas e estabilizando os preços de compra.

A assistência técnica passou por um processo de adaptação, visto que o número de cooperativas em processo de desenho e construção ultrapassou, num certo ponto, a capacidade de acompanhamento da entidade. Ou seja, houve uma necessidade de industrialização do processo de autoconstrução, obrigando as cooperativas a adquirir os mesmos materiais de construção. Para rentabilizar a produção dos materiais, a FUCVAM adquire uma fábrica de produção, colocando num só

Figura 135. *Coviam. A Cooperativa de habitação Ana Monterroso. Primeira operação de reciclagem pela FUCVAM.*

edifício, a produção dos componentes para as várias cooperativas. Adotou-se um modelo de peças pré-fabricadas para a montagem em obra, como louças e molduras de portas e janelas. A assistência técnica, que inicialmente pretendia assistir as cooperativas de forma individual, adaptou-se, adquirindo a forma de um mecanismo intercooperativo e assistindo as várias obras simultaneamente.[285] Para incluir transversalmente os indivíduos no processo de construção e como estratégia para reduzir os custos de produção, a oficina de pré-fabricação da Federação inseriu os cooperativistas na elaboração dos elementos prefabricados. O *"centro experimental para la Vivienda Economia"*, *"CEVE"* de Córdoba, Argentina, em consonância com as propostas da Intendência Municipal de Montevideu, assumiu o projeto.

"Durante un tiempo, la que fuera Planta de Prefabricación de FUCVAM sirvió para que con sus equipos, sucesivas Cooperativas produjeran losetas pretensadas, bloques y luego, especialmente, componentes para el sistema "FC2 (...)Los componentes eran mallas electrosoldadas con alma de poliestireno, los que en obra eran revocados con mortero proyectado."[286].

Este formato de produção da habitação não tem precedentes, exigindo por parte da Fucvam um laboratório de investigação e produção da arquitetura a nível industrial e autoconstruido. Uma das soluções foi o desenho e desenvolvimento de detalhes construtivos que para o seu processo de construção e manutenção não exigiam tecnologias especializadas. As tipologias elaboraram-se a partir de técnicas de simples manuseio, aprendizagem e manutenção, procurando reduzir o número de especialidades e maquinaria. Para incentivar a autoconstrução, e investigar novas formas de construção, realizaram vários conjuntos experimentais, permitindo verificar a viabilidade de certas propostas tecnológicas em condições reais. Considerando fatores como durabilidade, preço, qualidades construtivas, velocidade de construção e fundamentalmente a possibilidade de autoconstrução, novos desenhos foram concebidos.

Obstáculos e conquistas

Esta conspiração não pretende apenas a construção de novos imóveis. Elaborou-se de forma versátil possibilitando a compra e reabilitação de imóveis nos centros densos das cidades onde existe um número elevado de edifícios abandonados. Legalizou-se a expropriação pelo sistema fiscal, apoiando a atribuição de imóveis às cooperativas de ajuda-mútua. O caso mais visivél é a cidade de Montevideu, onde várias cooperativas conseguiram instalar-se no centro da cidade e recuperar imóveis patrimoniais. Graças ao programa *"Ciudad Vieja Renueva"* e ao trabalho da Federação para a ativação de cooperativas

287.*Decreto-Ley n° 13.728. (17 de Diciembre de 1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente. Capítulo X De las Cooperativas de Vivienda. Artículo 202°.*

288.*Building and Social Housing Foundation. (2012). Unas palabras de FUCVAM. Operación Sur-Sur- Fucvam Uruguay- Ganador Premio Mundial del Habitat P. 15.*

289.*Hacer Desur. (2005). Covicivi 2 – Ciudad Vieja Rambla 25 De Agosto Esquina Ituzaingó-1994-1998.*

no núcleo da cidade, os sócios foram formados para a futura reabilitação de edifícios.

"Art. 202. Declárense de utilidad pública a los efectos de su expropiación, los inmuebles que por su ubicación, y características, resulten adecuados para los propósitos que persigue la ley No 13.728, de 17 de diciembre de 1968(...).Los inmuebles expropiados por la Dirección Nacional de Vivienda podrán ser transferidos a los organismos de derecho público a que se refiere el artículo 119, a las Cooperativas de Vivienda a que se refiere el Capítulo X".[287] Segundo o relatório disponibilizado no Global Habitat Awards, Fucvam aponta um conjunto de obstáculos a este processo. O maior entrave à realização deste processo é a falta de terras urbanizadas com serviços e um financiamento para as habitações de grupos de baixo ingresso. A federação responsabiliza o sector político que não demonstra segundo Fucvam o devido reconhecimento aos esforços dos habitantes para a construção da cidade. Igualmente não existe um grupo de técnicos alargado com vontade e capaz de trabalhar de forma coletiva com grupos de baixo rendimentos, e sem fins lucrativos. Não existe falta de motivação ou indivíduos interessados a participar neste programa. Cada contexto particular espera apenas a entrega de terras, o que nem sempre é rápido. Assim que o problema do acesso à terra se resolve, o processo avança rapidamente visto que depende apenas da vontade dos cooperativistas.

Figura 136. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Fucvam.*

Um dos casos de estudo que se pretende apresentar, é conhecido como Covici 1 Ciudad Vieja. Inserido na cidade de Montevideu na Rambla 25 de agosto. O edifício alberga atualmente 34 famílias.[288] O processo tardou 4 anos para se finalizar entre 1994 a 1998. A obra integra um conjunto de 4 edifícios que conformam o complexo habitacional da Cooperativa de Ajuda Mútua COVICI. Em total, existem 15 habitações reabilitadas, 19 habitações novas e 4 andares. Com a consolidação deste projeto, os ideais de cooperativismo inseriram-se no centro urbano da cidade, formalizando um exercício de reciclagem urbana. Os edifícios reabilitados remontam ao século XVIII, constituindo exemplos de arquitetura civil colonial do Período Luso-Brasileiro. Pela sua localização tangencialmente ao pátio das Bovedas, pelas suas proporções, pela sua espacialidade graças aos seus pátios, as suas fachadas neoclássicas, pontuados por balcões com guarda de ferro, o edifício conforma um objeto de grande valor histórico para a cidade. A reabilitação realizada pela cooperativa e devolve-o ao sector publico, impedindo definitivamente a sua reabilitação para fins turisticos.[289] O projeto permitiu provar que os processos de formação de cooperativas e posterior construção de imóveis para habitação se podiam inserir num contexto urbano e no centro da capital em edifícios de valor patrimonial e produzir um objeto com

Figura 137. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Pátio Interior Fucvam.*

valor arquitetónico e humano. A propriedade era municipal e estava catalogada como Património Histórico Nacional. Com a ajuda do Instituto de Apoio Técnico (IAT) Hacer Desur e o financiamento do Município de Montevideu, este projeto confina umas das experiências mais contundentes. Entre 2002 e 2005, e após este sucesso, formalilzou-se a Cooperativa COVIRAM, a primeira Cooperativa de reciclagem financiada integralmente pelo *"Ministerio de Vivienda"*, pelo Ordenamento Territorial e o Meio Ambiente. Ultrapassa-se desta forma uma etapa inicial e experimental dando passo a um sistema integrado e institucional de reciclagem de imóveis. A federação reorganiza-se e articula uma Mesa Inter-cooperativa, um organismo de discussão e impulso destes programas. Este corpo inclui agora mais de 15 cooperativas da Cidade Velha e outras zonas centrais da Cidade. Reúne experiências tanto de restauro, renovação e obra nova, partilhando entre elas, o desafio da inserção no centro na cidade.

" Estas últimas pasan a concebirse de algún modo como una forma especial de reciclaje, en lo que se aprovecha no es ya un edificio si no la ciudad misma. Un nuevo momento , en que se redobla el impulso, se transita actualmente con la obra en marcha de tres casos de reciclaje: dos en Ciudad Vieja : Covici 3 (Instituto CAEESU) y El hueco de la Cruz (instituto Hacer Desur) y una en el Barrio Goves, COVIREAL(Instituto COVIMA) Simultáneamente se

Figura 138. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Pátio Interior Fucvam.*

Figura 139. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Pátio*

construye, también en zona centrales las cooperativas de viviendas de nueva planta: "Inchala" (Instituto Hacer Desur), en Goes COVIFAME (Instituto INVIPO) y COVICOA (Instituto TECNOCONSULT) , y en Barrio sur " COVIREUS al Sur (INstituto CCU), mientras otras media docenas o más programas esperan el financiamiento. Producto todos elleos tanto de la acumulacion socual como institucional y configurando una reafirmacion de estos modos de produccion."[290]

Conclusão

"Ao nível metodológico a transição implica o surgimento de metodologias híbridas, que combinem metodologias próprias das comunidades com metodologias desenvolvidas pela ciência extractivista e que são agora usadas de modo contra-hegemónico."[291]

Uma política de Estado que pretenda descentralizar a riqueza, valorizando a produção social da cidade, deve compreender um conjunto de políticas de longo prazo com suporte legal, estruturas de controlo e financiamento. Deve depender da formalização das iniciativas populares fundamentadas em compromissos coletivos e protegidos pela copropriedade. A FUCVAM é no entanto um caso minusculo quando comparado com a produção imobiliária a nivel mundial. Ainda não se valorizam os modelos de produção da cidade baseadso na autoconstrução assistida. Podemos apenas contemplar casos pontuais

290.*Intendencia Municipal de Montevideo. (1999). Las cooperativas de Viviendas por ayuda Mutua Uruguayas. Una historia con quince mil protagonistas. ISBN:84-8095-192-3. P.26.*

291.*Santos, B. (2018). O fim do Império Cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul. 1ºEd. Almedina. Coimbra. P.57*

Figura 140. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Fachada desde o Pátio das Bóvedas Fucvam.*

de sucesso como o das cooperativas de ajuda-mútua do Uruguai. A federação FUCVAM foi capaz de apoiar a construção de 22 Mil habitações no Uruguai, todas elas fundadas sobre o modelo de propriedade coletiva autoconstruída. São a prova de que os sistemas de produção complementares, são um caminho viável, mas que dependem profundamente do apoio governamental e da estipulação de mecanismos.

É possível observar que o resultado da autoconstrução assistida depende de um comando de ação que permita a imutabilidade do processo. Esse comando de ação (em permanente evolução) revela-se com a forma de uma lei. É neste mecanismo e na forma como se estrutura que as várias entidades podem confluir, e que se estabelecem os modos de produção, investigação, diálogo e a confiança entre agentes. A particularidade da lei que permite o nascimento da FUCVAM é que esta se desenhou em torno dos fenómenos populares procurando catalizar as mais-valias que acarretam. Exige-se por isso a capacitação dos fenómenos e a identificação dos lapsos. Entre os numerosos mecanismos inseridos na lei, a assistência técnica obrigatória é o exemplo da consciencialização de um falha na sociedade, a arquitetura disponível para os sectores mais pobres. Graças a esta lei foi possível moldar o trabalho do arquiteto no Uruguai, desenhando uma profissão e uma forma de relação coerente entre os habitantes e corpo técnico. Talvez este exemplo no Uruguai seja um caminho viável para o futuro da nossa profissão.

Se o objetivo for a descentralização das riquezas e dos conhecimentos, este processo é um exemplo em que os fenómenos informais podem ser operacionalizados. As mais-valias são inúmeras: desde a formação política dos habitantes, à estruturação do ofício de arquiteto como assessor de um bem público, sustentabilidade social, proteção das redes humanas, ascensão socio-económica e descentralização dos recursos. As cidades podem reagir positivamente às consequências dos modelos formais, adaptando a sua lei e dialogando com os fenómenos populares, fazendo da cidade um projeto comum. Fucvam ensina-nos que as soluções urbanas não nascem da simples intervenção estatal. É necessário que a produção do habitat seja feita de forma complementar, articulando os esforços dos vários intervenientes. A acção deve incluir as necessidades populares estipuladas pela própria população, enquadrar-se dentro de uma estrutura capaz de guiar acção, desenhada para melhor servir o conjunto de aspirações que servem equitativamente a todos os sectores da sociedade.

FUCVAM

Conclusão

292.*"Hasta 2012, FUCVAM había transferido su experiencia a 15 países en América Latina y el Caribe, con planes de expandirse aún más. La capacidad de movilizar a la sociedad civil en favor del reconocimiento formal del derecho a la vivienda y el logro de marcos regulatorios posibilitadores es también una característica distintiva del trabajo de FUCVAM, tanto en Uruguay como en otras partes."*

Building and Social Housing Foundation. (2012). Unas palabras de FUCVAM. Operacion Sur-Sur-Fucvam Uruguay-Ganador Premio Mundial del Habitat P.14.

293.*IBIDEM. P.12.*

A Lei Nacional de Habitação institucionalizou o cooperativismo como um dos sistemas de produção do 'habitat' e capacitou este formato com os mecanismos que necessitava para progredir e atuar. Tanto o *"banco de tierras",* como o financiamento ou a assistência técnica são indispensáveis e a ausência de qualquer um deles condenaria o projeto. Hoje, várias famílias têm acesso à habitação digna em terreno próprio, com todas as infraestruturas e com o capital social normalmente reservado aos assentamentos populares, como as redes de ajuda-mútua e autogestão. Os mais pessimistas defendem que este se trata de um processo pontual e num contexto muito preciso.

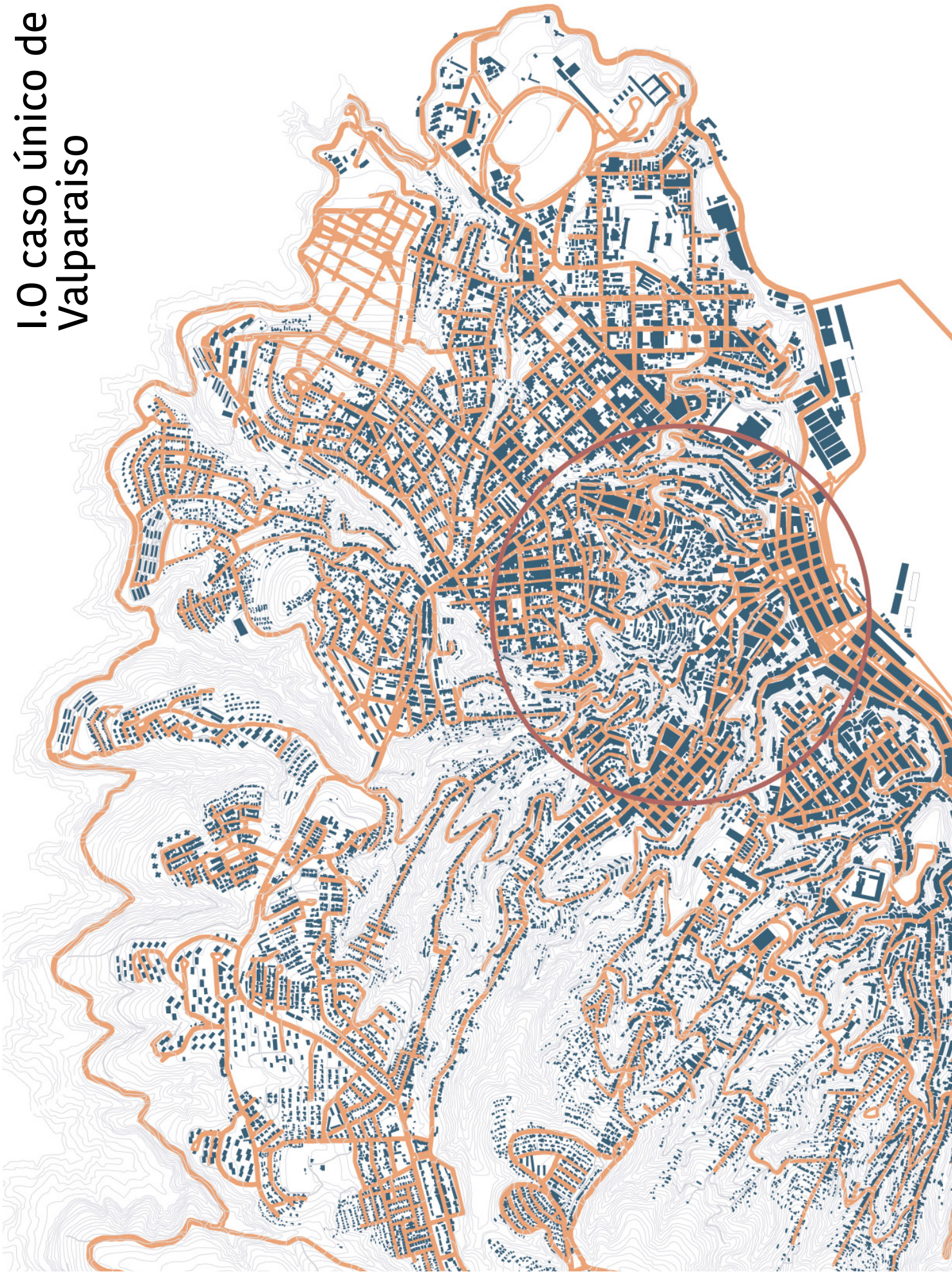
A única qualidade indispensável é que haja uma compreensão dos fenómenos sociais e uma atitude complementaria por parte das entidades. Visto que os fenómenos informais estão disseminados largamente por toda a América Latina, a replicação e introdução deste modelo noutros contextos depende apenas de uma reestruturação institucional. Como prova, a FUCVAM foi galardoada em 2012 com o Prémio Mundial del Habitat e reconhecida pela sua capacidade de adaptar os seus princípios fundamentais, às condições locais de cada país. Houve introduções com elevado sucesso e existem outros processos ainda em estado precoce de formação. Até 2012, A federação conseguiu transferir a sua experiência para

Figura 141. *Projeto COVICI 1 . IAT HACER DESUR. Montevidéu. Uruguai. Fachada.*

15 países na América Latina e Caraíbas, o que inclui o Chile. *"La implementación del enfoque toma entonces diferentes formas, por ejemplo: La reutilización de propiedades desocupadas en Argentina y Chile."* (...) *"Un factor importante en la transferencia exitosa del modelo es que no aboga por la replicación, esto es, a copiar una estructura creada en otras realidades y condiciones. En cambio, conlleva una transferencia de los principios básicos, los cuales deben luego ser adaptados a diferentes contextos y apropiados por las organizaciones asociadas. Por un lado, son el puente de articulación de grupos desfavorecidos urbanos y rurales a los movimientos sociales generales de transformación social; y por el otro, el colectivo que impulsa la mejora de la calidad de vida de sus miembros con el acceso a un hábitat integral."* [292]

"Hasta 2012, FUCVAM había transferido su experiencia a 15 países en América Latina y el Caribe, con planes de expandirse aún más. La capacidad de movilizar a la sociedad civil en favor del reconocimiento formal del derecho a la vivienda y el logro de marcos regulatorios posibilitadores es también una característica distintiva del trabajo de FUCVAM, tanto en Uruguay como en otras partes.".[293]

I.O caso único de Valparaiso



142.*Morfologia de Valparaiso*

Edificado_
Vias rodoviárias_
Camino Cintura. Cota 100_
Barrio Puerto e Cerro Cordillera _
S

O caso único de Valparaíso

Composição Morfológica

294.*PECCHENINO, R. (1971). Apuntes Porteños, ediciones conmemorativas de los 450 años del descubrimiento de Valparaíso. 1° Ed. Editado por Fundación Renzo Pecchenino, Lukas, Valparaíso. Santiago, P.79.*

295.*"A formação de guetos, no caso de Valparaíso, não costuma ocorrer na periferia, onde há praticamente apenas autoconstrução. O tecido Social que se produz nessas instâncias sustenta fortemente a vida desses sectores. Os morros se distinguem uns dos outros por essas relações de identidade. (...) Em geral, a constituição dos bairros nos morros tem origem nas rede familiares. A partir desses núcleos se vão constituindo inter-relações entre elas."*

PUENTES, M. (2017). O porquê de Valparaíso. em: Ana Paula Polizzo (ed). Prumo.Revista del Departamento de arquitetura e Urbanismo PUC-Rio,N°3. P. 70.

296.*BARCA, J, T. (2003) . El libro de los Ascensores de Valparaíso. 1°Ed. Editorial: Arte de Proa,Santiago P.45.*

Composição Morfológica

"Tras los ascensores, los cerros. Valparaíso es una de las pocas ciudades de Chile, talvez la única en que los ambientes suman y superponen, dando a la vida plenitud y atmósfera. Desde la calle, generalmente las casas aparentan un volumen bajo, incoloro. Pero si penetramos en ellas y nos asomamos a la quebrada, estallan como un petardo de arquitectura. Microcosmos del pueblo, resumen concentrado y vivo de su existencia" formado recovecos siempre diferentes".(...) No se puede precisar si la construcción está colgando o trepa por el cerro..." A la orilla del abismo, ejecutan prodigios de equilibrio".[294]

Sobre a cidade de Valparaíso existem outras cidades. Não uma cidade, mas uma justaposição de núcleos urbanos. Um por colina. 42 "Cerros", 42 cidades.[295] Estes mundos comunicam entre eles e com o porto pelas rampas, pelos funiculares e pelas escadarias, fazendo de Valparaíso uma cidade/porto peculiar.*"Bien mirada, la ciudad de Valparaíso es una singularidad extraordinariamente homogénea dentro de la multi valórica de sus excentricidades Las estrafalarias escaleras de Valparaiso hacen Valparaíso.".*[296] Escolhida como porto para abastecer por mar a crescente cidade de Santiago, capital do Chile, Valparaíso desenvolve-se organicamente sem obedecer aos modelos colonialistas da época. Contudo, as oportunidades de trabalho geradas pelas

Figura 144. *Cerro Polanco Valparaíso. Habitação Precária. Chile 2019.*

Figura 145. *Ascensor Arrayan. Cerro Arryana. Valparaiso 1970.*

Figura 146. *Subida Cien Fuegos. Cerro Cordillera. Lukas.*

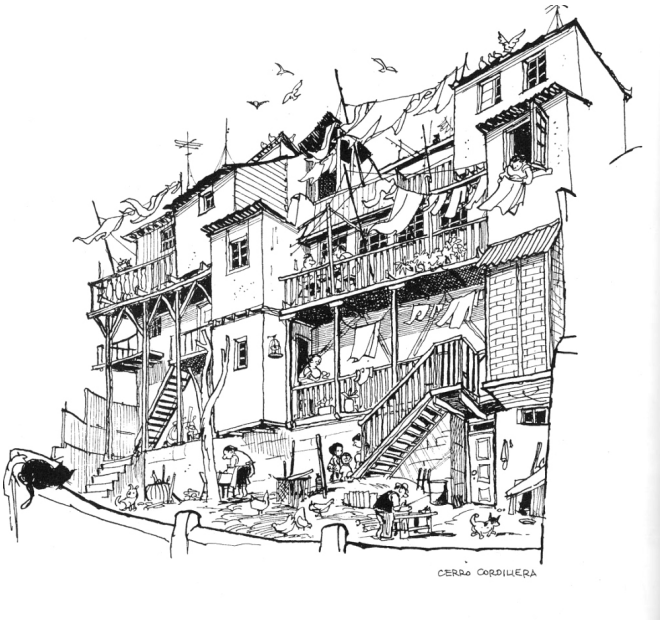
actividades portuárias atraíram habitantes que gradualmente se instalaram nos terrenos mais favoráveis, construindo as suas precárias habitações na complexa topografia. Enquanto os imigrantes, que chegavam para engrossar o contingente de trabalhadores na atividade portuária se estabeleciam na medida do possível nas encostas e vales, aqueles que controlavam o comércio procuraram dar uma ordem ao estabelecimento dos edifícios próximos do porto. Foi também neste ambiente de atividade portuária e empreendedorismo, que o Estado instalou os seus serviços básicos da já incipiente cidade.

Desde a sua origem que Valparaíso expressou duas ordens estruturais na sua forma: uma área urbana consolidada e ordenada, e uma difusa, informal e incremental. Ao nível do oceano estabeleceu-se a área comercial da cidade assente sobre áreas anteriormente pantanosas e relativamente planas. Nesta área nasce uma cidade segundo os formatos das cidades coloniais espanholas, com uma malha urbana concisa de quadras. No entanto, existe uma fronteira territorial, visualmente bem marcada entre a zona plana e os "Cerros". Um é estritamente para negócios, o outro "quase" estritamente para habitação. O resultado é um movimento pendular entre o plano e os Cerros. O plano é ocupado do amanhecer para adiante. Os Cerros são habitados do entardecer para adiante. A organização territorial da cidade

O caso único de Valparaíso

Composição Morfológica

Figura 147. *Habitação autoconstruida no Cerro Cordillera. Valparaíso. Lukas.*



estendeu-se para os terrenos mais planos no cimo dos Cerros Cordillera, Alegre Concepción, Báron e Playa Ancha. Cada um deles mantém, até hoje, uma ordem pré-estabelecida com planeamento urbano e esquemas convencionais de loteamento.[297] O segundo fenómeno urbano, incipiente, de limite difuso, um proto-urbanismo orgânico que, dentro do possível, alastrou-se pelos Cerros mais próximos do Porto. Sobre esta estrutura social, articula-se de forma evidente uma cidade independente e orgânica nos Cerros de Valparaíso através da autoconstrução.

"Entretanto em Valparaíso ocorre uma situação particular. Não foi o desenvolvimento de um processo de planeamento urbano que deu forma à trama da cidade, e tampouco o exercício de modelos urbanísticos. A construção do tecido urbano de Valparaíso é a própria consolidação da trama efêmera, mas persistente, periferia.". [298]

A cidade de Valparaíso e a sua forma de construir, produziram um modelo consolidado através da experimentação, contínua e coletiva de fazer cidade. Através da tentativa, os habitantes replicaram-se, imitando um modelo de habitar, num ato coletivo, gradual e autoconstruído. A cidade é única pela sua paisagem. Graças a uma justaposição de Cerros como o seu eixo virado a norte, a experiência morfológica da cidade repete-se. Dentro de cada forma base, o Cerro, é possível identificar múltiplos ambientes, que se imitam,

297. *"Valparaíso fue la puerta de Chile, por lo que tuvo muchos adelantos antes que otras ciudades del país. Pero no solo por eso. Hubo una verdadera fiebre de progreso, un delirio por innovar , explorar y abrirse un camino propio. Fue el más valioso aporte de los gringos: el pionerismo. Tuvo las primeras vacunas contra la viruela, la primera línea regular de entre el continente y la India y la Oceanía, el primer Vapor del Pacífico, el primer Club, el primer observatorio astronómico, la primera compañía de Seguros, el primer Cuerpo de Bomberos, los buques de guerra construidos en el país, la primera librería de Sudamérica, el primer Túnel en vías de comunicación, el primer Servicio de Agua Potable, el primer alumbrado a gas del continente , la primera Bolsa Comercial, el Primer Banco, la primera Gobernación Eclesiástica, el primer telégrafo de Sudamérica, la primera ascensión en Globo, el primer servicio de teléfonos, el primer Cementerio General, el primer servicio de cables, el primer camino pavimentado, la primera radioemisora, los primeros radioaficionados, el primer canal de televisión, los primeros trasplantes cardíacos."*

PECCHENINO, R. (1971)

Apuntes Porteños, ediciones conmemorativas de los 450 años del descubrimiento de Valparaíso. 1° Ed. Editado por Fundación Renzo Pecchenino, LukasSantiago, P. 53

Figura 148. *Porto de Valparaíso 1800. Desenho de Lukas.*

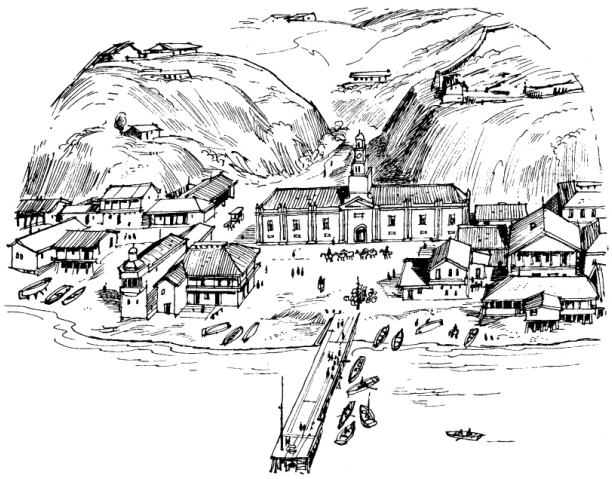


Figura 149. *Porto de Valparaíso. 1850. Desenho de Lukas .*

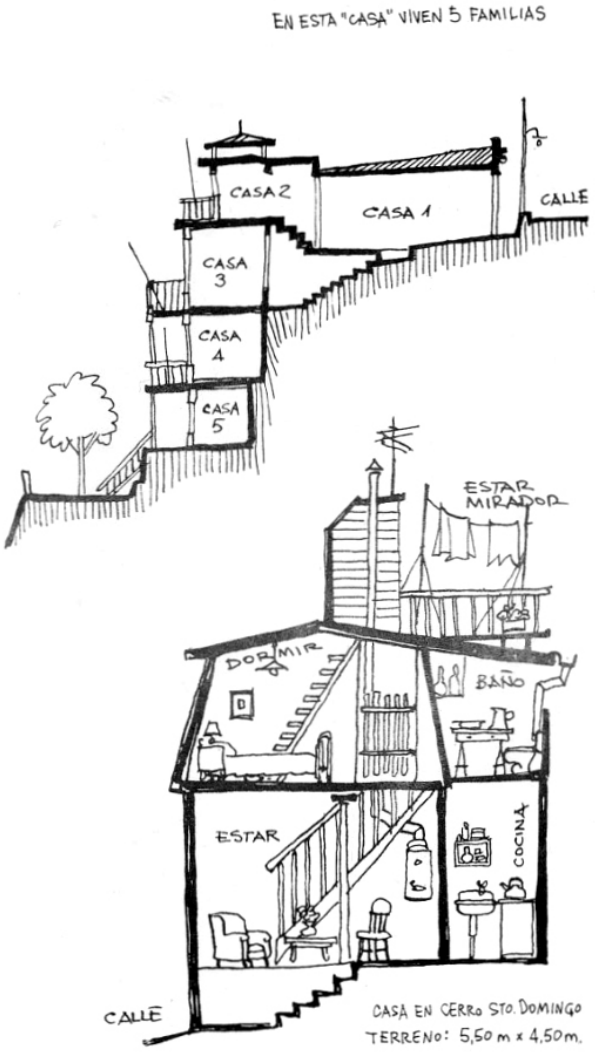


Figura 150. *Corte explicativo da tipologia de Valparaíso.*

Figura 151. *Esquema Morfológico das Quebradas de Valparaíso. Chile.*

O caso único de Valparaíso

Composição Morfológica

Figura 152. *Vista dos Cerros de Valparaíso. Cerro Bellavista ao fundo e Cerro Florida. Valparaíso. Chile.*

experimentam e replicam. *"Enquanto atualmente nossas cidades demonstram um franco processo de homogeneização, resultante da aplicação de modelos convencionais de planejamento urbano, Valparaíso parece ter repelido todo e qualquer arquétipo."*[299]

A malha urbana dos Cerros, autoconstruídos na sua grande maioria, segue um padrão constituído por três níveis distintos de vias e três sectores de possível separação morfológica. As primárias correspondem aos primeiros assentamentos, que se estendem pelos cumes dos Cerros, normalmente, um traçado reto que ascende da parte plana da cidade até aos níveis mais altos. São as principais vias de circulação rodoviária sendo também utilizadas como vías de emergência para terramotos e tsunamis.

As vias de circulação secundárias enquadram-se perpendicularmente com o eixo principal, criam visualmente um formato de espinha que cresce em direção às "quebradas" (vales) e de forma transversal ao Cerro. Estas vias são curtas, visto que rapidamente o território se torna demasiado íngreme dificultando a construção. As vias terciárias ganham um formato menos caracterizável, eclético e diversificado. Estas vias cruzam a cidade, unindo pontos estratégicos do território. Unem Cerros e cruzam as quebradas acentuadas, ganhando formas serpenteantes e quase topografias.[300] Este terceiro sector popular, conhecido como as quebradas, separa-se em dois grupos,

298.*PUENTES, M. (2017). O porquê de Valparaíso. em: Ana Paula Polizzo (ed).Prumo.Revista del Departamento de arquitetura e Urbanismo PUC-Rio,N°3. P.70.*

299.*IBIDEM. P. 71.*

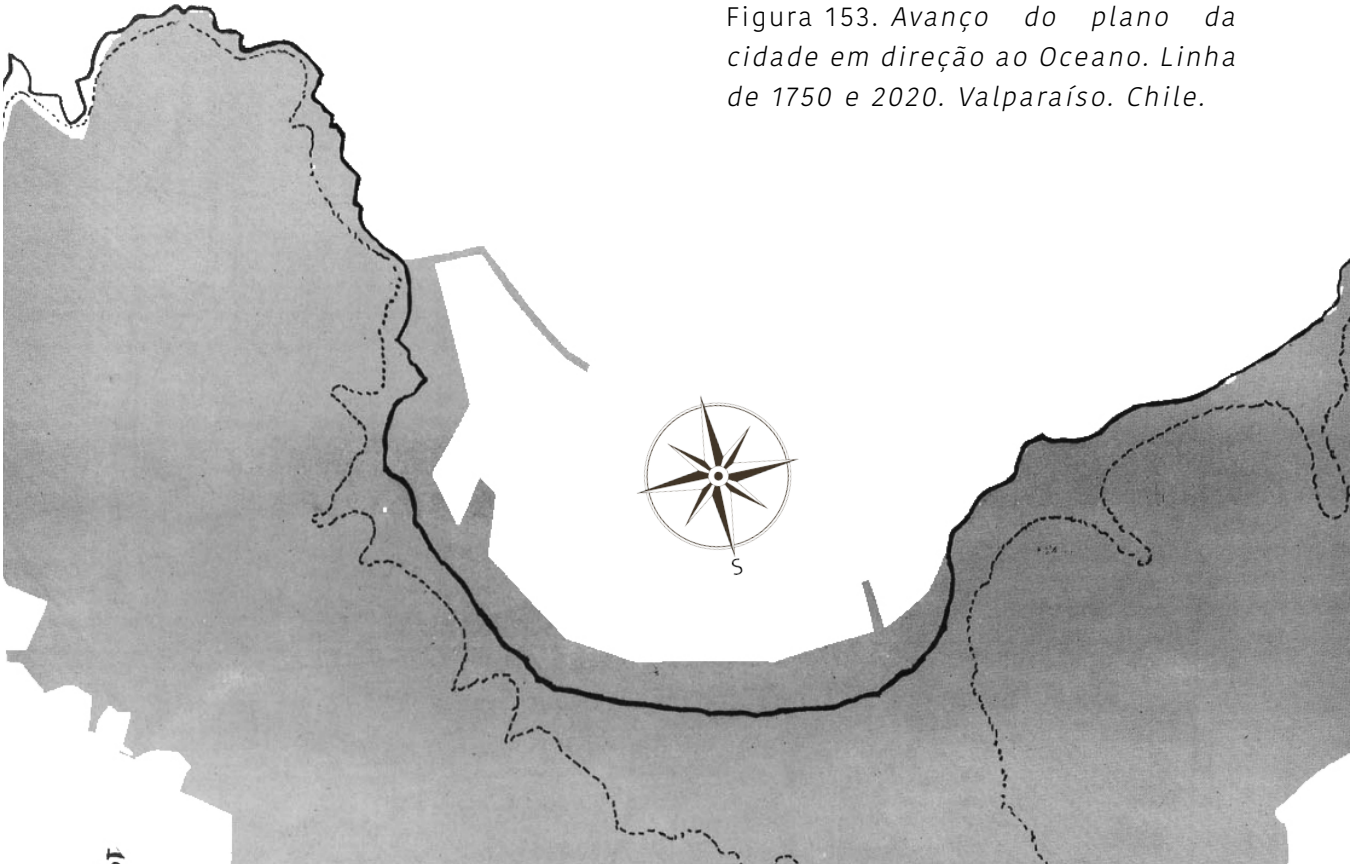


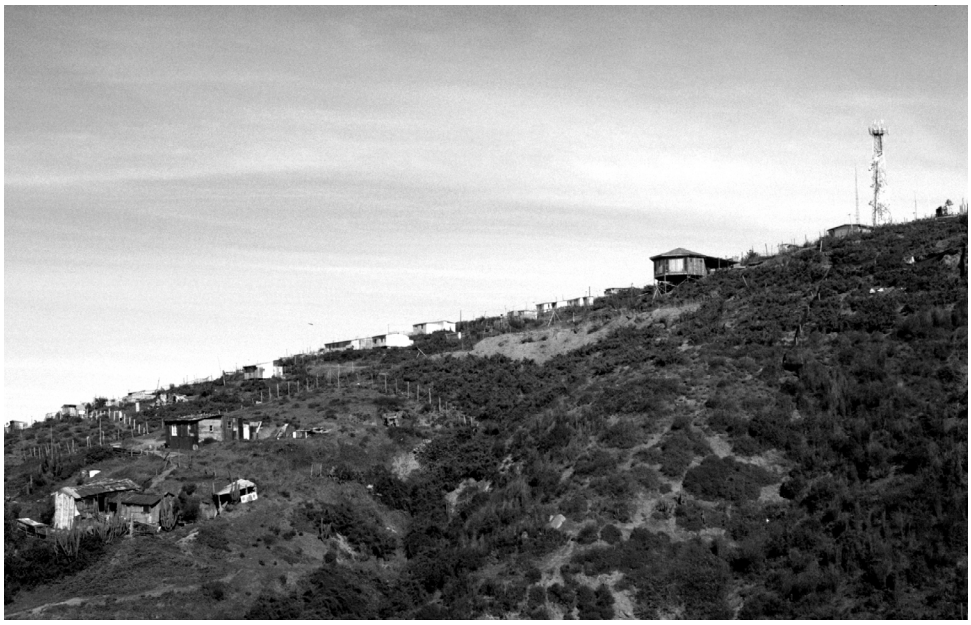
Figura 153. *Avanço do plano da cidade em direção ao Oceano. Linha de 1750 e 2020. Valparaíso. Chile.*

Figura 154. *Praça Sottomayor em 1900. Esplendor económico de Valparaíso.*

Figura 155. *Praça Sottomayor em 2020. Valparaíso.*

O caso único de Valparaíso

Composição Morfológica



nomeadamente as consolidadas e as não consolidadas. São fenómenos naturais, que na cidade de Valparaíso fazem parte da paisagem construída. As quebradas consolidadas, estão localizadas entre o Oceano e o caminho Cintura, (uma das principais vias de circulação entre Cerros e que cruza horizontalmente toda a cidade à cota 100). Por elas passam as principais vias de acesso aos Cerros. *"Una quebrada, en cuanto unidad geográfica, topográfica e hidrológica, está definida a partir de los cerros que la conforman. Las cimas de los cerros actúan como líneas divisorias de aguas, las cuales separan dos cuencas o micro-cuencas contiguas. Desde esta perspectiva, la quebrada es el conjunto compuesto por el borde superior o divisor de aguas, las laderas y el fondo de la quebrada, como un conjunto natural en equilibrio.".*[301]

Após a cota 100 o paradigma altera-se. A subida passa a realizar-se pelo cume dos cerros e as quebradas ganham profundidade. Estes sectores menos consolidados apresentam uma capa vegetal muito densa. Caracterizam-se por um estado seminatural danificado pela ação humana e pela ausência de sistemas infraestruturais e recolha de resíduos. Apesar da dificuldade construtiva destas depressões geográficas, habitar a quebrada tem um propósito estratégico: é o lugar menos vigiado pelo Município e mais próximo do centro económico da cidade.

"Ocupar informalmente una quebrada significa

300. *Vásquez, A, P. (2015). Quebradas de Valparaíso. Memória Social Autoconstruída. Prólogo de Lautaro Ojeda y Ximena Galleguillos. 1°. Ed. Gráficas Lom. Santiago. Página 38 ISBN: n°978-956-358-451-6 consultado em 20, 03,2019.*

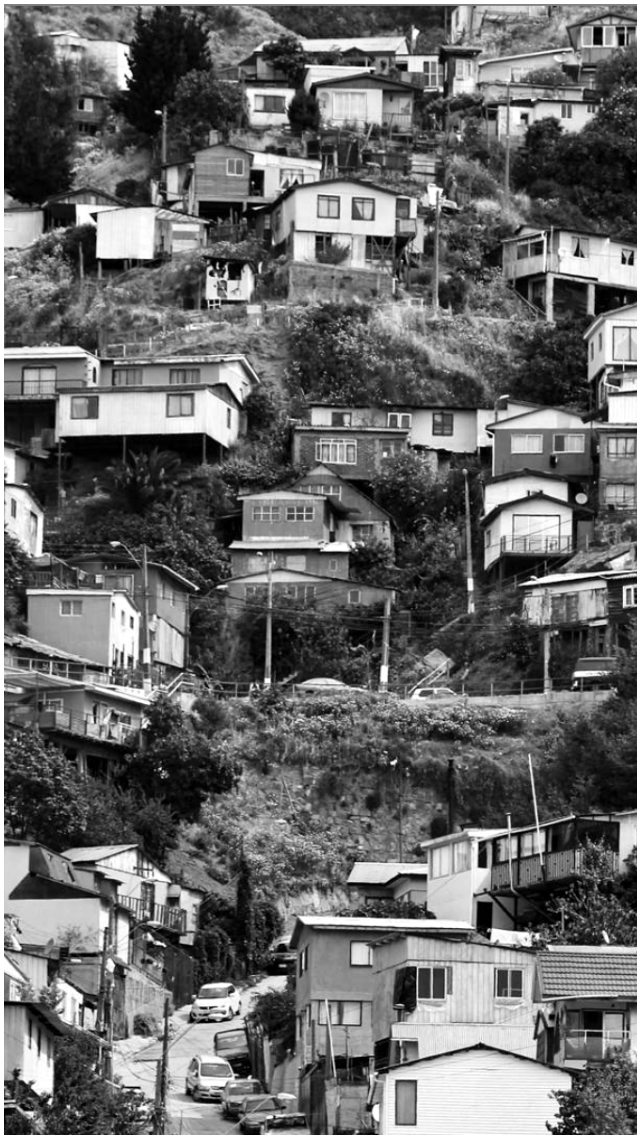
301. *"(...)reconocimos una forma particular de apropiación y gestión del espacio mediante "Conjuntos Residenciales Familiares (CRF)" (Pino, 2012), (...)Estos informantes fueron elementos clave para la comprensión de los mecanismos de apropiación y construcción del espacio construido, revelando una organización social que resulta de una estructura de familias extendidas(...) estableciendo un arco temporal que puede ir hasta cinco generaciones sucesivas."*
IBIDEM. P.38

302. *IBIDEM.*

303. *BAYAT, A. (1997). Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People. em:Third World Quarterly.(Eds.) Volume 18. Número 1. P.63.*

304. *BARCA, J, T. (2003). El libro de los Ascensores de Valparaíso. 1°Ed. Editorial: Arte de Proa,Santiago P.45*

Figura 156. *Auditório Guillermo Bravo. Cerro Cordillera. Chile Valparaíso.*



apropiarse de un lugar desconocido. Cuando una persona o familia se desplaza o se traslada y se "toma" un terreno en una quebrada, debe hacer frente a sitios no urbanizados, poco accesibles y con características topográficas poco favorables para la construcción de viviendas. A pesar de lo anterior, los habitantes consideran que lo que poseen hoy es sólo gracias a un gran esfuerzo personal y familiar, ya que piensan que la acción del Estado ha sido poco efectiva o inexistente.".[302]

Na cidade de Valparaíso, a informalidade foi uma invasão permanente, assim como noutras cidades com origem colonial. A informalidade de Valparaíso começa onde o poder do Estado termina, ou seja, entre o bordo da área metropolitana e os Cerros da cidade.

"self regulation reclaims significant political space from the state".[303] *(....)" Bien mirada, la ciudad de Valparaíso es una singularidad extraordinariamente homogénea dentro de la multi valórica de sus excentricidades. Las estrafalarias escaleras de Valparaiso " hacen" Valparaíso".*[304]

No entanto e paradoxalmente, esta justaposição de pequenos núcleos de habitação e serviços, resultado de uma topografia única, é o engenho propulsor das redes urbanas concisas de Valparaíso. Como a sectorização socio-económica coincide com a separação geográfica, os Cerros são entidades facilmente separáveis tanto pelo seu património, equipamentos, redes humanas e cultura. O resultado é um território social e culturalmente

Figura 157. *Assentamentos informais Cerro Cordillera. Valparaíso 2018.*

O caso único de Valparaiso

Composição Morfológica

diversificado, onde o formal e o informal se misturam de forma tão acentuada que impossibilita a separação dos dois fenómenos.

"En los cerros de Valparaíso, la mano del hombre ha estructurado sus viviendas espontáneamente con arquitecturas inverosímiles y con un dédalo de calles, callejones, escaleras y pasaje, subidas y paseos"... tan exageradamente complejos" que forman un laberinto difícil de vencer para una persona ignorante de su topografía."Casas de gente tan personales como las producían el siglo pasado y los primeros años del presente". Donde cada habitante dejó su historia.".[305]

Valparaíso é a prova de como a autoconstrução pode produzir linguagens, padrões e uma cultura própria. Graças a uma justaposição de Cerros com o seu eixo virado a norte, os formatos morfológicos mais pragmáticos foram assimilados e replicados. As redes humanas coincidem geograficamente com a formação física da cidade, ou seja, os bairros estão exatamente delimitados pela topografia acentuada e os Cerros possuem as suas próprias características sociais, culturais e urbanas, os seus "ícones", a sua própria rede humana, os seus serviços, as suas formas de vida comunitária, a sua história. São unidades reconhecíveis e delimitáveis que conformam redes humanas e bairros.[306]

Figura 158. *Ascensor Monjas Valparaíso 1900. Chile.*

305.*PECCHENINO, R. (1971). Apuntes Porteños, ediciones conmemorativas de los 450 años del descubrimiento de Valparaíso. 1° Ed. Editado por Fundación Renzo Pecchenino, Lukas Paseo Gervasoni 448, Valparaíso. Santiago, P.83*

306.*"La arquitectura de las favelas toma toda su relevancia estética en su relación implícita asociada a la vida cultural y social que refleja. Es sin lugar a dudas una de las fortalezas de su concepción arquitectónica –sin arquitectos que hace que el hábitat sea un acto cultural colectivo y singular" (en Berenstein 2001: 7)."*

VÁSQUEZ, A, P. (2015). Quebradas de Valparaíso. Memória Social Autoconstruída. Prólogo de Lautaro Ojeda y Ximena Galleguillos. 1°. Ed. Gráficas Lom. Santiago. P.40 ISBN: n°978-956-358-451-6

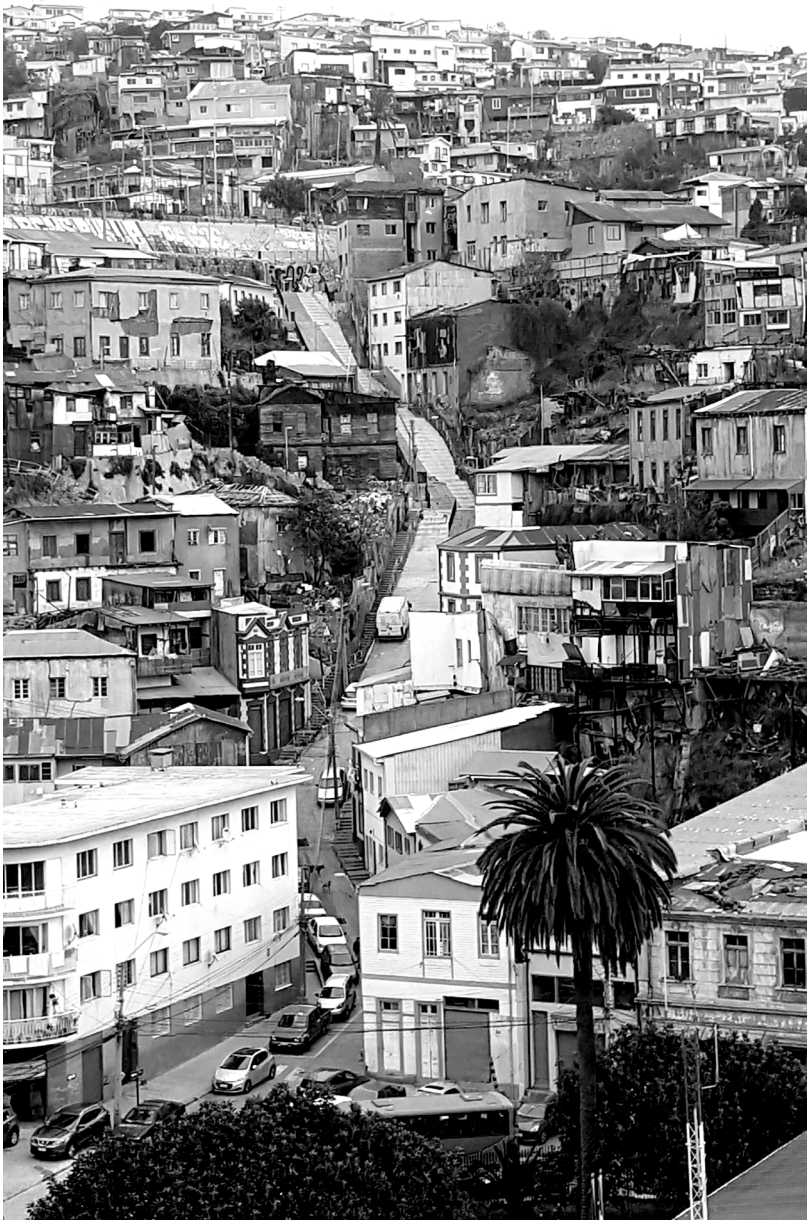
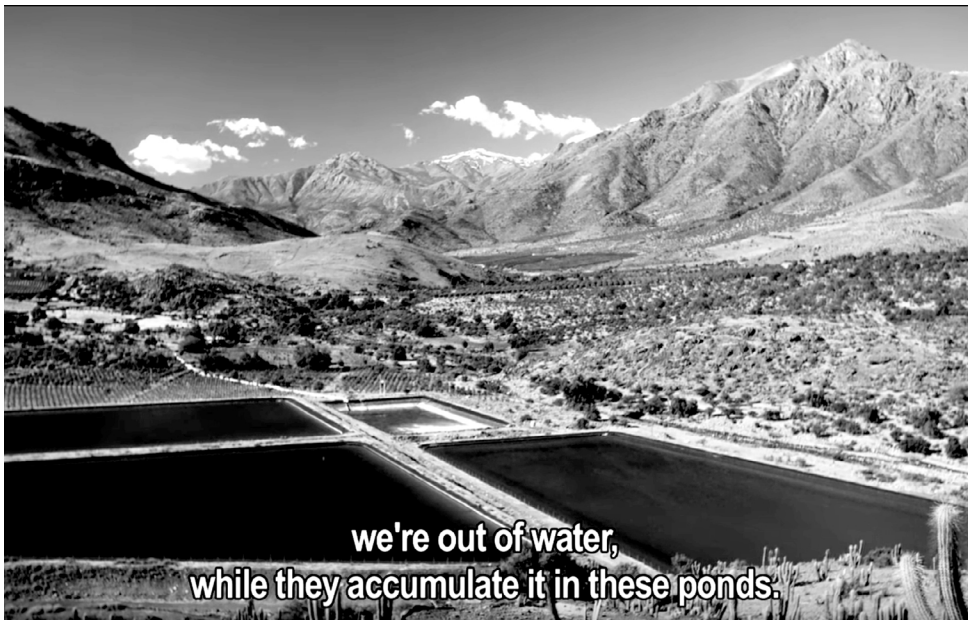


Figura 159. *Subida Gral Sucre Cerro Santo Domingo. Valparaíso.*

O caso único de Valparaiso

Tecido Social



307.*Harvey, D. (2012). Rebel cities from the right to the city to the urban revolution. 1° ed. Verso. London. P.23.*

308.*FundacionSol. (Outubro de 2019). El modelo no se toca. Reforma Tributaria.(Video). Fonte. New York Times " Myths of the 1 Percent: Whats Puts People at the Top" .*

309.*IBIDEM.*

310.*ULLOA, V. (2003). El movimiento sindical Chileno del Siglo XX hasta nuestros días. Contexto Histórico, económico y estructural.1°Ed. Organización Internacional del Trabajo. Santiago. Página 12 ISBN 92-2-314229-6*

311.*FundacionSol. (Outubro 2019). El modelo no se toca. Reforma Tributaria.(Video). Fonte. New York Times " Myths of the 1 Percent: Whats Puts People at the Top".*

312.*SALCEDO, R. (2010). The last Slum: Moving From Illegal Settlements to Subsidized Home Ownership in Chile. Pontifícia Universidade Católica de Chile. Facultad de Arquitectura. Santiago. P.91*

Tecido Social.

"The right to the city is far more than the individual liberty to access urban resources: It is, moreover, a common rather than an individual right since this transformation inevitably depends upon the exercise of a collective power to reshape the processes of urbanization.".[307]

O Estado considera os trabalhadores como consumidores, por essa razão o imposto sobre os salários é de 40%. Em contrapartida, o Estado considera as empresas como agentes geradores de crescimento e cobra um imposto anual de 20% incentivando o empreendimento. A reforma tributária que a recente instigação popular no Chile veio expor é um mecanismo do sistema integrado de imposto, que permite reduzir os impostos dos proprietários das empresas. No Chile, 1% da população concentra cerca de 33% dos rendimentos que se produzem num ano.[308] As 1.800 pessoas mais ricas registam por habitante uma média de 600 milhões de pesos chilenos e, se considerarmos que a concentração de poder se executa a nível familiar; uma família de 4 integrantes concentra anualmente 2.400 milhões de pesos (cerca de 26 Milhões de euros). Em matéria tributária o Chile tem um sistema pro ricos. Os setores vulneráveis pagam maiores taxas de impostos que as grande fortunas. *"se recauda más impuestos indirectos como el iva que por*

Figura 160. *Desigualdade no Chile. Outorgação de Fontes e caudais a privados para Monocultura Lei outorga a agua a privados de forma indefinida ou perpétua.*

impuestos a la utilidad de las empresas a la renta de las personas, y las ganancias del capital pagan 0 impuestos" .[309]

"Hacia 1960, 248 firmas controlaban todos y cada uno de los sectores de la economía y el 17% de todas las empresas concentraban el 78% de todos los activos. En la agricultura, el 2% de los predios poseían el 50% de la tierra, y en la minería, tres empresas norteamericanas controlaban el 60% de las exportaciones chilenas en 1970. Por último, en la banca, el 50% de los depósitos y créditos estaban controlados por tres bancos".[310]

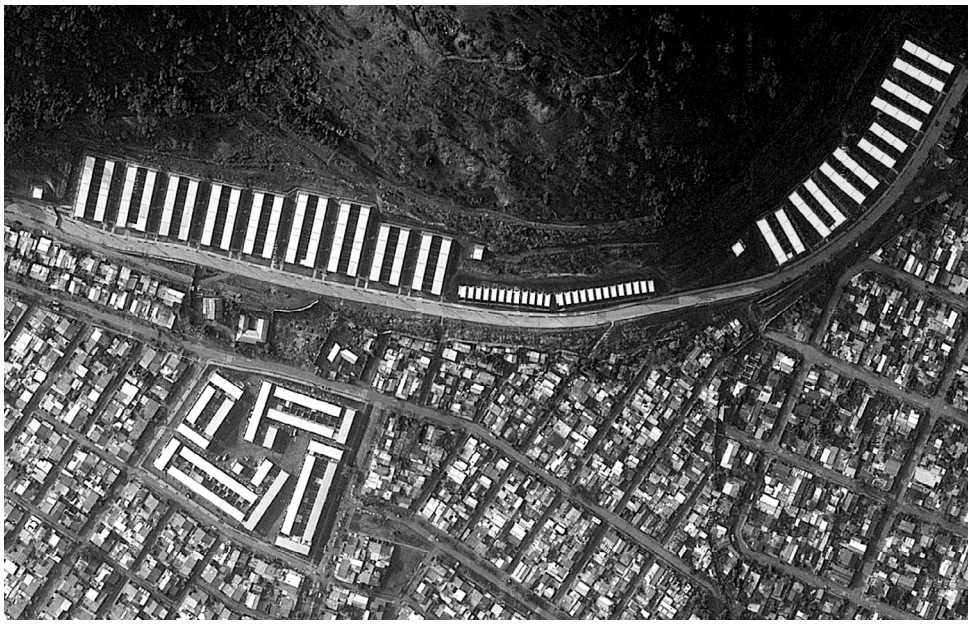
Atualmente, e Chile é um dos países com a maior desigualdade na distribuição dos recursos. A população 20% mais rica recebe 55% do produto gerado durante um ano. O 20% da população mais pobre recebe apenas 4%. A população mais rica, a 1% mais rico no Chile controla 31% dos rendimentos. Para compreender a dimensão deste desequilíbrio, no Chile 10 empresas mineira são proprietárias de 40% do território nacional, mais de 30 milhões de hectares, e tem declaradas concessões mineiras sobre esse território, *"para mantener-las pagam um dólar al año por hectárea, esas concesiones son indefinidas. Las pueden heredar, las pueden vender y el estado no puede hacer nada"*.[311] Apesar desta enorme discrepância, as condições de vida dos habitantes mais pobres das cidades chilenas melhorou drasticamente nas últimas duas décadas. Através de um programa massivo do Governo chileno em casa subsidiada, mais de um milhão de Chilenos deslocou-se dos assentamentos informais e tornou-se proprietário. Contudo, segundo Rodrigo Salcedo, ser proprietário sobrepõem-se a todas as outras qualidades necessárias ao Habitat, e a solução subsidiaria não foi suficiente para ultrapassar a marginalidade e a desintegração social das redes. Segundo o *"Ministério de Vivienda y Urbanismo"* (Minvu) em 1990 e após a ditadura militar o deficit de habitação atingiu um milhão de imóveis. Em 2006, o número de indivíduos sem uma habitação digna reduziu drasticamente para 120.000 habitantes: *"No other country in the world can show a housing policy with such a large number of built housing units relative to the country's population"* [312]

Entre 1964 e 1973, com a reforma iniciada por Eduardo Frei e desenvolvida por Salvador Allende, a habitação centralizou-se nos discursos da época. Foi o *"Ministerio de Vivienda y Urbanismo"* e articulou-se um programa massivo de regularização das terras ocupadas. As propriedades eram compradas e doadas aos que as tinham ocupado. A construção das novas habitações baseavam-se num processo de subsídio de construção. As empresas construtoras eram subsidiadas pelo Governo e as habitações eram distribuídas pelas populações que posteriormente recompensavam o ministério pelo seu esforço

Figura 161. *Agricultor afetado pela construção de barragens privadas. Os recursos hídricos nao sao distribuidos com os agricultores. Êxodo rural e desintegração das redes humanas locais.*

O caso único de Valparaiso

Tecido Social



monetário. Este mecanismo legal intensificou os movimentos populares da época. Os governos apoiavam desta forma diretamente a formação e organização de ocupações. Em 1967 foram identificadas 13 ocupações organizadas enquanto em 1970 esse número subiu para 103. Com o início da ditadura militar que durou de 1973-1989 a aquisição de habitação transitou do ideal de um direito universal para uma "commodity", um produto adquirido através do esforço de cada família. *" supply-side subsidies were changed into demand-side subsidies)".*[313]

Cada família colocava uma caução inicial de 300 dólares, e o Governo concedia um subsídio. O empréstimo era garantido pelos bancos da época. Desta forma o governo conseguiu eliminar o espírito coletivo e substituí-lo por intenções individuais e verticais (indivíduo-Estado-mercado). Entre 1990 e 2001, após o final da ditadura militar, as instituições relatam o aparecimento de padrões de violência e segregação. As unidades de habitação eram pequenas, de reduzida qualidade e mal localizadas, contudo estas "particularidades" não foram consideradas suficientemente importantes para alterar o paradigma político, visto que em termos numéricos o processo apresentou resultados extremamente positivos. Como reação a esta época, entre 2001 e 2009 o Governo Chileno inicia um programa capaz de subsidiar totalmente a habitação para os setores

313. *IBIDEM. P.94*

314. *IBIDEM. P.94*

315. *IBIDEM. P.96*

316. *IBIDEM. P.97*

317. *IBIDEM. P.98*

Figura 162. *Projeto Ruka. Habitação Mapuche Cristián Undurraga. Santiago 2011*

considerados extremamente pobres. As famílias apenas tinham de garantir uma entrada de 350 dólares. Com isso garantiam a propriedade e o financiamento não era devolvido. O debate sobre a política de habitação no Chile conflui na identificação das premissas fundamentais.

"Chile has only replaced one problem with another one: trading shanty towns for residentially segregated urban ghettos in which opportunities are less available in other parts of the city". [314] Esta deliberação de Rodriguez e citada por Rodrigo Salcedo fortalece o argumento da necessidade do desenvolvimento integral e equitativo da cidade, ou seja, a providência de habitação não é suficiente. Para manter e aumentar o número de unidades habitacionais construídas, o Governo e as emepresas pouparam investimento na localização, comprando os terrenos mais baratos. Esta política permitiu que grandes áreas de segregação e pobreza pudessem desenvolver-se. *"Most of the poor areas composed of diferent subsidies housing projects and a small cluster of commerce or municipal infrastructure".*[315]

O segundo grande lapso do programa de subsídios é a qualidade habitacional. As habitações adquiridas pelos subsídios nacionais não permitem generalizadamente a incrementalidade do objeto. Por esta razão quando o agregado familiar aumenta, a família é obrigada a procurar uma nova residência ou a adaptar o espaço existente. A aspiração a uma nova habitação, mais central e de melhor qualidade é igualmente dificultada visto que a família não pode adquirir um empréstimo. Não existe um mercado que aceite estas habitações como um bem hipotecável. Os habitantes que não forem capazes de ascender economicamente e adquirir uma habitação através dos seus próprios recursos estarão perpetuamente dependentes deste imóvel visto que, não podem aceder a financiamento, e o valor do imóvel apenas decresce no mercado.

"there is no market for the allocated and small housing units"(...) "The low quality of the housing units (gilbert 2004), segregation and stigmatization of the neighbourhoods in which many of those units are located and the disincentive to buy a used unit if they are convinced-as many poor families are that sooner or later they will become homeowners of a new unit delivered by the state".[316]

A terceira grande crítica apresentada por Salcedo reside na má compreensão do capital social popular e a introdução de valores exteriores aos fenómenos sociais dos assentamentos informais, a disseminação das aspirações das classes médias, e a substituição de redes de ajuda mútua pelo individualismo. *"Individual families have mainly been relocated to the city fringes, where they did not know anybody(...)".*[317] Ao contrário do fenómeno urbano profundamente sectorizado dos assentamentos subsidiados, os aglomerados informais misturam o público, o comum, o privado e as diferentes esferas como comércio e lazer. O crescimento incremental dos assentamentos desenvolve a habitação

Figura 163. *Projeto Ruka. Habitação Mapuche Cristián Undurraga. Santiago 2011*

O caso único de Valparaiso

Abandono em Valparaiso

318.*PASSAGES CORDILLERA. (2017). Valparaiso, cerro Cordillera y zonas a intervenir. P.12.*

mas também a cidade e a comunidade. Há uma articulação natural entre os habitantes e a aquisição do controlo territorial pelos mesmos, tanto da forma do urbano como de todas as suas dimensões. Os novos bairros suburbanos nas periferias das cidades chilenas, construídos através de esforços individuais, subsídio, empresas construtoras e empréstimos, desamparados de qualquer estrutura comercial local, urbanismo ou serviços, retiram forçosamente estes habitantes do fenómeno social onde antes cresciam, para um mais individual e marginalizado. O "capital social" das cidades informais (redes de entreajuda, empreendedorismo, proximidade a oportunidades de emprego, solidariedade e confiança, comunidade e organização) é substituído por um vazio urbano, económico e social.

Ao contrário do projeto de Eduardo Frei e de Salvador Allende, que adquiriu a terra onde os assentamentos informais se tinha articulado, os processos de subsídios atuais baseiam-se na erradicação dos territórios autogeridos e a recolocação massiva destes habitantes nas periferias desérticas ou em áreas sem valor urbano. Os financiamentos até 2012 não permitiam a personalização do projeto ou o envolvimento do habitante em qualquer etapa. O processo mecanizado produzia casas em massa. O projeto falha assim a todos os níveis incapacitando os

Figura 164. *Conventillo de Valparaíso Cerro Barón 1900. Chile.*

habitantes de se emanciparem social, politica e economicamente. Valparaíso, como porto da cidade de Santiago, nasce sob um estado de opressão. O interesse político do cidadão pelo seu território, é uma herança de um longo percurso de reivindicações laborais, um resultado de uma sociedade nascida da ação direta, da autoconstrução e da autogestão. Estes fenómenos disseminados pelo território, e permanentemente presentes na sociedade, articularam-se e permitiram o crescimento de outra consciência social, mais coletiva e mais emocional.

Abandono em Valparaiso

O século XX golpeou a cidade várias vezes e de várias formas, através de crises económicas, transformações sociais, pobreza e cataclismos. Em 1906, a cidade é abalada por um terramoto de categoria 9.0 que destrói e afeta 90% da área urbana e desencadeando vários incêndios. Em 1911, é aberta a linha ferroviária de San António, necessitando apenas de 1 hora para realizar a viagem para Santiago (comparado com o trajeto de 4 horas desde Valparaíso). Em 1914, a abertura do Canal de Panamá retira Valparaíso do mapa portuário, deixando de ser uma paragem obrigatória.O ano de 1929 viu o país entrar numa crise profunda pelo encerramento dos mercados estrangeiros à extração de salitre. Pela instabilidade política e económica, a história fala sobre um êxodo urbano para Santiago, levando também empresas bancárias, industriais e as classes ricas para Viña del Mar. Como cidade popular, Valparaíso sobrevive às alterações sócio-económicas, ainda que o número de navios a atracar no porto seja muito inferior.

"Después de 1973 y luego de un largo receso impuesto por el "toque de queda" una medida de la autoridad que impedía la circulación durante la noche. la bohemia genera otros centros de atracción(...) declinando en importancia el llamado "barrio chino.".[318]

O Chile está dividido por Comunas. Na comuna, regida e governada pela cidade de Valparaíso, há um total de 788.806 casas registadas. Desse número, 629.399 são imóveis particulares ocupados, 1.486 são colectivos e 157.921 são estão desocupados. No total, 45% dos imóveis têm entre 0 e 50 metros Quadrados. A capital Santiago, com um total de 2.378.442 milhões de habitações, "apenas" conta com 120.866 desocupadas. A cidade de Valparaíso é o habitat de 296.655 habitantes e Santiago de 7.111.808 segundo os censos de 2017.[319] O abandono das duas regiões adjacentes é drasticamente diferente.

A cidade de Valparaíso demonstrou um crescimento bastante reduzido: de 2002 a 2017 a cidade cresceu cerca de 14.615 hectares, um crescimento total de 0.68%. O porto de Valparaíso e os seus Cerros adjacentes, encontram-se num processo de abandono generalizado. O bairro puerto e os Cerros adjacentes, dependiam até 1973 da atividade portuária e do comércio que ai se gerava. Este bairro era o paradeiro de marinheiros e trabalhadores portuários, bares, cabarés, mas também de *"empórios"* (lojas), armazéns, comércios populares, marítimos e edifícios culturais.

" Desde el siglo diecinueve, y a pesar de las

O caso único de Valparaiso

Abandono em Valparaiso

319.*INE(2017)Resultados definitivo Censo 2017. (Cartografia)*

320.*PASSAGES CORDILLERA. (2017). Valparaiso, cerro Cordillera y zonas a intervenir. P.12.*

Figura 165. *Um das dezenas de edifícios abandonados do Cerro Cordillera, 2018.*

sucesivas crisis, los terremotos, las migraciones, y la construcción del canal de Panamá, el puerto bullía de actividad, y marinos y marineros de distintas nacionalidades podían pasar hasta semanas en tierra; los trabajadores portuarios eran numerosos ya que las faenas se hacían a fuerza de trabajo manual. El estibador en el barco sacando cargas, el movilizador recibiendolas en el muelle, el embalador en las bodegas fiscales y el marino en la bahía." [320]

Com a mecanização do Porto, a privatização do seu uso e o *"toque de queda"* (recolha obrigatória), instaurado com a ditadura de 1973, (instaurando uma demanda civil que proibia a estadia de indivíduos em espaço público após certa hora), a economia que movia diariamente este lugar cessou. O porto agora privatizado, é operado por empresas de transporte, que acedem por uma via privada, sem cruzar a cidade. Nas décadas de 1980 e 1990 o bairro entra numa das suas etapas de maior pobreza. O bairro é abandonado economica e politicamente dando inicio a um êxodo urbano. Os seus habitantes escapam à degradação acelerada e à insurgência da delinquência e narcotráfico. O índice de abandono imobiliário atingiu os 25%. Hoje, a cidade assiste, a um processo de regeneração. Após ser galardoada com o atributo de Património da humanidade, reconhecido em 2003, a cidade procurou salvar o seu centro histórico, mas não os seus cidadãos, sucumbindo grandes porções de Valparaíso ao turismo, à gentrificação

Figura 166. *Informação INE Censos 2017. Número de edificios abandonados por Quarteirão. Chile*

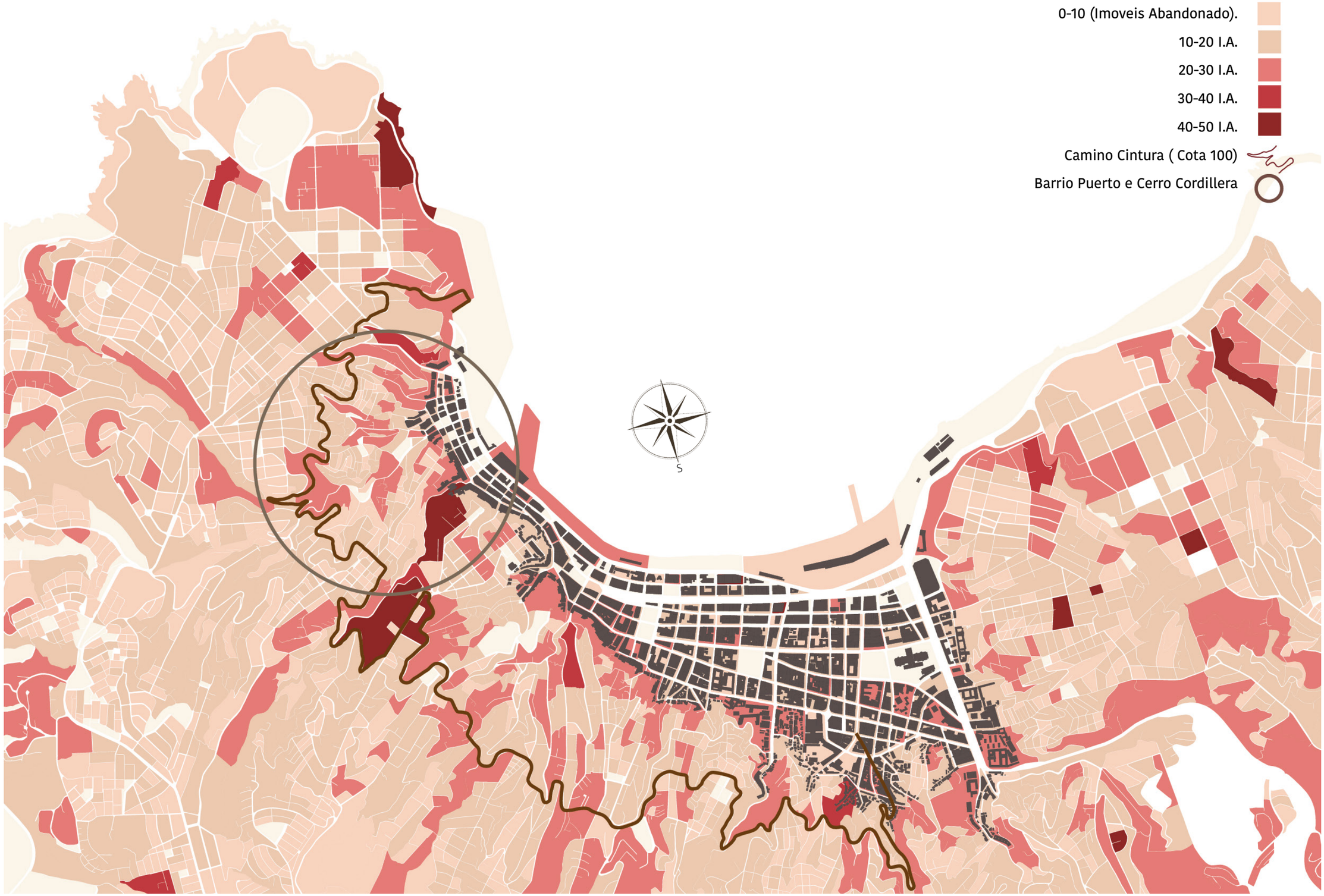


Figura 167. *A laranja os assentamentos Informais com mais de 8 habitações. A vermelho as autorizações concedidas para construção em 2019. A castanho, autorizações concedidas para construção entre 2010 e 2018.*

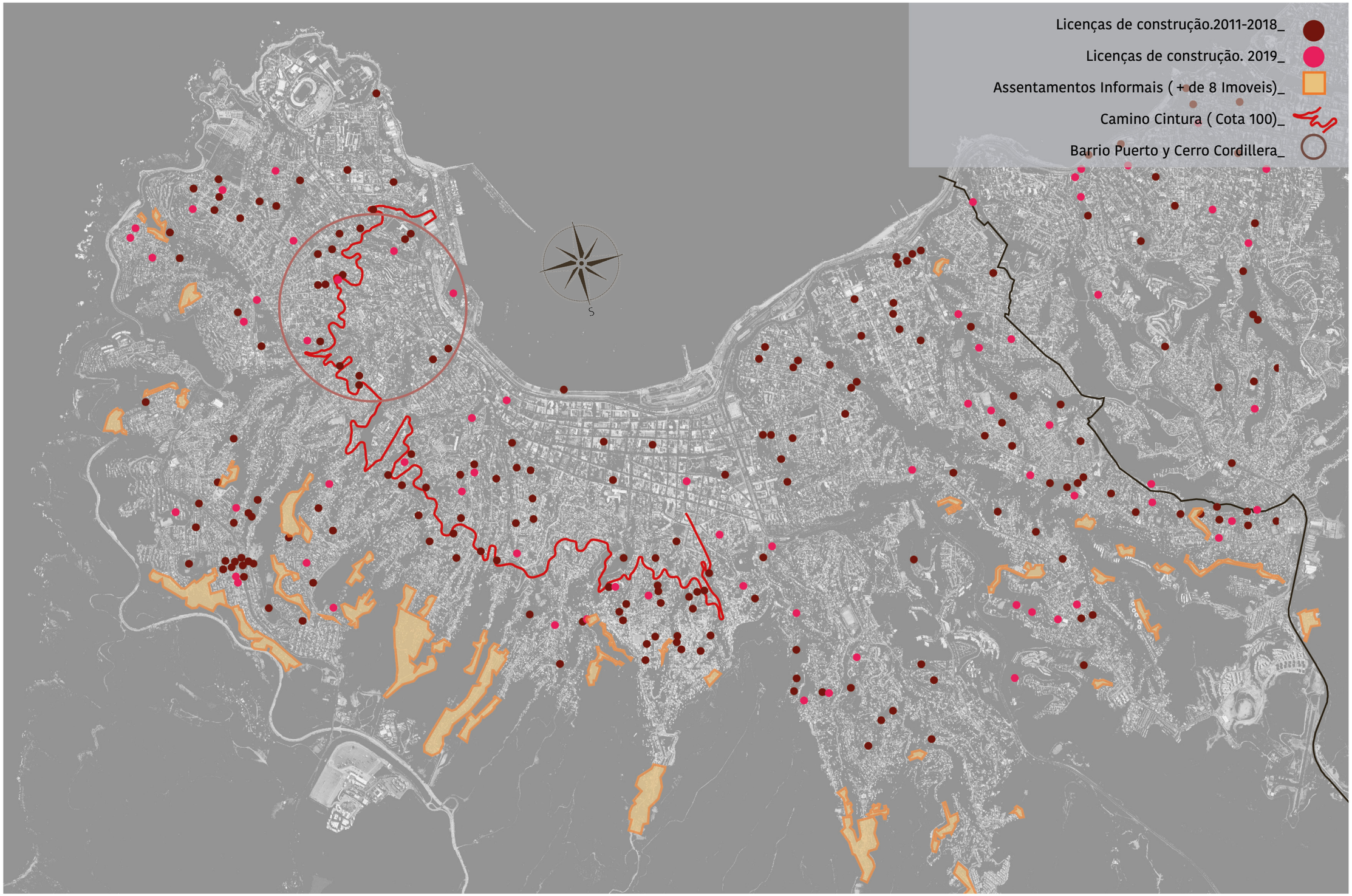


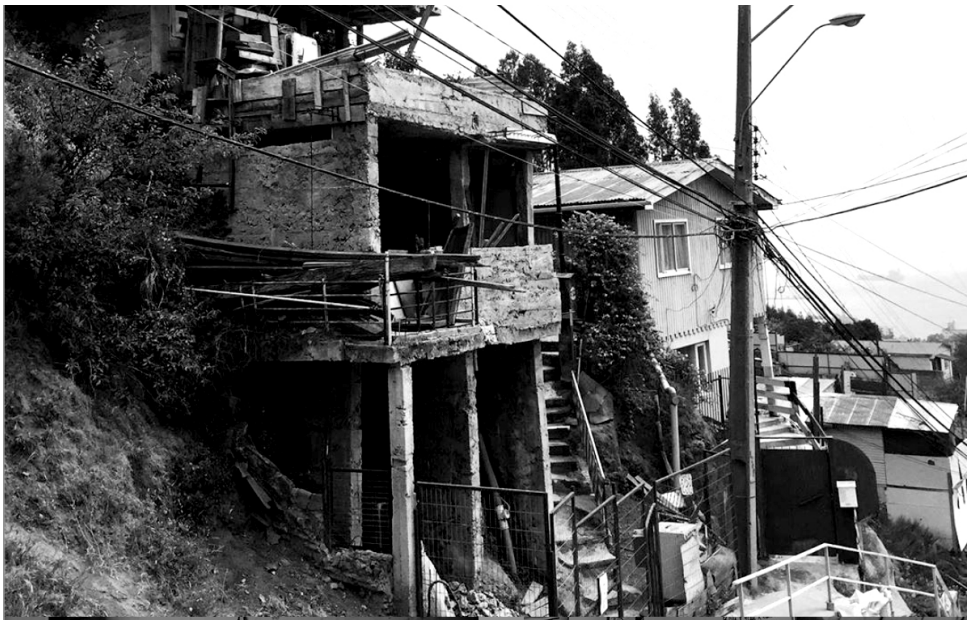
Figura 168. *Um das dezenas de lotes abandonados de Cerro Cordillera. Valparaíso 2018.*

e à especulação imobiliária. O património material foi parcialmente recuperado, mas as redes sociais desarticularam-se. É possível observar que, ao lado dos cerros gentrificados como o cerro Alegre e Concepción, existem os cerros Cordillera, Toro e Santo Domingo onde nenhum agente imobiliário investiu, visto não encontrarem incentivo económico, e serem hoje palcos de abandono. Para compreender o contexto económico da cidade, Valparaíso em 2017 tinha uma dívida de 13 mil milhões de pesos. Hoje o paradigma alterou-se e essa dividia reduziu-se para 4 mil milhões, o que apesar do seu lado positivo é ainda ul orçamento negativo. O investimento publico esteve por muitas décadas travado.[321]

A degradação urbana de Valparaíso tem vários culpados. A perpetuação da pobreza dá-se pela insuficiência de recursos económicos, uma taxa de esforço elevada, salários reduzidos, desemprego, pouca ou nenhuma assistência técnica na autoconstrução e um sistema governamental que não proporciona acesso à habitação de baixo custo, ou financiamento para reabilitação. Estando o mercado pouco interessado em proporcionar habitação às populações mais empobrecidas, a responsabilidade recai sobre o estado, que não tem a capacidade para gerir os números actuais de habitantes em situação de pobreza.*"Local governments in slum areas have almost no revenue base and cannot find money to either construct or*

O caso único de Valparaiso

Assentamentos Informais



321.*https://www.emol.com/noticias/Nacional/2019/08/09/957475/Historico-deficit-municipal-de-Valparaiso-se-redujo-en-10-mil-millones-desde-2016.html*

322.*UN-Habitat. (2003). The challenge of Slums. Global Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. P.21. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, Uk*

323.*"Valparaíso es la única capital regional que se ubica en el rango inferior de calidad de vida urbana." Índice de Qualidade de Vida Urbana ICVU 2018*

CCHC. (2018). Índice de Qualidade de Vida Urbana ICVU 2018 Página web da Câmara Chilena de la Construcción.

324.*IBIDEM.*

maintain infrastructure and other services, and the whole system goes downhill, causing the more affluent residents and formal business to move out thus further lowering revenue potential. The push for decentralization and own source revenue generation in many developing countries could increase spatial inequality accordingly.".[322] O que se observa na cidade de Valparaíso, é uma tendência para agudizar o valor e da qualidade de certos sectores. As zonas com mais-valias tendem a valorizar e as zonas mais pobres tendem a degradar, à medida que os serviços se deslocam para outras áreas. Caso o estado se mantenha indiferente ao fenómeno de deterioração e gentrificação, sem que sejam estruturadas políticas públicas de proteção dos habitantes e do património, os fenómenos exaltar-se-ao, visto que não existe um interesse do capital sobre o bem-estar da população e esta nao tem a capacidade financeira de investir. Desta forma a equação repete-se e as cidades crescem sem lei, replicando e acumulando zonas de descontrolo e deterioração social.

Apenas 17 das 93 comunas do País com mais de 50.000 habitantes foram qualificadas com o índice de vida urbano elevado, ICVU 2018. No sector médio de qualidade de Vida, foram qualificadas e inserida 40 comunas do País, sendo que as restantes 36 foram classificadas como qualidade reduzida. Valparaíso é a única cidade metropolitana (mais de 250.000 habitantes) a ser classificada com qualidade de

Figura 169. *Um das centenas de edifícios construidos de forma precária pelos habitantes. Valparaíso 2018.*

vida reduzida.[323]

Em 2008, 64% da economia da cidade dependia do Porto marítimo, das economias marítimas e principalmente do transporte de passageiros marítimos. Contudo, a economia mercantilista de Valparaíso transladou-se para a cidade de San António, onde não existem áreas patrimoniais e restrições ao desenvolvimento urbano. A economia de Valparaíso nos últimos 8 anos sofreu uma transformação absoluta, e grande parte do sector trabalhador buscou emprego na área de *"Venta al por menor de artículos de segunda mano"*, correspondendo no ano de 2013 a 40% da economia. Sem formas para se sustentar, os habitantes de Valparaíso desenvolveram economias informais. A economia local tornou-se central para o sustento da cidade. Estes circuitos são o principal suporte económico da cidade. Com a transladação das economias portuárias para o Porto de Santo António, Valparaíso atravessa um momento de incerteza económica.*"En 2016 las firmas establecidas en Valparaíso exportaron US$ 999,82 millones. Durante los últimos años, las exportaciones de Valparaíso han decrecido a una tasa promedio anual del -39%, desde US$ 12,12 miles de millones en 2011 hasta US$ 999,82 millones en 2016.".*[324]

Assentamentos Informais

Existem 802 assentamentos informais e 47.050 habitações informais nos arredores das áreas Metropolitanas do Chile. Desse número, 11.372 não residem em acampamentos, mas no núcleo das cidades Chilenas. Valparaíso lidera o Ranking, como a cidade mais povoada por acampamentos ilegais e assentamentos informais com 11.228 habitações na sua periferia. O levantamento de dados realizou-se em Agosto de 2018 e numa segunda etapa em janeiro de 2019. No entanto é necessario compreender sobre que parametros, o Municipio observa o território. Para a Minvu um acampamento resume-se a:

"Asentamientos precarios de 8 o más hogares que habitan en posesión irregular un terreno, con carencia de al menos uno de los tres servicios básicos (electricidad, agua potable y sistema de alcantarillado), y cuyas viviendas conforman una unidad socio territorial definida".[325]

Isto significa que áreas de abandono disseminado como a área consolidada do Bairro Porto de Valparaíso não são incluídos. De certa maneira, estes mapas do Ministério comprovam que as áreas centrais decadentes da cidade não são contempladas com os mesmos parâmetros que a informalidade das periferias. São duas formas propícias à delinquência, e à precariedade, contudo

O caso único de Valparaíso

Assentamentos Informais

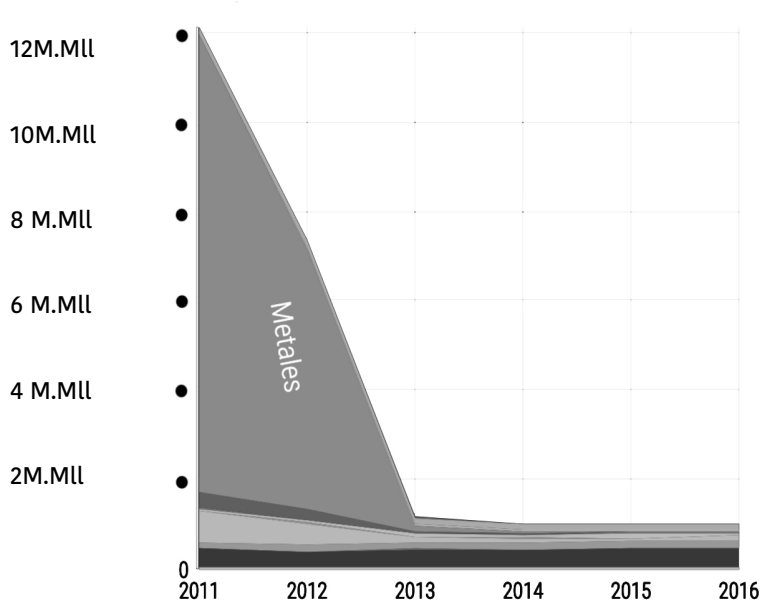


Figura 170. *DataChile Evolução da exportação na cidade de Valparaíso 2011-2016.*

uma nasce em área densa, loteada e privada enquanto o segundo formato de informalidade, é mais visível, desvela-se em terreno livre e Municipal, gerando focos de descontrolo mais observáveis. A visão é direcionada para as periferias onde existe pouca vigilância, e espaço para a disseminação de grandes acampamentos informais. Sendo igualmente importante assistir estes habitantes, este trabalho concentra a sua atenção na área de investigação anteriormente delimitada.

A cidade com maior número de assentamentos ilegais é Valparaíso com 181 actualmente. Inclui-se igualmente numa das cidades com um maior aumento populacional dos assentamentos, ascendendo de 146 a 181, de 2011 a 2019. [326] Em média cada acampamento tem 46 habitações, contudo Valparaíso é lar de assentamentos como o de Manuel Bustos com 1.647 famílias. Estes números disponibilizados pelo Ministério, referem-se a toda a região de Valparaíso e não à área Metropolitana. Desses 181 acampamentos, 70 encontram-se em Vina del Mar.

325. *MINVU. (2019). Cadastro Nacional de Campamentos de Minvu. Página web do Ministério de Vivienda y Urbanismo MINVU.*

326. *"Los principales aumentos en la cantidad de campamentos y de hogares se encuentran en las regiones de Antofagasta (de 28 a 79), Atacama (de 27 a 73) y Valparaíso (de 146 a 181)".*
MINVU. (2019). Cadastro Nacional de Campamentos de Minvu. Página web do Ministério de Vivienda y Urbanismo MINVU.

Figura 171. *Nível Sócio-económico de Valparaíso. INE Censos de 2017.*

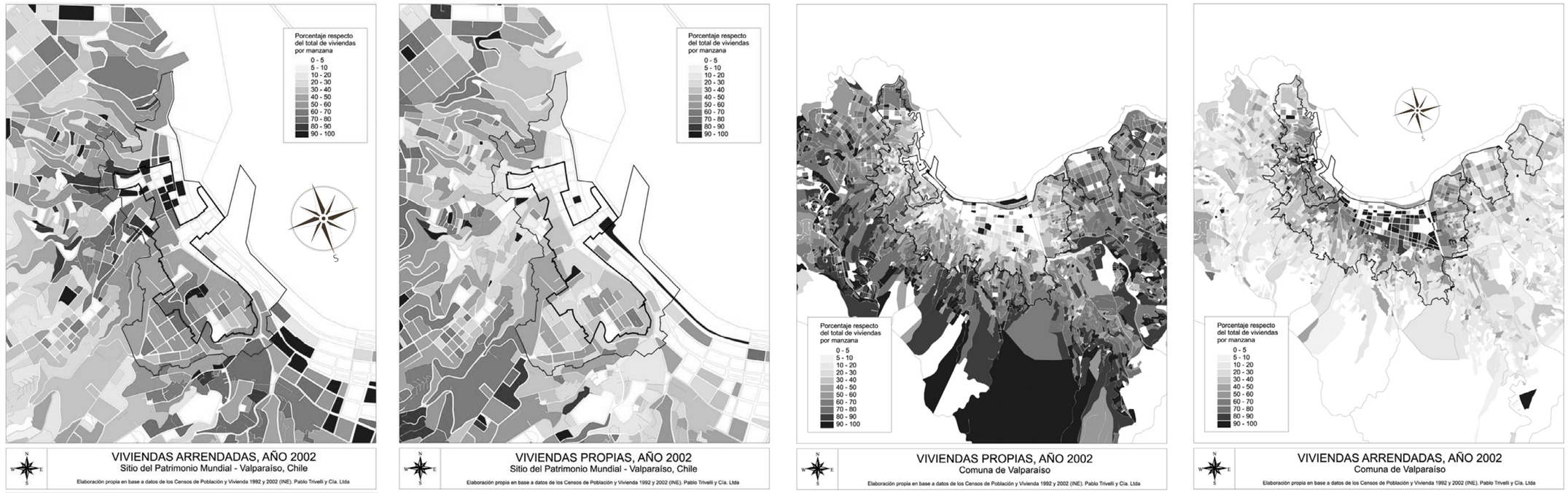


Figura 172. *Informação INE Censos 2002 Percentagem de habitações Arrendadas. Vivendas Próprias. Bairro Porto e Cerro Cordillera. Valparaíso Chile.*

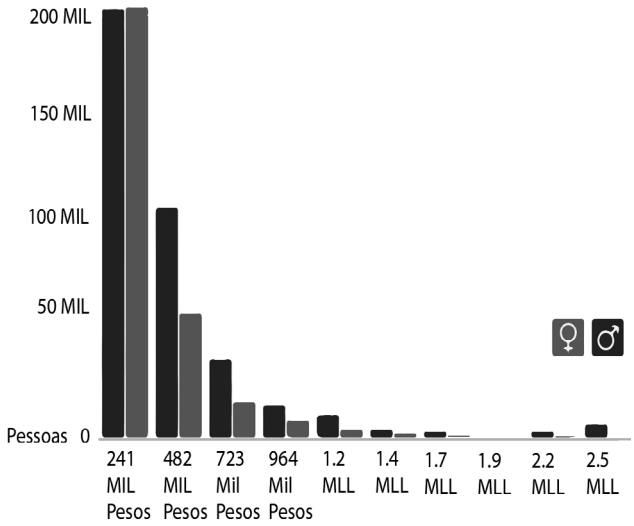


Figura 173. *DataChile. Salário por número de Indivíduos.*

Habitar a informalidade. Cerro Cordillera

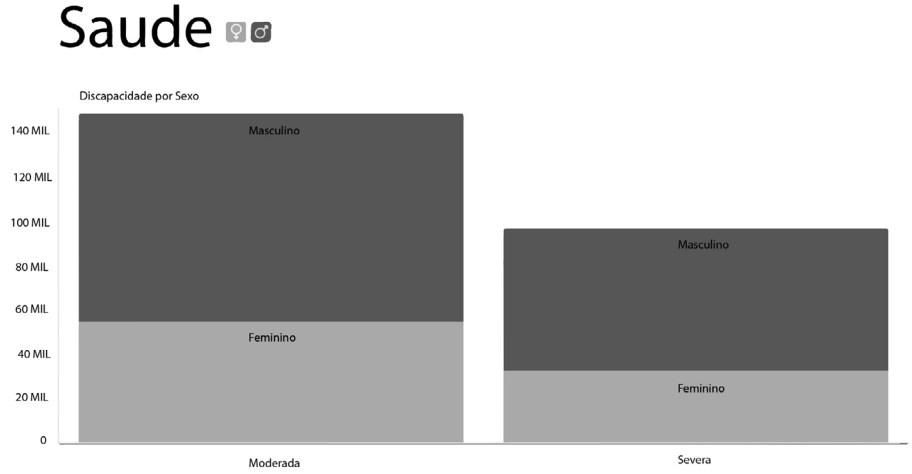
"Talvez Valparaíso no tuvo una fundaciòn porque el problemático territorio donde surge este asentamiento escapaba completamente a las concepciones urbanas de los conquistadores españoles, que hacían ciudad de acuerdo a un modelo más o menos inflexible en damero, que permite un ordenamiento simétrico y una distribución clara de las tierras." [327]

O cerro Cordillera, o caso de estudo fundamental deste trabalho, lugar onde residí entre Outubro de 2016 e Outubro de 2018,vive uma situação altamente miscigenada. É um bairro popular: uma grande porção do cerro (especialmente nas cotas mais altas e nas ribanceiras da quebrada) foi autoconstruído e continua hoje essa tradição. Contudo, pela sua proximidade ao porto, foi ocupado na cota mais baixa do cerro por edifícios de grande metragem e valor patrimonial, construídos pelas famílias de comerciantes. Essas casas antecedem o Terramoto de 1906, e são uma memória do desenvolvimento industrial da cidade. Hoje essas casas são habitadas por gente comum que vive no cerro, mas os imóveis mantêm-se. O Cerro Cordillera esteve inscrito no momento fundacional da formação da cidade. Particularmente este cerro, foi palco de uma miscigenação de um planeamento urbano e uma ocupação popular e informal.

"El cerro Cordillera, fue el verdadero núcleo de la vida de Valparaíso al establecer las primeras edificaciones en torno de la Iglesia de la Matriz, área histórica donde se generó el crecimiento de la ciudad de Valparaíso. A su vez, debido al incremento de la población(...) se pueblan los bordes del cerro, generando una vida de escala más ligera y un circuito de senderos y escaleras de servicios para acceder. Eso denota la diversidad de clases sociales que convivían en aquel entonces, donde la clase más acomodada y la más humilde lograban mantener una dinámica de ciudad activa entre servicios y subservicios." [328]

O cerro tem uma localização estratégica. Faz parte da história da cidade visto que o seu eixo principal foi durante séculos a forma mais rápida de entrar na cidade. Nesta via (Calle Castillo encontramos a *Población Obrera,La Escuela nº13, La Plazuela Eleuterio Ramirez, a Casa Museu Lord Cochrane, o clube desportivo e o campo Merlet*. A rua termina na praça Echaurren, a primeira da cidade desde tempos coloniais, circunscrita entre a rua *Cajila* (que realiza a subida pela quebrada entre os cerros Santo Domingo e Toro) e a rua *Clave* (que separa os cerros Cordillera e Santo Domingo ,

A partir desta praça , é possivel aceder, ao *Mercado Puerto*, a *Iglezia Matriz* e ao bairro conhecido como *la quadra* constituído pelas ruas, *Bustamante, Cochrane, Blanco e Errazuriz*, circunscrito entre a *Aduana e a Plaza Sotomayor*. A necessidade de aceder a outros sectores da cidade é bastante reduzida. A *quadra* providencia todos os serviços necessários para a rotina



327. *BARCA,T. (2003). El libro de los Ascensores de Valparaíso. 1°Ed. Editorial: Arte de Proa,Santiago P.47.*

328.*PASSAGES CORDILLERA. (2017). Valparaiso, cerro Cordillera y zonas a intervenir. P.7.*

329.*BARCA, T. (2003). El libro de los Ascensores de Valparaíso. 1°Ed. Editorial: Arte de Proa,Santiago P.47.*

330.*PASSAGES CORDILLERA. (2017). Valparaiso, cerro Cordillera y zonas a intervenir. P.18.*

331.*IBIDEM.*

diária. Desde a *Plaza Sotomayor*, acedemos ao Porto e ao *Muelle Prat* ,que atualmente e desde a ditadura tem a entrada controlada. A praça Sottomayor permite subir pela Rua *Tomás Ramos*, quebrada que separa o cerro Cordillera e o cerro Alegre.

A Praça Sottomayor marca uma fronteira cultural, social e económica dentro da cidade de Valparaíso. Continuando por Errazuriz, Blanco, Bustamante ou Cochrane entramos no Plan, ou também conhecido como *Bairro Almendral*. A *plaza Sottomayor* separa a população pobre da cidade, da população extremamente pobre e abandonada dos Cerros Arrayan, Santo Domingo e Toro e Cordillera.

No cerro cordillera, e no auge económico e social deste território, os habitantes transitavam normalmente pela conhecida *Calle larga* mais tarde batizada de *General Villagran* para aceder diretamente ao *Mercado del Puerto*, aos empórios, aos armazéns que rodeavam a *Plaza Echaurren*. O Funicular, conhecido como *Ascensor Cordillera* Unia a rua *Serrano*, artéria fundamental diversificada com serviços desde Hotéis para os recém-chegado ao porto, Padarias, Bares, com a *Praça Eleutério Ramirez*, uma das portas do cerro Cordillera. Paralelo ao ascensor foi construído 4 lance de escadarias lineares, conhecido como *Escalaria de la Muerte*, com um total de 172 degraus e uma pendente de 45°. Este trajeto alinhado com a rua *Castillo*,

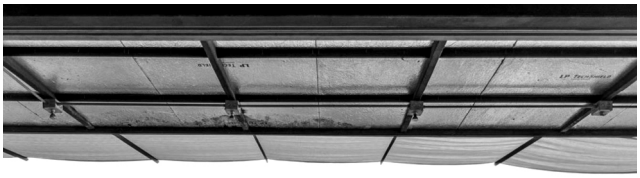


Figura 174. *DataChile. Incapacidade Física dos Habitantes de Valparaíso em 2015. 246.060 pessoas apresentaram algum tipo de incapacidade motora e 39,4% corresponde a incapacidade SEVERA. 17.9% da população. Chile.*

veio principal do bairro era repetidamente utilizado diariamente pelos habitantes do cerro, permitindo aceder a Rua *Serrano no centro urbano* e aos troleis. O cerro ainda servido por um segundo ascensor conhecido como *Ascensor S. Agustin* vinculava a cota baixa da *quebrada Tomás Ramos* à Praça de Jogos *San Agustín* na cota alta do cerro Cordillera.

Os ascensores surgem em Valparaíso pela necessidade de um meio expedito, rápido e cómodo de aceder às alturas dos Cerros, que desde 1850 se tinham povoado rapidamente. Valparaíso parte da cota 0 e ascende aos 450 metros de altitude e a instalação destes meios urbanos de transporte foi crucial. O primeiro ascensor a inaugurar foi o do Cerro Concepción no ano de 1883. Rapidamente pelo seu sucesso, os ascensores multiplicam-se no casco histórico. *"Cordillera en 1887, Artillería en 1893, Bellavista en 1897, Panéoon 1900, El Peral 1902. La construcción de ascensores prosigue hasta 1932.".*[329]

O progressivo submetimento da geografia às necessidades urbanas e o esforço de várias gerações permitiram criar neste espaço hostil uma paisagem urbana. Valparaíso não foi pensado como uma totalidade Urbanística. Foi antes construido de forma incremental, através da colmatação pontual das carências. A informalidade esteve presente em todos os momentos e em todas as morfologias urbanas. A decadência e o desaparecimento dos *ascensores* foi o resultado da evolução natural da cidade e da inserção de outras formas de transporte, *coletivos* (táxis) partilhados, fundamentalmente pela sua reduzida rentabilidade. No total foram construídos mais de 30 dos quais 11 desapareceram. *"El Ascensor San Agustín fue construido en 1913 y está inserto en el pie de cerro comunicando la calle Tomás Ramos con la calle Canal. Este ascensor es de propiedad de la Ilustre Municipalidad de Valparaíso y es Monumento Nacional."*[330]

O *ascensor* Cordillera faz parte do conjunto de ascensores *Artilleria El Peral , Concepcion, Esmeralda y Reina Victoria* que permitiam prolongar a *Quadra* (Bairro Porto). *"La Plaza Eleuterio Ramírez fue constituida el año de 1887(...)".*[331] Estes Cerros são abruptos com declives entre os 50° e os 60.5° e encontram-se muito próximos da antiga linha marítima. Foi necessário expandir o plano para as suas colinas adjacentes especialmente na área onde se inclui o Cerro Cordillera, e os Cerros Alegre e Concepción, hoje marcadamente gentrificados.

Figura 175. *Fauna Hotel Cerro Alegre 2018. Valparaíso Chile.*

O caso único de Valparaiso

Praça San Agustin
Colectivo RE

Praça San Agustin
Colectivo RE

Na cidade de Valparaíso a sensação de atravessar barreiras é percetível a um nível visual, mas também sensorial. Não estamos perante um território intransponível, não existem ruas sem saída, ou moradias privadas, não existe controlo de passagem ou portais. Os Cerros são conotados com veios e lugares irrepetíveis, mas que obedecem a uma morfologia geral da cidade. Esses lugares irreplicáveis dão à cidade um sentido labiríntico onde, para o estrangeiro, a orientação não é imediata. Nada se repete, não existem duas ruas iguais. Pela redução abrupta de serviços e espaços comerciais, sente-se que se entra num espaço mais recôndito da cidade. O dinamismo permanente do centro histórico e do Bairro Porto dissipa-se quando se sobe ao Cerro.

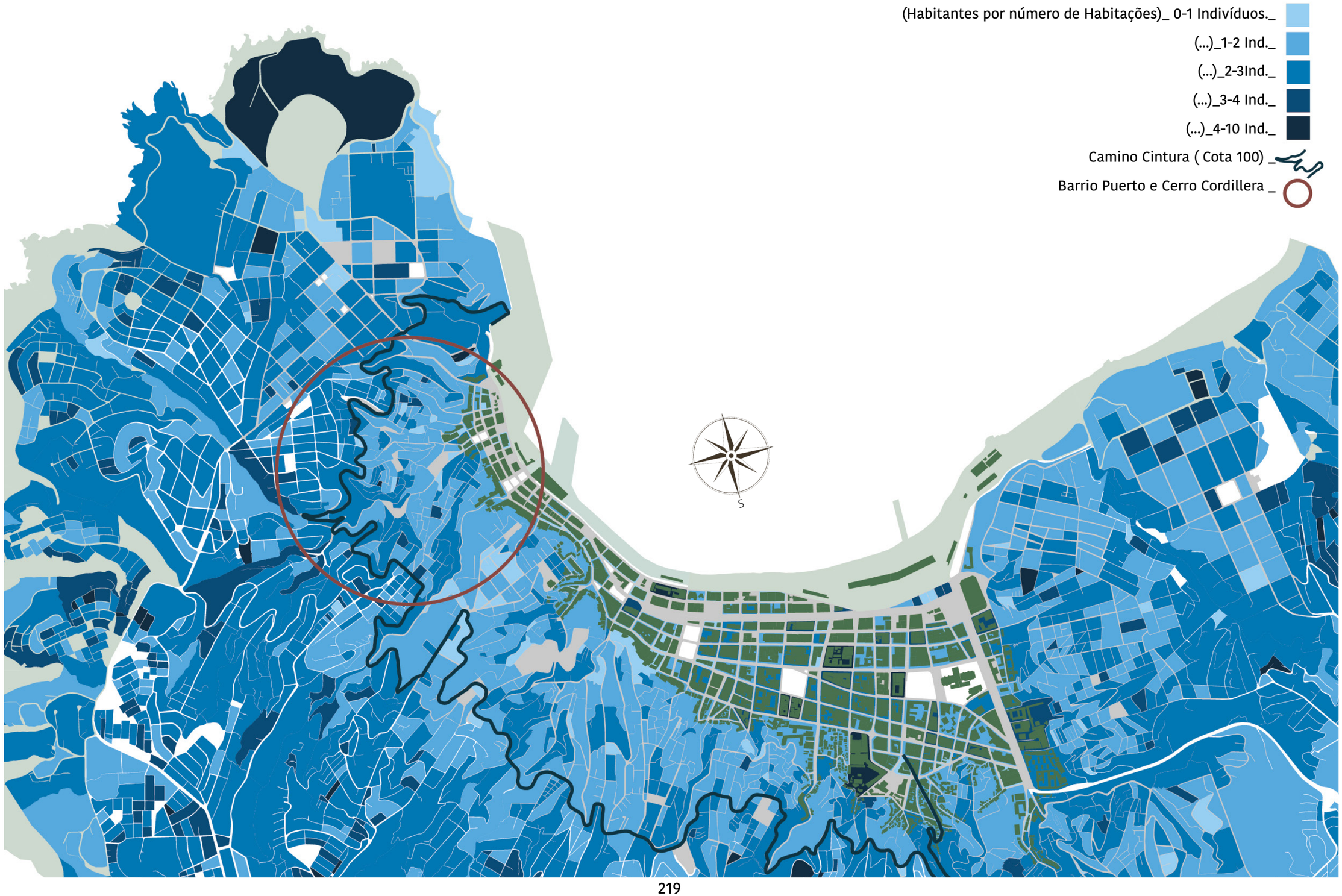
A produção social do habitat está presente hoje no diálogo das cidades como um caminho viável e necessário. Contudo, o poder de decisão e de ação dentro dos modelos formais é relativamente reduzido. Os habitantes numa situação económica e socialmente fragilizada são obrigados a melhorar o seu entorno pelas próprias mãos sem apoios financeiros ou mecanismos legais que o suportem. No caso de Valparaíso e mais precisamente do Bairro Porto, o contexto social e económico complexifica-se, visto

Figura 176. *Quebrada de Tomás Ramos. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

Figura 177. *Mapa de Valparaíso 1902.*
A vermelho Cerro Cordillera Bajo.

_Cerro Cordillera Bajo 1902.

Figura 178. *Informação INE Censo 2017. Numero de Habitantes por Imóvel, por Quarteirão. Valparaíso Chile.*



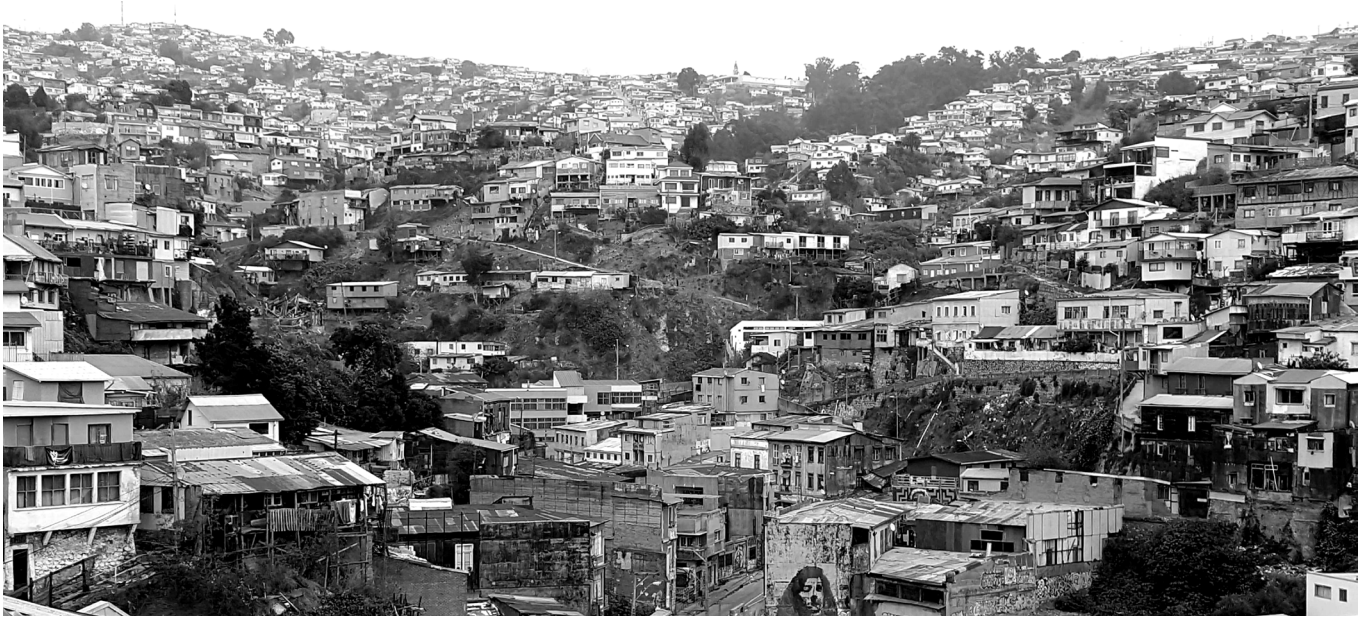


Figura 179. *Bairro Porto e Cerro Toro. Valparaíso 2018. Chile.*

que, o acesso à habitação se dá atualmente através do arrendamento, colocando uma grande percentagem da população dos Cerros numa situação fragilizada. Em muitos, ou grande parte destes bairros, inseridos no centro histórico de Valparaíso, os habitantes não são proprietários (Figura 172) e para agravar, o nível de investimento do Município de Valparaíso é extremamente reduzido. Sobre estes parâmetros, a ação espontânea fica praticamente eliminada visto que os utilizadores não exercem nenhum controlo sobre o seu espaço. Qualquer intervenção arquitetónica que ignore a situação legal e económica dos habitantes do entorno próximo, desconsiderando se estes são proprietários ou inquilinos, trabalhará diretamente a favor dos valores do mercado. Qualquer reabilitação, renovação ou instalação pode facilmente despoletar um processo de valorização do território e dos imóveis no mercado, prejudicando diretamente os seus habitantes. Perante esta realidade, a intervenção espontânea dos assentamentos informais, é por comparação, mais auto determinante que a política formal, contudo desfavorecida e desprotegida pela entidades reguladoras. Se não for possível incluir na política pública, os fenómenos espontâneos baseados na autogestão e na autoconstrução do território, e caso se continue a valorizar o proprietário acima do habitante, as iniciativas da população

O caso único de Valparaiso

Placemacking

332.*Cirugeda, S. (Agosto de 2019). Entrevista realizada por autor.(CD) Madrid Espanha.*

333.*Schneider. T; Till. J; Awan. l. (2011). Spatial Agency. Other ways of doing architecture. Introduction. 1° Ed. London. Routledge; .P.12 ISBN-13 978-0415571937*

334.*Cirugeda.S. (Agosto de 2019). Entrevista realizada por autor.(CD) Madrid Espanha.*

335.*IBIDEM.*

serão sempre ações dilaceradas.

Apesar das discrepâncias, o governo foi capaz de reagir à disseminação da pobreza: o território é dividido pelas Juntas de Vizinhos, existem varias leis que regem a participação cidadã, assim como financiamento para a reabilitação de imóveis, áreas verdes e apoios à habitação. Contudo, perante a situação local de arrendamento, caso aquele determinado território seja incluído nos planos especulativos do mercado imobiliário e turístico da cidade, a rede de habitantes que nutre o lugar desaparece.

Apartir da experimentação da produção do espaço no Cerro Cordillera, dando uso aos mecanismos informais e populares de colmatação das deficiências, (autogestão e autoconstrução), o coletivo RE atingiu o que seria o seu propósito inicial: a construção de estruturas e equipamentos urbanos e a operacionalização das mais-valias das redes humanas locais. Após esta investigação é possível formular uma crítica a essa prática. Se o intuito do estúdio era trabalhar diretamente com aquela rede de habitantes, sendo eles o valor patrimonial que se pretendia proteger, qual deveria ter sido o nosso papel?

Figura 180. *Morfologia peninsular típica dos Cerros de Valparaíso. Cerro Arrayan. Valparaíso 2018 Chile.*

Figura 181. *Ruina do edifico na atual Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. 2012.*

Figura 182. *Renovação da Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile 2012.*

Figura 183. *Concurso Placemaking Proposta de renovação da Praça San Agustin. Coletivo Agora 21. Cerro Cordillera Valparaíso. Chile. 2017.*

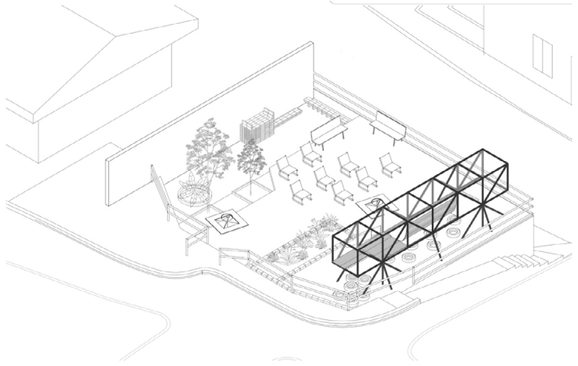


Figura 184. *Concurso Placemaking. Avanço da Proposta. Coletivo Agora 21. Cerro Cordillera Valparaíso. Chile. 2017.*

Figura 185. *Concurso Placemaking Início da Construção. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 186. *Concurso Placemaking. Chamado à participação. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017*

Figura 187. *Concurso Placemaking. Chamado à participação. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 188. *Concurso Placemaking. Fase de destruição. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 189. *Concurso Placemaking. Fundações. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 190. *Concurso Placemaking. Elevação da Estrutura. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 191. *Concurso Placemaking. Inauguração. Obra incompleta. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017.*

Figura 192. *Abandono do projeto pelo estúdio Agora 21. Projeto Continuado pelo Coletivo RE. Cerro Cordillera Chile. Março de 2018.*

Figura 193. *Coletivo RE. Cobertura da Estrutura. Cerro Cordillera Chile. Março de 2018.*

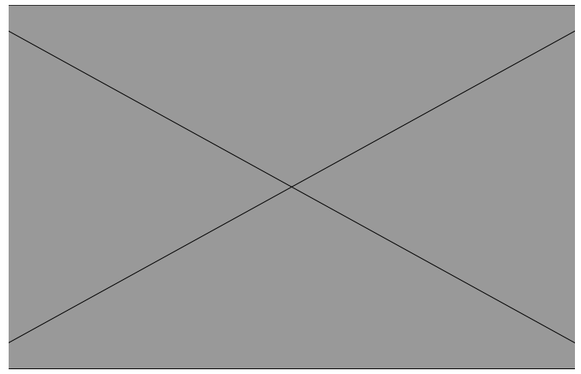


Figura 194. *Coletivo RE. Cobertura da Estrutura Terminada. Cerro Cordillera Chile. Maio de 2018.*

Figura 195. *Coletivo RE. Delimitação de áreas lúdicas. Reciclagem de Material. Cerro Cordillera Chile. Maio de 2018.*

Figura 196. *Coletivo RE. Reciclagem de Material,de outras obras. Cimento. Cerro Cordillera Chile. Maio de 2018.*

Figura 197. *Coletivo Re. Evento. Chamada à participação para seleção de estruturas lúdicas.*

Figura 198. *Coletivo Re. Evento. Chamada à participação para seleção de estruturas lúdicas.*

Figura 199. *Coletivo Re. Evento. Chamada à participação. Seleção de estruturas lúdicas.*

Figura 200. *Colectivo Re. Evento. Desenho e Seleção de estruturas lúdicas.*

Figura 201. *Coletivo Re. Construção das Propostas selecionadas. Cerro Cordillera. Junho de 2018.*

Figura 202. *Coletivo Re. Voluntariado. Chamada à construção. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

Figura 203. *Coletivo Re. Voluntariado. Instalação de Estruturas. reciclagem de Redes do Porto. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

Figura 204. *Coletivo Re. Obra terminada. Outubro de 2018. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

Placemacking

O nível de intervenção permitido às arquiteturas participadas, dependentes maioritamente de financiamentos públicos, demonstra-se, transversalmente a todos os níveis, insuficiente: *"Si la política decide que los alternativos solo hagan espacio público nos han ganado la guerra."*.[332] Pequenas instalações de valor público não alteram o paradigma atual de relações verticais nem colmatam os problemas fundamentais que atingem hoje grande parte da sociedade, como propriedade, saúde, educação, habitação, serviços e infraestruturas. A arquitetura que se diz alternativa deixa-se corromper pela oportunidade de actuação, adquire formatos tangenciais aos problemas fulcrais da sociedade. *"The alternative is necessarily reactive to the norm, and thus remain in thrall to it"*.[333] Os técnicos posicionam-se no mercado, mas é necessario rever os fundamentos da verdadeira produção social do Habitat. Apesar da capacidade que os arquitetos e os urbanistas têm para moldar o território, a arquitetura considerada alternativa é hoje contratada para as pequenas intervenções do espaço público, com valor social reduzido e mínimo impacto no nível de vida do seu entorno imediato. *"Están decorando la política especulativa que tienen ellos."*.[334] disse firmemente Santiago Cirugeda numa entrevista realizada a Agosto de 2019. Segundo o arquiteto, é necessário rever o papel dos arquitetos em contexto social e promover a transição, de técnicos encarregados das pequenas intervenções urbanas de reduzido impacto, ou ao serviço da especulação, para agentes em vigilância dos deficits fundacionais do habitar e assistentes das necessidades dos habitantes. *"Hemos dejado à los guay alternativos para hacer placitas canchitas de futbol, pero edifícios no. Tu eres hippie? Haz una canchita buena , o una placita, escuelas no tu no , edificos públicos tampoco, vivienda tampoco. Para qué he estudiado yo edificación y estructura ?"* [335]

Esta reflexão viria a ser paradigmática ao processo que se experienciou no Cerro Cordillera com o Coletivo RE. A 29 de Agosto de 2017, foram oficialmente anunciados os vencedores do concurso Placemaking Latinoamérica para a cidade de Valparaíso, Chile. O concurso, aberto a estudantes de arquitetura ou técnicos formados propunha que as várias equipas desenhassem e deliberassem uma proposta de intervenção para um dos cinco espaços escolhidos na cidade. Dos cinco espaços escolhidos, apenas um se encontrava inserido nos "Cerros" da cidade, nomeadamente no Cerro Cordillera. O concurso foi organizado pela ONG Espacio Lúdico e patrocinado por três empresas filantrópicas, Project for public space, Fundación Avina y Comunidad CivicWise. As bases do concurso priorizavam intervenções *"Lighter, Cheaper,*

O caso único de Valparaiso

Placemacking

336.*Placemaking. (2017). Llamado a Acciones. Concurso de Innovación urbana Ciudadana.*

Quicker".[336] Contudo particularmente no Cerro Cordillera a proposta tinha de ser avaliada pela Junta de Vizinhos responsável pelo território. Esta diferença revelou-se ser fundamental, pois a proposta escolhida seria a solução mais perene.

O concurso internacional esteve aberto mundialmente e concorreram 80 propostas. Sendo que o conjunto de espaços selecionados localizavam-se na sua grande maioria na zona metropolitana da cidade, conhecido como *El Almendral*, as intervenções do concurso Placemacking não se direcionavam a um público delimitado de vizinhos ou habitantes, mas a espaços da cidade, vazios em urgente necessidade de renovação. Estando inseridos na área metropolitana, estes eram cruzados diariamente por um público em permanente deslocação trabalho-habitação urbana. Estes espaços (área comercial, ou serviços onde poucos habitantes residem) não implicam imediatamente uma invasão territorial. Não são permeados por uma rede social local, são espaços de transição. O concurso, privilegiou um formato efémero e experimental, construindo e catalogando experiências de intervenção sem realmente, pretender transformar os lugares, ou construir soluções permanentes. Atualmente o *Almendral* e o *Barrio Puerto*, os dois centros económicos da frente marítima de Valparaíso, são vazios humanos. Contudo, a direção do concurso decidiu "experimentar"

e abrir um quinto espaço de intervenção num lote abandonado do Cerro Cordillera.

É necessario referir que este processo (no qual participei), foi executado por dois estudios antagónicos: Agora 21, que ganha a proposta de intervenção e abandona a obra após a finalização do concurso, e o Coletivo RE que continua a obra posteriormente e sobre conduta informais.

A proposta Inicial foi apresentada pelo estúdio Agora 21 na Junta de Vizinhos n.°169, diante de 15 habitantes. Estão incluídos nesta Junta, segundo os censos de 2017, 481 pessoas. O primeiro contacto com os habitantes do território deu-se nesse dia. A proposta tinha sido deliberada, construída e finalizada sem a presença, ou sequer uma conversa com os habitantes do cerro Cordillera. Para a formulação da proposta, o grupo em questão realizou apenas uma viagem ao terreno e encontrou um lote vazio cercado por uma guarda metálica. A praça aparentava já níveis de degradação e desapego. As plantas daninhas davam ao lugar uma manta verde que cobria quase a totalidade do espaço não cimentado. Os vizinhos tinham culturalmente aceite a esquina deste lote murado entre a via Castillo e uma pequena transversal que unia com a rua Canal, como ponto de acopio de lixo, deliberadamente abandonado no passeio público sem qualquer estrutura que o recebesse. A quantidade de lixo ultrapassava a altura da guarda metálica, transpondo-a e acumulando resíduos dentro do parque infantil. A noite trazia a insegurança sendo este um lugar pouco iluminado e inseguro. Graças à intervenção popular de 2012, a praça já se encontrava equipada com um conjunto de estruturas lúdicas instaladas pelos vizinhos. Existiam vários jogos infantis, cada um deles devidamente ancorados ao solo com estruturas metálicas, pensadas para durar. o espaço tinha uma massa arborea algo raro no centro regulado da cidade. Tinham sido plantadas no ano de 2012 graças à intervenção popular e já ultrapassavam os quatro metros. Os muros estavam cobertos de murais. Era possível observar um esforço, espontâneo e incremental, de revitalização de um espaço privado abandonado.

A intervenção dos habitantes do cerro Cordillera, ainda que humilde, continha uma lição poderosa: a propriedade quando abandonada, tem consequências muito graves para o entorno próximo, e ocupada pode ter um valor coletivo e desenvolver uma atividade social e cultural. Os habitantes do cerro Cordillera evidenciam desta forma que existem outras formas de desenvolvimento. *"Public space is by definition, space used by those who do not individually control it.(...) Entering the public realm from private*

Figura 205. *Imóvel abandonado onde hoje existe a Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. 2010.*

Figura 206. *Imóvel abandonado onde hoje existe a Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. 2012.*

Figura 207. *Limpeza e recuperação do espaço pelos habitantes. Cerro Cordillera. Valparaíso. Setembro de 2012.*

337.*HABRAKEN, N, J. (1998). The structure of the ordinary. Form an Control in the Built Environment. The MIT Press. Massachusetts. USA página 158. ISBN: 9780262082600*

338.*IBIDEM. P.127*

339.*RadioPodcast. (2017). Termitas causan estrago en conjunto habitacional de placilla (Video) TELE13.Valparaíso.*

340. *RAMOS, P. (Janeiro 2015). Más 13 mil millones en daños por termitas. El Mercurio.(noticia).*

341.*Decreto 458; Decreto con Fuerza de Ley 458. (2019). Ordenanza General de Urbanismo y Construcciones. Ministerio de Vivienda y urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile, Artigo 9.*

342.*IBIDEM. Arigo 1.1.2°*

space is fundamental right: the door to public space is always open, and there must always be a public space we can move out to. In doing so, one is still on "home stuff" [337] A partir desta premissa, o estúdio separa-se de propensões efémeras e decide, com os recursos disponíveis, desenvolver uma proposta em sintonia, e de continuação, com a intervenção anterior. *"Territory is defined by acts of occupation. Form as such, does not yet come into play. A corresponding space formed by physical parts is not required for territorial space to exist. All that is needed is an agent exercising spatial control"* [338]

Antecedentes do Concurso

O século XIX e a independência do Chile abriu o porto de Valparaíso a todos os tipos de investimentos estrangeiros. A cidade, como parte fundamental da rota marítima, presenciou, milhares de transações comerciais entre a Europa e os Estados Unidos e tornou-se uma paragem obrigatória para os carregamentos que transitavam desde a Europa; pelo Estreito de Magalhães e pela costa ocidental Americana. Por essa razão, ao estudar os modelos construtivos da cidade, observamos recorrentemente, alvenaria e "balloon frame", técnicas populares nos Estados Unidos, e que se encontram presentes noutros portos Sul Americanos. As técnicas de alvenaria, reservou-se para edifícios comerciais e públicos. Para habitação o

sistema “balloon frame” foi o mais usado. A madeira era maioritariamente importada como carvalho e pinheiro de Oregon, permitindo construir imóveis com maior segurança contra os violentos tremores de terra. As empresas sediadas no país importavam regularmente dos Estados Unidos, carvalho americano, pinheiro Branco, cedro Vermelho e nogueira.

Atualmente Valparaíso sofre as consequências da degradação de cada imóvel, um processo maioritariamente acelerado pela presença de espécies invasoras, devoradoras de madeira como as térmitas. Presente em forma de praga o grande número de edifícios abandonados permite que o inseto possa proliferar.[339] Até ao ano de 2015 foram identificados mais de 400 edifícios públicos e privados afetados pela praga, com danos qualificados em 13 mil milhões de pesos chilenos (14 milhões de euros atualmente). *“Además, también se ha detectado la agresiva actividad de estas criaturas en cerros como el Cordillera, donde los daños son cuantiosos. Incluso, hasta algunos postes telefónicos evidencian el paso de los insectos.”*[340] A praça San Agustin, um dos cinco espaços do concurso Placemakingn, era até ao ano de 2012 quando se reabilita o Ascensor San Agustin, um imóvel em ruína. Este lote tem uma história mais antiga que o concurso. Foi palco de uma primeira reabilitação (informalmente realizada pelos habitantes) incitada pela reabilitação do ascensor San Agustín.

O lote privado esteve abandonado por 20 anos, no entanto com a reabilitação do Ascensor San Agustin em 2012, o edifício tangencial, na Figura 206, abandonado e em total ruína ganhou atenção do Governo, visto que prejudicava profundamente a imagem do imóvel em restauro. Nesse mesmo ano e graças ao apoio do Município com veículos e maquinaria, e com ajuda dos vizinhos, os destroços do edifício foram retirados deixando o lote vazio.

“Propiedad abandonada»: el inmueble no habitado que se encuentre permanentemente desatendido, ya sea por falta de cierros, protecciones adecuadas, aseo o mantención, o por otras circunstancias manifiestas de abandono o deterioro que afecten negativamente su entorno inmediato.”.[341]

“Las Municipalidades podrán intervenir en las propiedades abandonadas, con o sin edificaciones, que hayan sido declaradas como tales, sólo con el propósito de su cierro, higiene o mantención general, conforme a lo dispuesto en los incisos siguientes. El costo que las obras impliquen para el municipio será de cargo del propietario, pudiendo el municipio repetir en contra de éste.”.[342] Foi necessário o desabamento do imóvel e a reabilitação do ascensor para confluir, tanto os interesses do município como os habitantes, na limpeza e reformulação do lugar. Por lei o Município

343.*MASSAD, F. (Fevereiro de 2016). La viga en el Ojo. Aravena, la autoconstrucción de una infamia. (web blog post) ABS Blogs.*

pode intervir nos espaços considerados abandonados, contudo apenas com um projeto público aprovado é possível expropriar um lote privado. Por desinteresse das entidades públicas, a transformação do lugar em área verde ficou a cargo dos habitantes.

Estúdio Agora 21

Entre a data de 29 de agosto de 2017 e 8 de Outubro de 2017 (primeiro dia de intervenção física) o projeto é repensado de modo a melhor enquadar com as premissas fundamentais do discurso com o qual obtivemos a seleção. Fortifica-se a perenidade da obra e desenvolve-se uma proposta mais sincronizada com a intervenção popular de 2012. Contudo, ao mesmo tempo, a obra ganhava um sentido mais icónico. Parecia não interessar tanto o desenredo integral do processo. A proposta reduziu de 6 metros de altura para 3 metros sendo que os seus utentes nunca estariam a mais de 1.5 metros de elevação em relação ao nível do solo. A estrutura de andaimes foi substituída por uma estrutura metálica de perfil circular. O objetivo passaria agora por investir todos os recursos na construção de um estrutura metálica treliçada, paralelepipédica, com 18 fundações. Ignorávamos se existiriam recursos para a instalação de outros equipamentos, nomeadamente jogos. Essa colocação estratégica dos recursos foi um ato

Figura 208. *Instalação de estruturas lúdicas recicladas pelos habitantes. Cerro Cordillera. Valparaíso. Setembro de 2012.*

irresponsável, ingénuo e experimental. Uma visão da obra a partir da imagem, procurando construir o objeto mais icónico possível, ignorando se algum dia, existiriam os recursos para completar a estrutura. Assim, como na polémica obra de Adeyemi, o ego formal do arquiteto obstruiu a possibilidade de um projeto sensível ao contexto.

"detesto a alguien que puede sugerir que «con el diseño adecuado, las favelas y asentamiento informales ya no son quizá el problema sino que hoy son quizá de hecho la única solución posible". [343]

Em outubro de 2017 inicia-se a construção do projeto. Por incapacidade física, e por desorganização, esgotam-se os recursos antes de terminar a construção. Várias etapas demonstraram a incapacidade do estúdio "Agora 21" para executar a obra. Os Perfis metálicos de 7.5 cm de diâmetro não permitiam às crianças agarrar a estrutura, reduzindo a segurança e aumentando exponencialmente o verdadeiro valor que seria necessário. Os perfis foram encomendados de Santiago, aumentando drasticamente os recursos para o seu transporte. Contratou-se uma empresa responsável pela soldadura que exigia 50.000 pesos diários. A agência de arquitetura compreendeu durante o processo que um dos vizinhos da praça era soldador há mais de 40 anos, e que a sua filha brincava nesse espaço. Em três momentos distintos, este vizinho (conhecido localmente como Pato) ajudou na construção da obra, e emprestou o seu equipamento. Por se tratar de um trabalhador informal, a equipa decidiu não depender do Vizinho.

Socialmente o processo permitiu a inserção dos habitantes na construção, organizando fins de semana comunitários. A rede social que se estruturou em torno do evento, permitiu aliviar o esforço necessário, redistribuindo tarefas. Os habitantes encarregaram-se de organizar as atividades, convocando os habitantes e organizando a logística do evento. O formato de trabalho estendeu o nível de afeção a vários agentes, maioritariamente habitantes e utilizadores que confluíram neste momento acelerado e vertiginoso de reconstrução de um lugar. O grupo não dispunha de ferramentas ou meios para a construção do projeto, portanto o processo viu-se influenciado pelo contacto com os habitantes que participaram no projeto, e pela informalidade que tingia o modo de atuar. De forma espontânea e informal, a estrutura deslocou-se do limite Sudeste tangente do mirador para o limite sudoeste, valorizando o miradouro. A grade nunca se alterou, propostas como retirar a massa verde e pavimentar o solo, foram obliteradas. O projeto não serviu mais do que para instigar o diálogo: os meios disponíveis obrigaram (felizmente) a atuar de forma pragmática e conservar os recursos para

Reviravolta

344.*Bélem. C.(Novembro de 2019). Entrevista por autor, coordenadora do projeto CasaalRevez. (Gravação Audio.CD) Valparaíso. Chile*

o que se considerou fundamental intervir.

Quando o concurso finalmente finalizou a 8 de Novembro a obra não estava finalizada. Tanto o estúdio Agora 21 como a ONG Placemaking abandonaram o projeto. A incorreta gestão dos recursos por parte dos particulares deixou em Dezembro de 2017 a obra por terminar. Os equipamentos lúdicos que a praça já dispunha, não foram reinstalados e o projeto cessou por 5 Meses.

Reviravolta

A estrutura metálica encontrava-se parcialmente construída. A fase anterior, vinculada ao Projeto Placemaking, permitiu interagir com os modos de construção local, fundamentadas na ação direta, na organização espontânea e na ajuda mútua. É, contudo na sua segunda etapa que o projeto depende fundamentalmente dos três parâmetros anteriores, mas também da reutilização de materiais e do reaproveitamento inteligente de recursos. Nesta etapa os grupos de indivíduos vinculados à continuação da obra foram maioritariamente estrangeiros que residiam no bairro. Com a perda da participação, os ânimos desmoronaram-se ferozmente. A Junta de Vizinhos n° 169 desmembrou-se. Os coletivos do cerro interessados até ao momento no valor político da intervenção, desvaneceram. Com a desilusão dos habitantes, e o desinteresse

Figura 209. *Coletivo RE. Material Doado. Praça San Agustin. Maio de 2018. Cerro Cordillera. Valparaíso.*

das agências coletivas locais, a comunidade não tinha uma estrutura de trabalho, nem encontravam conforto na ideia de ajudar um projeto promovido por estrangeiros. Para piorar, já não existiam fundos monetários para a continuação do projeto. Os jogos que anteriormente existiam, não se encontravam instalados e proliferou um ambiente de desilusão. O grupo informal de indivíduos que apoiou a construção do projeto estruturou-se sob a forma de agência. As lições retiradas dos paradoxos da informalidade, as suas nuances e espírito volátil obrigaram os agentes do coletivo a estruturarem-se segundo um conjunto de premissas fundamentais: a ação direta, o apoio mútuo, o trabalho em rede, a procura e reaproveitamento inteligente de materiais e a busca do saber fazer.

Sem recursos e equipamentos para realizar fisicamente as obras, o trabalho de construção dependia permanentemente do apoio local. Perdendo a dimensão participativa, o projeto ganhou um formato mais introspetivo e os meses que acompanharam a construção e finalização da obra permitiram absorver a experiência de interação com o bairro. O processo e as circunstâncias alteraram fundamentalmente os modelos de ação visto que os agentes do coletivo estavam desprovidos dos recursos necessários para a execução da obra. Os meses seguintes deram lugar a uma miscigenação dos conhecimentos formais (mecanismos de observação e desenho), com as sinergias informais. Esta transição de um modelo baseado nas metodologias formais de pensamento e desenho para metodologias miscigenadas entre a agência de arquitetura e a cidade informal decorre ainda atualmente. A obra foi terminada. Através da capitalização do que Roy (2011: P.227) chama de capital morto (empreendorismo e material reutilizado), graças à boa vontade dos habitantes do Cerro Cordillera e ao apoio do Coletivo RE a praça San Agustin foi terminada agora com aspeto mais incremental, que o esperado.

Casalrevés

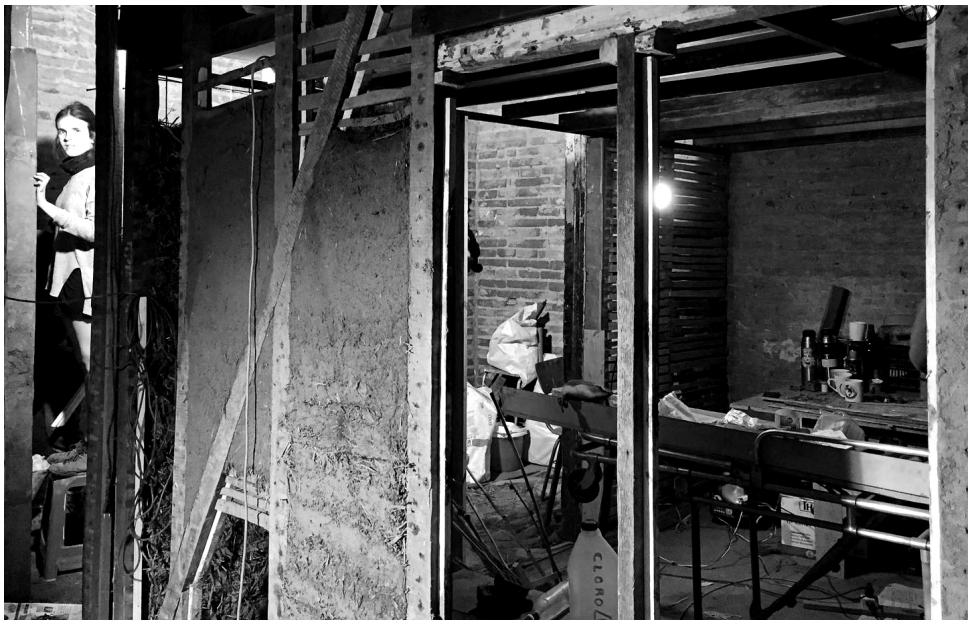
Em Março de 2018, surge a possibilidade para o Coletivo RE de reabilitar um edifício de três pisos, no Cerro Cordillera. Este imóvel com mais de um século está localizado no centro histórico da cidade, entre as ruas Villagrán e Purcell, e tangencial à área considerada património da Humanidade da UNESCO. O edifício, em estado bastante degradado, mantinha a sua estrutura de carvalho, com qualidades antissísmicas, em excelente condição. Construído com técnica mista muito comum em Valparaíso: o edifício recorre a vigas de Carvalho e paredes de tabique preenchido com terra e palha.

O edifício encontrava-se em desuso.

Figura 210. *Colectivo RE. Instalaçao de Jogos. Praça San Agustin.Cerro Cordillera. Valparaíso. Junho de 2018*

O caso único de Valparaiso

Casalrevés



345.*IBIDEM.*

346.*IBIDEM.*

347.*IBIDEM.*

A estrutura mantinha-se intacta, e tinha recentemente visto a sua cobertura de uma água renovada. Excluindo o seu soalho, estrutura e cobertura, todos os outros elementos constituintes (canalização, fachada, paredes interiores, instalações, piso dos 3 andares, etc) precisavam ser retirados e reconstruídos. O processo inicia-se a meados do mês de Março de 2018. Deixado a cargo de uma equipa de 6 pessoas, o projeto pretende ser um exercício para a consolidação do coletivo de trabalho. O orçamento disponível para a reconstrução do edifício era suficiente, se este obedecesse a uma lógica construtiva baseada em materiais industriais, e mão de obra contratada e especializada, mas insuficiente para uma reabilitação das técnicas construtivas tradicionais. Este é um fenómeno muito recorrente em Valparaíso. As casas com grande valor patrimonial são demolidas e subtituídas por tecnicas industriais.*"Entonces finalmente, el presupuesto para la casa alcanzaba para poder hacer toda la reconstrucción que fuesse 100% formalizada, olvidando la técnicas de construcción, ancestrales.".*[344] Movidos pela vontade de aprender a recuperar um edifício e procurar formas alternativas de produção de cidade, este coletivo recém-formado encontrou neste projeto a possibilidade de colocar em prática o conhecimento adquirido e descobrir, a partir da práxis, o saber fazer das técnicas construtivas referidas. *"La segunda instancia es el conocimiento.*

Figura 211. *Coletivo RE. Inicio das obras na Casa Alrevez. Renovação de Parede de Tabique. Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2018*

Creo que eso es una de la cosas fundamentales dentro de esta informalidad, el saber hacer, por que estamos experimentando con muchas cosas, hay muchas que se saben pero que se saben por teoría(...)".[345] Catalina, aluna de reabilitação da DUOC de Valparaíso, encontra nesta experiência a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos na Universidade. As técnicas construtivas do imóvel foram desenvolvidas e utilizadas para a habitação popular por séculos, e a sua durabilidade e salubridade pode superar a construção industrial. Apesar das suas qualidades, a recuperação de imóveis patrimoniais requer um saber especializado, indisponível em quantidade e inacessível por preço. Faseadamente, estas técnicas construtivas foram abandonadas pelo uso de materiais industriais. Esta transição para técnicas, mais baratas e de rápida construção, provocaram o abandono da cultura construtiva local, a perda do saber fazer e a redução do número de ofícios artesãs. Unindo um sistema municipal incapaz de gerir os seus resíduos e uma transição a nível citadino da técnica mista por materiais industriais, o resultado é um excedente de madeira nobre que acaba nas ruas de Valparaíso.

Sendo o coletivo incorporado por estudantes de áreas ligadas à construção e à reabilitação, esta agência encontrou o objeto ideal para colocar em prática o seu conhecimento sobre composição, durabilidade e comportamento dos materiais reciclados, dando passo a uma correta recuperação e colocação em valor.

"El poder conocer el material y saber que tratamientos tiene que tener para que sea funcional, hace con que el reciclaje tenga sentido.".[346] O primeiro passo foi a correta reutilização, visto que, os materiais mais nobres são substituídos por técnicas construtivas industriais. Este material (madeira de carvalho) aparece repetidamente abandonado nas ruas de Valparaíso em grandes quantidades. Este fator permitiu a transição consciente do processo, de formatos comuns de compra de produtos industriais para a reutilização de materiais e reaproveitamento dos recursos abandonados pela mutação da cidade. O valor de um produto dependia desta forma da função que este poderia exercer e do processo de transformação ao qual se teria de submeter, avaliando o tempo e os recursos necessários para a sua correcta reabilitação. *"otra cosa que nos entregó la ciudad en cantidad fue madera. Esa madera normalmente la utilizamos para viga terminaciones, para ventanas, para terminaciones de muros, y en eso encontramos mucho, cosas que nos han donado, cosas que nos han traído a la casa y vendido a bajo costo, como por ejemplo la viga maestra del segundo piso es una viga de roble .Creo que en el mercado valdrá unos 70 mil Pesos casi 90 euros si no me equivoco y nos han vendido por 5 mil pesos.".*[347]

O segundo passo foi a abertura da obra à

Figura 212. *Coletivo RE. Obra executada incrementalmente.Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2018.*

348.*IBIDEM.*

349.*IBIDEM.*

350.*IBIDEM.*

participação externa, e a articulação de agentes interessados neste processo. A faculdade de reabilitação de Valparaíso-DUOC), foi convidada a participar e ajudar no processo construtivo. Segundo Catalina, (umas das intervenientes do projeto e membro do coletivo) era de todo o interesse que a faculdade participasse, tanto para o coletivo RE, pois permitia acelerar o processo de construção. Em contrapartida, a Faculdade colocava os alunos do curso de reabilitação em prática. Como mais-valia, a faculdade proporcionou todos os materiais incluídos dentro do sistema construtivo em estudo, o que permitiu reduzir para o coletivo, o preço da obra e acelerar a sua construção. A obra foi o núcleo onde estes dois agentes, o coletivo e a universidade encontraram o lugar de encontro, onde as necessidades de ambos se vincularam. A profissionalização do processo obrigou a uma organização da produção e as tarefas tiveram de ser calendarizadas e estruturadas de modo a que o maior número de alunos pudesse participar.

"Creo que fue una ventaja mutua, nosotros salimos ventajosos porque pudimos avanzar en la obra y reducir costos pero también hubo una ventaja para los estudiantes que fue poner en práctica, y lo digo por experiencia propia porque yo también hago parte de la escuela, de practicar, lo que nosotros practicamos en una pequena escala en un taller, y poder aprender a saber revocar un muro de tierra, y se realmente aprendieron una tipología constructiva

Figura 213. *Contrato com o Município. Delegação da gestão dos resíduos de Obras Municipais ao Coletivo RE. Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2020.*

, que es una verdadera ventaja(...).".[348]

O terceiro fator fulcral para a obra, proveniente da cidade foi a possibilidade de recuperar ferramentas em desuso. Em Valparaíso, duas vezes por semana, levanta-se na avenida Argentina, (principal via de acesso à cidade), uma feira popular de alimentos e equipamentos, onde é possível encontrar qualquer item. Nesse local a probabilidade de encontrar ferramentas a preços muito reduzidos, quer seja por estes estarem velhos ou danificados, é alta. A necessidade de aceder a estas ferramentas, não por falta de recursos, mas por inteligência económica e interesse pelo saber recuperar, agregou ao processo o conhecimento sobre reparação e recuperação. Graças ao estudo sobre a patologia dos materiais, a sua composição e um conhecimento básico sobre eletricidade, foi possível recuperar e acumular um número vasto de ferramentas e maquinaria de obra. Quando o problema que afetava a máquina era desconhecido, solucionava-se o problema com uma oficina local de reparação de ferramentas. Graças aos altos níveis de consumo da cultura chilena, a Casalreves foi completamente mobilada com equipamentos abandonados, quase sempre em condições de uso, mas com algum componente a reparar. Os níveis de consumismo e desperdício atingem patamares tão acentuados, que o equipamento sanitário do imóvel foi encontrado, novo e completo, abandonado no passeio da cidade. *"Entonces pensamos de qué manera podíamos bajar costos en ese sentido, y en eso nos encontramos con cuatro tazas en la calle. La empresa había desechado, no por mal estado porque están nuevas, pero porque eran verdes y ellos estaban pintando los banhos blanco.".*[349]

Apesar das qualidades criativas deste processo, para a linha de pensamento aqui desenvolvida resta saber se a Casalreves é uma solução ao sistema ou uma alternativa.

Partilhando a opiniao da Catalina, para quem esteve sempre rodeado, de modelos construtivos e disciplinas universitárias dedicadas ao estudo da arquitetura como disciplina da elite, vinculada a uma cultura material e a uma certa prática promotora da especulação imobiliária, o processo desenvolvido no projeto Casalrevez pode ser uma solução ao modo de ensino. Para a cidade, o projeto deixa de ser uma solução e passa a ser uma alternativa. Os indivíduos vinculados com o projeto, não eram devidamente pagos pelo seu serviço. O orçamento não era suficiente para construir um projeto através da reabilitação e ao mesmo tempo permitir pagar a 6 construtores.

"Creo que no, creo que para poder hacer requerimos de algo que nos es comprable y segundo es algo escaso, algo que no existe en abundancia que es tiempo y dedicación.".[350] O sistema montado pelos intervenientes, peca pela incapacidade de

Figura 214. *Instalação de Isolamento reciclado. Casa Alrevez. Coletivo RE. Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2020.*

351.*"Al final no es una solución, es una opción que viene de la alternativa, a una posible solución. Que es de que podemos hacer nuestras cas de forma alegal ilegal, y con reducción de los costos, costos que la industria te dice que tiene las cosas. El costo de la lavadora , el costo del lavaplato, la Viga, el costo de un azulejo, y todo eso requiere tiempo, y no solo tiempo pero requiere conocimiento. SI nosotros no contaramos con el conocimiento, no podríamos hacer grandes cosas de lo que estamos haciendo.Por ende no es una solución, creo que es una alternativa viable, en un contexto como Valparaíso"*

IBIDEM.

352.*Schneider. T; Till. J; Awan. l. (2011). Spatial Agency. Other ways of doing architecture. Introduction. 1° Ed. London. Routledge; . P.25 ISBN-13 978-0415571937*

replicabilidade. Ao apoiar-se substancialmente na reciclagem de vigas nobres da cidade, o colectivo depende num produto e numa fonte finita, um processo que, se um grande número de habitantes reproduzir os recursos seriam insuficientes. Partindo do princípio que a grande maioria dos habitantes seria incapaz por tempo e conhecimento de replicar o projeto, o impacto político seria mínimo, pois o sistema atual não é afetado nem posto em dúvida.[351]A casa será futuramente arrendada e apesar da generosidade do proprietário (permitindo que os membros do coletivo gerir o imóvel pelos próximos anos) nada garante que aquele projeto não será no futuro mais um exemplo de especulação imobiliária no centro da cidade.

Conclusão

O Projeto RE, onde se inclui a praça San Agustin e a Casalréves, conseguiu a partir de várias formas consolidar um trabalho fundamentado nas mais-valias da informalidade. O projeto monta um complemento prático ao estudo da arquitetura que consegue interagir e dialogar com o contexto onde se insere. Contudo, não foi capaz de lidar diretamente com os problemas fundacionais que empurram os habitantes para uma situação fragilizada. Confiou-se que o processo assente nas sinergias locais seria capaz de atenuar as dificuldades do Cerro

Figura 215. *Cooperação com a DUOC e o Departamento de Restauração Patrimonial. Cerro Cordillera. Valparaíso. Outubro de 2019.*

Figura 216. *Reabilitação das técnicas mistas. Cerro Cordillera. Valparaíso. Outubro de 2019.*

Cordillera e capacitar os habitantes.

Decididamente o projeto Re tem os meios para funcionar, assim como outras redes de atores conscientes do seu papel político e territorial espalhados pela cidade de Valparaíso. As suas práticas e os mecanismos que desenvolvem são capazes de observar e atuar na cidade de forma alternativa, mas não são capazes de substituir o paradigma atual, nem dialogar com a política pública disponível.

"The alternative marks itself through casting off the attributes of the centre, (...) as opposed to the possibility of assuming a hybrid stance that might keep those characteristics of the center that are still worthwhile or appropriate, but doing so in a manner that reframes them in new guises or with revised motivations". [352]

Antes de mais, é necessario entender que o projeto Re assim como outros formatos de economia popular, são pouco rentáveis e exigem tempo. Os intervenientes deste processo não têm garantido o suficiente para uma vida digna. O caso da Casalréves é exemplar nesse sentido, visto que reabilitar o edifício permite-lhes viver gratuitamente, mas o valor do seu trabalho era várias vezes mais valioso que a renda. Ou seja, os indivíduos do coletivo vivem com uma alta taxa de esforço.

O conjunto de práticas alternativas aqui defendidas pretende que os habitantes consigam, através de uma solução integral, aceder a bens, e serviços e mais-valias que

normalmente o modelo formal não permite. Se os modelos alternativos forem incapazes de se replicar pela complexidade da sua formalização, caso continuem dependentes dos desperdicios do sistema económico atual, os processos insurgentes da cidade não poderão exercer suficiente força territorial para exprimir-se como exercicio urbano coerente.

San Agustin e a Casalréves partilham um conjunto de características: a níveis diferentes são projetos que habitam nas porosidades, deambulam entre a legalidade e a ilegalidade, depende da reciclagem e de muita boa vontade. São atualmente irreplicáveis e insustentáveis. A casalreves é minimamente rentável para os que a constroem ainda que dediquem todo o seu tempo à construção. Seria justo pedir ou esperar que os outros habitantes da cidade realizassem o mesmo esforço? Estes projetos nasceram de um momento preciso onde os agentes fundamentais se articularam assim como os recursos e equipamentos, mas não são fenómenos capazes de multiplicar-se. Para complicar são ações muito desprotegidas que não permitem visualizar um futuro certo.

O caso da Praça de San Agustin revela-se fundamental para compreender o problema. O projeto foi finalizado, no entanto, no momento em que os recursos financeiros terminaram, a obra que deveria ser construida em 3 meses extendeu-se por 9 meses. Para complicar este lugar retorna a um

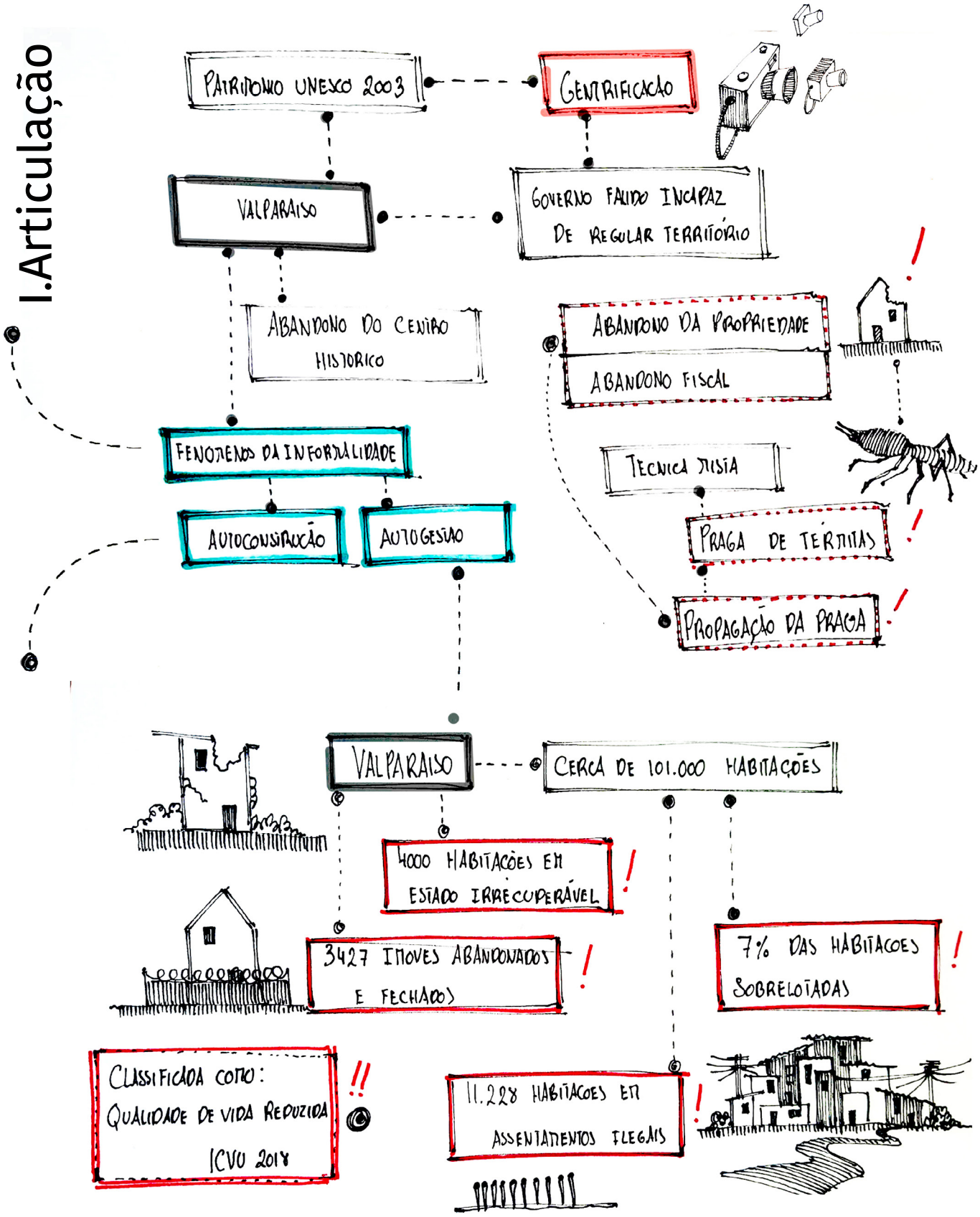
Figura 217. *Casal Revez. Coletivo Re. Etapa de terminação. Quarto finalizado com material reciclado. Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2020.*

Figura 218. *CasalRevez. Coletivo Re. Etapa de terminação. Cerro Cordillera. Valparaíso. Março de 2020.*

processo de degradação permanente por ser ilegal e não estar protegido por um conjunto de mecanismos e entidades responsáveis e dependentes do seu bem-estar. A lei não usurpa os terrenos aos seus proprietários e uma vez mais regressa a um abandono. Será justo imaginar um futuro onde os habitantes do bairro seriam obrigados a manter os espaços privados limpos permanentemente para obter areas arborizadas e equipamento urbano? É impraticável a constante degradação dos lugares e torna-se socialmente insustentável a longo prazo. Ao ignorar conscientemente, que como técnico, o arquiteto carrega consigo um papel preponderante para a organização e estruturação territorial, o seu trabalho resumir-se-à, à demanda institucional ou à produção de propostas de reduzido impacto social, ficando aquém do possível. O trabalho do arquiteto deve sustentar-se na durabilidade legal, formal e social do lugar. Apesar da praça San Agustín ter sido palco de uma vinculação humana, o lote permanece privado e a proprietária tem os seus impostos atualizados. No caso de que, o Cerro Cordillera seja alvo de especulação imobiliária (visto que já não existe um edifício com valor patrimonial no lote), o espaço está totalmente aberto para a compra e rentabilização com a construção de um imóvel para arrendamento. Legalmente os habitantes não poderiam refutar essa compra.

Antes de tudo, para o bem destas práticas alternativas é necessário reduzir o esforço que os seus intervenientes exercem e dota-los das ferramentas necessárias que garantam a consistência do projeto. Existem vários mecanismos de gestão urbana em Valparaíso capazes de dialogar com estas circunstancias: a ocupação, a autogestão, a usucapião, a expropriação, a concessão, o financiamento público e a autoconstrução assistida devidamente apoiada por assistência técnica. Talvez a justa articulação destes mecanismos seja um caminho viável.

I.Articulação



"El gran desafío de los países no es solo producir riqueza. Es distribuir-la." [353]

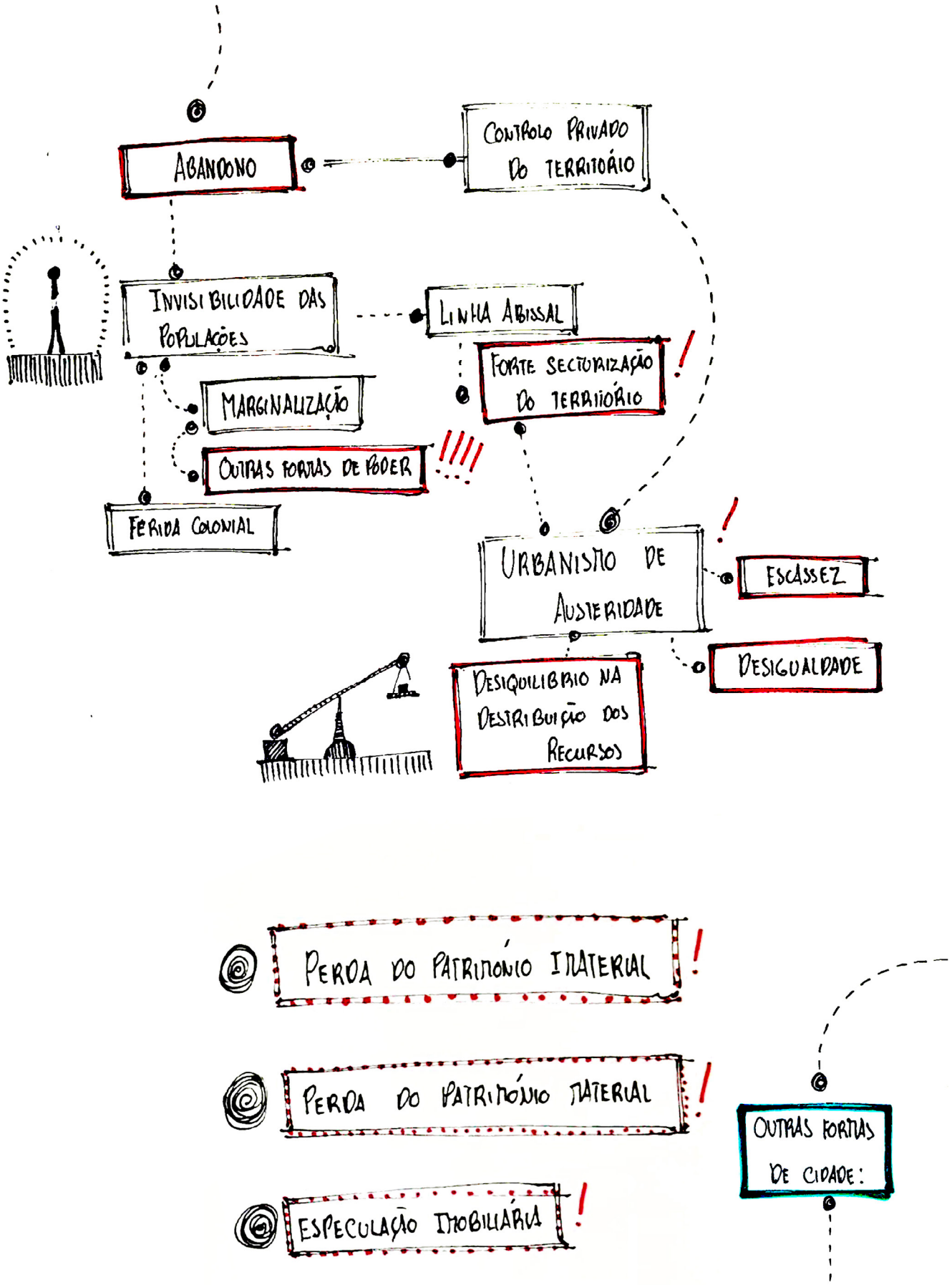


Figura 219. *Esquema. Contexto Sócio-económico de Valparaíso.*

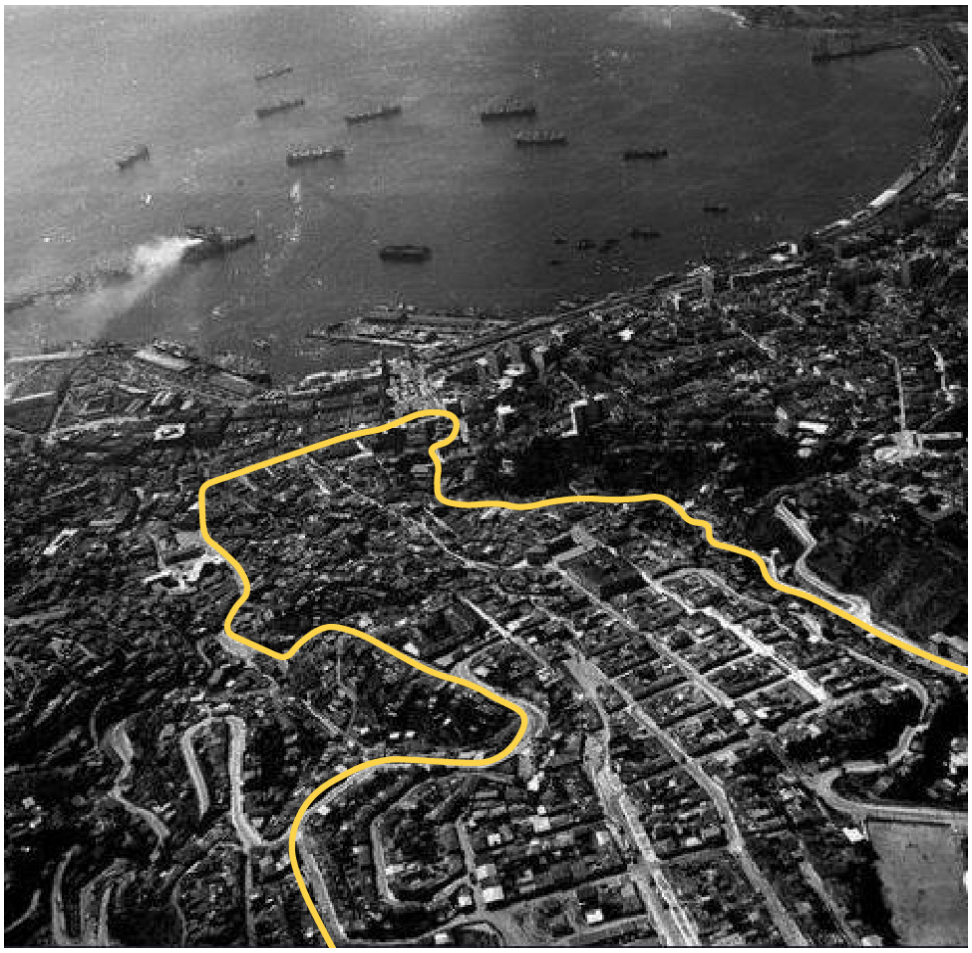


Figura 220. *Cerro Cordillera 1960. Valparaíso. Chile .*

Contexto, Conflitos e interesses

"Public policy should, by general agreement, minimize displacement.".[354] O leitor poderá questionar-se sobre a transição do estudo dos assentamentos informais e dos fenómenos da informalidade para um bairro inserido no centro histórico da cidade de Valparaíso. Apesar de, ao contrário dos assentamentos informais, o Cerro Cordillera ser uma área da cidade legalmente regularizada, com lotes e proprietários, o lugar apresenta os mesmos sintomas. Morfologicamente, pelo seu aspeto labiríntico, orgânico e decadente, sem o movimento que caracteriza o centro histórico de Valparaíso e com uma escala mais reduzida, automaticamente o transeunte sente que entra num outro espaço, com regras diferentes das da cidade formal. Graças a essa sensação, o observador compreende que se trata de outra construção social, visto que este outro lugar obedece a outro conjunto de regras. O seu aspeto contorcido não aparenta ser apenas a consequência da topografia local, mas um exercício de proteção. As ruas estreitam-se ao

353.*CNTV. (2014). La Copia Feliz del Éden. Una Mirada a la Historia Social de Chile 1810/2014. Ciudad Y VIvienda.*

354.*Peter Marcuse. (1984). To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts. em: New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4,pp. 931-952. P.931*

ponto de não entrar uma viatura, e contorcem-se adquirindo um formato orgânico. Há um sentido de perda de orientação, deixa-se de ver o oceano e não existem dois lugares iguais. A paisagem urbana está cheia de elementos bizarros e entra-se num lugar alterno à realidade. Aprofundando o estudo das componentes legais e sociais do bairro, as definições atribuídas aos assentamentos por parte da UN-Habitat parecem enquadrar-se com Cordillera. Os habitantes de Cordillera não são os seus proprietários. O bairro Porto é um dos lugares da cidade com maior percentagem de núcleos familiares em condição de arrendamento, expondo diretamente a população ao despejo, e à especulação. Encontramos, disseminadas pelo bairro, habitações ilegais construídas nas escarpas da colina. Proliferam edifícios autoconstruídos com formas bizarras elaborados de forma incremental. Alastram-se pela vista um número infindável de habitações abandonadas, degradadas, dilaceradas. Os proprietários abandonaram os edifícios e deslocaram-se para outras áreas como Santiago e Vina del Mar, e os habitantes que mantiveram no local, não dispõe dos recursos para recuperar a sua casa. O bairro tem acesso aos serviços básicos, como água, eletricidade e infraestruturas, contudo estão ausentes outros elementos fundamentais à vida humana, como áreas verdes, cultura, transporte, recolha de resíduos, comércio, clínicas de saúde, segurança. O Cerro Cordillera demonstra indícios de segregação socioespacial, visto que outras áreas da cidade estão devidamente atendidas. Ao longo dos anos, o Cerro recebeu pouco investimento público, tanto em equipamentos como em obras de requalificação. As ruas estão dilaceradas, os habitantes são maioritariamente pobres e de reduzido estudo. O bairro representa um exercício de poder popular. As entidades governamentais exercem um poder territorial muito reduzido e estão praticamente ausentes da vida do bairro. Todos os acontecimentos, bons ou maus, são levados e organizados de forma isolada pelos habitantes, são eles que moldam incrementalmente o seu espaço. Então o Cerro Cordillera, assim como os assentamentos informais, suporta diariamente as consequências de um reduzido nível de vigilância e é atualmente palco de violência e de repressão.

Ao contrário dos assentamentos na periferia, a mais-valia económica do Cerro é a sua localização, visto que se insere no limite do plano comercial da cidade e do porto. Pela condição socioeconomica dos seus habitantes, a sua localização é agora a sua maior ameaça. Se observarmos a cidade sobre um espectro de abandono é possível incluir todos os territórios numa mesma escala. Na sua publicação, "Gentrificación Control", Peter Marcuse, advogado e urbanista alemão, explica que, numa sociedade injusta, o abandono e a

gentrificação não são dois extremos da mesma realidade, mas dois fenómenos interligados. Estes fenómenos ocorrem conjugalmente como consequência da concentração de investimento, da desregularização do território, da hierarquização da população, da mercantilização da cidade e da inoperância governamental. Estando a cidade legalmente desprotegida e dependente do investimento privado, o governo não tem controlo sobre a transformação da cidade. O fenómeno de gentrificação, reduz o número de residentes contínuos, a favor do turismo, ou substitui os residentes de um certo estrato económico por outro estrato mais elevado. Segundo este padrão de desenvolvimento, o património construído é mais valorizado que o património humano e cultural. *"Displacement occurs at both ends of the spectrum of spatial change in the city: abandonment and gentrification."*[355]

Para Peter Marcuse, e observando o bairro a partir da sua gentrificação e abandono, as causas são maioritariamente económicas, mas sucedem, onde a lei é incapaz de atuar. A sociedade, influenciada diretamente pela prevalência de ideais capitalistas como a mercantilização liberal da habitação, permitem que prevaleçam formas de sociedade injustas.[356] O problema intensifica-se quando o império imobiliário e o poder público alinham os seus planos territoriais aumentando brutalmente a sectorização territorial.

355. *IBIDEM. P. 931*

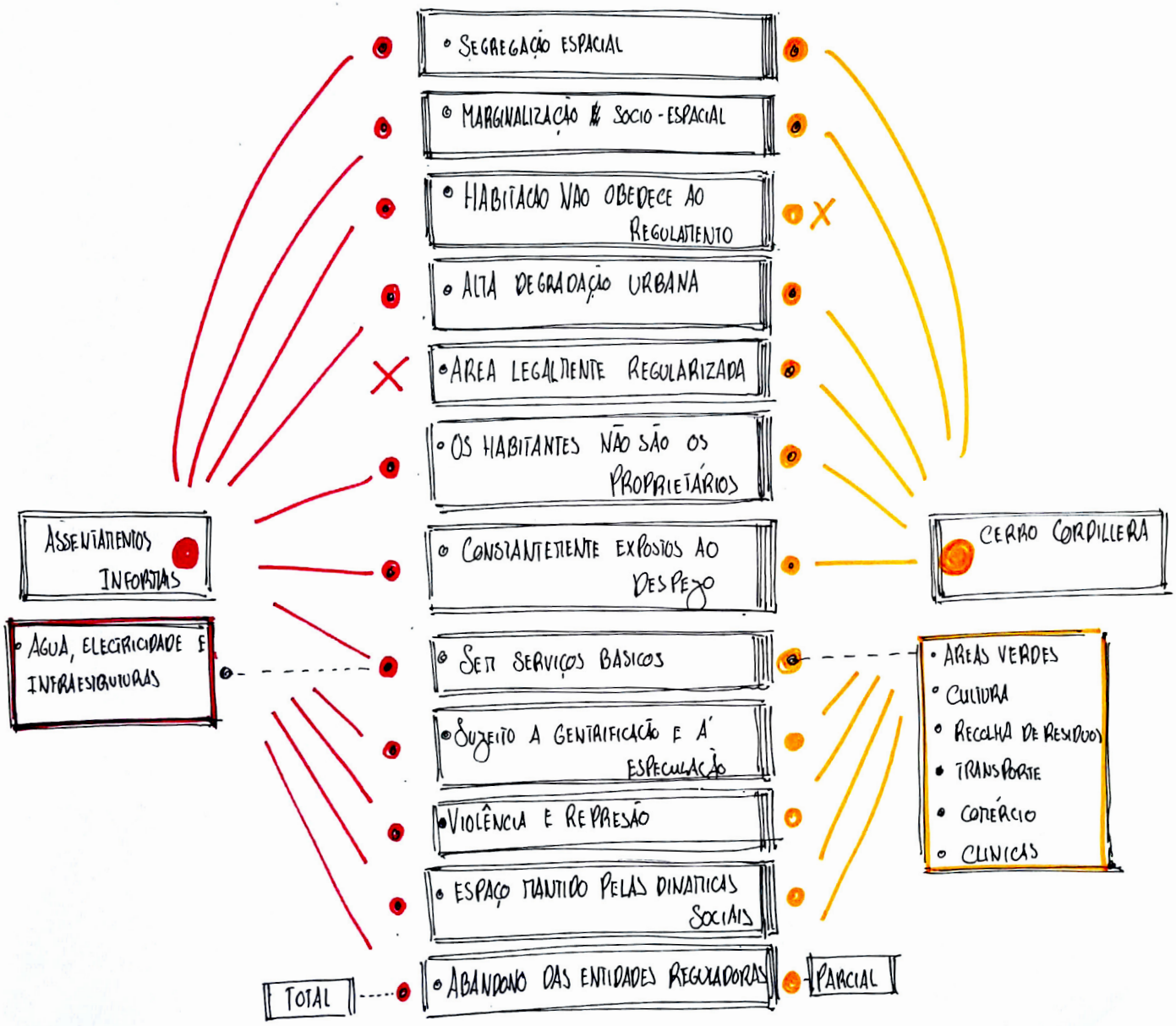


Figura 221. *Esquema. Semelhança dos fenómenos de Cerro Cordillera e os Assentamentos Informais.*

Articulação

Contexto, Conflitos e interesses

356. *"The factors that have led to the present situation can be summarized briefly. They include: the shift of the economy from manufacturing to services; the concentration of control and management; the multiplying international linkages of business; the proportionately increasing use of managerial, professional, and technical personnel and the decreasing reliance on unskilled manufacturing and service workers; the increasing economic polarization of the population; the expanded needs of business for downtown commercial and office space; and the tendency of the government and the real estate industry to follow and accentuate the results of these processes at the residential and neighborhood levels. These trends are experienced in urban centers nationwide and are likely to continue in the foreseeable future."*
IBIDEM. P.932

357. *IBIDEM. P. 933.*

"At the same time, the willingness of government to comply with the wishes and preferences of those most decisive in the private market has never been greater. Public expenditures in areas of widespread abandonment are being reduced, while they are being increased in areas of gentrification." [356] Os habitantes de Cordillera estão desarmados politicamente, visto que o Chile privilegia enormemente os proprietários. Caso o habitante não seja o proprietário da terra qualquer intervenção ou ação complexifica-se. Não é coincidência que o primeiro objetivo identificado pela UN-Habitat para o desmantelamento dos assentamentos informais seja a segurança de propriedade. Sem um conjunto de políticas públicas que priorizem o proprietário-utilizador acima das necessidades do sector privado, e na ausência de um governo que castigue aqueles que abandonem indevidamente a sua propriedade ao ponto de se tornar uma ameaça à saúde pública, a produção social do habitat será impossível. *"Just as city policies may aggravate the problems of displacement, they can also reduce or even eliminate them. Local government has an inherently powerful regulatory role in the area of land use, which the courts have increasingly recognized as a legitimate method of furthering the public welfare."* [357].

Figura 222. *Subida Ramón Angel Jara . Cerro Cordillera. Valparaíso 2018. Chile.*

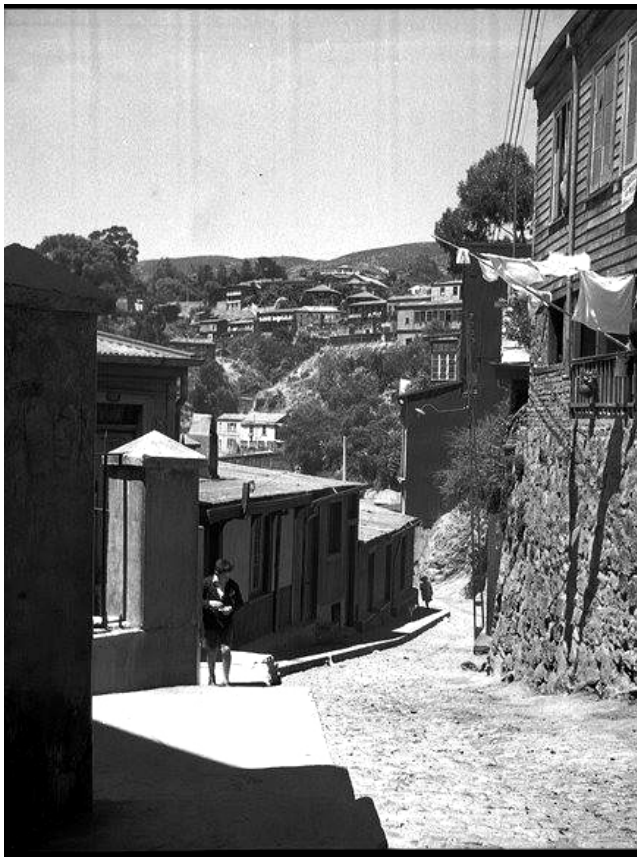


Figura 223. *Subida Ramón Angel Jara . Cerro Cordillera. Valparaíso 1960. Chile.*

O núcleo no qual Valparaíso nasceu está circunscrito entre as ruas San Francisco (Clave) y Juan Gómez (Rua Carampangue). Este sector foi o primeiro assentamento a ser povoado, e desde a chegada do Barco Santiaguillo em 1536, está repleto de histórias. O seu intrincado traçado de passagens, escadarias monumentais e edifícios históricos são o testemunho do património popular erguido em tempo colonial. Valparaíso testemunhou, de forma particularmente eloquente, a mundialização do comércio industrial e um profundo abandono no século XX. Após séculos de herança popular, o mercado turístico vincou os seus investimentos a este lugar erudito. O património começou a ser intervido pelo Governo a partir de 2003 com o objetivo de atrair o investimento privado. Valparaíso foi selecionado como sítio de Património da Humanidade Unesco nesse ano. O cerro Cordillera está presente na história de Valparaíso pelo menos desde 1682, visto que aqui foi erguido o Forte de San José e o edifício residencial do Governador local da época.[358] O cerro é hoje pontuado por uma panóplia de edifícios e lugares. Alguns como a associação cultural Santa Ana, o auditório Guillermo Bravo, a Biblioteca Gutenberg, o Taller de Acción Comunitaria (TAC), o Clube de Futebol, a Poblacion mais antiga de Valparaiso (Población Obrera) as devidas Juntas de Vizinhos apresentam-nos um território socialmente consolidado e popular.

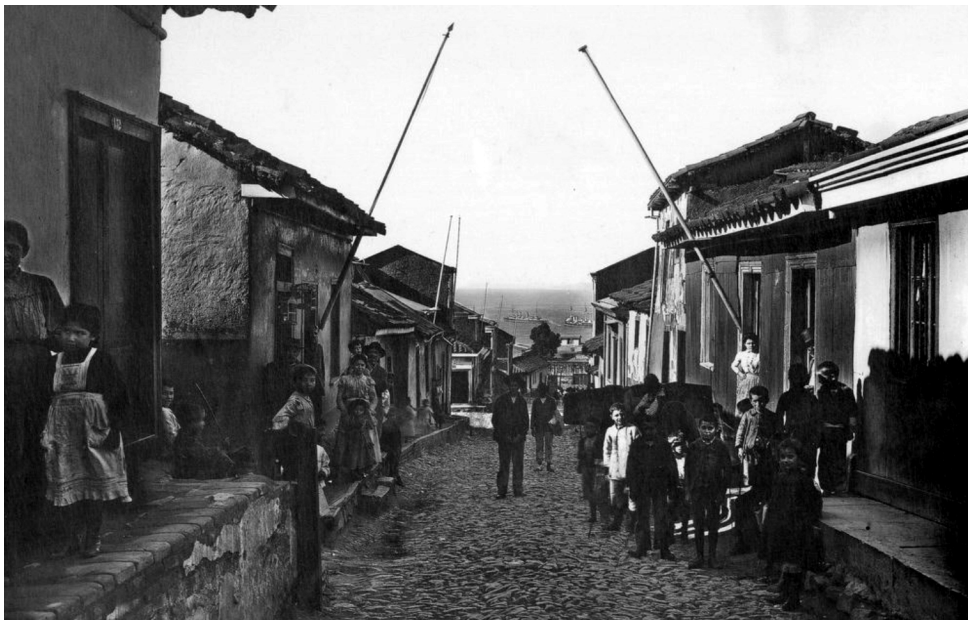


Figura 224. *Calle Castillo. Cerro Cordillera. Valparaíso.1900. Chile.*

Esta realidade coabita com o valor patrimonial da rua Castillo, Sócrates, Merlet e Massini, com os seus edifícios residenciais de grande metragem da época industrial da cidade. É um bairro bem localizado pela sua proximidade ao território considerado património da Humanidade, ao porto, à chegada de turistas e obrigatoriamente com o valor turístico dos ascensores San Agustín, Cordillera e os seus miradouros.

Valparaíso atravessa praticamente um século de decadência contínua, de 1914, com a abertura do Estreito do Panamá, aos nossos dias. Na novela *"El mundo Herido"* de 1955, Armando Méndez Carrasco descreve a miséria da vida de Valparaíso, onde relata a história de um sujeito popular que dizia: *"No le temía al Infierno, me asustaba el cerro".*[359]

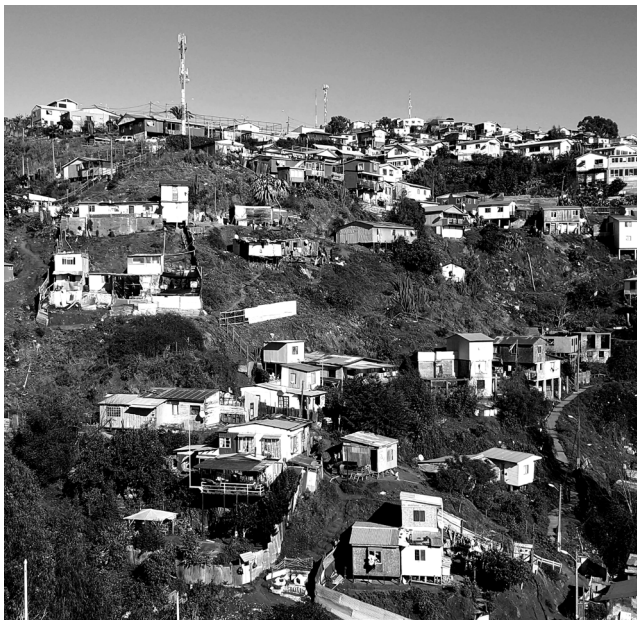
O golpe de Estado de 1973 significou a aniquilação da vida cultural, política e econômica da cidade. Apesar das sucessivas crises, das transições de glória à ruína, o Cerro Cordillera bule de atividade, de empreendedorismo heroico. O cerro não é legalmente um assentamento informal, mas está cheio de cicatrizes e de vazios. Está repleto de edifícios degradados, de ruas maltratadas, lotes fechados por cercas, visto que o edifício ardeu ou desabou. O bairro vive um lento surgimento dependente quase singularmente das iniciativas populares. Restauram-se edifícios e timidamente surgem

358.*LANZONI, L. (2008). Cerro Cordillera Pilot Project. PRM.7.035.00-C Manejo de Riesgos en Valparaíso, Serviços Técnicos. Banco Interamericano de Desarrollo (BID) Contract n. PRM. 7.035.00-C P.5*

359.*MENDEZ, A. (1955). El mundo herido, 1°Edicion. Editorial Cultura, Santiago de Chile. P. 28*

360.*Dereojo Comunicación. (Agosto de 2016). Valparaíso Inamible; Gentrificame-los.(Video). Chile.*

361.*IBIDEM.*



novas habitações para arrendamento sendo usado para a sua reabilitação, o investimento do *"Ministério de Vivienda y Urbanismo"* do Chile. Contudo, o compromisso foi com o património urbano e arquitetónico, gravemente ameaçado como consequência da atividade sísmica, as dificuldades económicas e a propagação de pragas. Assim como a *"Ministra de VIvienda Y Urbanismo"* Sonia Berestesky explica *"El territorio, el patrimonio, el proyecto urbano, el espacio público, la norma urbanística, la ciudad del mundo Global, fueron materiais que rondaron continuamente en torno a la mesa de encuentro"*.[360] O sector baixo do Cerro Cordillera é protegido por um conjunto de mecanismos devidamente identificados no *"Plan Regulador"*: sector urbano protegido pela lei de Monumentos 17.228. O sector está,incluído dentro da área considerada "Zona típica"; e zona de Conservação histórica. Está protegido pelos documentos internacionais, mas apenas em formato de recomendação pela Unesco. O sector de Cordillera está circunscrito pelas ruas: Serrano, inserida no "Plano", José Tomás Ramos, a quebrada que separa o Cerro Cordillera e Alegre; Villagrán, onde residi por dois anos e Garcés, na cota mais alta.

Até à data, o processo de gentrificação circunscreveu-se maioritariamente aos Cerros Alegre e Concepción, adjacentes ao Cerro Cordillera. Os habitantes originais deste cerro foram expulsos pela valorização que se realizou na zona. O Estado não protegeu os arredores da zona e os proprietários dos edifícios em ruína, venderam uma grande porção dos imóveis ao mercado livre.Os processos de valorização territorial dividem as opiniões. É possível confirmar esta afirmação no caso do Cerro Alegre onde as casas com enorme valor patrimonial, elevaram enormemente os seus preços, após a classificação de Valparaíso como património da Humanidade. Os habitantes foram expulsos, as casas foram reabilitadas e conservadas, mas a vida local desapareceu. A reabilitação do cerro não alterou de forma positiva o paradigma social.*"Cuando fue qualificada como patrimonio de la Humanidad hubo un boom enorme. Todo el Mundo quería una casa en Valparaíso, mucho de esas casonas estaban subocupadas o desocupadas. Era imposible mantener una casa de ese metraje entonces la gente empezó a buscar pequeños espacios. Los habitantes fueron obligados a aceptar los investimentos".* [361]

Várias praças da cidade, entre elas algumas do Cerro Cordillera, foram incluídas no programa de "Espaços Públicos Concursados", elaborado pelo Ministério de Vivienda e Urbanismo. Após a primeira expansão imobiliária e a saturação dos Cerros Alegre e Concepción, o investimento público direciona-se para o Cerro Cordillera. O ascensor Cordillera foi recentemente reabilitado no ano 2019 unindo o bairro Porto ao cerro. O ascensor San Agustin já o tinha sido em 2012. A Praça Eleutério Ramirez, bem no coração do cerro foi reabilitada em 2003. O condomínio

Figura 225. *Cerro Cordillera Alto Zona ainda não consolidada. Valparaíso 2018. Chile.*

Figura 226. *Cerro Cordillera e Barrio Puerto 1863. Valparaíso Chile.*

Igualdade, antiga escola do cerro inserida na praça Eleutério Ramirez foi recentemente reabilitado e dividido em 10 apartamentos de 42 metros quadrados. O edifico Massini 279, em 25 apartamentos de 50 metros quadrados. A reabilitação do imóvel privado na Rua Sócrates n°48, composto por 3 pisos e de grande valor patrimonial foi totalmente reabilitado através dos benefícios que outorga o *Ministério de Vivienda Y Urbanismo* para a revitalização de Zonas de Conservação Histórica. O projeto dividiu o imóvel em vários apartamentos para aluguer através de um subsídio de reabilitação patrimonial. No ano de 2008 o Banco BID, *Banco Internacional de Desarrollo,* patrocinou uma investigação intitulada *"Manejo de Riesgos en Valparaíso, Serviços Técnicos"*. O Banco pagou o estudo da situação do cerro Cordillera, catalogando os edifícios com valor. O estudo pretendeu analisar o contexto material do cerro cordillera e identificar estratégias de reabilitação urbana. Apesar dos intuitos do estudo, o projeto fundamentalmente catalogou os edifícios, como mencionado pelo autor *(...)"two levels of indicators have been taken into consideration. The first one concerned the architectonic quality, including urban design value and integration level of each single building; in a same way, also the open space system has been evaluated, identifying some indicators for quality, value and use. The second level is related to the structural aspects, mainly focused on structural vulnerability."* [362]

362.*LANZONI, L. (2008). Cerro Cordillera Pilot Project. PRM.7.035.00-C Manejo de Riesgos en Valparaíso, Serviços Técnicos. Banco Interamericano de Desarrollo (BID) Contract n. PRM. 7.035.00-C P.4*

Ver Anexo: Cartografia Cerro Cordillera

Ver Anexo: Mapeamento Fotográfico.

O cerro Cordillera encontra-se num momento crucial. Obedecendo aos formatos estabelecidos pelo governo, e promovendo ações especulativas, os usuários serão eventualmente expulsos do bairro. Não de forma directa, mas pelo aumento da renda. Ainda que o cerro cordillera não possa ser considerado um assentamento informal, este território sofre as mesmas dificuldades que os territórios subalternos. Os habitantes não têm segurança de propriedade, o número de serviços é diminuto e não existe nenhum controlo sobre a transformação do território. *"Abandonment, like gentrification, causes displacement, and both aggravate the displacement caused by the other."* [363]

A gentrificação tem benefícios reais e rápidos para a cidade, melhora a condição das habitações, através de investimentos privados, e aumenta as mais valias da zona para o rendimento público. Contudo as suas desvantagens são evidentes. Os habitantes são desalojados, as redes urbanas são interrompidas, e o preço da habitação é inflacionada de forma que esta deixa de ser acessível para os rendimentos familiares. *"Unfortunately the solution to the problems posed by gentrification is not simply a matter of weighing the costs against the benefits, because those paying the costs and those reaping the benefits are different classes of people".* [364]

Outras formas de fazer cidade

O estudo exposto neste trabalho de Peter Marcuse, permite clarificar uma metodologia de ação plausível para evitar que a intervenção dos técnicos, tenha um efeito nefasto sobre o entorno imediato da obra. Este autor defende dois parâmetros fundamentais para a correta gestão do território: controlo sobre os territórios em risco de gentrificação, e políticas públicas miscigenadas com as sinergias da informalidade, como a autoconstrução, a autogestão e a ajuda-mútua. *"My purpose here is only to show that displacement can be prevented with the resources now available in most cities.".*[365]

Peter Marcuse apresenta o conceito de "Anti-displacement Zoning", um mecanismo que poderia ser operacionalizado para que, os processos de assistência técnica e de autoconstrução, que se formam tanto nos assentamentos informais como na cidade formal, sejam soluções integrais, para a correção rápida das carências e para a proteção do habitante contra a especulação. A teoria de Marcuse assenta numa revisão do regulamento territorial. Este documento, segundo o autor, pode delimitar a cidade por diferentes zonas, com flexibilidade de alteração para melhor servir as necessidades de cada pequena rede ou área urbana à medida do seu desenvolvimento. Segundo Marcuse,

todas as zonas proibiriam despejo forçado sem uma garantia de recolocação. Estabelecer-se-ia um número mínimo de habitação disponível com aluguer acessível às famílias de baixa e média renda adaptado à condição económica da população. Os imóveis seriam classificados dentro de uma tabela de arrendamentos.

O autor define 4 zonas com interesse para este trabalho. A primeira são as *"Mature development Zones";* áreas da cidade desenvolvidas e com o maior índice de mais-valias, sociais, culturais e urbanas, onde apenas seriam permitidas as reabilitações de edifícios pelos seus proprietários residentes ou utilizadores. Fundamentalmente existiria um incentivo à redução e abrandamento da especulação urbana dando prioridade a outros focos da cidade.[366]

A segunda área é designada de *"Conditional Development Zones"*, onde a construção é permitida, mas apenas se for incluída de habitação de renda reduzida e se dela não resultar nenhum despejo. A permissão de edificação é condicionada por uma avaliação da relevância desse investimento na área para a comunidade residente. [367]

O terceiro caso é designado de *"Limited Development Zones".* Neste caso existem lotes disponíveis e imóveis para reabilitação, mas com limites urbanos para esse desenvolvimento. O novo imóvel deve continuar a obedecer a um teto máximo de apartamentos e cumprir com

363.*MARCUSE,P. (1984). To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts.,pp. 931-952.em:New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4. P.934*
364.*IBIDEM. P.934*

365.*Ibidem. P.935*

366. *"These would designate areas already significantly developed, in which development pressures are strong but where an existing integrated community wishes to preserve its character and democratic composition."*
Peter Marcuse. (1984). To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts.,pp. 931-952.em:New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4. P.936

367.*"no displacement will result on designated sites, and only if the balance of the community will be maintained; that is, only if suitable lower-rent units are provided with each higher-rent unit developed or created through rehabilitation"*
IBIDEM. P.936

Figura 229. *Calle Castillo. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. 2018.* 1

Figura 232. *Zona Histórica da Rua Castillo Cerro Cordillera Valparaíso. Chile 2018.* 2

Figura 235. *Clube Desportivo Cerro Cordillera Bajo. Chile. Outubro de 2018.* 3

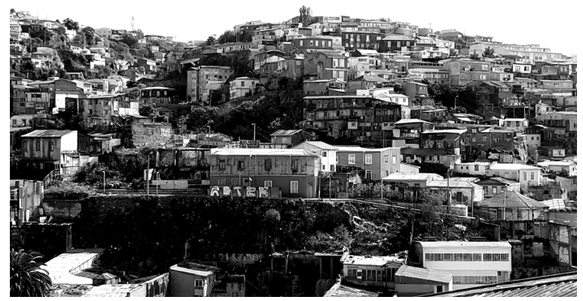


Figura 238. *Vista para os Cerros adjacentes apartir do mirador na rua Purcell. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2018.* 4

Figura 230. *Novas construções no sector Junta de Vizinhos nº79. Apartamentos. Valparaíso. Chile 2018.* 5

Figura 233. *Edifícios, considerado Património da Humanidade. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2018.* 6

Figura 236. *Pasagem Lund. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2018.* 7

Figura 239. *Edifício em Conventillo reabilitado na rua Massini Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2017* 8

Figura 231. *Vista desde a Praça Eleutério Ramirez. e Subida Cien Fuegos. Cerro Cordillera Valparaíso. Chile. 2018.* 9

Figura 234. *Praça San Agustin. Cerro Cordillera Chile. Outubro de 2018.* 10

Figura 237. *Antigo Conventillo renovado para lofts e arrendado em Rbnb.* 11

Figura 240. *Praça Eleutério Ramirez. Cerro Cordillera Chile. Março de 2018.* 12

Ver Anexo: Mapeamento Fotográfico.

Figura 241. *Rua Marambio, Calçada instalada pelos Vizinhos. Cerro Cordillera Chile. Março de 2018.* 13

Figura 242. *Rua Ramón Angel Jara. Cerro Cordillera Chile. Maio de 2018.* 17

Figura 243. *Associação Santa Ana e Capela em processo de reabilitação Maio de 2018.* 21

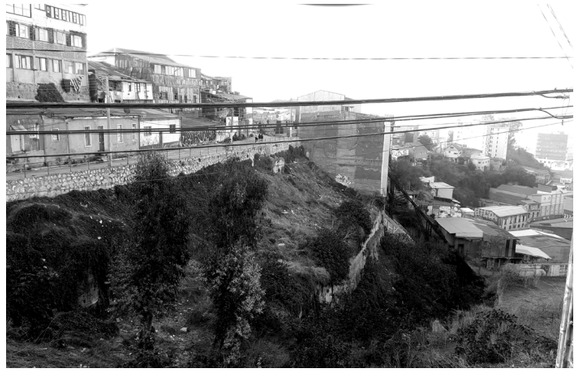


Figura 244. *Lote Abandonado. Antigo Conventillo de Valparaíso Desaparecido. Cerro Cordillera Maio de 2018 Chile.* 14

Figura 245. *Lote Abandonado. Antigo Conventillo de Valparaíso Desaparecido. Cerro Cordillera Maio de 2018 Chile.* 18

Figura 246. *Capilla Santa Ana em processo de reabilitação. Cerro Cordillera Valparaíso. Maio de 2018. Chile.* 22

Figura 247. *Poblacion Obrera. Conventillo Reabilitado. Caminho Cintura. Cerro Cordillera. Maio de 2018.* 15

Figura 248. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Canal. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 19

Figura 249. *Antiga Escola 14 reabilitada por Coletivo Santa Ana. Cerro Cordillera. Valparaíso.* 23

Figura 250. *Poblacion Obrera. Conventillo Reabilitado. Caminho Cintura. Cerro Cordillera. Maio de 2018.* 16

Figura 251. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Castillo. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 20

Figura 252. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Tomás Ramos. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile* 24

Figura 253. *Abandono e decadência. Rua San Francisco. Bairro Porto. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 25

Figura 254. *Abandono e decadência. Rua Villagran. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 29

Figura 255. *Paisagem comum de Cordillera. Cabos de eletricidade abandonados. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018..* 33

Figura 256. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Cánovas. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile .* 26

Figura 257. *Abandono e decadência. Rua Villagran. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 30

Figura 258. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Aduanilla. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 34

Figura 259. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua Sócrates. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 27

Figura 260. *Abandono e decadência. Rua Villagran. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 31

Figura 261. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua San francisco. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 35

Figura 262. *Abandono e decadência. Rua Villagran. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 28

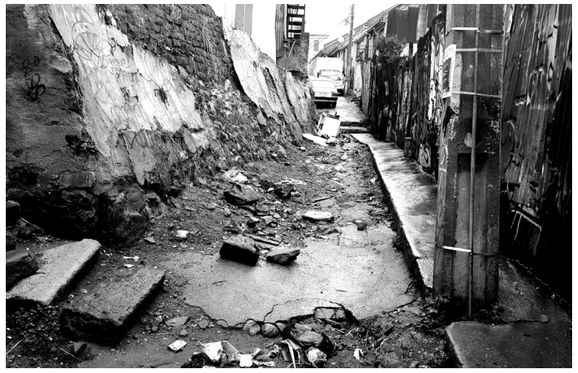


Figura 263. *Abandono e decadência. Rua Villagran. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. Maio de 2018.* 32

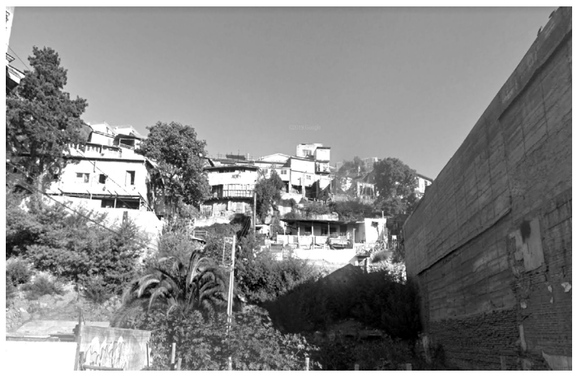
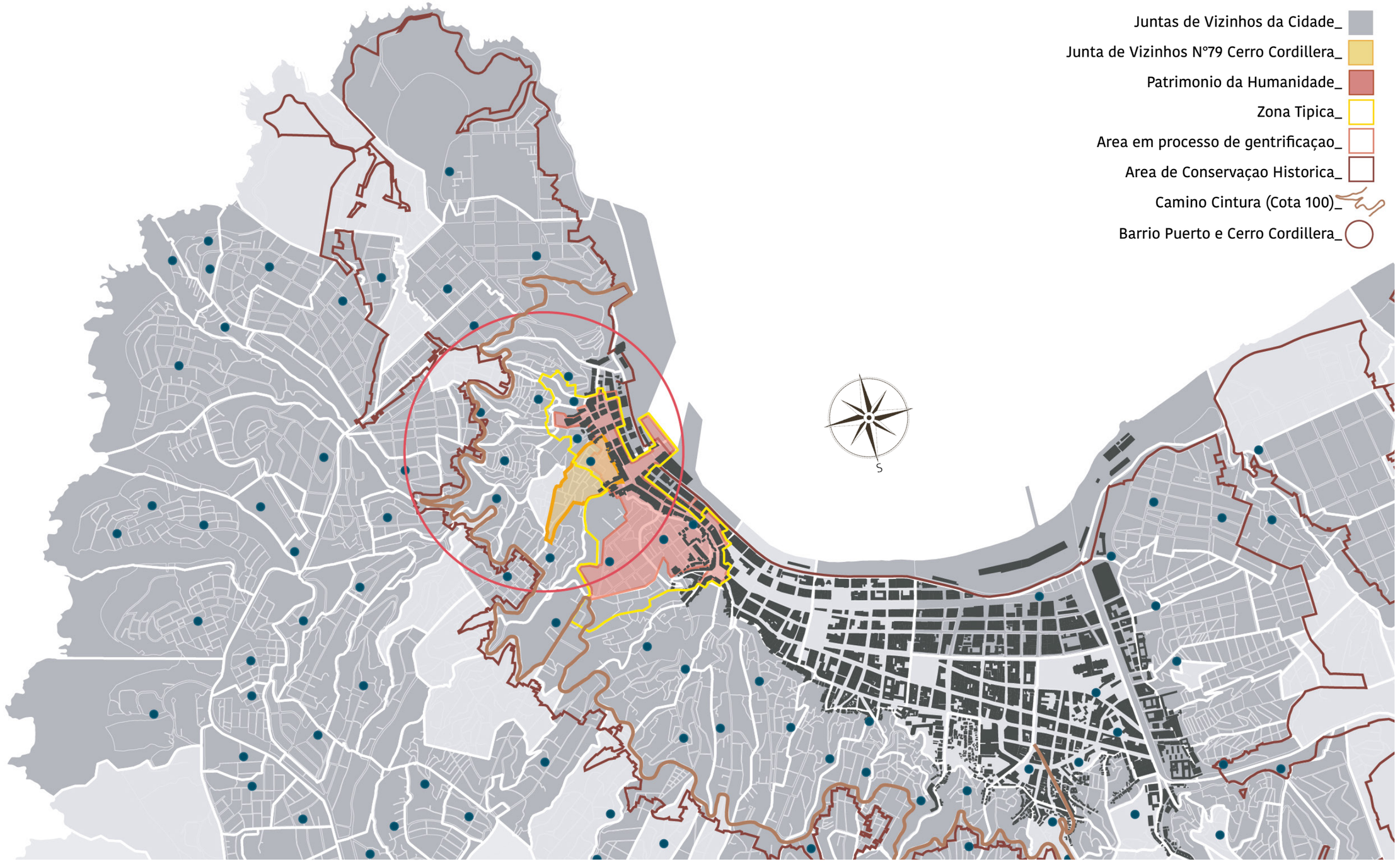


Figura 264. *Lote Abandonado e fechado pelo Município. Rua San francisco. Cerro Cordillera. Abril de 2018. Valparaíso. Chile.* 36

Figura 265. *Área de Conservação histórica, Zona Típica, Património da Unesco e o Cerro Cordillera.*



habitação de custo reduzido. Quando esse "teto" ou conjunto de parâmetros urbanos é atingido, a zona transita para *"Conditional Development Zones".* [368]

O quarto caso é designado de *"Expansión Zones"*. Este caso define uma zona onde existiria encorajamento para o investimento privado, e onde se concentraria o investimento público do Município. Existiria uma prioridade para instalação de infraestruturas e subsídios de apoio à reabilitação, cumprindo com o regulamento construtivo e os mínimos habitacionais de renda reduzida. A relação entre o problema local e o equilíbrio entre as várias zonas da cidade é fundamental para que esta sectorização funcione. O caso de Valparaíso é excecional visto que já contém parte da organização popular local necessária para uma rápida leitura da condição socio-económica . *"At the local level, the problem of finding a representative and democratic, body with the necessary legitimacy is a difficult one."* [369] O Cerro Cordillera, sob o controlo da Junta de Vizinhos 79, tem 828 residentes e segundo o código das Juntas vizinhis apenas são necessários 200 habitantes inscritos para formar uma. *"Artículo 40.- Para constituir una junta de vecinos se requerirá en cada unidad vecinal la voluntad conforme del siguiente número de vecinos residentes en ella: d) Doscientos vecinos en las comunas o agrupaciones de comunas de más de cien mil habitantes."* [370]

Figura 266. *Processo Fondeve. Mapeamento do Bairro. Coletivo RE e Junta de Vizinhos N°79 Cerro Cordillera. Valparaíso. Maio de 2018. Chile.*

Baseado nesta proposta, Marcuse propõe uma solução onde o parcelamento territorial dirigido pelo Município, o estudo do plano de desenvolvimento, das áreas disponíveis para construção e estipulaçao de habitação de baixo rendimento, seria acompanhado por uma comissão responsável. *"Public investment strategies, housing policies, welfare regulation, taxation, code enforcement, and other local programs and policies must all be directed towards the coordinated objective of avoiding displacement and protecting neighborhoods."* [371]

Fondeve.

A Inícios de maio de 2018, o Coletivo Re decide alimentar a sua prática no bairro através de um processo de mapeamento e censo da área em questão. Pretendeu-se adquirir informaçao que normalmente nao esta incluida nos censos, incluindo perguntas desde: "onde colocas os residuos da tua habitaçao, qual é o teu lugar favorito, por onde receias caminhar, e se reciclas...)". Fazendo-se acompanhar de uma cartografia simples, um grupo de quatro colaboradores vagueou pelas ruas do cerro executando um censo. No mesmo ano, o coletivo foi convidado pela Junta de Vizinhos local, n°79, a realizar um processo de mapeamento, debate e desenho de uma proposta de ação para a acumulação

Articulação

Fondeve . Mapeamento Popular do Território

368. *"are areas in which land is available for development and vacant housing can be rehabilitated."*

IBIDEM.P.936.

369.*IBIDEM. P.938*

370.*Decreto-ley n° 19.418. (1997). Juntas de Vecinos y demas Organizaciones Comunitarias . Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Título II. Párrafo 1°. Artículo 40.*

371.*MARCUSE,P. (1984). To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts.,pp. 931-952.em:New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4. P.938*

372.*OANDA. (2019). Conversor de moedas.(Website)*

de resíduos no bairro. O projeto pretendia concorrer ao Fundo Fondeve, principal forma de financiamento social na Cidade com um teto de 7 milhões de pesos, o equivalente a 9200 euros no ano de 2019.[372]

O coletivo e os habitantes tinham 21 dias para realizar a proposta. Organizou-se um calendário de assembleias extraordinárias da Junta de Vizinhos, onde o coletivo ficou responsável de organizar o processo de mapeamento participativo e as ferramentas de análise.

A primeira reunião, realizada no dia 1 de maio de 2018, colocou todo o bairro sobre o mapa. Para multiplicar os discursos, as camadas a observar foram divididas em três mapas distintos; separando os habitantes em três grupos de trabalho: propostas de intervenção, segurança e ponto de resíduos. Os habitantes assumiram que a acumulação de resíduos era um problema educacional. Culpavam-se a eles mesmos, e aos seus vizinhos, por não respeitar as horas de recolha. Contudo, entendeu-se que o próprio sistema de recolha e a sua organização abriam espaço para a incerteza. Numa mesma rua (Rua Castillo) existiam certos pontos com maior afluência que outros e com dias distintos de recolha. Isto quer dizer que o camião recolhe dois pontos da mesma rua, em dois dias distintos, e em dois horários. Se o volume de detritos ultrapassasse a capacidade de transporte, esses resíduos permaneceriam

"Existe una sobrecarga del punto de basura y mal uso por parte de los vecinos y otros ajenos al barrio El lugar es apto pero falta nivelar el terreno y mejorar la imuminacion»(...) Necessitamos una contecnion de ladera y un ejor drenaje, para tener una huerta ."[373]

Figura 267. *Processo Fondeve. Mapeamento do Bairro. Coletivo RE e Junta de Vizinhos N°79 Cerro Cordillera. Valparaíso. Maio de 2018. Chile.*

Figura 268. *Resultado da Primeira Reunião. Mapa de Cordillera. Coletivo RE e Junta de Vizinhos N °79.*

373.*1° Reunion Fondeve Junta de Vecinos N°79, Colectivo RE cerro Cordillera. Valparaiso Maio de 2018*

374. *IBIDEM. P.3*

no lugar, mais uma semana.

O segundo mapa pretendia acumular ideias para o Bairro. Sobre a forma de Ícones, os habitantes podiam colocar no mapa e no lugar preciso, as suas visões para o futuro do bairro, e identificar equipamentos e serviços em falta. Houve uma clara ausência de soluções e as propostas ficaram concisas ao imaginário urbano atual.

O terceiro mapa pretendeu demarcar as areas de insegurança no bairro, zonas de tensão social, intensificadas pela delinquência, degradação urbana e ausência de vida local. Este último mapa permitiu compreender que os problemas de higiene se concentravam nos acessos secundários do bairro com grandes inclinações e com reduzido ou nenhum acesso para os equipamentos dos serviços municipais. Estas áreas social e governamentalmente abandonadas são propícias à delinquência e ao controlo territorial por práticas pouco salubres. São áreas com menor densidade, ao contrário do que os censos fazem querer. O número de habitações abandonadas intensifica o sentimento de abandono geral. É recorrente encontrar detritos de obra, equipamentos abandonados, lixo orgânico que permanece por vários dias ou semanas. Este ambiente provoca uma sensação de abandono, incentivando os habitantes a procurar outro lugar para habitar e abrindo espaço para atividades ilícitas e socialmente perigosas.

Figura 269. *Processo Fondeve. Mapeamento do Bairro. Coletivo RE e Junta de Vizinhos N°79 Cerro Cordillera. Valparaíso. Maio de 2018. Chile.*

A segunda assembleia extraordinária foi igualmente um sucesso relativamente à sua adesão. Mapeou-se e fotografou-se o bairro destacando: áreas abandonadas, espaço público recuperado; espaços privados recuperados. Durante a reunião foram adicionados aos parâmetros, os edifícios em construção e os equipamentos culturais. Adotando novamente a multiplicação dos discursos, o bairro foi dividido em três mapas. Participaram habitantes das três áreas identificadas, sector Villagrán, sector Ramon Angel Jara; Sector Castillo. A delimitaçao destes sectores coincide com a separação morfológica do bairro (o cume e as duas quebradas). Ainda que a atividade de mapeamento tivesse sido pensada sobre um modelo rotativo, os habitantes recusaram-se a seguir esta orientação. A preocupação pessoal de cada vizinho foi mais intensa no entorno da sua habitação e onde mantêm relações de amizade com os habitantes da sua zona.

Este processo permitiu entender a importancia das Juntas de Vizinhos na cidade de Valparaíso, visto que são o modelo sobre o qual as experiências do habitar são rapidamente transmitidas e partilhadas. Este processo demonstrou ser capaz de produzir mais-valias na compreensão das dinâmicas sociais e territoriais. Poderia,talvez num futuro ser um mecanismo de comunicação entre os habitantes e o Município, para a correta leitura de informação que melhor se observa à escala local: a identificação de imóveis abandonados pelos seus proprietários. Os habitantes podem representar um papel fundamental, visto que são uma rede de vigilantes locais, capazes de se vincular sobre um projeto comum. Cada Junta de Vizinhos assenta sobre limites sociais e geográficos, ou seja, que coincidem com as redes humanas. Partindo do princípio que é um formato de organização territorial atualmente em vigor com bases populares e dependente dos utilizadores é necessário elaborar as ferramentas, mecanismos e enquadramento legal para produzir uma perceção local.

Pladeco

"La construcción de una estrategia de desarrollo territorial, requiere poner en relación aspectos humanos, sociales, económicos, productivos, urbanísticos, patrimoniales, culturales, ambientales, políticos, entre otros, expresando la imagen de futuro que queremos construir y la estrategia de transformación que permita alcanzarla." [374]

O Município de Valparaíso criou o conjunto de ferramentas necessárias para que esta proposta tenha uma base concreta para se desenvolver. Existem hoje instituições dentro do Município de Valparaíso que pretendem construir o vínculo político entre a organização local e a política. Existe consenso sobre a condição atual de Valparaíso e da sua Comuna. O seu estado advém de um processo contínuo de deterioração relativamente aos seus atributos

Figura 270. *Processo Fondeve. Mapeamento do Bairro. Coletivo RE e Junta de Vizinhos N°79 Cerro Cordillera. Valparaíso. Maio de 2018. Chile.*

Articulação

Pladeco

territoriais e capacidade de desenvolvimento económico. Esta permanente degradação exerce à população um esforço agravado sobre a sua rotina, prejudicando o seu nível de vida. Valparaíso tem a particularidade de entrelaçar passado, memória, identidade, cultura, comunidade, ofícios, saberes individuais e coletivos, no mesmo lugar onde existem fortes interesses económicos, turísticos e políticos. Sobre este cenário, misturam-se os atores da sua cidade. Trata-se de um espaço acentuadamente multidimensional, onde hoje interagem várias escalas.

O programa Pladeco nasce da consciencialização dessa complexidade multidimensional a que o espaço de Valparaíso está sujeito e das capacidades intrínsecas à ação e participação popular. O projeto Pladeco pretende estruturar uma transformação democrática do território, através de uma planificação cogerida, multiescalar e situacional. Este projeto, lançado em 2019, pretende orientar a ação do Município. Pladeco, ou *Plano de Desarollo Comunal*, é um órgão local presente em cada Município do Chile. Esta agência pretende guiar o "Plan Regulador Comunal", o órgão máximo de gestão territorial, que orienta tanto a ação privada como a coletiva, em aspetos como: a altura máxima de construção, áreas verdes, uso de solo, zonas de conservação, zonas de

375. *"acciones orientadas a satisfacer las necesidades de la comunidad local y a promover su avance social, económico y cultura"*
IBIDEM. P. 4

376. *IBIDEM P. 4*

377. *IBIDEM. P.12*

378. *IBIDEM. P.13*

379. *IBIDEM.P.15*

380. *"Despoblamiento y abandono de algunos sectores de la comuna en relación con la baja cantidad de habitantes en el Plan de Valparaíso (Barrio Almendral y Puerto) y en laderas, entre la cima y el plan del anfiteatro"*
IBIDEM. P.4

381. *"Se evidencia, además, un proceso de deterioro en dichos sectores producto de la presencia de sitios eriazos e inmuebles desocupados, obsolescencia estructural y/o funcional."*
IBIDEM. P.13

Figura 271. *Reunião Pladeco Presidente Jorge Sharp. Valparaíso. Chile Abril de 2018.*

expansão urbana, entre outros.

"El rol de la economía local es central, superando la mirada clásica de división y organización; poniendo de manifiesto el aporte que cada habitante realiza a la producción del territorio a través de circuitos económicos diversos. Estos circuitos dialogan, se articulan y son el principal aporte económico para la ciudad.".[375] Suportados pelo artigo 7° da *Ley Orgánica Constitucional de Municípios*, a estratégia de desenvolvimento deve contemplar ações orientadas para satisfazer as necessidades da comunidade local e promover o avanço social, económico e cultural.[376] Estando a economia tão dependente da sociedade, a comunidade deve ser um sujeito protagonista. Os planos sectoriais e "barriais" devem e podem contribuir para a reparação, o restauro e a catalisação das iniciativas populares. *"La co-gestión, requiere de una comunidad mejor organizada y un gobierno local con despliegue territorial que permita la cooperación y la transformación del municipio en una herramienta al servicio de las decisiones soberanas de la ciudadanía.".*[377] Fundamentalmente está dado o primeiro passo, na cidade de Valparaíso, para que se construa um território democraticamente, a partir da participação e fundamentalmente da co-gestão. *"Provocar la colaboración entre distintas áreas municipales para el trabajo territorial, articulada a través de los planes de barrio y el plan comunal.".*[378] O programa Pladeco foi estruturado em 4 partes fundamentais.

Na etapa de observação e absorção do situaçao local, confrontou-se e comparou-se a informação produzida pelos participantes e fontes secundárias de informação. Esta fase inicial foi desenvolvida através de reuniões sistemáticas pelo território de Valparaíso, entre os agentes Municipais e os habitantes locais. Desta forma, o projeto colectivo pode delimitar os seus fundamentos: *"Gobierno Local y Planificación Participativa, Desarrollo Territorial Sostenible; Justicia Social de Género y Derechos Comunes; Desarrollo Económico Local Integrado; Adaptación y Mitigación Al Cambio Climático.".*[379] O processo realizado identificou a necessidade de independência política da comunidade, dando ao órgão vigente, a Junta de Vizinhos, as bases legais e os deveres necessários para que estas se responsabilizem pela gestão e vigilância do território. As declarações confirmam a reflexão desenvolvida neste trabalho. Há um claro despovoamento e abandono sectorial, nomeadamente, na zona do Almendral, Bairro Porto e as vertentes adjacentes.[380]

O abandono longo e generalizado da zona produziu e repercutiu a formação de, *espacios eriazos* (lote vazios por derrumbe do edificio) e imóveis desocupados, com obsolescência estrutural.[381] O investimento público foi deliberadamente sectorial, dando maior atenção a áreas povoadas ou em processo de especulação e gentrificação. Dentro da cidade consolidada vive-se o paradoxo de

382.*IBIDEM.*

383.*"Desplazamiento habitacional generado por la especulación del suelo urbano incide en una mayor segregación urbana, lo que se expresa en el abandono y deterioro de sectores de la comuna."*
IBIDEM.

384.*"Poca accesibilidad al suelo y a la vivienda e insuficiente oferta habitacional de interés social,generan autogestión de la vivienda y entorno, y asentamientos y barrios sin servicios básicos. "*
IBIDEM. P.14

385.*"(...)carencia de un sistema de manejo y de gestión del patrimonio validado por la comunidad para planificar participativamente y administrar el territorio."*
IBIDEM. P.15

386.*MARCUSE,P. (1984) To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts.,pp. 931-952.em:New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4. P.946*

ausência clara de solo e habitação com interesse social e, paralelamente, um número extenso de edifícios abandonados ou em ruína. Este processo é o resultado de:*"Ausencia de un desarrollo urbano integral de las localidades"* ,[382] especulação do solo urbano e segregação social; [383] asssim como a desinformação da população sobre as formas agora ativas de apoio público à habitação. Muitos indivíduos recorrem à autoconstrução não assistida, proliferando ambientes desarticulados, obras mal realizadas e assentamentos informais desorganizados.[384] Consentem que existe uma reduzida confiança na gestão popular;[385] uma dependência do Município dos investimentos privados; que sucessivamente se executam propostas municipais elaboradas sem o conhecimento do habitante ou do utilizador; e que não existe um sistema integrado de controlo e gestão territorial. Finalmente o processo Pladeco clarificou a necessidade de uma cidade articulada e coletivamente desenvolvida. É a partir destes quatros mecanismos; Pladeco, Lei, Plano Regulador e Juntas de Vizinhos que o abandono, a especulação e a gentrificação podem ser regulados.

Valor de Renda e controlo Cooperativo.

Estão contemplados na lei chilena contratos temporários, indefinidos e fixos. A

Figura 272. *3° Jornada de Desenvolvimento do Projeto Pladeco. Valparaíso. Chile Abril de 2018.*

lei chilena liberaliza os preços das habitações, incentivando diretamente a especulação.

Restringir os aumentos das rendas e proteger os habitantes contra o despejo são partes fundamentais de qualquer estratégia contra a gentrificação. A relação entre a investimento do capital, público e privado, e o aumento do valor das rendas é uma das causas para o despejo. Quando o plano regulador ou a lei sobre rendas permite que o proprietário eleve os preços de aluguer, de forma liberalizada, a política pública fomenta diretamente a especulação, a gentrificação e a expulsão. Contudo, no caso de Valparaïso, caso não exista um incentivo para a reabilitação de edifícios por privados, a cidade perde o seu patrimonio visto que o Municipio nao é atualmente capaz de gerir o numero de edifícos em estado degradado. Deve, portanto, existir um sistema de regulação do valor de renda a nível pelo menos municipal, assim como foi estabelecido pela lei 6.125 no caso da Villa 31 em Buenos Aires. No caso de que um certo território se encontre num processo de especulação, o arrendatário que não seja capaz de pagar o preço da sua habitação e que se encontre numa situação económica debilitada, deve ter à sua disposição apoios complementares, ou imóveis de renda reduzida. Essas habitações, privados ou públicos permitiram ao agregado familiar não abandonar a área onde pretende residir. O exemplo oferecido por Peter Marcuse colmataria estas permissas.

"Low-income household.» A household earning 50% or less of the median income for households of that size in the City, subject to such deductions as shall be established by the Agency." [386]

Segundo o programa Data Chile, estima-se que o rendimento médio dos habitantes de Valparaíso esteja hoje próximo dos 320.000 pesos, o que corresponde a 347 euros. Os censos realizados pelo INE em 2017 demonstram como é possível observar na Figura 273, que os habitantes do Cerro Cordillera e do Bairro Porto se encontram maioritariamente nos 50% mais pobres da cidade. Visto que habitam em Valparaíso 296.000 pessoas, segundo o programa Data Chile, e que quase 200.000 (cerca de 67% da população) ganham cerca de 240.000 pesos, a média salarial dos habitantes do cerro aproximar-se-á destes valores. Segundo o programa Observatório Urbano, O valor de arrendamento médio de Valparaíso é 120.000 pesos. Segundo o censo de 2017,

Figura 273. *Nível económico do Bairro porto. Mapa na Página 215.*

Articulação

Proposta

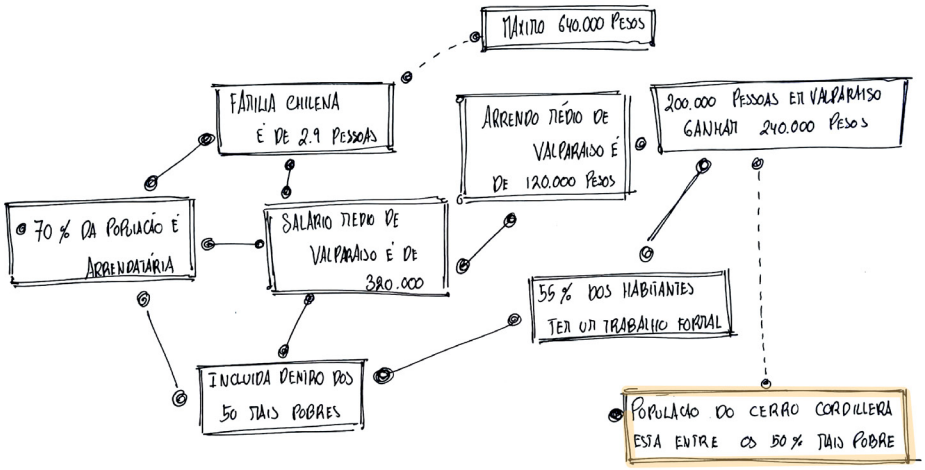


Figura 274. *Esquema. Taxa de Esforço na cidade de Valparaíso.*

387.*TURNER, J. (2018). Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1ºEdição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha. P.112*

388.*Observatório Urbano. (2019). Estatísticas Habitacionales. Minvu. Ministerio de Vivienda Y Urbanismo.*

cada habitação no Bairro Porto tem em média 2,2 pessoas. Caso ambos os indivíduos sejam trabalhadores, e estando estes incluídos nos 50% menos remunerados, cada agregado familiar recebe cerca de 400.000 pesos. Neste cenário a renda passa a representar 30% do salário. Apesar destes numeros, nao é possivel ignorar que mais de 61 mil pessoas em Valparaiso estão atualmente desempregadas.

Visto que no bairro Porto e no Cerro Cordillera 70% da população é arrendatária, as comunidades do bairro estão bastante fragilizadas, com o mesmo nível de rendimento dos sectores periféricos, mas arrendatárias e inseridas no centro histórico da cidade. Segundo estes números, a proposta apresentada por Peter Marcuse merece a nossa atenção. Adicionalemente, existem 10.000 famílias em Valparaíso sem habitação digna, 4.000 habitações fechadas e 4.000 em estado precário. Sendo que o Bairro Porto e os seus Cerros são das áreas com mais edifícios abandonados, a proposta de Marcuse mostra-se insuficiente. O controlo da renda deve ser estabelecido, é um dos fatores fundamentais para controlar a gentrificação, contudo para garantir o crescimento ulterior das famílias e a independência económica devem ser construidos e articulados mecanismos para um uso digno desses imóveis.

Figura 275. *Ine 2017. Percentagem de edifícios abandonados por quarteirão. Valparaíso. Chile.*

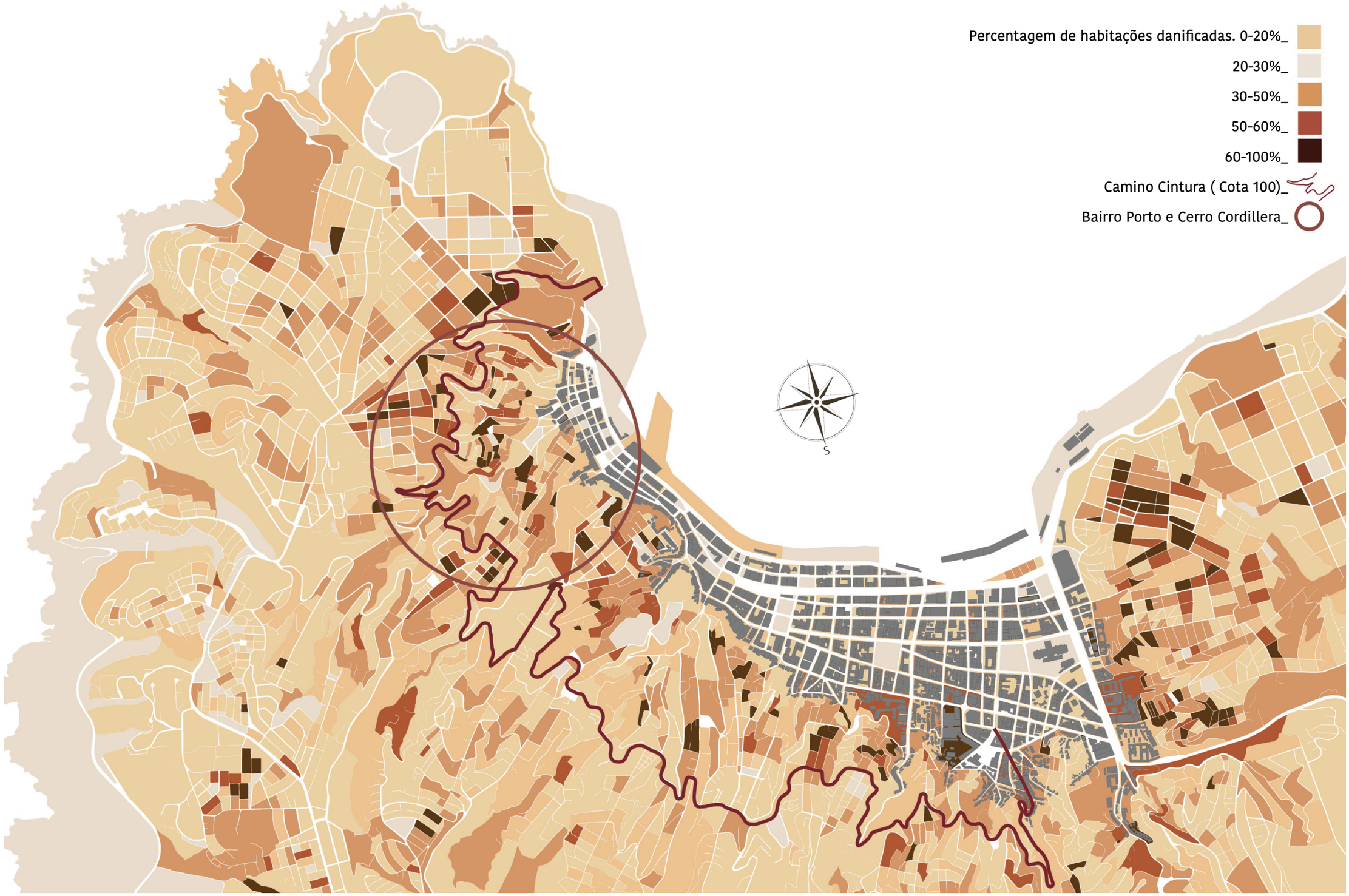
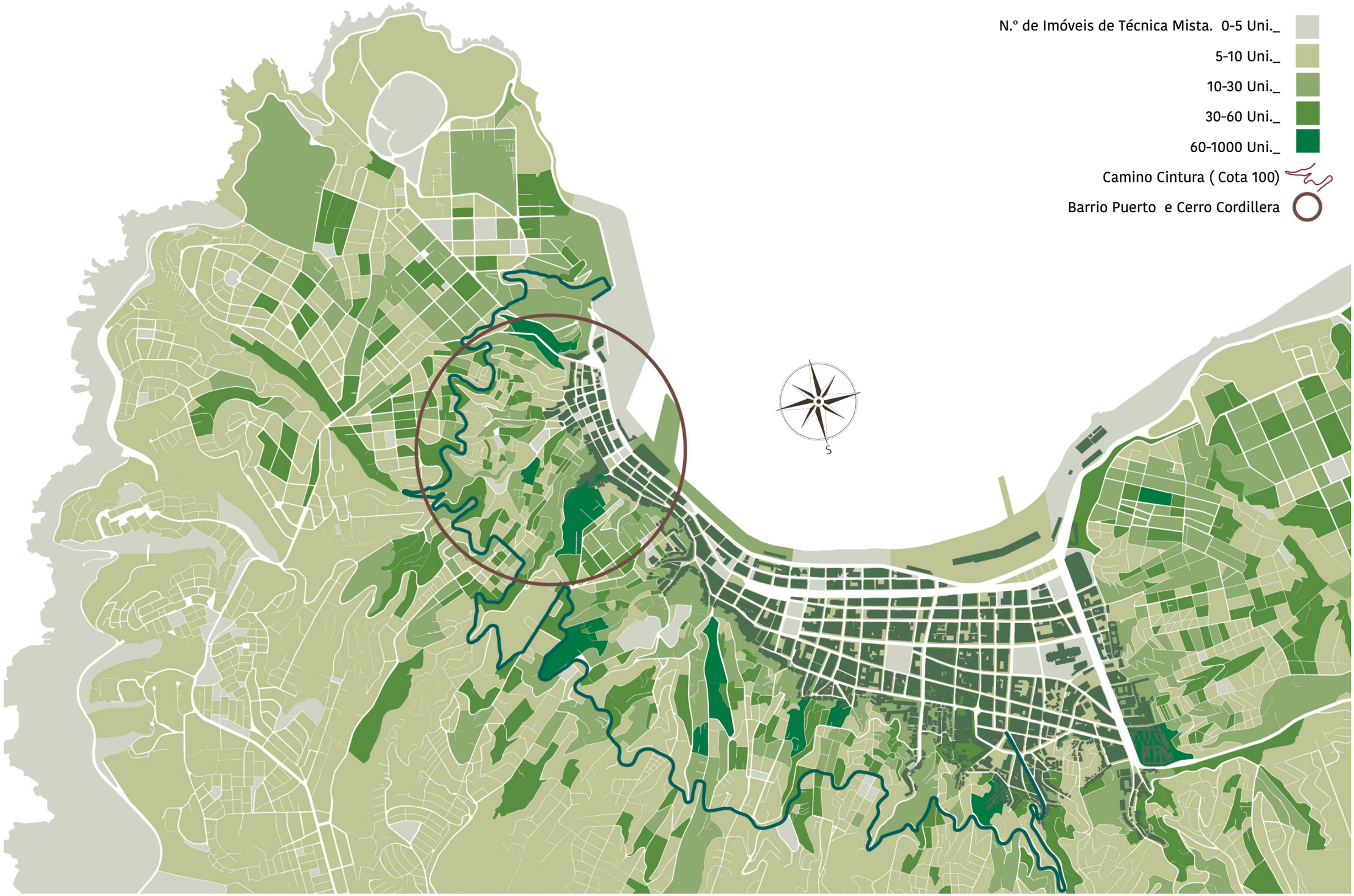


Figura 276. *Ine 2017. Numero de edifico por quarteirão construidos com técnica Mista: Preenchimento de terra e estrutura de carvalho. Edificos expostos à praga de Térmitas.*



Proposta.

"Pueden los gobiernos y otros organismos utilizar de forma efectiva la contribución directa de las familias y comunidades necesitadas en el proceso de construcción y, además, a una escala lo suficiente amplia como para establecer la autoconstrucción como instrumento efectivo en la ejecución de programas nacionales de vivienda?"[387]

Chega a altura, após a análise dos exemplos aqui estabelecidos e a compreensão do caso de Valparaíso, de construir uma proposta dentro da estrutura legal que rege o território chileno, e de estruturar e operacionalizar um conjunto de mecanismos legais que: apoiem, legalizem e catalisem os fenómenos populares de construção da cidade; um conjunto de mecanismos de que seja capaz de reagir ao abandono desenfreado de edifícios e que exproprie as propriedades privadas ilegalmente abandonadas e que financie a larga escala a execução de projetos integrais e holísticos com valor social. É necessário construir um sistema capaz de controlar a gentrificação e a especulação no Bairro Porto de Valparaíso, e finalmente, um sistema capaz de organizar as relações entre Governo, habitantes e assistência técnica a uma escala nacional, permitindo a replicabilidade da proposta.

A área do Bairro Porto, fortemente afectada pelo abandono e reduzido investimento público, contém um património da Revolução Industrial erguido com técnica mista de terra e estrutura de madeira nobre, em risco de degradação severa e ruína. A reabilitação dos edifícios através da autoconstrução não assistida sujeita os habitantes ao uso de técnicas e materiais construtivos baratos, ou à perpétua execução de erros construtivos que não atendem às necessidades estruturais. Na cidade de Valparaíso existem cerca de 101.000 habitações, sendo que 4.000 já se encontram em estado irrecuperável e 3.427 imóveis encontram-se fechados por abandono.[388] Na área urbana de Valparaíso habitam atualmente 296.655 pessoas. Dentro do limite urbano da cidade e segundo os registos, cerca de 12% dos imóveis encontram-se degradados e exigem obras de reabilitação, maioritariamente nos sectores históricos tangênciais ao centro. Desses 12% de habitação, 3% já se encontra em estado irrecuperável. Paradoxalmente, existe uma superlotação em 7 % das vivendas recenseadas. Das 101.236 que agora estão ocupadas, apenas 12% dos habitantes são os proprietários. Apenas 55% da população declarou estar empregada.

"The worst consequences of landlord abandonment occur after the landlord ceases to pay taxes and abandons the property. Services

389.*MARCUSE,P. (1984). To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts.,pp. 931-952.em:New York University Review of Law & Social Change, vol. 13, no. 4. P. 943*

390.*Zamora, R. (Julho de 2018). En su actual distribución, termitas no son erradicables. Expertos señalan que la expansión de la plaga es preocupante en la región. (Weblog post).*

391.*IBIDEM*

392.*"Artículo 116.- La construcción, reconstrucción, reparación, alteración, ampliación y demolición de edificios y obras de urbanización de cualquier naturaleza, sean urbanas o rurales, requerirán permiso de la Dirección de Obras Municipales, a petición del propietario, con las excepciones que señale la Ordenanza General".*

Decreto-ley n°19.418. (1997). Ley General de Urbanismo y Construcciones. Ministerio de Vivienda y Urbanismo.Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Decreto con Fuerza. Capítulo II. Párrafo 1° Artículo 116.

393.*"El Servicio coordinará con los municipios la tasación de los bienes raíces de sus respectivos territorios."*

IBIDEM. Artículo 3° Título 3°.

and maintenance deteriorate, tenants move out, vandalism and fires occur, and the building is rendered uninhabitable and unsalvageable."[389]

Segundo a análise realizada, a vertente Oeste do Cerro Cordillera, no Bairro Porto, adjacente ao Cerro Santo Domingo e Toro, é uma das áreas de menor densidade populacional relativamente ao número de imóveis existentes (ver Figura 178). Graças aos censos, foi possível confirmar que existem em média 2,2 pessoas por cada imóvel e que em alguns quarteirões a relaçao é de um para um. Sabendo igualmente que cada agregado familiar é composto por 2.9 habitantes em Valparaíso, esta área é menos densa que a média da cidade. O padrão repete-se por todos os Cerros adjacentes ao bairro "El Almendral". A área circunscrita entre o plano comercial da cidade e o Caminho Cintura (via que une atualmente 24 cerros, e um dos veios principais de circulação) é a área mais prejudicada, com maior número de imóveis abandonados e edifícios com valor patrimonial.

A aceleração da degradação urbana agrava-se pela propagação de térmitas subterrâneas e de imóveis abandonados. A quantidade de focos continua em ascensão. O material contaminado, transportado de forma inconsequente, permite a proliferação de novos focos. *"En su actual estado de distribución, estos dañinos y silenciosos insectos, que se alimentan casi exclusivamente de celulosa, principal componente de la madera, no son erradicables."* [390] Não existe

Figura 277. *Rua Villagrán e o resultado do plano Urbano atual. Lotes abandonados e em ruína, fechados pelo Município.*

atualmente uma comissão ou grupo técnico capaz de orientar a ação dos habitantes envolvidos na autoconstrução, ou definir sequer um conjunto de normas construtivas para prevenir a invasão do inseto.*"Y aunque es difícil determinar cuál comuna es la más afectada en la V Región, Ripa y Luppichini tienden a pensar que por el tamaño de los focos, es probable que los sean los cerros de Valparaíso."* [391] Conhecida como térmita subterrânea afeta profundamente os imóveis, visto que a sua presença só é detetada quando o dano provocado já é extenso. Nos lugares onde este animal se estabelece, rapidamente ataca as habitações adjacentes. Na área onde se insere o cerro Cordillera é comum encontrarem-se imóveis erguidos com técnica mista e estrutura antissísmica de viga de carvalho. A térmita pode danificar profundamente a integridade estrutural, afetando as zonas mais próximas do solo. Na opinião dos técnicos do Ministério da Agricultura, encarregados desde 1990 da investigação e vigilância da praga, os centros comunitários locais devem contar com a informação necessária para vigiar o território e os imóveis. Não existe no Município um órgão dedicado à vigilância desta degradação, nem os habitantes dos Cerros estão capacitados para assumir um papel de vigilância, muito menos de propriedade alheia abandonada.

Lei de Urbanismo.

Reconhecendo a inoperância da acção popular na resposta a este problema, retorna-se ao corpo legal em busca de uma solução. O Artigo 116 da *"Ley General de Urbanismo y Construcciones"* exige que todas as formas de construção privadas sejam notificadas ao Município da respetiva área urbana. Sabemos que esta lei é ignorada em grande parte do território[392]: não só a construção é executada sem a autorização do Município, como os imóveis degradados são abandonados pelos proprietários. A degradação a que assistimos no cerro Cordillera é responsabilidade dos proprietários, mas também de um Município que por décadas não cumpriu com o dever que a ele mesmo se incumbiu. De acordo com o artigo 3, título III, a taxação dos bens é coordenado entre os Municípios e o Serviço Nacional de Imposto, colocando a direção local num papel preponderante.[393]

Compete aos Municípios declarar ou não um edifício como abandonado, no qual deve ser notificado o proprietário, para que possa exercer o exercício de reclamação.[394] O "prédio" pode ser considerado abandonado no caso de permanecer não utilizado por mais de 6 meses, ou que o imóvel se encontre sem uma atividade específica. Todos os edifícios afectados por incêndios, desabamentos ou com

Articulação

Lei de Urbanismo

394. *"Vencido el plazo señalado en el inciso anterior, si no se hubieren realizado las obras ordenadas, el Alcalde, mediante Decreto Alcaldicio fundado, podrá declarar como «propiedad abandonada» los inmuebles que se encuentren en tal situación, de conformidad a lo establecido en el artículo 58 bis del Decreto Ley N° 3.063, de 1979, sobre Rentas Municipales."*
IBIDEM. Artículo 2.5.1.

395. *"ARTICULO 1°: Los terrenos no edificados (eriazos) cuyo destino no esté definido y que se encuentren contiguos a lugares de uso público deben encontrarse cerrados. Los cierros deberán ser mantenidos en buen estado mientras los propietarios de los terrenos descritos no lo utilicen para alguna actividad específica."*

Decreto-lei N°1.205. (1998). Ordenanza de Cierros de Terrenos para la Comuna de Valparaíso. Municipalidad de Valparaíso. Artículo 1°.

frágil integridade estrutural são aptos a ser considerados abandonados e o seu lote vedado evitando desta forma a invasão e a ocupação.[395] Após um edifício ser considerado abandonado o município detém o direito de intervenção na propriedade privada. Contudo, essas pequenas intervenções resumem-se a restauro e manutenção, higiene e encarceramento, que ficam, economicamente a cargo do proprietário.

Segundo a lei atualmente em vigor de *Urbanismo y Construcciones* e em casos de risco para a saúde pública, com o objetivo de prevenir o deterioração contínua do sector, o município deve estabelecer prazos para a execução das reparações evitando o colapso do edifício num prazo máximo de 6 meses. É, por lei, responsabilidade do proprietário a limpeza e o estado de manutenção da vedação.[396]

Os lotes não urbanizados ou nos quais o edifício foi demolido devem ser igualmente delimitados. Contudo, o poder que o município detém sobre a propriedade privada é excessivamente reduzido. Segundo a lei que rege o Município de Valparaíso, as autoridades estão apenas aptas para fechar o lote abandonado, e pintar as fachadas do edifício. É necessário encontrar um nível mais alto de intervenção. [397]

Segundo a lei *General de Urbanismo y Construciones* o município, através do diretor de Obras, poderá ordenar a demolição total ou parcial de qualquer obra. Qualquer pessoa

ARTICULO 1º : Los terrenos no edificados (eriazos) cuyo destino no esté definido y que se encuentren contiguos a lugares de uso público deben encontrarse cerrados. Los cierros deberán ser mantenidos en buen estado mientras los propietarios de los terrenos descritos no los utilicen para alguna actividad específica.

ARTICULO 2º : Existirán dos tipos de cierros : De Primera y Segunda Clase.

ARTICULO 3º : Se entiende por cierros de primera clase aquellos que deberán ejecutarse en todos los sitios ubicados en el plan de la ciudad, que no se encuentren edificados y que colinden con lugares de uso público.

Dichos cierros no podrán mantenerse por un plazo superior a los seis meses, salvo que se tratase de un terreno en edificación, en cuyo caso y siempre que los antecedentes técnicos lo justificaren; el Director de Obras podrá autorizar un lapso mayor.

ARTICULO 7º : Los cierros de segunda clase podrán consistir en la mantención de fachadas existentes, estructuras de madera revestidas con planchas de cubierta por su exterior u otra solución similar, colocados en condiciones de seguridad.

Sin perjuicio de lo anterior, los cierros no podrán consistir en alambres tensados entre postación, ni en otros elementos que impliquen riesgo a los transeúntes o peligro de deterioro o perjuicio a sus vestimentas o bienes.

ARTICULO 8º : Tanto los cierros de primera como de segunda clase, deberán instalarse dentro de las líneas oficiales de calles y poseer una altura de dos metros, medida desde el nivel de la vía pública contigua al terreno objeto del cierro.

Cualquiera que sea el tipo de cierro que deba ejecutar, deberá requerirse, antes de su construcción, la aprobación de la Dirección de Obras Municipales.

ARTICULO 9º : Sin perjuicio de lo establecido en el artículo 16 de la Ordenanza de Aseo de la Comuna de Valparaíso, será de responsabilidad de los propietarios mantener permanentemente aseada la superficie exterior de los cierros y libre de toda leyenda, propaganda o cualquier otro tipo de aviso escrito o dibujos.

Figura 278. *Abandono dos lotes e do imóveis no Cerro Cordillera. Rua Villagran. Valparaíso. Cerro Cordillera. Maio de 2018. Chile.*

Figura 279. *Lei de Urbanismo. Chile.*

Articulação

Lei de Urbanismo

396.*Artículo 123°.- En aquellas propiedades que no cumplan con las disposiciones del Plan Regulador y que fueren parcialmente afectadas por siniestros, las Direcciones de Obras Municipales podrán autorizar la ejecución de trabajos de emergencia y de carácter transitorio, destinados a su mantenimiento, por un plazo no mayor a seis meses."*

Decreto-ley n°19.418. (1997). Ley General de Urbanismo y Construcciones. Ministerio de Vivienda y Urbanismo.Biblioteca do Congresso nacional de Chile. Santiago. Capitulo II Párrafo II Artículo° 123.

397. *Decreto-ley n°17235. (1998).Texto refundido,sistematizado y coordinado de la ley sobre impuesto territorial. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 2.5.1° Título 3°,*

398. *IBIDEM. Título III. Capítulo II. Párrafo 7°*

pode denunciar ao Município as obras em risco de ruína e que ameacem a saúde pública. O artigo 148 descreve a acção e específica quando esta pode ser posta em prática:*"Con todo, las construcciones existentes en las propiedades abandonadas que no ofrezcan las debidas garantías de salubridad y seguridad, o que amenacen ruina, podrán ser demolidas en conformidad con el Título III Capítulo II Párrafo 7° de la Ley General de Urbanismo y Construcciones."*[398]

É compreensível, após a leitura do código Chileno, que esta lei é relativamente inútil e a sua ativação lenta. O Município não pode atender à multiplicidade de focos de abandono, à delimitação desses lotes, ao controlo do estado estrutural dos imóveis ou da sua ocupação. Para agravar, o município não detém o direito, de expropriar os terrenos, em caso de abandono extenso.

No caso de Valparaíso, abandonar um edifício carrega uma responsabilidade sobre dimensionada sobre a saúde pública e urbana da cidade. Sendo a lei irrealizável por parte do Município, pela envergadura da missão, as propriedades abandonadas são focos de grande degradação urbana por serem pontos de proliferação de pragas. Segundo estes parâmetros, as propriedades privadas abandonadas não podem ser permitidas. É necessário encontrar uma solução imediata para a sua reabilitação. Estes imóveis, aceleram o processo de degradação de toda a

Figura 280. *Barrio Puerto Abandonado. Edifício Subercaseaux abandonado após incêndio e explosão. 2007. Valparaíso.*

Artículo 2.5.1. Los sitios eriazos y las propiedades abandonadas con y sin edificación, ubicados en áreas urbanas, deberán tener cierros levantados en su frente hacia el espacio público, siendo responsabilidad de los propietarios mantenerlos en buen estado.

El Alcalde deberá notificar a los propietarios de propiedades abandonadas, con y sin edificaciones, respecto de las mejoras o reparaciones que deban ejecutarse en dichas propiedades, relativas a cierro, higiene y mantención, otorgando un plazo prudencial para ello.

Vencido el plazo señalado en el inciso anterior, si no se hubieren realizado las obras ordenadas, el Alcalde, mediante Decreto Alcaldicio fundado, podrá declarar como "propiedad abandonada" los inmuebles que se encuentren en tal situación, de conformidad a lo establecido en el artículo 58 bis del Decreto Ley Nº 3.063, de 1979, sobre Rentas Municipales.

Las Municipalidades podrán intervenir en las

Decreto 193,
VIVIENDA
Art. UNICO Nº 10
D.O. 13.01.2006

propiedades abandonadas, con o sin edificaciones, que hayan sido declaradas como tales, sólo con el propósito de su cierro, higiene o mantención general, conforme a lo dispuesto en los incisos siguientes. El costo que las obras impliquen para el municipio será de cargo del propietario, pudiendo el municipio repetir en contra de éste.

En las propiedades que no contemplen edificaciones, la Municipalidad podrá realizar mantención, higiene, limpieza regular de la vegetación del predio y disponer cierros con un mínimo de un 60% de transparencia hacia el espacio público. Dicho porcentaje podrá ser incrementado por el Plan Regulador Comunal.

Tratándose de propiedades abandonadas con edificaciones, la Municipalidad, además de las medidas señaladas en el inciso anterior, podrá pintar las fachadas, realizar reposición de vidrios, puertas y cierros, para mantenerlas permanentemente en buen estado.

El Plan Regulador Comunal o el Plan Seccional, podrá establecer mayores exigencias que las contempladas en este artículo, respecto de las características de los cierros que enfrenten espacios públicos en los sitios eriazos y en las propiedades abandonadas.

Con todo, las construcciones existentes en las propiedades abandonadas que no ofrezcan las debidas garantías de salubridad y seguridad, o que amenacen ruina, podrán ser demolidas en conformidad con el Título III Capítulo II Párrafo 7º de la Ley General de Urbanismo y Construcciones.

Figura 281. *Lei de Urbanismo e Vivenda. Chile.*

399.*Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008-2013), [Comércio] "Operação de resultados incertos e arriscados mas de grande vantagem se for bem sucedida. «especulação»*

400.*Decreto-lei nº. 21202. (1975). Nueva ley general de Urbanismo y construcciones. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Santiago.Párrafo 3° Del saneamiento de Poblaciones. Artigo° 79.*

401.*IBIDEM.*

402.*LegalTop. (Dezembro de 2019). Indemnización por expropiación de terrenos en Chile.*

cidade, possibilitam a delinquência, aumentam a probabilidade de ocorrência de incêndios urbanos e não contribuem para os impostos do Município. Moralmente, numa cidade com 7% de sobrelotação, 3% dos imóveis em ruína, mais de 3.000 fechados e desocupados em estado considerado degradado, e 10.000 famílias sem casa, a política urbana deve aspirar à utilização dessas propriedades para habitação. É o valor público de um imóvel urbano versus o direito incontestável de propriedade. Os edifícios abandonados por várias décadas atingem níveis de degradação tão acentuados que a integridade estrutural está em muitos casos, gravemente afetada.

Há em Valparaíso como foi possível observar no caso da praça San Agustin, várias ações e entidades que ocupam ou ocuparam e utilizam um prédio vazio para uma atividade social e cultural de integração elevada seja ela graças à criação de áreas verdes, espaços públicos, ou habitação com o intuito de habitar sem especular.[399] Estes casos como a intervenção de "San Agustin", ou o "Projeto CasalRevez" evidenciam que existem outras formas de desenvolvimento, mas crescem isoladamente e carecem de mecanismos que permitam a sua sustentação. Demonstram que se pode e deve utilizar a propriedade de outros com um bem social e sem especulação económica, garantindo habitação social ou equipamento público e favorecendo a

Figura 282. *Loft. Reabilitação de edifício patrimonial para Rbnb. Maio 2018. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.*

construção de redes socioeconómicas densas.

Artículo 79°.- Corresponderá a las Municipalidades desarrollar las acciones necesarias para la rehabilitación y saneamiento de las poblaciones deterioradas o insalubres dentro de la comuna, en coordinación con los planes de esta misma naturaleza y planes habitacionales del Ministerio de la Vivienda y Urbanismo. [400]

Artículo 81°.- Para prevenir el deterioro progresivo de un sector o barrio la Municipalidad podrá ejercer las siguientes facultades:

a) Fijar plazo a los propietarios para efectuar las reparaciones necesarias para evitar el colapso parcial o total de una construcción;

b) Ordenar la construcción de cierros exteriores en los sitios eriazos, en plazos no inferiores a seis meses, con las características que señale el Plan Regulador y su Ordenanza Local, o las que se fijen a falta de aquéllos;

c) Fijar plazo para conectarse a las redes públicas de agua potable y alcantarillado, cuando éstas existan, y

d) Ordenar demoler las construcciones que amenacen ruina, o aquéllas construidas ilegalmente vulnerando las disposiciones del Plan Regulador, bajo apercibimiento de ejecutar derechamente la demolición por cuenta del rebelde. En el ejercicio de estas facultades, la Municipalidad podrá apercibir a los propietarios con la aplicación de una multa si no cumplieren con lo ordenado, la que se hará efectiva administrativamente a beneficio municipal. [401]

Processos de Expropriação.

No contexto chileno, caso as agências responsáveis, identificarem imóveis abandonados, ou se, existirem projectos de utilidade pública, é possível activar a lei de expropriação. *"Cuando se requieren realizar obras que benefician a muchas personas, como ensanchamiento de una vía o la construcción de una doble vía, se realizan expropiaciones de los terrenos donde se construirá, y en este proceso, por un decreto supremo, las personas que serán privadas de sus terrenos recibirán una indemnización."* [402]

Actualmente segundo a lei de Urbanismo, compete ao *"Servicio de Impuestos Internos"* vigiar os imóveis, garantindo que se mantêm os requisitos, características e condições em que foram aprovados.[403] Segundo Peter Marcuse, o caso de Nova York é exemplar. Em caso de abandono, a acção de hipoteca e venda executa-se num período máximo de 6 meses e o proprietário conta apenas com 120 dias de atraso no pagamento de impostos, água, electricidade, entre outros. No caso de Nova York, os imóveis são posteriormente leiloados e o valor destes, arrecadado pelo município. Telvez seja possivel em Valparaíso um mecanismo legal de expropriação e posterior venda ou concessão de imóveis abandonados

403.*Decreto-lei n°. 21202. (1975). Nueva ley general de Urbanismo y construcciones.Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Santiago. Párrafo 3° Del saneamiento de Poblaciones. Artigo° 167.*

404.*"La tasa anual del impuesto Territorial de los bienes raíces habitacionales es de 0,98% cuando el avalúo sea igual o menor a $79.981.663 al 01.07.2016. Para aquellos bienes raíces con avalúo mayor a $79.981.663 hasta ese monto se aplicará la tasa del 0,98% y sobre la parte que exceda dicho monto se aplicará la tasa del 1,143%."*
SII. (2019). Impuesto Territorial. Sistema Interno de Impuesto Chile Biblioteca Nacional de Chile.

405.*IBIDEM.*

406.*"Art. 52. La derogación de las leyes podrá ser expresa o tácita. Es expresa, cuando la nueva ley dice expresamente que deroga la antigua. Es tácita, cuando la nueva ley contiene disposiciones que no pueden conciliarse con las de la ley anterior. La derogación de una ley puede ser total o parcial."*
Decreto-lei n°. 21171. (2000). Texto Refundido, coordinado y sistematizado del código civil, de la ley, n° 4.808, sobre registro Civil. Ministerio de Justicia. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Santiago. Artigo 52°.

por incumprimento fiscal ou negligência.

Existem duas formas de abandono na lei chilena, sendo elas o abandono físico e por dívida ao fisco. Em nenhum dos formatos de abandono o imóvel é retirado ao proprietário, contudo está prevista na lei uma sobretaxa ao *"bienes raíces"* abandonados em solo urbano pressionando os proprietários a capitalizar a propriedade.[404] O imposto territorial é uma das maiores fontes de rendimento urbano para o Município. Sem a execução deste contributo, a ação do Município fica gravemente debilitada. Por essa razão quando um edifício se encontra abandonado pelo incumprimento do pagamento das contribuições, toda a cidade é prejudicada. *"El Impuesto a los Bienes Raíces se determina sobre el avalúo de las propiedades y su recaudación es destinada en su totalidad a las municipalidades del país, constituyendo una de sus principales fuentes de ingreso y financiamiento. La tasa anual del Impuesto Territorial de los bienes raíces no agrícolas, no habitacionales, correspondientes a sitios no edificados, propiedades abandonadas y pozos lastreros es de 1,204%."* [405]

Está previsto na lei Chilena o mecanismo de expropriação de um imóvel para utilidade pública ou interesse social. Entendem-se por utilidade pública, segundo a lei de urbanismo, todos os projetos propostos em terrenos urbanos, delimitados no plano regulador, destinados à circulação, parques ou praças. À primeira instância conclui-se que

a habitação popular sem fins lucrativos não está contemplada por este mecanismo. Seria necessária uma revogação parcial da lei e a sucessiva promulgação de um novo artigo.[406]

Sabendo não existe forma legal de retirar o imóvel ou lote ao proprietário em caso de abandono, a proposta de promulgação, ou seja, a inclusão da habitação social não sujeita à especulação, como pretexto para a expropriação, é justificável no contexto crítico de Valparaíso. Felizmente, ao aprofundar a leitura da lei chilena, é possível identificar uma exceção. Posteriormente à definição de terreno de utilidade pública no artigo 59, permite a construção de habitação económica, ou seja, unidades com menos de 140 m². No caso de que em dito terreno existam imóveis, a lei possibilita o seu uso e/ ou reabilitação para habitação económica. [407] Para a mais-valia deste trabalho, a lei chilena dispõe atualmente dos dispositivos legais necessários para suportar a renovação dos imóveis urbanos vazios ou abandonados através de uma colaboração entre o sistema fiscal e os habitantes interessados na execução de um projeto de habitação económica. *"Los edificios ya construídos, que al ser alterados o reparados se transformen en viviendas de una superficie edificada no superior a 140 metros cuadrados por unidad de vivienda, podrán acogerse a los beneficios, franquicias y exenciones de las viviendas económicas y se considerarán como tales para todos los efectos legales, siempre que reúnan las características, requisitos y condiciones que se determinan en este Título, en el decreto con fuerza de ley N° 2, de 1959, en el Reglamento Especial de Viviendas Económicas y en los casos que corresponda, además, cumplan los requisitos de la ley N° 6.071 y su Ordenanza. "* [408]

Este formato de habitação pode ser estipulada em qualquer parte da área delimitada pelo plano Regulador. *"Artículo 163°.- La vivienda econonómica podrá emplazarse en cualquier zona habitacional del área urbana."* [409] A estrutura legal chilena oferece assim um mecanismo que deve ser operacionalizado, com vista à proliferação e incentivo de habitação económica. O comércio é permitido, mas não deve ultrapassar os 20 % da área ocupada e 30% em imóveis de 3 ou mais pisos. A habitação económica usufrui de uma redução nos custos de reabilitação, construção, subdivisões, loteamento, aprovação de planos, num valor de 50%. Os valores para cada ação estão definidos no artigo 130 da *Lei General de Urbanismo y Construciones*. Por essa razão, a habitação económica é regida por um conjunto de limitações físicas e legais, restringindo a massificação exagerada por lote ou a sua comercialização. No caso da área selecionada não usufruir de nenhuma construção, apenas será permitida a introdução de um imóvel com um limite máximo de dois pisos. [410]

Contudo, no caso de Valparaíso e do Bairro Porto, a ocupação dos imóveis para habitação coletiva é igualmente um pretexto

407.*"Artículo 162° Son «viviendas económicas» las que tienen una superficie edificada no superior a 140 metros cuadrados por unidad de vivienda y reúnen los requisitos, características y condiciones que se determinan en el decreto con fuerza de ley 2, de 1959, en la presente ley y en el Reglamento Especial de Viviendas Económicas."*

Decreto-lei n°. 21202. (1975). Nueva ley general de Urbanismo y construcciones.Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.Santiago. Artigo° 162°

408.*IBIDEM*

409.*IBIDEM. Artigo n° 163.*

410. *"b) Si a la fecha de la declaratoria no existieran construcciones, sólo se admitirá la edificación de una vivienda de hasta dos pisos de altura en los lotes recepcionados a la fecha de la declaratoria, conforme a las reglas que establezca la Ordenanza General."*

IBIDEM. Artigo 59.

411.*IBIDEM. Artigo n° 62.*

para a proteção e reabilitação de edifícios com valor patrimonial. De forma ambígua e sem referir precisamente a palavra reabilitação, os acréscimos construtivos que tenha por objetivo mitigar os impactos ambientais ou melhorar a qualidade arquitetónica das estruturas e instalações estão permitidas. A justaposição destes artigos permite concluir que estão legalmente conformadas as bases necessárias para os habitantes e o estado que pretendam fazer convergir os seus interesses.

"Artículo 62.- Sin embargo, los aumentos que tengan por objeto preciso mitigar los impactos ambientales adversos que provocare su actividad productiva no estarán afectos a dicho congelamiento, como, asimismo, las obras destinadas a mejorar la calidad de su arquitectura, de sus estructuras y de sus instalaciones, incluidas aquéllas que tengan un sentido estético que contribuya a mejorar su aspecto." [411]

Para concretizar projetos públicos, o fisco é obrigado a expropriar os terrenos, que no caso de Valparaíso se encontram maioritariamente privatizados. O projeto de utilidade pública deve estar pré-estabelecido para que posteriormente se elabore o processo judicial de expropriação das áreas sujeitas. Aprovado o Projeto, o *Ministério de Obras Públicas* deve notificar o proprietário afetado. De seguida, membros do Serviço de Impostos Internos avaliam o imóvel, conformando uma declaração com o montante sobre o qual a

Vecinos están preocupados por posibles expropiaciones en megaproyecto vial de Valparaíso

noviembre 19th, 2015 | by admin

Los vecinos del sector comprendido entre subida Washington y Cerro Molino, levantaron nuevamente la voz contra el proyecto de extensión de Avenida Alemania en Valparaíso.

Según explicó Carlos Carvajal, presidente de la Junta de Vecinos Número 5 del Cerro Barón, el proyecto podría considerar al menos 180 expropiaciones.

Además, Carvajal agregó que desde el Gobierno les aseguraron que las expropiaciones serán pagadas en función del avalúo fiscal, situación que preocupa a los vecinos.

Figura 283. *Expropriação. Mecanismo inserido na Lei de Urbanismo. Município de Valparaíso.Uso contra a habitaçao.*

NACIONAL

Cinco son los dueños de los terrenos que podrían ser expropiados para reconstruir en Valparaíso

Se trata de zonas con plantaciones forestales y empresas madereras que colindan con la zona urbana que fue arrasada por el fuego. Otros paños están abandonados. Otras fracciones se encuentran tomadas por pobladores o simplemente abandonadas.

POR: MARTÍN ROMERO E. miércoles, 16 de abril de 2014

Cinco grandes propiedades privadas de Valparaíso podrían ser objeto de una eventual expropiación. Esto, si el Gobierno opta por ese camino para poder realizar las obras de reconstrucción en los cerros que fueron arrasados por el incendio del fin de semana.

"Hay que responsabilizarse, todos. Los privados también. Si hay que expropiar... vamos a mirar cuáles son las soluciones de fondo", dijo ayer al respecto la Presidenta Michelle Bachelet.

De acuerdo a la información proporcionada por la Municipalidad de Valparaíso, los paños en cuestión corresponden a una parte de los fundos de propiedad de **Ursula Riegel, Mauricio Andreani, Roberto Galletti, Pablo Rivera** -en cuyo fundo «Los Perales» habría comenzado el fuego- y **Rommel Schmidt** . Riegel es nieta de un alemán llegado a Chile en el siglo XIX y es dueña de 310 hectáreas (fundo «El Pajonal»), en donde posee un motel.

MÁS NOTICIAS

► Responsable del Museo que se construirá en el Parque San Borja responde a las críticas

► CDE analiza presuntas irregularidades del vicepresidente del Senado

Figura 284. *Expropriação. Mecanismo inserido na Lei de Urbanismo. Município de Valparaíso. Uso a favor do direito à habitação.*

Jueves 11 de marzo de 2010

Muni proyecta 10 mil viviendas en El Pajonal

Un ambicioso proyecto inmobiliario, que persigue dar respuestas concretas a las demandas habitacionales que habían en la comuna y que hoy se multiplican tras el terremoto, está gestionando el alcalde de Valparaíso, Jorge Castro, con el apoyo del Concejo Municipal, tras la aprobación de una importante iniciativa que se dio ayer en sesión del Concejo Municipal.

Se trata de la construcción de viviendas en los terrenos de El Pajonal-Hinojo, ubicados en pleno centro de la ciudad, mediante la compra de la propiedad bajo las medidas de emergencia que se están adoptando por el sismo.

El alcalde Castro explicó que "luego de la desgracia ocurrida en el país, Valparaíso quedó sumido en una cruda y preocupante crisis habitacional con propiedades que hay que demoler por su mal estado, pero sin embargo hasta ahora no hay respuesta para quienes se quedarán en la calle".

Precisó que "tenemos más de tres mil denuncias y otras más que vienen llegando y si sumamos esto a la fuerte demanda habitacional que ya teníamos y no había lugar dónde construir, pues en la comuna se han dado problemas de convivencia social, este es el momento de resolver el problema".

PLAN REGULADOR

La autoridad comunal precisó que tras las facultades que le confiere la ley a los municipios por el estado de catástrofe que vive la V Región, hará uso del decreto que le permite anexar al Plan Regulador Comunal los terrenos de El Pajonal-Hinojo a la zona urbana.

La idea es partir en este lugar con la construcción de mil 500 viviendas sociales y llegar a un tope de seis mil, además de permitir la construcción de hasta cuatro mil viviendas de clase media por un valor de 700 a mil Unidades de Fomento (UF).

412. *"Firmado el convenio, el MOP efectúa los trámites administrativos, los cuales concluyen con la firma de la Escritura Pública de expropiación por parte del MOP y del expropiado y la posterior inscripción a nombre del Fisco del terreno expropiado en el Conservador de Bienes Raíces respectivo."*
IBIDEM.

413. *Decreto-ley n° 2186. (1978). Aprueba Ley Orgánica de Procedimiento de Expropiaciones.Ministerio de Justicia Biblioteca del Congreso Nacional. Santiago . Chile. Artigo n°26.*

propriedade foi avaliada. Este processo demora cerca de 10 meses.[412] Contudo, e felizmente, o processo é relativamente rápido no caso de, em 20 dias, os proprietários dos imóveis não se apresentarem para reivindicar os seus direitos ou caso as contribuições não estejam atualizadas. As propriedades de Valparaíso encontram-se abandonadas por décadas. A negligência governamental permitiu que os proprietários abandonassem as suas obrigações e esse abandono poderia demonstrar-se uma mais-valia neste processo acelerando a outorgação directa do pagamento.

"Artículo 26.- Si ningún interesado se presenta dentro del indicado plazo de veinte días haciendo valer sus derechos o créditos, el juez, previa certificación del secretario, ordenará, sin más trámite, pagar íntegramente al expropiado la indemnización definitiva siempre que éste acredite su derecho de dominio y estar al día en el pago de las contribuciones que afecten al bien raíz." [413]

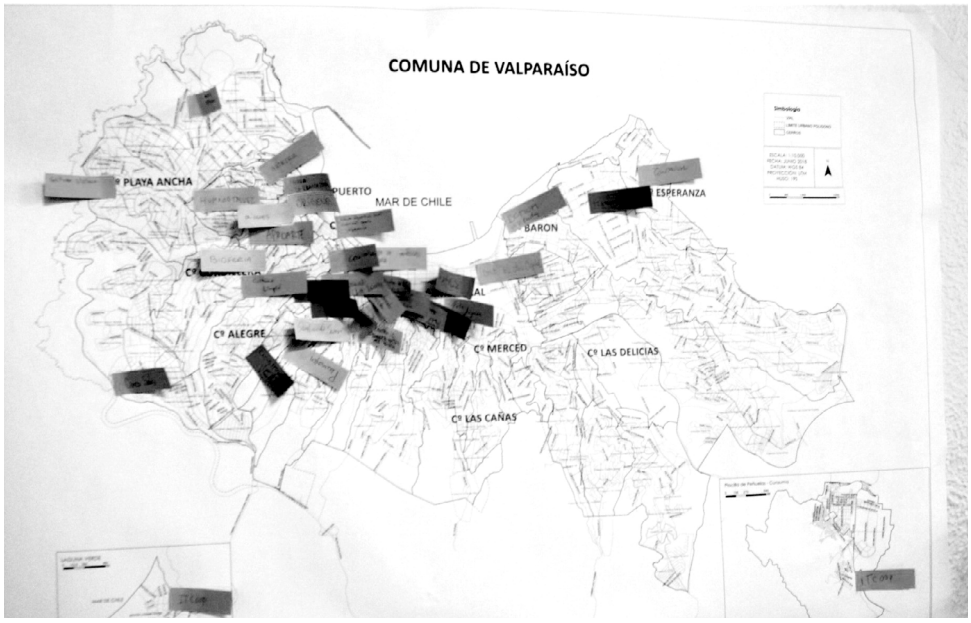
Concluída a etapa de expropriação legal da propriedade abandonada, vaga ou em risco de ruína na cidade de Valparaíso, surge a necessidade de empoderar os habitantes e apoia-los (após a concessão do prédio) na reabilitação e construção da habitação coletiva. Após a criação do *Sistema Unificado de Permisos* (conhecido como Super), conformou-se um

Figura 285. *Ativação do Mecanismo de expropriação e subsídio de habitação após incêndio de 2014. Valparaíso. Chile.*

Figura 286. *Esquema. Tempo Necessário para esta colaboração. Entre 12 a 30 Meses.*

Articulação

Cooperativismo no Chile.



414. *"Municipalidades, servicios municipales u organismos estatales que tengan patrimonio distinto del fisco o en que el Estado tenga aportes de capital, participación o representación, además de personas jurídicas de derecho público o privado, siempre que éstas últimas no persignan fines de lucro." ChileAtende. (Junho de 2019). Concesión de uso gratuito de corto plazo de un inmueble fiscal. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. (Weblog post)*

415. *Ministerio de Bienes Nacionales. (2020). Transferencia Gratuita de Inmuebles Fiscales. Descripción del Trámite.*

416. *"Artículo 28 - Actualización de los instrumentos de planificación territorial. Los instrumentos de planificación territorial deberán actualizarse periódicamente en un plazo no mayor a diez años, conforme a las normas que disponga la Ordenanza General."Decreto-lei nº. 21202(1975) Nueva ley general de Urbanismo y construcciones.Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.Santiago. Párrafo 3° Del saneamiento de Poblaciones. Artigo° 28.*

417. *"Artículo 50°.- En casos especiales de proyectos de los Servicios Regionales o Metropolitano de Vivienda y Urbanización, éstos podrán proponer al Ministerio de la Vivienda y Urbanismo a través de la respectiva Secretaría."*
IBIDEM. Artigo° 50

mecanismo de concessão gratuita de longo prazo de um imóvel fiscal. Este contrato outorga um imóvel para uma finalidade específica em casos justificados, por um prazo específico de 50 anos. Está dirigido a Municípios, serviços municipais, organismos estatais e felizmente personalidades jurídicas de direito público ou privado sem fins lucrativos, o que permite incluir Juntas de Vizinhos, Cooperativas de Habitação e associações culturais.[414] A habitação no chile é um bem profundamente individual, e o conceito de outorgação de terras sem o direito à propriedade não seria uma opção socialmente viável. No entanto, o mecanismo legal do chile construiu outras formas de outorgação de terras através da venda direta ou através do documento *Transferência Gratuita de un inmueble Fiscal*[415] sem custos adicionais no processo de transferência. Este processo permitiria que terra publica nas mãos do Município fossem diretamente outorgadas para projetos de habitação financiada e autoconstruída. O documento pode ser encontrado em anexo.

Está previsto igualmente no artigo n°50 da Lei de Urbanismo, que os *Servicios Regionais e Metropolitanos de Vivenda y Urbanismo* estão legalmente capacitados para propor ao Ministério de Vivenda e Urbanismo, modificações ao Plano Regulador. As expropriações são uma ação protegida pelo artigo n° 50. Pensando que o *Plano Regulador* de Valparaíso é um mecanismo redesenhado

Figura 287. *Escuela de Cooperativas. Alcaldia Ciudadana. Valparaíso Mapa de Cooperativas de Valparaíso. 2019.*

até um período máximo de 10 anos [416] , esta permeabilidade da lei é importante para qualquer alteração e formalização rápida e legal de projeto de valor social.[417] Sobre um contexto de recuperação de espaços públicos o mecanismo foi acionado pela Junta de Vizinho n°143 Heroes del Mar, em colaboração com a associação cultural Junto al Barrio. A associação fundamentalmente através de um processo articulado entre a Junta de vizinhos, habitantes e Município, foi capaz de lidar com este processo de expropriação.[418] A praça San Agustin, erguida sobre um lote abandonado do Cerro Cordillera, está apto a ser expropriado pelo *"Ministério de Vivienda y Urbanismo".* [419]

Não se trata de uma imposição. A expropriação faz parte dos mecanismos anteriormente utilizados pelo Governo Chileno. Entre 1965 e 1970, mais de 1,400 propriedades foram expropriadas cobrindo 1.200.000 hectares e beneficiando 30.000 agricultores. No final de 1970, a mobilização popular foi exponenciada e aumenta o número de tomas e ocupações ilegais de terrenos. Imediatamente após a eleição do Governo de Salvador Allende, 2.500 latifúndios foram expropriados em 20 meses, sendo que um deles é ainda hoje considerado um dos maiores mundialmente expropriados com 520.000 hectares. [420]

Cooperativismo no Chile.

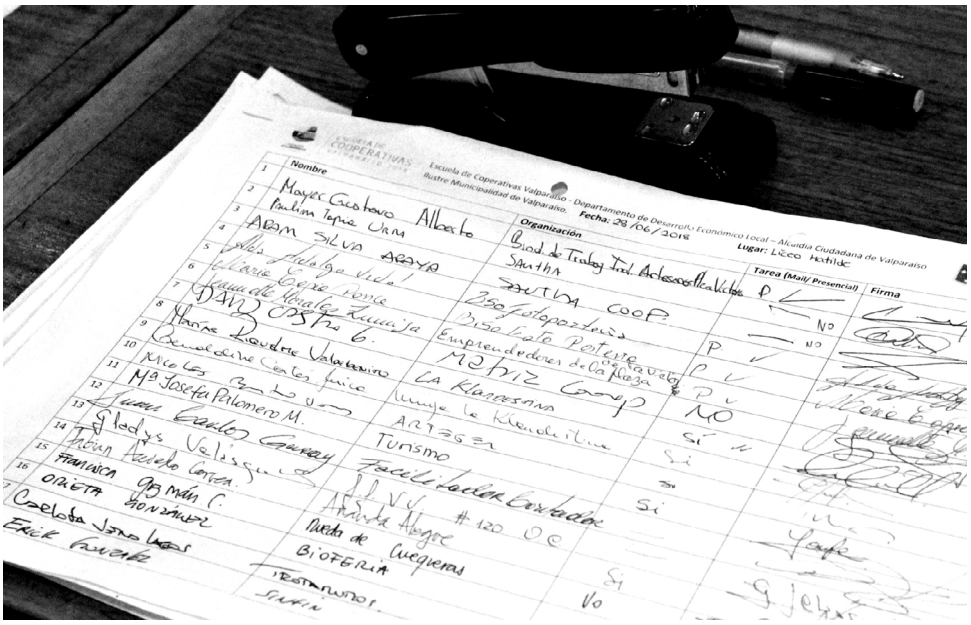
O modelo de Cooperativa de Habitação está incluída na lei do Chile, permitindo afirmar que os processos realizados com sucesso no Uruguai poderiam encontrar o espaço para a sua execução no contexto social dos Cerros de Valparaíso.[421]

A ativação desta entidade jurídica é preponderante neste trabalho por duas razões: a primeira é o formato de associação que atualmente conforma e delimita os bairros de Valparaíso (as Juntas de Vizinhos), que não impõem aos sócios nenhuma obrigação. A participação nas reuniões é facultativa e não existe um conjunto de deveres, servindo primordialmente como fonte de informação e centro de diálogo. A segunda vantagem da cooperativa é a sua forma de relação: os indivíduos inscritos mantêm entre eles um conjunto de obrigações e deveres. A lei de cooperativas delimita a forma de relacionamento dos cooperativistas e os órgãos internos da entidade jurídica. Uma das formas de relação estabelecidas é a propriedade: caso os cooperativistas pretendam, a propriedade coletiva é legalmente permitida. Ao contrário das cooperativas de ajuda-mútua que podem apenas ser compostas entre 10 e 50 habitantes, as cooperativas chilenas estão legalmente aptas a conformarem-se com o número de sócios pretendido.

Figura 288. *Escuela de Cooperativas. Alcaldia Ciudadana. Valparaíso 1°Reunião. 2019.*

Articulação

Domínio, propriedade e contradições



418.*ALFARO, P. (Abril 2018) .La Junta de Vecinos 143 de Héroes del Mar, en colaboración de Junto al Barrio, reunió a distintos actores para dialogar sobre la recuperación de espacios públicos. Fundacion Junto al Barrio. (Weblog post).*

419.*"Artículo 59.- Decláranse de utilidad pública todos los terrenos consultados en los planes reguladores comunales, planes reguladores intercomunales y planes seccionales destinados a circulaciones, plazas y parques(...)"Decreto-lei n°. 21202(1975) Nueva ley general de Urbanismo y construcciones. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.Santiago. Párrafo 3° Del saneamiento de Poblaciones. Artigo° 59.*

420.*DRAGO, T. (1995). Chile:Um duplo Sequestro. Tradução Magda Lopes Thesaurus, Brasília. Isbn 8570620608 P.56.*

421.*"Artículo 12: Los interesados en formar cooperativas de ahorro y crédito y abiertas de vivienda deberán someter a la aprobación del Departamento de Cooperativas un estudio socioeconómico sobre las condiciones, posibilidades financieras y planes de trabajo que se proponen desarrollar."*

Decreto-ley 21130. (2019). Ley General de Cooperativas. Ministerio de Economía, fomento y reconstrucción. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 12°.

"Artículo 74: Son cooperativas de vivienda aquellas que tienen por objeto satisfacer las necesidades habitacionales y comunitarias de sus socios y prestar los servicios inherentes a dicho objetivo.Habrá dos clases de cooperativas de vivienda:

1)Las cooperativas cerradas de vivienda, que se organizan para desarrollar un proyecto habitacional,".[422]

Nenhuma cooperativa pode adotar uma razão social idêntica a outra. Cada cooperativa financia os seus gastos de administração e define os contributos de cada sócio. A estrutura interna de cada cooperativa é delimitada pelo projeto-lei e não se afasta da morfologia das cooperativas de habitação de ajuda-mútua do Uruguai. A entidade conforma-se por: uma Junta de sócios, o conselho Administrativo, um Gerente e uma Junta de Vigilância. A junta de sócios é a autoridade suprema, dando a este corpo (onde se incluem todos os sócios), o maior número de poderes: *"Artículo 20° La Junta General de Socios es la autoridad suprema de la cooperativa. Estará constituida por la reunión de los socios que figuren debidamente inscritos en el registro social y los acuerdos que adopte, con sujeción a las disposiciones legales, reglamentarias y estatutarias, serán obligatorios para todos los miembros de la cooperativa."*[423]

Cada sócio tem direito a um voto e não pode representar mais de 5% dos sócios numa assembleia geral, dando passos proeminentes em direção a um processo democrático. Esta entidade está encarregada por lei de distribuir

Figura 289. *Escuela de Cooperativas. Alcaldia Ciudadana. Valparaíso 2°Reunião. 2019.*

os excedentes, dissolver a cooperativa, reformar dos estatutos, eleição e revogação dos membros do conselho de Administração, ou Junta de Vigilância e modificação do objeto social. Em contrapartida, não figura em nenhum artigo a formação de uma junta de desenvolvimento cultural, de fomento político, ou assistência técnica na construção da cooperativa.

O objetivo fundamental não se altera comparativamente com a realidade Uruguaiana. A cooperativa fechada pretende colmatar as carências de habitação dos seus sócios e os serviços inerentes, abrindo espaço para a construção articulada de negócios, oficinas e espaços culturais.[424] É um processo contínuo, de ações e deveres, permitindo sustentar e defender o conceito de cooperativa como um compromisso. Não é "gratuito" inserir-se numa cooperativa. No caso da FUCVAM são os cooperativistas que mantêm economicamente a federação e paralelamente exige ao sócio uma afinação dos seus objetivos com os dos outros habitantes. *"Las cooperativas abiertas de vivienda, que deben ser de objeto único y pueden desarrollar en forma permanente, simultánea o sucesiva diferentes programas habitacionales y tener carácter nacional o bien desarrollar una acción regional."*.[425] Como forma de garantir financiamento, os terrenos atribuídos pelo Ministério ou o Fisco são considerados património dos sócios, facilitando a atribuição de financiamento hipotecário.[426]

Domínio, propriedade e contradições.

"Artículo 75: Los dueños de terrenos ubicados en una misma comuna, que persigan como objetivo la construcción, ampliación o terminación de sus viviendas, la finalización de la urbanización o el establecimiento de servicios comunitarios, podrán constituir cooperativas de servicios habitacionales, conservando la propiedad de sus terrenos. Estas entidades se regirán por las normas aplicables a las cooperativas cerradas de vivienda.".[427]

A lei de habitação da qual nasce a FUCVAM, separa as cooperativas de proprietários e de usuários e define esta ultima da seguinte forma: *"Artículo 136. (Destino).- Los socios deberán destinar la respectiva vivienda adjudicada para residir con su familia y no podrán arrendarla o cederla -directa o indirectamente- siendo nulo todo arrendamiento o cesión, salvo lo dispuesto en los artículos siguientes. Si el socio no destina la vivienda adjudicada para residencia propia y de sus familiares, será causa suficiente para la pérdida de la calidad de socio"*.[428] A lei dá ao cooperativista a possibilidade de adquirir a propriedade individual e foi a federação que incentivou a organização de cooperativas de compropriedade com o intuito de proteger a habitação do mercado.[429] O código Chileno responsabiliza a entidade financiadora por esta decisão. Caso não seja estipulado pelo financiamento

Figura 290. *Escuela de Cooperativas. Alcaldia Ciudadana. Valparaíso 3°Reunião. 2019.*

422.*IBIDEM. Artigo n° 74.*

423.*IBIDEM. Artigo n°20.*

424.*"Artículo 74: Son cooperativas de vivienda aquellas que tienen por objeto satisfacer las necesidades habitacionales y comunitarias de sus socios y prestar los servicios inherentes a dicho objetivo. Habrá dos clases de cooperativas de vivienda: 1) Las cooperativas cerradas de vivienda, que se organizan para desarrollar un proyecto habitacional."*
IBIDEM. Artigo n°74.

425.*IBIDEM. Artigo n°80*

426.*"Artículo 81: Los terrenos adquiridos por las cooperativas de vivienda a título gratuito, se considerarán parte de su capital para los efectos de la adjudicación de viviendas a los socios."*
IBIDEM. Artigo n°81.

427.*IBIDEM.Artigo n°75.*

428.*LEY N°13.728. (1968). Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial y Medio Ambiente. Capítulo X de las Cooperativas de Vivienda. Sección III De los Usuarios. Artigo n° 136*

a propriedade coletiva, as cooperativas têm o direito de escolher que formato pretendem adquirir. A lei estimula o espírito lucrativo dos sócios, legaliza o arrendamento destes imóveis adquiridos com financiamento público[430] e permite aos herdeiros abdicar dos contributos e deveres de sócio e manter o imóvel após a morte do parente.[431]

Abrindo este formato de habitação, autoconstruída, reabilitada e patrimonial ao mercado, localizada no centro da cidade de Valparaiso, o projeto permite a introdução destas habitações construídas ou reconstruídas num contexto de pobreza e entreajuda, no mercado livre, sujeitando os fenómenos da informalidade à especulação, ao lucro, mercantilizando um produto social. Graças a estas permissividades, caso a entidade financiadora não imponha limites ao uso da propriedade, a produção de habitação através das cooperativas será apenas mais um esquema instrumentalizàvel. *"Artículo 77: El consejo de administración de las cooperativas de vivienda, a petición de cualquier socio interesado, le adjudicará en dominio la vivienda construida que tenga asignada en uso y goce o que le corresponda, una vez que se haya cumplido con las exigencias de urbanización y que el socio haya caucionado sus obligaciones pendientes con la cooperativa, si las hubiere.(...)Sin embargo, las cooperativas podrán conservar la propiedad de sus viviendas cuando el acreedor hipotecario que otorgó los créditos para construirlas así lo exija, de lo que se*

Figura 291. *Casa Construída com o Fundo D.S.49 e pela ONG. Vivienda Local. Cerro las Canas. Valparaíso. Chile 2019.*

dejará constancia expresa en la escritura de mutuo respectiva. La prohibición de adjudicar las viviendas deberá ser inscrita en el Registro de Prohibiciones del Conservador de Bienes Raíces respectivo. Una vez pagado el mutuo hipotecario los socios tendrán el derecho establecido en el inciso primero." [432]

Esta proposta, aqui desenhada pretende articular as necessidades macroterritoriais e microterritoriais. A produção da habitação através deste mecanismo pretende responder integralmente a um conjunto de necessidades do Município (capitalização das propriedades no centro da cidade, proteção do património e desenvolvimento holístico da cidade) e dos habitantes (casas dignas, segurança e centralidade). O sistema deve proteger os habitantes de finalidades lucrativas, visto que este mecanismo pretende servir a todos aqueles que conceberem a habitação como um direito e não uma fonte de lucro. Não se pretende que este projeto seja mais um caso que propicie a perversão das iniciativas populares.

Financiamento DS 49.

Que formatos estão hoje disponíveis para redistribuir os recursos financeiros? Como é possível através da lei, descentralizar o processo, ou seja, distribuir os recursos na rede local e adaptar cada habitação às necessidades familiares de cada agregado? A autoconstrução aparece neste esquema pela sua mais-valias educativas, mas fundamentalmente porque permite concentrar o máximo de recursos no proprietário-usuario. Os gastos executivos e administrativos são reduzidos e o financiamento público (discutido mais adiante) fica concentrado no usuário. Ela deve ser capacitada como uma metodologia de educação e controle popular da produção do espaço, mas fundamentalmente, a autoconstrução deve ser um modo de descentralização das decisões e dos recursos. Visto que este sistema pode apoiar a produção da habitação local, o Estado deve incentivar estes mecanismos. Este esquema pretende que os recursos hoje disponíveis sejam melhor distribuídos e que o usufruto do urbano seja equitativamente possível entre os seus habitantes. É necessário proteger a habitação após a sua finalização, mantê-la longe de incentivos lucrativos e aproxima-la dos objetivos sociais e necessidades locais.

"Lo que buscamos es densificar de forma equilibrada el centro de nuestras ciudades. Los barrios buenos. Bien equipados. Bien ubicados . Cerca de la pega, donde estan los colegios, donde uno se creo. 8 familias en Valparaiso y 16 en Santiago han recibido sus condominios. ." [433]

"c) Postulación colectiva, la que se realiza a través de cooperativas de vivienda, o de vivienda y de servicios habitacionales, o de cooperativas abiertas de vivienda, o de otros grupos organizados con personalidad jurídica vigente, o de corporaciones o fundaciones que tengan entre sus objetivos la solución habitacional de sus afiliados(...)" [434]

O subsídio em vigor desde 2011 contém nele o conjunto de mecanismos necessários para a defesa dos valores e modelos de sociedade promulgados nesta investigação. A autoconstrução é legalizada e permitida sob a gestão de uma assistência técnica arquitetónica, com obrigações tão variadas como: processo transparente e participado regido igualmente pela lei. O arrendamento está por lei proibido, sendo o produto resultante deste subsídio deliberadamente reservado à habitação do proprietário. Legaliza a aquisição da habitação através da copropriedade, protegendo o imóvel e o habitante da compra e especulação do mercado (fazendo deste um modelo inserido dentro da teoria de Peter Marcuse), e permite a reabilitação de imóveis, pactuando com as necessidades da cidade e do Município. Este subsidio permite associar outros contributos públicos, possibilitando o acesso de financiamento, aos indivíduos sem propriedade através da concessão onerosa do Fisco.*" B) La resolución exenta N° 2.273 (V. y U.), de fecha 4 de octubre de 2019, que llama a proceso de selección en condiciones especiales para el otorgamiento de subsidios habitacionales del Fondo Solidario de Elección de Vivienda, regulado por el DS N° 49 (V. y U.), de 2011, en la alternativa de postulación individual y colectiva para las tipologías de pequeño condominio, densificación predial y construcción en sitio propio, incluyendo el procedimiento de autoconstrucción asistida en los casos que procede.*"[435]

Figura 292. *Casa Construída com o Fundo D.S.49 e pela ONG. Vivienda Local. Cerro las Canas. Valparaíso. Chile 2019.*

429. *"Artículo 129. (Unidades cooperativas de usuarios). - Las unidades cooperativas de usuarios sólo atribuyen a los socios el derecho de uso y goce sobre las viviendas sin limitación de tiempo."* *IBIDEM. Artigo n°129.*

430. *"Artículo 80: Los socios a quienes se haya asignado una vivienda, tendrán derecho al uso y goce personal de la misma o a su arriendo en casos calificados, de acuerdo con las condiciones que establezcan los estatutos y el reglamento".*

Decreto-lei n°21130. (2019). Ley General de Cooperativas. Ministerio de Economía, fomento y reconstrucción. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile Artículo 80°.

431. *"Los asignatarios o sus herederos, con sus obligaciones pecuniarias al día respecto de las cooperativas, que estén en uso y goce de una vivienda y que dejen de tener la calidad de socios, no perderán sus derechos sobre la misma."*

IBIDEM. Artículo 80°.

432. *IBIDEM. Artículo n°77.*

Figura 293. *Casa Construída com o Fundo D.S.49 e pela ONG. Vivienda Local. Cerro las Canas. Valparaíso. Chile 2019.*

O fundo DS49 é lançado e promulgação a 13 de Setembro de 2011 como programa habitacional. Trata-se de um esforço comum entre o Estado que garante um fundo, mediante a participação monetária e física por parte do indivíduo, e uma parceria com o mercado construtor. É possível associar este financiamento a outros apoios públicos e privados, confirmando a complementação com a concessão de terras e as cooperativas de habitação.[436] O financiamento é outorgado pelo Estado, dando preferência às famílias que pertençam aos 40% mais vulneráveis da população nacional. Como se trata de pedido coletivo, a lei permite que 30% desses indivíduos se qualifiquem sobre os 40% mais pobres da população. *"Familias hasta el 40% de Calificación Socioeconómica (CSE) según Registro Social de Hogares (RSH) o hasta el primer quintil de vulnerabilidad de carencia habitacional según Ficha de Protección Social, no propietarias de vivienda. En postulaciones colectivas, el 30% de las familias pueden estar hasta el 100% de CSE según RSH o hasta el tercer quintil de vulnerabilidad de carencia habitacional según Ficha de Protección Social."*.[437] Pedidos individuais a tipologias de construção em sítio próprio, poderão ser concedidos a indivíduos incluídos dentro dos 50% da população mais pobre. Este financiamento não tem interesses económicos (juros) e a sua devolução não é exigida, sendo os que usufuem deste apoio libertados desse dever. Para as famílias que não são proprietárias e vivem numa situação de vulnerabilidade social e habitacional, o Fundo DS49 permitir-lhes-á adquirir os meios necessários para a construção de habitações sem crédito hipotecário. O fundo é atribuído de acordo com a necessidade económica e o nível de vulnerabilidade socioeconómica. Para ser atribuído, as famílias devem estar inscritas no Registo Social de Casas RSH que outorgam uma qualificação socioeconómica para cada agregado, definindo desta forma, a que benefícios podem aceder.

Cada ano, são disponibilizados pelo estado cerca de 450.000.000.000 de pesos. Em 2017 foram reservados 453.081.630.000 e foram utilizados 453.594.904.000 ultrapassando o orçamento previsto (atualmente cerca de 450 milhões de euros).[438] Em Valparaíso foram providenciados 31.699.463 de pesos para 1.850 projetos, de um total de 29.997 , fazendo de Valparaíso a 6° capital comunal com mais habitações proporcionadas segundo esta forma. [439] Segundo os dados do Ministério, em 2018 havia 46 mil famílias em condição ilegal e precária, e mais de 900 Acampamentos no Chile. Comparando estes números, é possível compreender a grande abrangência social que o fundo pode apoiar.

O fundo abre concurso 3 vezes por ano exigindo ao Ministério, o início, a execução e o término dos financiamentos de forma pragmática e rápida. Após o financiamento ser

Articulação

Ong Vivenda Local

433.*Minvu. (2019). Pequenos Condomínios. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. (Video).*

434.*Decreto-lei n°140. (1990). Regulamenta Programa de Viviendas Progressivas. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca Nacional de Chile. Artículo 2.*

435.*Decreto-lei n°49. (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 1°.*

436.*"El precio de la vivienda estará conformado por el monto del subsidio habitacional, el ahorro acreditado por el postulante y los aportes adicionales públicos y/o privados, si los hubiere."*
IBIDEM. Artigo n°2

437.*Minvu. (2019). Fondo Solidario de Elección de Vivienda DS49. Ministério de Vivienda Y Urbanismo. Biblioteca Nacional de Chile. Santiago. Chile. P.16.*

438.*IBIDEM*

439.*IBIDEM*

440.*Decreto-lei n°49. (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministério de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 28°.*

atribuído à família ou conjunto de famílias, o Estado dispõe de 15 dias para entregar o financiamento: *"A contar de la publicación en el Diario Oficial de la resolución que otorga el subsidio, el MINVU por intermedio de los SERVIU entregará a cada uno de los postulantes seleccionados, en un plazo no mayor a 15 días hábiles(...)"*.[440]

Depois de atribuído o financiamento, o beneficiado deve concluir as operações de construção num prazo máximo de 21 meses. O financiamento é contabilizado segundo o valor da moeda nacional de Fomento (UF) que mantém uma relação permanente com o Peso. Uma moeda UF corresponde a 27.565.790 (cerca de 3 mil euros). [441] O apoio máximo atribuído a cada família é de 950 UF, o que corresponde a 26.186.750 pesos (cerca de 28 mil euros) e pode ser aumentado em condições especiais, ou requisitos que os terrenos exijam antes de iniciar a construção. Este apoio é fundamental no contexto de Valparaíso visto que os Cerros adjacentes ao porto são caracterizados por uma forte inclinação e as propriedades se encontram gravemente deterioradas, exigindo obras de demolição e urbanização.

"Los proyectos de las tipologías de Construcción en Sitio Propio, Densificación Predial y Pequeño Condominio, individual o colectiva, podrán acceder a un incremento de hasta 250 Unidades de Fomento del subsidio complementario de habilitación, por sobre el monto de 150 Unidades de Fomento establecido en el tercer inciso de la letra h)

Figura 294. *ONG VIvienda Local Valparaiso. Cerro Las Canas 2018.*

del artículo 35, del DS N° 49 (V. y U.), de 2011, pudiendo llegar hasta 400 Unidades de Fomento por vivienda, (...) que se señalan a continuación:Muros de Contención y estabilización de taludes(...) Pilotajes profundos u otro tipo de diseño de fundaciones especiales(...) Obras de urbanización, rotura o reposición parcial o total de pavimentos.".[442]

Mais precisamente, o fundo, providência quatro alternativas para concorrer ao financiamento: A primeira é a *construccion de nuevos terrenos*, apoiando projetos habitacionais entre 10 a 160 habitações, incluindo urbanização, equipamentos e áreas verdes. Este formato foi largamente utilizado na cidade de Valparaíso após o incêndio de 2014 visto que os indivíduos afetados mantinham a propriedade fazendo deste o processo mais rápido.

O segundo modelo é o financiamento de *pequenos condomínios*, circunscritos entre 2 a 9 habitações com regime de compropriedade estabelecida pela Lei 19.537 do código Chileno.

O terceiro formato é conhecido como *construindo en Sítio Próprio ,* onde o proprietário de um terreno concorre ao fundo para a construção de uma habitação na sua propriedade.

Por último, o financiamento possibilita o modelo de *Densificación Predial,* que corresponde a um processo de construção de mais habitações, para mais familias, numa propriedade urbanizada, construída e ocupada por uma família. Este formato permite que uma propriedade seja colectivamente adquirida. *"Pequeño Condominio (PC): Proyecto habitacional acogido al régimen de copropiedad inmobiliaria regulado por la Ley 19.537, que se desarrolla en un predio urbano, en el cual se construyen de 2 a 9 soluciones habitacionales y opcionalmente equipamiento. El proyecto podrá incorporar infraestructura y/o edificaciones existentes en el terreno en el que se desarrolle, considerando su recuperación o rehabilitación como parte de la intervención.".*[443] O decreto-lei DS49 vem colmatar as problemáticas da lei de *Cooperativas* relativamente à sua proteção contra a usurpação a favor da especulação imobiliária.[444] Este artigo permite conjugar as mais-valias de uma cooperativa, enquanto órgão politicamente autogerido e independente, com formatos de copropriedade que permitem proteger o centro histórico de Valparaíso da gentrificação. *"Tratándose de postulaciones colectivas, se deberá conformar un grupo organizado que cuente con personalidad jurídica constituida para los efectos de postular a un subsidio habitacional.".*[445]

Nem todos os habitantes pretendem adquirir habitação segundo este processo, baseado na co-propriedade e na autoconstrução assistida. Contudo, ele está disponível para quem o queira ativar. É um formato legal de produção do 'habitat' que merece ser defendido e desenvolvido por representar uma solução viável de redistribuição da riqueza, tecnologia, habitação e conhecimento, e um retorno da arquitetura aos estratos mais pobres. Esta

441.*RANKIA. (2019). Qué moneda es UF en Chile?. (Weblog post)*

442.*Resolución 634. (2019). LLama a proceso de selección en condiciones especiales para el otorgamiento de subsidios habitacionales del fondo solidario de elección de vivienda. regulado por el DS;49. Ministério de Urbanismo y Vivienda. Biblioteca Nacional de Chile. Resolución 9. P.3*

443.*Decreto-lei n°49. (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 9°.*

444.*IBIDEM. Artigo n°12*

445.*IBIDEM. Artigo n°11*

446.*PONCE, J, C. (2016). Testimonio 02. Cerro las Cañas Autoconstrucción Vivienda Local Ong (Vídeo)*

447.*Latorre, F. (Março 2020). Alianza para reconstruir Valparaíso ONG Vivienda Local (BlogPost)*

opção contêm mais-valias inexistentes noutros modelos, o que justifica a sua necessária exaltação, proporciona uma independência económica, fomentando redes de economia local através da livre contratação de técnicos e eliminação de intermediários e empreiteiros.

ONG Vivienda Local.

"La obra en grueso se ha hecho en base a un maestro constructor de la zona. Es importante ese tema porque cada uno conoce los artesanos de su barrio y de su entorno. Lei da la posibilidad de generar recursos, pagando por su trabajando. En el fondo es el conocimiento de la gente que nos rodea".[446]

A Vivienda Local é um organismo profissional (cooperativa) sem fins de lucrativos que se formalizou logo após o grande Incêndio de Valparaíso de 2014. É uma organização nova, atuando num plano da arquitetura pouco explorado na cidade de Valparaíso: a organização da autoconstrução e a sua articulação com os mecanismos e agentes territoriais. O coletivo da ONG Vivienda Local permite exemplificar neste trabalho, um método de operação, dando nos observar a profissionalização de um corpo técnico baseado no conjunto de mecanismos legais anteriormente debatidos e permite imaginar como poderia ser a ação dos arquitetos.

"La autoconstrucción colaborativa tiene varias características interesantes. Con ella el

Figura 295. *ONG VIvienda Local Valparaiso. Cerro Las Canas 2018.*

subsidio se aprovecha de mejor manera por la familia, ellos conocen directamente cómo se gastó su beneficio. Esto se refleja en la materialidad y el metraje de las casas, que es unos quince o veinte metros superior a una vivienda tipo. Acá la gente se involucra directamente en el trabajo y gestión de su proyecto. Es una solución que rompe con el asistencialismo.” .[447]

O coletivo apenas desenvolve projetos baseados na autoconstrução assistida, demonstrando a confiança desta organização neste método. O coletivo, assim como, a Federação FUCVAM no Uruguai, nasce de uma lei: neste caso, o programa de autoconstrução assistida (PAC) e o financiamento DS.49 e DS.1, que permitiram a estruturação profissional da prática de coletivos movidos por estes valores, comprometidos por estes objetivos e guiados por estes mecanismos. A Ong providência um acompanhamento complementar da autoconstrução, assistindo e apoiando os indivíduos em todas as etapas. A assistência técnica tem um papel preponderante e fundamental. Os indivíduos não estão na sua maioria preparados para lidar com a burocracia deste processo, necessitando de ajuda em todas as suas etapas. Não existe uma cultura popular educada sobre estes moldes, não nos podemos esquecer que os fundos atuais baseiam-se na atribuição de chave na mao sem direito a questionamento. Normalmente, os indivíduos recebem uma habitação mas a sua participação é mínima, não tendo direito a questionar a localização, a forma, a materialidade, o espaço publico, entre outros... Por esta razão este projeto é tao contrastante. Os individuos participam em todas as suas etapas.

Os tempos de participação, desenho e construção são comprimidos visto que o sustento depende da execução rápida dos projetos. Esta metodologia de trabalho permite que os habitantes executem a obra de forma transversalmente assistida, pelo conjunto de técnicos que pretenda reger a prática por este programa. Existem 4 etapas: desenho colaborativo; elaboração dos documentos técnicos legais; plano de execução com orçamento detalhado, calendário e tarefas; e finalmente construção do projeto.

O nível de autoconstrução pelos habitantes é totalmente variável. Os residentes têm tudo a ganhar com a execução do projeto através da autoconstrução visto que eliminando os gastos administrativos e a contratação de artesães, o preço de construção é largamente reduzido, a área habitável aumenta, sendo igualmente possível adquirir produtos de melhor qualidade. A autoconstrução é facultativa. A lei não exige um número de horas de trabalho, apenas define 21 meses de vigência do fundo. Adaptando-se a esta critério, quando os habitantes dispõem da capacidade para autoconstruir a sua habitação, o estúdio promove a contratação

Figura 296. *ONG VIvienda Local Valparaiso. Cerro Las Canas 2018.*

de construtores escolhidos pelos habitantes, conservando o lado emocional da obra e os recursos na rede local. Ao contrário da Fucvam, a equipa técnica não acompanha a obra integralmente. A organização está presente no desenho colaborativo e no processo técnico, contudo por lei deve apenas visitar a obra 4 vezes. São os habitantes que regem a obra. Por lei a assistência técnica é considerada uma acção sem fins de lucrativos estipulando a sua remuneração em 5% do valor total.

"El Equipo Técnico Profesional deberá suscribir un convenio con las familias para el desarrollo de las labores de asistencia técnica. Para resguardar el cumplimiento de sus labores, deberá entregar en un plazo no superior a 20 días hábiles, desde la publicación en el Diario Oficial de la Resolución de Selección, una Boleta Bancaria de Garantía, una póliza de garantía de ejecución inmediata o un Certificado de Fianza, extendidos a favor del Serviu, por un monto equivalente al 5% del honorario que le corresponderá recibir por dicho proyecto, de acuerdo a lo indicado en el Convenio de Asistencia Técnica.".[448]

O projeto de autoconstrução assistida no sector Vergel foi administrado pelo arquiteto Maximiliano Escobar, cooperativista da ONG. O projeto foi beneficiado com o subsídio DS.49 num valor total de 980 UF (cerca de 27.000.000 de pesos chilenos e atualmente 28 mil euros). A usuária, interessada neste método, imaginou o desenho do novo imóvel a partir da memória da sua antiga casa,

448.*Decreto-lei n°49. (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 11°.*

449.*DecoopChile. (26 de Agosto de 2018)Escuela de Cooperativas cerró su primer ciclo de formación en Valparaíso. (Blogpost).*

450.*OMF. (Dezembro de 2019). Cómo se forma una Cooperativa? (Blogpost).*

Figura 297. *ONG VIvienda Local Valparaiso. Cerro Las Canas 2018.*

localizada no mesmo lugar, mas destruída por um incêndio. As áreas desenhadas de acordo com a memória e as aspirações de Katherine, moldaram o espaço da nova casa. O novo edifício tem agora meios pisos e áreas comuns com mezanine. A cobertura (agora com 4 águas) foi disposta para maximizar a entrada de luz. Ao quarto foi reservada a vista em direção ao Norte que para os habitantes de Valparaíso corresponde ao enquadramento do anfiteatro natural da cidade e o oceano. O projeto foi autoconstruido, acompanhado pelo coletivo, pela família da utilizadora e artesãos locais escolhidos pela proprietária, redistribuindo os recursos monetários na comunidade. Desta forma Katherine, a nova habitante, provou que este sistema pode: alimentar uma prática profissional; providenciar habitação digna, única e adaptada; alimentar a economia local, tudo graças à correta articulação dos mecanismos, ao tão necessário financiamento económico, apoio legal e técnico.

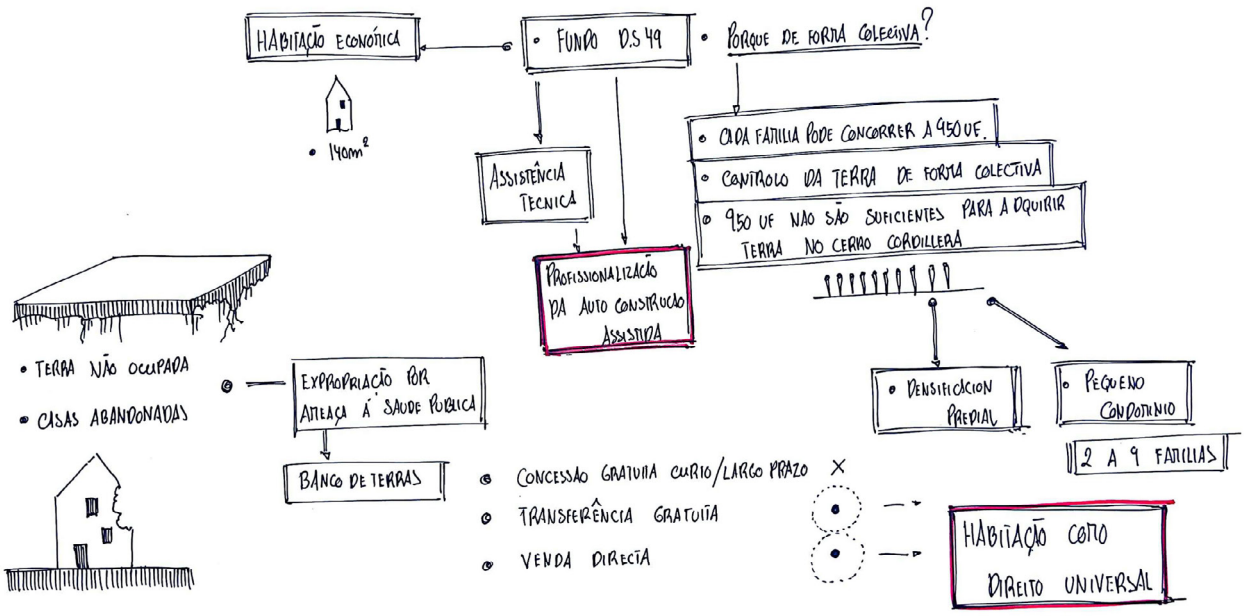
Conclusão e Formalização.

O projeto aqui proposto é segundo o conhecimento adquirido, uma estrutura de ação ainda por testar na cidade de Valparaíso. Existem certos processos que se aproximam desta proposta como o caso do projeto *Nuevo Amanecer* em Playa Ancha, Valparaíso, organizado e gerido pela mesma ONG. O projeto providênciou às 48 famílias uma habitação de 62 m^2 em formato duplex com sala, cozinha, 3 quartos, 2 casas-de-banho isolamento térmico e estrutura em betão, assim como espaço público acesso por rampas e estacionamento. Estes habitantes que no ano de 2017 tinham sido afetados pelo incêndio de Puertas Negras foram galardoados com terreno público concessionado pelo Município através do processo de venda direta. Foram atribuídos perto de 56 Mil UFs (cerca de 1 milhão 661 mil euros) para realizar o projeto, financiados pelo *Minitério de Vivienda y Urbanismo*. Formalmente, este processo afasta-se do projeto tipo de habitação social. Tem qualidade formal e construtiva, doou a cada familia o espaço necessário, está inserido no centro da cidade e fundamentou-se num processo colaborativo com a *ONG Vivienda Local*. O processo da ONG permite que 35% dos recursos normalmente reservados para gastos administrativos sejam recuperados pelos utilizadores. Este fator permite que a habitação tenha melhor qualidade e contenha uma maior área interior, sempre reservando 6% para pagar à assistência técnica.

No entanto, apenas 5 anos após a sua construção o projeto poderá ser legalmente vendido, introduzindo este projeto no mercado livre, especulando o lugar e introduzindo os recursos públicos no mercado. Ainda não existe um exemplo capaz de articular as cooperativas de copropriedade e o fundo DS.49 que é o unico

a legalizar a autoconstrução. Aqui encontramos o legado deste trabalho: uma estrutura de ação (atualmente teórica, no entanto, ativável) por qualquer um que aspire executar um projeto coletivo dependente da autoconstrução e que, ao mesmo tempo, permita aceder de forma responsável a todas as qualidades do seu manuseio (adaptabilidade do espaço, escala humana, processo educativo, replicabilidade de outra estrutura económica, empoderamento cultural e sustentabilidade das redes locais) um processo sempre guiado e delimitado pelo objetivo principal: a construção social do habitat, a redução da taxa de esforço de cada família, a independência de cada individuo e uma possível continuação da experiência arquitetónica que tanto ansiamos.

Posteriormente, depois de devidamente identificados estes mecanismos, é necessário articulá-los e compreender a exequibilidade do processo. Apesar de que este trabalho, tenha bases bastante ideológicas (com um posicionamento perante o contexto), não pretende ser romântico, ou seja, propõe uma estrutura de ação exequível. Todos estes mecanismos e ações, excluindo a teoria de Peter Marcuse (de sectorização da cidade segundo o seu nível de desenvolvimento) estão atualmente ativos na cidade de Valparaíso. Apesar disso, não é possível ultrapassar as imposições do contexto social. A sociedade chilena é caracterizada por um sentido coletivo



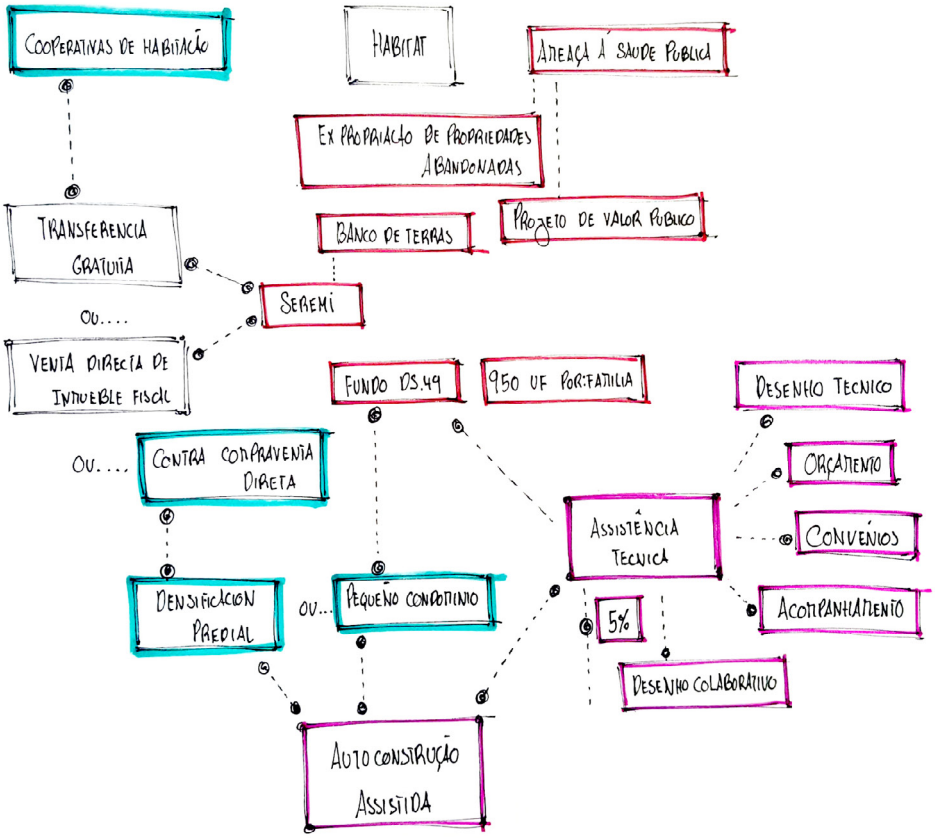


Figura 298. *ONG VIvienda Local Valparaiso.Nuevo Amanecer 2018.*

Figura 299. *Esquema. Proposta de ação e relação entre Governo-Habitantes-Assistencia Técnica.*

451.*Minvu. (2020). Construcción de viviendas para Familias Vulnerables. Construcción en Nuevos Terrenos.DS.49 Fondo Solidario de Elección de Vivienda .*

452.*Ministerio de Bienes Nacionales. (2020). Transferencia Gratuita de Inmuebles Fiscales. Descripción del Trámite.*

453.*Ministerio de Bienes Nacionales. (2020. Concesión de uso gratuito de Inmuebles Fiscales. Descripción del Trámite.*

454.*ONG Vivienda Local. (2020). Como Funciona? Programa de Autoconstrucción Colaborativa.*

bastante particular. Atualmente, a cidade e a sociedade estão preenchidas por imensas iniciativas coletivas, desde associações, às cooperativas, aos mecanismos populares como as Juntas de Vizinhos. Existem atualmente mais de 5345 formas de associação na cidade de Valparaíso, no entanto, em termos de habitação o contexto é completamente diferente. Na região de Valparaíso existem apenas 1486 imóveis coletivos contra 629.000 individuais. Qualquer proposta que pretenda introduzir o conceito de propriedade coletiva viveria entre dois mundos: a cultura associativa chilena capaz de lutar por causas comuns e o habitat, hoje maioritariamente individual. Certamente, caso este processo fosse ativado outras formas de entrave burocrático ou associativo poderiam surgir, como em qualquer estrutura de trabalho, no entanto, pretendo defender que ao nível legal, os mecanismos primordiais estão atualmente disponíveis.

A estrutura pretende o seguinte: através de um correto uso do mecanismo de cooperativista com propriedade coletiva, financiada pelo fundo DS 49 e pelo programa de Pequenos condomínios, (o que permite até 9 famílias associar-se para adquirir casa) os lotes abandonados do centro da cidade seriam retirados do processo especulativo onde se inserem. Executar-se-ia da seguinte forma: esses terrenos expropriados segundo o pretexto de um projeto de bem publico

Figura 300. *ONG VIvienda Local Valparaiso.Nuevo Amanecer 2018.*

(habitação económica) pelo Ministério de Bienes Nacionales, estariam disponíveis e reservados para os processos de concessão onerosa de terra publica. Esse projeto pode facilmente pretender a aquisição de terras para futuros projetos de habitação, sem que obrigatoriamente seja necessário um desenho à 'priori'. Como referido o processo judicial de expropriação exige 10 meses. Caso os proprietários não se manifestem num período de 20 dias o preço estipulado pelo Município é automaticamente aceite. Desta forma, o Município arrecadaria um "banco de terras" fundamental para este projeto. Este banco de terras semelhante ao processo FUCVAM poderia aliciar à formação de cooperativas e à profissionalização da assistência técnica na arquitetura.

Paralelamente deve dar-se a formação de cooperativas de habitação, com o intuito de se organizar como construtora uma única vez, de acordo com os parâmetros exigidos pelo fundo. Felizmente o município de Valparaíso fomentou uma escola de Cooperativas atualmente ativa e em permanente formação.[449] Caso os indivíduos o pretendam, o património é adquirido e construído segundo um modelo de copropriedade, fazendo da cooperativa a agência proprietária. Este seria o modelo mais desejado. Devem estabelecer as normas que regulam a vida da cooperativa e comprovar que esses estatutos se adaptem à legislação geral. Posteriormente, os individuos devem solicitar um número de identificação fiscal, criando deste modo uma entidade jurídica, e inscrevendo-se no registro de entidades sociais. *"Definir la razón social, domicilio y duración de la cooperativa.Determinar cómo financiará sus gastos. Indicar los requisitos que deben cumplir los socios para ingresar."*.[450] O tempo que o processo de expropriação exige permite que a cooperativa se articule. Após a formação da cooperativa, esta agência deve adquirir terra e propriedade que permitirá a outorgação do fundo, providenciando estabilidade e segurança. O fundo DS.49 permite às famílias sem terra concorrer da seguinte forma: *"Contrato de promessa de compraventa suscrito ante Notario; Enajenación de terrenos fiscales"*.[451] O *"Ministério de Bienes Nacionales"* tem à disposição das cooperativistas a *"Transferência Gratuita" , ou "Venta directa de inmueble Fiscal"* que permitem às personalidades jurídicas de direito público ou privado que não persigam fins lucrativos, adquirir um bem raiz fiscal.[452] É necessário apresentar uma solicitude. Este processo deve ser realizado nas *Oficinas do Ministério de Bens Nacionais* caso o proprietário seja o Governo. *"Como resultado del trámite, habrá solicitado la concesión de uso gratuito de corto plazo de un inmueble fiscal, cuya respuesta de ser favorable podrá obtener en su domicilio, en un plazo de seis meses."*.[453] Num país com números recorde de habitação subsidiada, os habitantes pretendem ante tudo ser proprietários da sua terra. Exigir

455. *"Artículo 63. Autorización de Venta. Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo 61, el SERVIU autorizará también la venta de la vivienda afecta a prohibiciones en razón de los subsidios recibidos, bajo la condición que el pago del precio de esa enajenación se destine a la adquisición de una vivienda o se restituya al SERVIU la totalidad de los dineros recibidos por concepto de subsidios, al valor de la Unidad de Fomento vigente a la fecha de la restitución."*

Decreto-lei n°49. (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Artículo 63°.

456. *IBIDEM. Artigo n°2*

a copropriedade num contexto social onde reina ante tudo a propriedade individual e liberdade da sua gestão é um grande passo. O fundo monetário concedido individualmente, é relativamente reduzido e não permite comprar um terreno e construir uma casa no Cerro Cordillera. Talvez seja possível, mas as oportunidades não seriam abundantes. A solução coletiva permite partilhar o preço da terra elevando o número de propriedades adquiríveis diretamente e direcionando os recursos para a construção do imóvel. Apesar das qualidades educativas da autoconstrução, é necessário priorizar a copropriedade e a adaptabilidade do espaço às necessidades e aspirações de cada família. Neste contexto, a ativação deste fundo deveria ser executada de duas formas. *"Pequenos condomínios"* (permitindo ocupar as propriedades abandonadas de Cordillera através de cooperativas governadas pela copropriedade e organizadas até um topo máximo de 9 famílias. Em casos onde, a terra pertence a um proprietário que pretende participar no processo, (lotes atualmente ocupados, mas com área disponível para construir e com capacidade para mais albergar mais núcleos familiares) é preferível ativar a *"Densificación Predial"*.

Após a atribuição do Fundo e a aquisição da terra, inicia-se o projeto colaborativo entre os habitantes e a assitência técnica. A cooperativa *ONG Vivienda Local* apresenta na sua

página um calendário base para a execução das etapas deste projeto, estipulando: 45 dias de desenho colaborativo. Após o processo colaborativo o estúdio calcula cerca de 30 dias para a elaboração das bases técnicas-legais e 30 dias para a formalização do plano de construção, incluindo orçamento, lista de compra e especificidades. Finalmente o estúdio determina cerca de 120 dias para a execução do projeto. A experiência da Ong permite compreender o dinamismo de projetos de pequena escala e uni-familiares. A vigência do fundo é de 21 meses o que permite construir uma janela temporal (entre 8 meses e 21) para a execução do projeto após a atribuição do Fundo.[454]

Concluindo, caso o Governo Chileno construa lateralmente uma carteira de terras, mantendo à disposição das cooperativas propriedades no centro da cidade, esta articulação para proporcionar habitação aos setores mais empobrecidos necessitará arredondamento de 24 meses (construção da cooperativa, concessão de terra, ativação do fundo DS.49) permitindo inserir no Cerro Cordillera, os estratos mais pobres da sociedade, mas atribuir habitação digna graças a um contributo multilateral e ao esforço físico popular, concebendo o direito à cidade.

Nenhum projeto conhecido foi promulgado segundo o formato pretendido nesta dissertação. Este sistema foi ativado em situações individuais e onde o habitante já era o proprietário da sua habitação. A única proteção que a habitação mantém contra a sua mercantilização é o valor emocional da obra para os habitantes. Não pode ser alugada, mas pode ser vendida 5 anos após a sua construção e o dinheiro adquirido deve ser reservado para a aquisição de outra casa.[455] O mecanismo coloca restrições ao usufruto do subsídio, por indivíduos que sejam proprietários de outros. *"Artículo 4. (...)no podrán postular a este subsidio ni aplicarlo las personas que se encuentren en alguna de las siguientes situaciones:Las que a la fecha de postular sean propietarias o asignatarias de una vivienda o de una caseta sanitaria o cuando lo fuere su cónyuge o conviviente o alguno de los otros miembros de su núcleo familiar declarado, aun cuando la asignación provenga de una cooperativa. (...)Los propietarios de uno o más sitios".*[456] O projeto já apresenta irregularidades em várias cidades com habitações a serem alugadas e vendidas pelos seus proprietários.[457] Todos os projetos executados tinham à *"priori"*, a propriedade adquirida pelos habitantes. Assim como os técnicos da ONG explicam, para que o projeto possa crescer, tem que existir vontade política, e uma carteira de terra pública devidamente separada para a produção destes projetos. O governo deve adquirir terras públicas que possa facilmente outorgar.

Como foi possível entender existe um desequilíbrio no acesso à terra em Valparaíso e na América Latina o que faz deste recurso

Conclusão

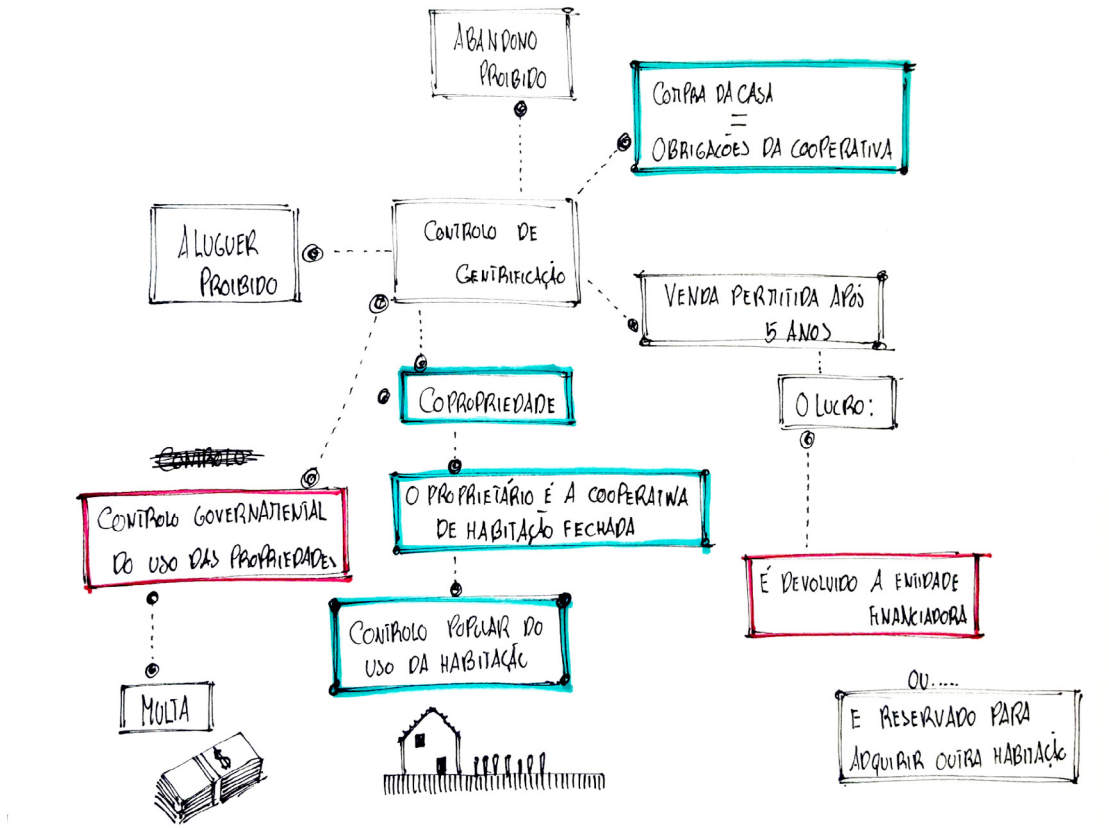
Conclusão e Formalização.

457.*La Razón. (12 de Marzo de 2020). Senadora Aravena recibe denuncia de arriendo y venta irregular de casas con subsidio habitacional en Traiguén (Blogpost).*

o elemento chave para a ignição deste projeto. Todos os outros mecanismos estão já incluídos na lei Chilena, assim como o financiamento. Entende-se que a terra e a habitação são hoje um produto no mercado e que os lotes vazios na cidade fazem parte de um fenómeno especulativo. Para iniciar este projeto é necessário instigar a transformação do paradigma a nível politico e exigir a ação governamental.

Não se trata de um processo de resistência, mas uma resposta concreta ao modelo dominante. Sob este contexto socioeconómico e fundamentado por estes mecanismos, é possivel desenvolver um projeto conotado pelas características últimas que Archon Fung descreve: participação auto-selectiva, estimulando processos com raízes populares e locais; uma obra realizada através da autoconstrução devidamente assistida, tanto pelo Governo como pelas equipas técnicas; uma forma governante partilhada com apoderamento dos habitantes através de um conjunto de mecanismos que permitem ao mesmo tempo, adaptabilidade e imutabilidade.

Segundo os censos de Data Chile, há mais de 246.000 pessoas na Comuna de Valparaíso com alguma forma de incapacidade motora, 39,4% destes, severa e 17,9% na cidade. A autoconstrução é com certeza uma das mais-valia, mas a produção integral do espaço não depende somente deste fator. Precisa de ser



alimentado por outros mecanismos e outras ações, como a liberdade de gestão dos recursos, a adaptabilidade do projeto às necessidades e condições de cada família, o fomento da economia local através da contratação livre e um processo transparente entre a assistência técnica e o habitante. Os objetivos fundamentais são a providência de habitação, a densificação urbana, o fomento de economias locais a proteção e desenvolvimento da arquitetura ao serviço de setores necessitados e a independência política. A autoconstrução permite alimentar estes objetivos e criar as bases para a sustentabilidade das cidades. Caso seja possível incluir este fenómeno na construção, a força motora de cada família será fortemente valorizada. Será possível incluir as aspirações dos habitantes na construção do "habitat", e valorizar a produção ulterior da experiência. Contudo, a produção social do "habitat" depende de muitos outros fatores e de outros agentes. É no processo e na articulação dos seus engenhos, na estipulação dos valores e aspirações dos seus intervenientes e na sua adaptabilidade que hoje devemos continuar a experiência da produção da cidade.

Figura 301. *Esquema. Proteção da habitação com o Fundo DS.49 contra a Especulação Imobiliária.*

I.Referências Bibliográficas.

Livros:

BARCA, J, T. (2003). *El libro de los Ascensores de Valparaíso.* 1°Ed. Editorial: Arte de Proa, Santiago

BAYAT, Asef. (1997). *Un-civil Society: The Politics of the 'Informal People.* Em: Third World Quarterly.(Eds.) Volume 18. Número 1. pp. 53-72.

CASTRO, J, F. (2010). *Barrio 31 Carlos Mugica. Posibilidad y límites del proyecto urbano.* 1°Ed. Cidade de Buenos Aires. Argentina. Instituto de la Espacialidad Humana. ISBN 978-987-05-9779-7.

CORTÉS, V. (2013). *Sin Dios Ni Patrones.* História, diversidad y conflictos del anarquismo en la región chilena (1890-1990). Mar y Tierra ediciones. Primera Edición Noviembre 2013. Valparaíso.

DAVIS, M. (2006). *Planet of Slums.* First Published by Verso 2006. New Left Books London New York.

FOUCAULT, M. (1967). *Des Espace Autres.* Of other Spaces, Utopias and Heterotopias Architecture Mouvement continuité. Trans .J. Miskowiec. October 1984 Architecture /Mouvement/ Continuité.Berlin.

GALEANO, E. (1971). *Las Venas Abiertas de América Latina.* 1°Ed. Buenos Aires. Argentina Siglo XXI editores, argentina s.a.

HABRAKEN, N, J. (1998). *The structure of the ordinary. Form an Control in the Built Environment.* The MIT Press. Massachusetts. USA

HARVEY, D. (2005). *Breve história do Neoliberalismo..* Ediciones Akal s.a. traducción Ana Mateos.Tres cantos. Madrid. Espanha.

HARVEY, D. (2012). *Rebel cities from the right to the city to the urban revolution.* 1° ed. Verso.London.

INNERATY, D. (2015). *La Política en Tiempos de indignación.*Josep Ramoneda (ed.) Primeira Ediçao Setembro de 2015. Galaxia Gutenberg. Barcelona.

INTENDÊNCIA DE MONTEVIDEU. (1999). *Las cooperativas de Viviendas por ayuda Mutua Uruguayas.* Una historia con quince mil protagonistas.

MENDEZ, C. (1955). *Armando. El mundo herido,* 1°Edicion. Editorial Cultura, Santiago de Chile

PECCHENINO, R. (1971) Apuntes Porteños, ediciones conmemorativas de los 450 años del descubrimiento de Valparaíso. 1° Ed. Editado por Fundación Renzo Pecchenino, Lukas, Valparaíso. Santiago.

RUDOKSKY, B. (1964). *Architecture without architects. An introduction to non pedigreed architecture.* The Museum of Modern Art: Distributed by Doubleday, Garden City, N.Y.

SANTOS, B. (2018). *O fim do Império Cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul. 1°Ed.Almedina. Coimbra.*

SUNDHOLM, M. (2019). *UN-Habitat.United Nations Human Settlements Programme.* Office of the Secretary General's Envoy on Youth.

TURNER, J. (2000). *Housing By People Towards Autonomy in building Environments.* Publishers Ltd. London. Ideas in Progress.

TURNER, J. (2018). *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar.* Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo. 1°Edição Julho 2018. Pepitas de calabaza s.l. La Rioja, Espanha.

UN-Habitat. (2003). *The Challenge of Slums. Global* Report on Human Settlements, United Nations Human Settlements Programme. Earthscan Publications Ltd, London and Sterling.

UN Habitat. (2017). *The Human Right Based Approach to Housing and Slum Upgrading.* Human rights in Cities Handbook Series. Volume 1, Published in Nairobi.

ULLOA, V. (2003). *El movimiento sindical Chileno del Siglo XX hasta nuestros días.* Contexto Histórico, económico y estructural. 1°Ed. Organización Internacional del Trabajo. Santiago.

VÁSQUEZ, A, P. (2015). *Quebradas de Valparaíso. Memória Social Autoconstruída.* Prólogo de Lautaro Ojeda y Ximena Galleguillos. 1°. Ed. Gráficas Lom. Santiago.

Livros Electrónicos

ADEYEMI K. (2012). Makoko Floating School Research Report-April 2012. Supported By Heinrich Boll Stiftung.. Consultado a: 20.Ago.2019, em: https://ng.boell.org/sites/default/files/uploads/2014/06/introduction.pdf

COSTA, M. (2009). *Monitoramento, Programa de Urbanização em áreas de baixa Renda.* Tribunal de Contas do Município do Rio de janeiro. Consultado a: 23. Fev. 2020. em: http://www.tcm.rj.gov.br/Noticias/4645/Favelas.pdf

DRAGO, T. (1995). *Chile: Um duplo Sequestro.* Tradução Magda Lopes Thesaurus, Brasília. Isbn 8570620608 Consultado a: 07. Mai. 2019, em: https://books.google.fr/books

DURÁN M, G. (2010). *El Movimiento de Pobladores, Durante la Unidad Popular, 1970-1973.* Proyecto FONDECYT N° 1100124. Consultado a: 12. Fev. 2020, em: https://www.researchgate.net/publication/291391865_El_movimiento_de_pobladores_durante_la_Unidad_Popular_1970-1973

FERNANDES, E. (2011). *Regularización de asentamientos informales en América Latina.* Informe sobre Enfoque en Políticas de Suelo. Lincoln Institute of land Policy. Consultado a: 10. Fev. 2020, em: https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/regularizacion-asentamientos-informales-full_0.pdf

LANZONI, L. (2008). *Cerro Cordillera Pilot Project.* PRM.7.035.00-C Manejo de Riesgos en Valparaíso, Serviços Técnicos. Banco Interamericano de Desarrollo (BID) Contract n. PRM. 7.035.00-C. Consultado a: 26. Fev. 2020, em:http://www.hms.civil.uminho.pt/sahc/2008/CH137.pdf

PASSAGES CORDILLERA. (2017). *Valparaiso, cerro Cordillera y zonas a intervenir.* Consultado a: 21.Fev.2019, em: www.passages-cordillera.cl.

SCHNEIDER T; TILL, J; AWAN, l. (2011). *Spatial Agency. Other ways of doing architecture.* Introduction. 1° Ed. London. Routledge;

Artigos em Publicações Periódicas:

ABUFHELE, V. (2019). "La política de la Pobreza y el Gobierno de los asentamientos informales en Chile". *EURE*. Vol.45.N°135.pp. 49-69.

ALVAREDO, F. (2018). "What are our new findings on global inCome inequality?" *World Inequality Report.* World Inequality. Consultado a: 15. Abr.2019, em: https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf

ARCHON, F. (2006). "Varieties of Participation in Complex Governance". *Public Administration Review,* (eds.) Collaborative Public Management. Vol. 66. Blackwell Publishing, pp. 66-75, Harvard University.

BUILIDNG AND SOCIAL HOUSING FOUNDATION. (2012). "Unas palabras de FUCVAM". Operación Sur-Sur- Fucvam Uruguay. *Premio Mundial del Habitat.* Consultado a: 24. Mar. 2020, em: https://www.world-habitat.org/wp-content/uploads/2016/03/Informe-Cooperacion-Sur-Sur-FUCVAM-WEB-9MB.pdf

CÁCERES, J, L. (2010). "La organización Social. em: FUCVAM". *Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas.* Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo n°. 2 . Consultado a: 29. Nov. 2019, em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS.pdf

Referencias Bibliográficas.

CAVALCANTI, M. (2013). "Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais". *Cadernos Ebape,* v. 11, n°. 4, artigo 4,Scielo. Rio de Janeiro FGV. pp.556-568. Consultado a: 03.Mar. 2020, em: http://www.scielo.br/pdf/cebape/v11n4/06.pdf .

CHRISTIAN, W. (2011). "Informal Urbanism". *Habitat Universities Thematic Hub,* University of Hannover, Germany. Consultado a: 23.Mar.2019.

GIELEN, P. (2018). "La Potencia de la Anécdota". Sobre la Micropolítica Arquitectónica de Recetas Urbanas. Recetas Urbanas. *Usted Está Aquí.* 1°Ed. Madrid. Ediciones Asimétricas.

LEOPOLD, L. (2018). "Proletarian Fortresses: Against Humanitarian and orientalist narratives". *The Funambulist.* Politics of Space and Bodies Introduction N°16:

MARCUSE, P. (1984). "To Control Gentrification: Anti Displacement Zoning and Planning for Stable Residential Districts". em: *New York University Review of Law & Social Change*, vol. 13, no. 4,pp. 931-952.

NEXTCITY. (2014). *"South African cities network."* Informal City Reader. First published 2013 by Next City,. Johannesburg. Consultado a : 21. Jun. 2019, em: https://assets.rockefellerfoundation.org/app/uploads/20130926223344/The-Informal-City-Reader.pdf

PUENTES, M. (2017). "O porquê de Valparaíso." *Prumo. Revista del Departamento de arquitetura e Urbanismo* PUC-Rio,N°3. Consultado a: 02. Fev. 2019, em: http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaprumo/issue/view/18/7

ROY, A. (2011). "Slumdog Cities Rethinking Subaltern urbanism." *International Journal of Urban.* (Eds.). Volume 35.2. USA and Regional research. Published by Blackwell Publishing. pp.223-238.

SALCEDO, R. (2010). "The last Slum: Moving From Illegal Settlements to Subsidized Home Ownership in Chile". *Urban Affairs Review.* Consultado a: 02. Fev. 2019, em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1078087410368487

TURNER, J. (1963). "Conclusions. em: Dwelling resources in South America". *Architectural Design.* PP.389-393. Consultado em: http://www.communityplanning.net/JohnFCTurnerArchive/pdfs/AD8-13Conclusion.pdf.

UN-HABITAT (2018). *"City Resilience Profiling Programme. Zero Draft."* Informality Action Enhancer. Consultado a: 21. Abr. 2019, em: http://urbanresiliencehub.org/wp-content/uploads/2018/08/Informality-Action-Enhancer-Pages-Online.pdf

UN-Habitat III. (2015). "Issue Papers. Informal Settlements. Not Edited Version 2.0." New York. Consultado a: 23.Out.2019, em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat-III-Issue-Paper-22_Informal-Settlements-2.0.pdf

UN-HABITAT. (2020). "Inequality in a rapidly changing world." *World Social Report.* Consultado a: 13.Fev.2020, em: https://inequality.org/facts/global-inequality/#global-wealth-inequality

"UN-HABITAT. (2015). Informal Settlements." *Issue Papers.* Not Edited Version 2.0.New York. Consultado a: 23. Out. 2019.

UN-HABITAT. (2015). "Habitat III". *Documento Tematico da Habitat III.* Quito. Consultado a: 02.Mar.2020, em: http://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat-III-Issue-Paper-22_Informal-Settlements-2.0.pdf

UN-HABITAT (2017). "The human Rights-Based Approach to Housing and Slum Upgrading". *Human Rights in Cities. Handbook Series. Nairobi. Quénia*

UN-HABITAT (2016). "Urbanization and Development Emerging Futures." *World Cities Report.* United Nations Settlement Programme, Consultado a: 13. Abr. 2020, em:https://issuu.com/rodrigovelasquezangel/docs/wcr-_full-report-2016

WALTER, K. (2010). "De la racionalización a la prefabricación. em: FUCVAM". *Las Cooperativas de Ayuda Mutua Uruguayas.* Organización Social y gestión Cooperativa. Capítulo n°. 2 PP-58-73 . Consultado a: 29. Nov. 2019, em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS pdf

Documentários:

CNTV. (2014). *La Copia Feliz del Éden.* Junho de 2014 (Video). Una Mirada a la Historia Social de Chile 1810/2014. Ciudad Y Vivienda. Consultado a: 25. Jan. 2020, em: https://cntvinfantil.cl/series/la-copia-feliz-del-eden/?fbclid=IwAR3y3uxOXBpgDlqSscDpSgvZaYfLj0fMT1ly3Z-D-lnUrbcoOVFCt3mIcoI

DEREOJO (2016). V*alparaíso Inamible,* Gentrificamelos. Agosto de 2016 (Video). Chile, Consultado a: 02. Mar. 2019, em: https://vimeo.com/180200307

FUNDACIONSOL. (2019) *El modelo no se toca. Reforma Tributaria. Outubro de 2019 (Video).* Fonte. New York Times " Myths of the 1 Percent: Whats Puts People at the Top" consultado em 2. Dez. 2019, em: https://www.youtube.com/watch?v=i1U_SmP6MG8

GALEANO, E. (2018). *Sangue latino.* Canal Brasil. Janeiro de 2018. (Video). Consultado em 23. Mai. 2019. em: https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM

GILLESPIE, B. (2010). *Cirugeda Santiago. Recetas Urbanas.* Outubro de 2010 (Video). Em: Cebofilms. Consultado a: 13. Fev. 2020, em: https://www.youtube.com/watch?v=Db0ttwgQxCM

HARVEY, D. (2015). *Direito à cidade e resistências urbanas.* Março de 2015 (Video). A cidade do capital. Conferência no cine teatro são luiz. Fortaleza. Brasil. Consultado a: 20. Mar. 2019, em: https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=TJ-fcdFnSAE

MINCHOM, R. (2012). *The Cartoneros of Buenos Aires.* Dezembro de 2012 (Video). Argentina Independent. Em: https://www.youtube.com/watch?v=mxWdlYFmrao

PONCE, J, C. (2016). *Testimonio 02. Cerro las Cañas Autoconstrucción Vivienda Local Ong.* Janeiro de 2016 (Vídeo) Consultado a: 10. Out. 2019, em: https://www.youtube.com/watch?v=Ms2ADtT2X10

RADIOPODCAST (2017). *Termitas causan estrago en conjunto habitacional de placilla.* (Video)TELE13. Valparaíso. Consultado a: 10. Jan. 2020,em: https://www.t13.cl/videos/nacional/video-valparaiso-termitas-causan-estrago-conjunto-habitacional-placilla

Trabalhos Académicos:

MARTINS, H. (2011). *As favelas no Rio de Janeiro: Origem e situação atual. PUC-RIO.* Rio de Janeiro. Consultado a: 10. Mar. 2010, em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16168/16168_4.PDF

MOHANRAJ, P, R, R. (2017). *A framework for empowerment.* Leveraging Urban Design to Repair and Revitalize the Informal Settlement of Villa 31 in Buenos Aires. Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Universidade de Berkeley. California. Consultado a: 20. Out. 2019, em: https://issuu.com/praveenraj3/docs/e

PEREIRA, E; TEIXEIRA, C. (2012). *Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação.* Em: Universidade do Estado de Santa Catarina. Santa catarinaSociedade Educacional de Santa Catarina. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.p.241-50. Consultado a: 13. Fev. 2020, em: http://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf

PITANGA, V. (2017). *Informal and Insurgente Planning: Torre de David. Lincoln University.* Reino Unido. Consultado a: 13. Fev. 2020, em: https://www.academia.edu/32760715/INFORMAL_AND_INSURGENT_PLANNING_TORRE_DE_DAVID?auto=download

Referencias Bibliográficas.

REGENERAÇÃO URBANA. (2015). *Reurbanización Integral do Bairro Villa 31.* Programa Internacional de Cooperación Urbana.Cidade de Buenos Aires.Argentina. Consultado a: 13, 10, 2019, em: http://www.iuc.eu/fileadmin/user_upload/Regions/iuc_lac/user_upload/POR_Buenos_Aires_-_Reurbaniza%C3%A7%C3%A3o_Integral_do_Bairro_Villa_31.pdf

VALENÇA, M. (2017). *Políticas habitacionais na América Latina. o caso da Venezuela.* Programa de pós-graduação em estudos urbanos e regionais. FAUSP, Sao Paulo. Consultado a: 13. Fev. 2020, em: https://cchla.ufrn.br/dpp/wp-content/uploads/2017/10/VENEZUELA-Carina-e-Ra%C3%ADssa.pdf

VARELA, L, D. (2015). *Formas de Organizaciòn cooperativa para la autoconstrucción de vivienda durante la última dictadura* Militar. Argentina. CONICET Instituto del Conurbano.Universidad Nacional de General Sarmiento. Consultado a: 02. Out. 2019, em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/55979/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Documentos Legais:

CHILE ATENDE (2019). *Concesión de uso gratuito de corto plazo de un inmueble fiscal.* Ministerio de Vivienda y Urbanismo. (Weblog post). Consultado a: 19. Mai. 2019, em: https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/56375-concesion-de-uso-gratuito-de-corto-plazo-de-un-inmueble-fiscal

DECRETO-LEY N° 2186. (1978). *Aprueba Ley Orgánica de Procedimiento de Expropiaciones.* Ministerio de Justicia Biblioteca del Congreso Nacional. Santiago. Chile. Consultado a: 21,02,2019,em: https://www.leychile.cl/Consulta/m/norma_plana?idNorma=6848&org=nxc2%3Fid_c%3D1027

DECRETO-LEY N° 19.418. (1997). *Juntas de Vecinos y demas Organizaciones Comunitarias.* Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Título II. Párrafo 1°. Consultado a: 21. Nov. 2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=70040

DECRETO-LEY N°13.728. (1968). *Ley de Vivienda. Ministerio de Vivienda ordenamiento Territorial Y Medio Ambiente.* Capítulo X. De las Cooperativas de Vivienda.Consultado em: 23. Jul. 2019, em: https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp6365422.htm

DECRETO-LEY 21130. (2019). *Ley General de Cooperativas.* Ministerio de Economía, fomento y reconstrucción. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Consultado a: 20. Mai. 2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=221322

DECRETO-LEY N°. 21202. (1975). Nueva ley general de Urbanismo y construcciones.Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Santiago. Consultado a: 16. Mai. 2019. em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=28849

Decreto-lei N°1.205. (1998). *Ordenanza de Cierros de Terrenos para la Comuna de Valparaíso.* Municipalidad de Valparaíso. Artículo 1° Consultado a: 21. Abr. 2019. em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=8201

DECRETO 458 (2019). *Ordenanza General de Urbanismo y Construcciones. Ministerio de Vivienda y urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.* Consultado a: 15. Jun. 2019, em: https://www.leychile.cl

Decreto-lei n° 47. (1992). *Ordenanza General de La ley de urbanismo y Construcciones.* Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca Nacional de Chile. Consultado a: 10.Fev.2020, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=13560

DECRETO-LEY N°49 (2012). Programa Fondo Solidario de elección de Vivienda. Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Consultado a:21,05,2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1039424

DECRETO-LEY N°140. (1990). *Regulamenta Programa de Viviendas Progressivas.* Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca Nacional de Chile. Consultado a : 21. Jun. 2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=9911

DECRETO LEY N°17235. (1998). *Texto refundido, sistematizado y coordinado de la ley sobre impuesto territorial.* Ministerio de Vivienda y Urbanismo. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile.Consultado a: 15. Mai. 2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=28849

DECRETO LEY N°. 21171. (2000). *Texto Refundido, coordinado y sistematizado del código civil, de la ley, n° 4.808, sobre registro Civil.* Ministerio de Justicia. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Santiago. Consultado a: 16. Jun. 2019. em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=172986

DFL 1122. (1980). *Código de águas. Derecho de aprovechamiento de aguas/ legislacion Chile.* Ministerio de Justicia. Biblioteca do Congresso Nacional do Chile. Santiago, Consultado a: 02. Mai. 2019, em: https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=5605

LEY N.° 18407. (2008). *Lei de Cooperativas, Regulación, Constitución, Organización y Funcionamiento.*Centro de información Oficial. Título I. Capítulo I. Consultado em: 23. Jul. 2019, em: https://www.impo.com.uy/bases/leyes/18407-2008

LEY N°3343. (2010). Legislatura de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Buenos Aires. Argentina. Consultado a: 12. Fev. 2019, em: http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley3343.html

LEY N°6.125. (2018). *Re-urbanización del Barrio «Padre Carlos Mugica»,* Legislatura de la ciudad Autònoma de Buenos Aires. Argentina. Consultado em: 23. Jul. 2019, em: http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley6129.html

MINISTERO DE BIENES NACIONALES (2020). Transferencia Gratuita de Inmuebles Fiscales. Descripción del Trámite. Consultado a: 06. Jun. 2019, em: http://www.bienesnacionales.cl/?page_id=2211

MINVU. (2020). *Construcción de viviendas para Familias Vulnerables. Construcción en Nuevos Terrenos.DS.49* Fondo Solidario de Elección de Vivienda. Consultado a: 07. Abr. 2020 em: https://www.minvu.cl/wp-content/uploads/2019/05/DS49_volanteCNT19.pdf

MINVU (2019). *Pequenos Condomínios.* Ministerio de Vivienda y Urbanismo. (Video). Consultado a: 23. Abr. 2019 em: https://www.facebook.com/MinvuChile/videos/262226174722498/?v=262226174722498

N.U. (1976). *The Vancouver, Declaration on Human Settlements.* Canadá. 31 May. Consultado a: 15. Fev. 2019, em: https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/The_Vancouver_Declaration.pdf

RESOLUÇÃO MINISTERIAL N°415 (2017). *Aprueban Valores Unitarios Oficiales de Edificación para las localidades de Lima Metropolitana y la Provincia Constitucional del Callao, la Costa, Sierra y Selva.* Diário Oficial Bicentenario. Dirección General de Políticas y Regulación en Vivienda y Urbanismo. Consultado a: 26. Fev. 2020, em: https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/aprueban-valores-unitarios-oficiales-de-edificacion-para-las-resolucion-ministerial-no-415-2017-vivienda-1581335-5/

RESOLUCION 634. (2019). *LLama a proceso de selección en condiciones especiales para el otorgamiento de subsidios habitacionales del fondo solidario de elección de vivienda. regulado por el DS;49.* Ministério de Urbanismo y Vivienda. Biblioteca Nacional de Chile.

Referencias Bibliográficas.

SII. (2019). *Impuesto Territorial. Sistema Interno de Impuesto Chile.* Biblioteca Nacional de Chile Consultado a: 13. Abr. 2020, em: http://www.sii.cl/aprenda_sobre_impuestos/impuestos/otros_impuestos.html

Artigos online e Blogs.

ALFARO, P. (2018). La Junta de Vecinos 143 de Héroes del Mar, en colaboración de Junto al Barrio, reunió a distintos actores para dialogar sobre la recuperación de espacios públicos. *"Fundacion Junto al Barrio".* (Weblog post). Consultado a: 18. Mai. 2019, em: http://www.juntoalbarrio.cl/noticias/seminario-convocado-por-la-jj-vv-143-y-junto-al-barrio-instalo-espacios-de-dialogos-sobre-recuperacion-de-espacios-entre-distintos-actores-de-valparaiso/

BIBLIOTECA CONGRESSO NACIONAL(2019). "Periodo 1973-1990. Régimen militar." *Historia Politica.* Janeiro de 2019. Consultado a: 21. Fev. 2020,em: https://www.bcn.cl/historiapolitica/hitos_periodo/detalle_periodo.html?per=1973-1990

CARVALHO, J. (2015). *"Rio 450 anos. Conheça a história da 1° favela do Rio, criada há quase 120 anos". Janerio de 2015* (WeblogPost) Consultado a: 02. Dez. 2019. em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html

CCHC. (2018). "Índice de Qualidade de Vida Urbana ICVU 2018". *web da Câmara Chilena de la Construcción.* Consultado a: 18. Out. 2019, em: https://www.cchc.cl/comunicaciones/noticias/indice-de-calidad-de-vida-urbana-icvu-2018

DECOOPCHILE(2018). "Escuela de Cooperativas cerró su primer ciclo de formación en Valparaíso." *Diario Chile* (Blogpost). Consultado a: 20. Mar. 2020, em: https://www.decoopchile.cl/escuela-de-cooperativas-cerro-su-primer-ciclo-de-formacion-en-valparaiso/

FHAUNT. (2019). "Autoavalúo e Impuesto Predial: El Valor de los Inmuebles en el Perú". *Fhaunt .* Fevereiro de 2019. Consultado a: 21. Fev. 2020. em: https://fhaunt.com/blog/autovaluo-e-impuesto-predial-el-valor-de-los-inmuebles-en-el-peru/

FUCVAM. (2019). "Producción social del Hábitat. Grupo de Trabajo Abierto-América Latina". *Fucvam* Matriz del Cooperativismo de Vivienda por ayuda Mutua. Consultado a: 25. Out. 2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam/

GAESTEL, A. (2018). "Things Fall Apart." The activist Magazine. N°76. Março de 2018. Consultado a : 20. Jun. 2019, em:https://magazine.atavist.com/things-fall-apart-makoko-floating-school

HACER DESUR (2005). "Covicivi 2 – Ciudad Vieja Rambla 25 De Agosto Esquina Ituzaingó". *Hacer Desur.* Consultado a: 22. Fev. 2020, a: http://www.hacerdesur.com.uy/programa/covicivi-2-ciudad-vieja/

INEDU, J. (2017). "A black hole in Lagos". *Opinion: Humpty Dumpty-Ynaija.* Consultado a: 20. Mai. 2019, em: https://ynaija.com/opinion-humpty-dumpty-black-hole-lagos/

La Razón. (2020). "Senadora Aravena recibe denuncia de arriendo y venta irregular de casas con subsidio habitacional en Traiguén". La Razon. (Blogpost) Consultado a: 23. Mai. 2020, em: www.larazon.cl/2020/03/12/senadora-aravena-recibe-denuncia-de-arriendo-y-venta-irregular-de-casas-con-subsidio-habitacional-en-traiguen/

LATORRE, F. (2020). "Alianza para reconstruir Valparaíso." *ONG Vivienda Local.* (BlogPost) Consultado a, 20. Abr. 2020,em: https://viviendalocal.cl/2020/03/alianza-por-la-reconstruccion-de-valparaiso/

MASSAD, F. (2016). "La viga en el Ojo. Aravena, la autoconstrucción de una infamia." *ABC Blogs* (web blog post) . Consultado em 21. Out. 2019, em:https://abcblogs.abc.es/viga-en-el-ojo/otros-temas/aravena-la-autoconstruccion-de-una-infamia.html

MOLANO, E. (2014). "Lagos construye su Gran Manzana para los millonarios del petróleo". *El Confidencial. Março de 2014.* (WeblogPost) Consultado a: 16. Abr. 2019, em: https://www.elconfidencial.com/mundo/2014-01-20/lagos-construye-su-gran-manzana-para-los-millonarios-del-petroleo_77512/

MINVU. (2018). "Politica Urbano Habitacional de calidad y Integración". *Ministério de Vivienda y Urbanismo.* Fevereiro de 2018. Buenos Proyectos para compartir. Consultado em 24. Mar. 2019, em: http://minvuhistorico.minvu.cl/opensite_20100526104950.aspx

OGUNLESI, T. (2016). "Inside Makoko: danger and ingenuity in the world's biggest floating slum." *The Guardian.* Consultado a: 23. Abr. 2019, em: https://www.theguardian.com/cities/2016/feb/23/makoko-lagos-danger-ingenuity-floating-slum

OMF. (2019). "Cómo se forma una Cooperativa?" *Portal de Educacion Financiera (Blogpost)* Consultado a : 14. Mar. 2020, em: https://www.cmfeduca.cl/educa/600/w3-article-27162.html

ONG Vivienda Local. (2020). "Como Funciona? Programa de Autoconstrucción Colaborativa." Consultado a: 20. Abr. 2020, em: https://viviendalocal.cl/autoconstruir-ya/

PRIBERAM (2008-2013). Consultado a: 18.Nov.2019, em: https://dicionario.priberam.org/colmatar

RAMOS, P. (2015). "Más 13 mil millones en daños por termitas". *El Mercurio.* Consultado a: 02. Out. 2020, em: http://www.mercuriovalpo.cl/prontus4_noticias/site/artic/20050131/pags/20050131032444.html

RISOM, J. (2018). *"Embrancing the Paradox of Planning for Informality."Next City.* Consultado a: 12. Dez. 2019. em: https://nextcity.org/features/view/embracing-the-paradox-of-planning-for-informality

TÉLAM, G. (2019) "El proyecto de ley que autoriza la venta de tierras de la Villa 31 abre importantes riesgos para la integración social y urbana del barrio." *Asociación Civil por Igualdade Y la Justicia.* Consultado a: 15. Dez. 2019, em : https://acij.org.ar/el-proyecto-de-ley-que-pone-en-venta-las-tierras-de-la-villa-31-abre-importantes-riesgos-para-la-integracion-social-y-urbana-del-barrio/

TERHEMBA, U. (2015). *The Makoko Sustainable Regeneration Plan.* Em: Participedia. Consultado a: 21. Out. 2019, em: https://participedia.net/case/5006

TILL, J. (2012). "Scarcity against Austerity. Designers need to know the difference." *PlacesJournal.* Out. 2012. Consultado a: 16. Mar. 2019, em: https://placesjournal.org/article/scarcity-contra-austerity/?cn-reloaded=1

ZAMORA R. (2018). "En su actual distribución, termitas no son erradicables. Expertos señalan que la expansión de la plaga es preocupante en la región." *El Mercurio.* (Weblog post), consultado em: 3. Nov. 2019, em: https://www.australosorno.cl/prontus4_noticias/site/artic/20100703/pags/20100703212242.html

ZEIBA, D. (2018). "How the floating (and collapsing) Makoko school was doomed from the start." *The architect's Newspaper.* Consultado a: 17. Mai. 2019, em: https://archpaper.com/2018/03/floating-collapsing-makoko-school-atavist-feature/

Outros:

INE. (2017). Resultados definitivos Censo 2017. (Cartografia) Consultado a: 10. Dez. 2019, em: http://ine-chile.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=1b135b078f024f6089b8d5d4728a369b

Referencias Bibliográficas.

LegalTop. (2019). Indemnización por expropiación de terrenos en Chile. Consultado a: 12. Mar. 2020, em:https://legaltop.cl/blog/pago-expropiacion-en-chile.

MINVU. (2019). Cadastro Nacional de Campamentos de Minvu. Página web do Ministério de Vivienda y Urbanismo MINVU. consultado em,27. Jul. 2019, em: https://storymaps.arcgis.com/stories/dfe1fe1afd334ec790f879e736a5af5e

MONTEIRO. P. (2019). Entrevista a Santiago Cirugeda (Gravação Audio. CD) Madrid. Espanha.

MONTEIRO. P. (2019). Entrevista a Catalina Bélem, coordenadora do projeto CasaalRevez. (Gravação Audio.CD) Valparaíso. Chile.

OANDA. (2019). Conversor de moedas.(Website) Consultado a: 14. Out. 2019, em: https://www1.oanda.com/lang/pt/currency/converter/

Observatório Urbano. (2019). Estatísticas Habitacionales. Minvu. Ministerio de Vivienda Y Urbanismo. Consultado a: 10. Mar. 2020, em:https://www.observatoriourbano.cl/estadisticas-habitacionales/

RANKIA. (2019). *Qué moneda es UF en Chile?.* (Weblog post) Consultado a: 21. Jun. 2019. em: https://www.rankia.cl/blog/mejores-opiniones-chile/4119639-que-moneda-uf-chile

Créditos de Imagens.

1. *© Autor. (2020). O papel do Arquiteto.*

2. *© Autor. (2020). Palavras-Chave.*

3.*© Autor. (2020). Linha de Pensamento.*

4. © John Turner, Casa de Pedro Vizcarra. in TURNER, J. (2018) *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo.* Consultado a: 10 Set. 2019

5.© Mayank Ojha. Fotografia Aérea do Bairro informal de Burail na cidade de Chandigarh. Índia. in LAMBERT,L. (2018). *Proletarian Fortress.* Consultado a 12.set.2019, em:https://thefunambulist.net/architectural-projects/proletarian-fortresses-the-corbusean-grids-anomaly-burail-in-chandigarh

6.© Audra. Habitação na Torre David. in DeMilked (2014).*This Abandoned Office Tower In Caracas Is The World's Largest Vertical Slum. (*Fotografia). Consultado a: 13.Fev.2020.em:https://www.demilked.com/tower-of-david-abandoned-skyscraper-caracas-iwan-baan/

7.© Desconhecido. Bairro informal de Makoko. Lagos. Nigéria. In AllPhotoBangkok. (2010). Consultado a: 13.Fev.2020,em: http://www.allphotobangkok.com/index.php/nigeria-lagos-makoko-waterslum-reportage-documentary/

8.*© Desconhecido. Cooperativas Uruguai. (2016) Cooperativa de habitação Uruguaia. FUCVAM. Consultado a: 20.Out. 2019, em: https://issuu.com/centrocooperativistauruguayo/docs/ccu_din__mica126_digital*

9.© Pedro Monteiro (2020). Organograma. *Relação entre os mecanismos institucionais e a pobreza.*

10.©Werthmann. The Informal Settlement World Map. (2011). The Informal Settlement World Map. *Cooper Hewit.* Consultado a: 5. Mar. 2019, Consultado em:https://collection.cooperhewitt.org/objects/420778937/

11.© Autor. (2020). Esquema. Requisitos estabelecidos pelas Nações Unidas para a produção integral do "habitat".

12.© Desconhecido. Caricatura de Oswaldo Cruz limpando o Morro da Favela. (1907). *Wikipédia* Consultado a: 1, Fev. 2019. em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Oswaldo_Cruz_passa_o_pente_fino_da_%E2%80%9CDelegacia_da_Hygiene%22_no_Morro_da_Favela.jpg

13.© United Nations. Previsão de crescimento Populacional. (2018). *World Urbanization Prospects.* Consultado a: 26.Abr.2019, em: https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf

14.© United Nations. World Urbanization Prospects: The 2001. In DAVIS,M. (2006). *Planet of Slums.* Consultado a: 20.Jan.2020, em:https://www.versobooks.com/books/2293-planet-of-slums

15.© Autor. (2018). Barraca de Invasão. Autoconstrução. Valparaíso. Chile. Assentamentos Informais.

16.© Panagiotis Korvesis. Nível de rendimento anual por setor económico. In ALVAREDO,F. (2018). *World Inequality Report 2018.* Consultado a:23.Fev.2019, em: https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf

17.© Panagiotis Korvesis. Diferença do crescimento anual da riqueza entre o 1% da populaça mais rica e à 50% mais pobre. In ALVAREDO,F. (2018). *Adaptado de World Inequality Report 2018.* Consultado a:23.Fev.2019, em: https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf

18.© Panagiotis Korvesis. Transformação do crescimento do Capital público 1980-2015., In ALVAREDO,F. (2018). *Adaptado de World Inequality Report 2018.* Consultado a :23.Fev.2019, em: https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf

19.©Desconhecido. Assentamento Informal Iquique Chile 2019. In MINVU. (2019). *Catastro Nacional de Campamentos Minvu.* Consultado em: 20.Mai.2019. em:https://storymaps.arcgis.com/stories/dfe1fe1afd334ec790f879e736a5af5e

20.©Bernard Rudofsky.Construção informal, mas Integral e inserida no centro da Cidade. Medina de Marraquexe. In RUDOFSKY,B. (1964). *Architecture without architects.* Consultado a 10.02.2019, em: https://www.moma.org/documents/moma_catalogue_3459_300062280.pdf

21.© Panagiotis Korvesis. Evolução do capital Público e Privado 1970-2015, in ALVAREDO,F. (2018). *Adaptado de World Inequality Report 2018.* Consultado a :23.Fev.2019, em: https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf

22.© Justine Benoit. Protesto. Santiago. Chile 2019 (2018). *Chili, les étudiants manifestent contre le programme éducatif du gouvernement . La croix.* Consultado a: 18.Out.2019. em:https://www.la-croix.com/Monde/Ameriques/Chili-etudiants-manifestent-contre-programme-educatif-gouvernement-2018-08-23-1200963402

23.© Inés Mondaca. Construção da "Callampa" Victoria 1957. Santiago Chile. In CRUZ.J (1957). *"Callampa" Victoria 1957.* Consultado a: 20.Fev.2019, em: http://photos1.blogger.com/blogger/1644/2527/1600/img_art_pobladores02.jpg

24.*©Autor. (2020). Esquema. Os assentamentos informais como reivindicação social.*

25.© Mayank Ojha. "Campamento" Nueva Habana. La Florida. em: Santiago.DURÁN M.G.(2010), *El Movimiento de Pobladores, Durante la Unidad Popular, 1970-1973.* Consultado a : 03.Dez.2019. em:https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-04622015000200003

26.*©* Marcos Vargas. Presidente Salvador Allende colocando pregos na cobertura de uma casa em construção "Campamento" Che Guevara. (1971). Consultado a: 20,Dez.2019, em: https://www.flickr.com/photos/leopoldovictorvargas/28295044394

27.© Desconhecido, Questionário aos habitantes dos assentamentos Informais. Chile, In Minvu. (2019). . Consultado em: 02.Ago.2019. em: https://www.flickr.com/photos/leopoldovictorvargas/28295044394

28.© Autor. Quebradas Informais de Valparaíso. Cerro Santo Domingo. Chile.(2018).

29.*IBIDEM.*

I.Créditos de Imagens.

Informalidade

30.©Autor. Esquema. 3 formas de relacionamento entre Governo e assentamentos Informais. (2018).

31.© Autor. Habitação construída com Paredes de Paletes. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile (2019).

32.© Autor. Habitação mínima no Chile. Lei De construção e Urbanismo. (2019).

33.© Autor. Habitação ilegal (ao centro) para acomodar imigrantes recém-chegados. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. 2018 (2018).

34.© Milena Bustos. Imóvel Autoconstruido e Habitado. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile , In BUSTOS, M. (2019). Consultado em: 21,Mai.2019, em:https://www.instagram.com/milebustosm/?hl=pt

35.©Desconhecido. Escala Progressiva do Imposto Predial Peru. In BNP (2017). *Resolução Ministerial. N°415 Habitação.* Consultado a:26,02,2020,em: https://busquedas.elperuano.pe/normaslegales/aprueban-valores-unitarios-oficiales-de-edificacion-para-las-resolucion-ministerial-no-415-2017-vivienda-1581335-5/

36.© James Harvey. Paisagem de tijolo. Edifícios Inacabados. Lima Peru. HARVEY,J. (2019). *Puno Barrios.* Consultado a 26.Fev.2020, em: https://www.flickr.com/photos/ghostwheel/40327926664/

37.© Sebastian Runner. Insurgências Populares Valparaíso. Chile 2020, RUNNER,S. (2019). . *Entre todos cuidamos el barrio.* Valparaíso Consultado a: 13.Abr.2019; em: https://www.instagram.com/sebastian_runner/?hl=pt

38.*© John Turner. Urbanismo de invasão. Barraca de Invasão. Autoconstrucción.* in TURNER, J. (2018) *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo.* Consultado a: 10 Set. 2019

39.© Douar Lota. Self Construction in Morocco, IN LEOPOLD,L. (2018). *Proletarian Fortresses.The Funambulist.* Politics of Space and Bodies Introduction N°16. Consultado a: 10.Set.2019

40.© Henry Shah. La petit cinture. Paris. Ocupada e destruída sucessivamente. LEOPOLD,L. In (2018). *Roma exclusion and urban Expansion in Fortress Europe. em: Proletarian Fortresses:The Funambulist.Politics of Space and Bodies Introduction N°16.* Consultado a: 10.Set.2019

41.© Henry Shah. La petit cinture. Paris. *Processo de Gentrificação.* LEOPOLD,L. In (2018). *Roma exclusion and urban Expansion in Fortress Europe. em: Proletarian Fortresses:The Funambulist.Politics of Space and Bodies Introduction N°16.* Consultado a: 10.Set.2019

42.© Douar Lota. A self-constructive Rumor in Marocco In LEOPOLD,L. *(2018). Proletarian Fortresses: The Funambulist. N°16. Consultado a: 10.Set.2019*

43.*©* Santiago Cirugeda. Proyecto Protesis Urbanas Sevilha 2001. In CIRUGEDA, S. (2001). *Usted Esta Aqui.* Consultado a: 20.Set.2019. em:https://revistacodigo.com/arquitectura/perfil-santiago-cirugeda-el-arquitecto-rebelde/

44.*©* Santiago Cirugeda. *Desenho de Santiago Cirugeda. Projeto Protesis Urbanas. Sevilha 2001.* In CIRUGEDA, S. (2001). *Usted Esta Aqui.* Consultado a: 20.Set.2019. em:https://revistacodigo.com/arquitectura/perfil-santiago-cirugeda-el-arquitecto-rebelde/

45.© Desconhecido. Quarenta Milhões de escravos Modernos,In ILO (2017). *40 million in modern slavery and 152 million in child labour around the world.* Consultado a: 5.Out.2019. em:https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_574717/lang--en/index.htm

46.© Desconhecido. Rua Comercial de Dharavi. Mumbai. India. In lOADSY (2015). *Dharavi slums in Mumbai, India.* Consultado a: 20.Jan. 2020. em: https://oddviser.com/india/mumbai/dharavi-slums

47.© Leopold Lambert.Rua Comercial de Burail. Chandigarh. India. In LAMBERT.L (2018). *Burail. Chandigarh Rua Comercial. Proletarian Fortresses:. The Funambulist.* N°16. Consultado a: 10.Set.2019

48.*© Autor. (2020). Idiossincracias dos Assentamentos Informais.*

49.© Desconhecido. Todos os assentamentos informais de Hyderabad marcados a negro. In URBAN LAB. (2018) *Slum Free City Plan of Action: Hyberabad. Em: This is Not an Atlas.* Consultado a: 10.Fev.2019.

50.*©* Erol baikal. Vancouver Habitat I Fórum. Hangar 7. In WALLER,K. (2016). *Vancouver Habitat I Fórum. Hangar 7. 1976.* Consultado a 8.Nov.2019. em:https://www.vancouverarchives.ca/2017/09/26/habitat-forum-photographs-now-online/

51.IBIDEM.

52.© UNITED NATIONS. Tratado de Vancouver Habitat I. (1976). *Retirado de: The Vancouver, Declaration on Human Settlements. Canadá. 31 May.* Acedido em 15 de Fevereiro, 2019, em :https://mirror.unhabitat.org/downloads/docs/The_Vancouver_Declaration.pdf

53.IBIDEM

54.*© Autor. (2020). Esquema. A produção Social do Habitat.*

Mecanismos da Informalidade

55.© Desconhecido. Teoria de Ator-rede e os seus componentes. In Future Case. (2018). *Actor Network Theory Paradigm.* Consultado a: 10.Nov.2019. em: https://futurecase.wordpress.com/tag/wellman/#jp-carousel-1735

56.© Mark Lombardi. In Moma (1980). *Trafalgar House Armscor and the Malaysia Dam Project*. Consultado a: 20. Out. 2019. em: https://www.moma.org/collection/works/96542

57.© Desconhecido, Orangi Town. Karachi. In HABITAT. (2017). *Inside The World's Biggest Slums* (Documentary) | Kibera, Neza, Dharavi & More. Consultado a: 10.Mar.2020. em: https://youtu.be/svVCgv_Zi-Q

58.*IBIDEM.*

59.*IBIDEM.*

60.*©*Fernando Távora. In FUNDAÇAO MARQUES DA SILVA (1975). *Représentation schématique de l'organisation du SAAL,* Consulta a: 7.Nov.2019. em: https://www.cca.qc.ca/fr/evenements/3501/le-processus-du-saal-le-logement-au-portugal-de-1974-a-1976-

61.© Pat Crooke. Assentamento Informal de Arequipa Peru. in TURNER, J. (2018) *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo.* Consultado a: 10 Set. 2019

62.*©* John Turner. Conceito Esquemático do Processo de Autoconstrução incremental, dos assentamentos informais. in TURNER, J. (2018) *Autoconstrucción. Por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo.* Consultado a: 10 Set. 2019

63.IBIDEM

Créditos de Imagens.

64.IBIDEM.

65.IBIDEM.

66.© Desconhecido . Projeto tipo do subsídio de habitação. DS1. Chile. In MINVU (2019). *Politica Urbano Habitacional de calidad y Integración. Catálogo de proyectos. Ministerio de Vivienda y Urbanismo.* Chile. Página 53 Consultado a 25.Abr.2019. em: https://www.minvu.cl/la-casa-que-quiero/

67.IBIDEM. P.55

68.IBIDEM. P.57

69.© Desconhecido. Processo de Autoconstruçao Assitida pelas assistências técnicas da Fucvam. In FUCVAM. (2012) *South-South Cooperation.* Consultado a: 23. Jan. 2020. em: https://www.world-habitat.org/world-habitat-awards/winners-and-finalists/south-south-cooperation-international-transfer-of-the-fucvam-model-of-mutual-aid-housing-cooperatives/#award-content

70.© Desconhecido. Projecto Usina. Cooperativa de Habitaçao Sao Paulo. Brasil. In USINA CTAH. (2015). *Usina 25 anos. Comuna Urbana D. Helder Camara.* Consultado a: 20.Mar.2019. em: https://www.archdaily.com.br/br/767961/usina-25-anos-comuna-urbana-d-helder-camara

71.IBIDEM.

72.© Desconhecido. Construção Coletiva das Habitações. In FUCVAM.(2012) *Fucvam. Las Cooperativas de ayuda Mutua Uruguayas.* Página 52 Consultado a : 9.Mai.2019. em: http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS_paginas_34_a_99.pdf

73.© Daniel Schwartz. Processo Empower Shack Khayelitsha, Cape Town, South Africa.In EHTZ. (2013). *Empower Shack* . Consultado a 8.Ago.2019. em: http://u-tt.com/project/empower-shack/

74.© Julia Risler; Pablo Ares. Iconoclassistas. Coletivo de Mapeamento Processo de identificação de Desafios. In ICONOCLASSITAS (2019) .*Taller de formación en recursos gráficos.* Consultado a: 20.Mar.2019.em:https://www.iconoclasistas.net/talleres-educacion-y-pedagogias/

75.IBIDEM.

76.*Autor.(2020). Interpretação do estudo de Archon Fung. Varieties of Participation in Complex Governance*

77.© Gabriel Visconti. Aga Estudio. 1100. Multidesportivo La Canchita. Caracas Venenzuela (2016). Consultado a: 20. Ago. 2019. em: https://www.facebook.com/AGAestudio/

Makoko

78.*© Autor. (2020). Esquema do Processo da Obra.*

79.© Kunlé Adeyemi. Makoko Floating school. Em Construção, 2013, Lagos, Nigéria. in NLÉ (2013). *Makoko Floating School.* Consultado a : 10.Abr.2019. em: https://www.archdaily.com/344047/makoko-floating-school-nle-architects

80.© Robin Hammond. Lagos, densidade e Trafego automóvel, nas grandes vias da cidade. In NATIONAL GEOGRAPHIC (2015). *Evening Comute. national Geographic.* Consultado a: 10. Abr. 2019. em: https://www.nationalgeographic.com/photography/photo-of-the-day/2014/12/traffic-transportation-lagos-nigeria/

81.© Editi Effiong. Makoko. Fotografia Aérea

do Bairro. 2018. In EFIONG, E. (2015). *Drone flight over Makoko 'slum' in Lagos.* Consultado a: 5. Mai.2019. em: https://youtu.be/27MIznzDpTA

82.*©* U.S. Army Corps of Engineers. Lagos, Mapa da cidade. In WIKIMEDIA (1962). *Detail of Map of Lagos, Nigeria, 1962.* Consultado a 5.Mai.2019.em:https://commons.wikimedia.org/wiki/File:1962_Makoko_map_detail_Lagos_Nigeria_txu-oclc-441966035-lagos-1962.jpg?uselang=fr

83.© Desconhecido. Mercado de Makoko. Lagos .Nigéria. In ALLPHOTOBANGKOCK (2010). *Makoko. Lagos, Nigeria* Consultado a: 13.Fev.2020,em: http://www.allphotobangkok.com/index.php/nigeria-lagos-makoko-waterslum-reportage-documentary/

84.IBIDEM.

85.IBIDEM.

86.*© Isi Etomi. Proposta da Arquiteta Isi para os Canais de Makoko. In ETOMI,I.(2009). Reductive Assumptions vs Complex Realities. Small-scale design interventions for impoverished informal settlements Consultado a 9.Ago.2019. em: https://www.makoko.org/home.html*

87.*©* Andy Gasser , 90.000 pessoas expulsas em 2013 de Badia East. In THE GUARDIAN (2019). *La politique du Bulldozer a Lagos .* Consultado a 25.Ago.2019. em: https://www.cospol.ch/la-politique-du-bulldozer-a-lagos/

88.© Desconhecido. Área Limítrofe de Makoko. 2018. Lagos, Nigéria. In ALLPHOTOBANGKOCK (2010). *Makoko. Lagos, Nigeria.* Consultado a: 13.Fev.2020,em: http://www.allphotobangkok.com/index.php/nigeria-lagos-makoko-waterslum-reportage-documentary/

89.© Aderemi Adegbite. Destruição de Makoko pelo Município, 2012. In ITSNIGERIA (2012). *Hot Photo: The Perils Of Lagos Demolition In Makoko.* Consultado a: 20.Ago.2019: em: http://itsnigerian.blogspot.com/2012/07/hot-photo-perils-of-lagos-demolition-in.html

90.IBIDEM.

91.© Iwan Baan. Aula de Makoko Floating School. In GLANCEY,J. (2016). *Learning from Lagos: Floating school, Makoko, Nigeria, Kunlé Adeyemi, NLÉ.* Consultado a: 9. Julho.2019.em:https://www.architectural-review.com/today/learning-from-lagos-floating-school-makoko-nigeria-kunl-adeyemi-nl/8652311.article

92.© Desconhecido. Plataforma em Construção. Makoko. 2013. In Okoroafor, C.. (2016). *Nigeria's Makoko Floating School – Everything you need to know.* Consultado a 7. Jul. 2019. em: https://publicdelivery.org/makoko-floating-school/

93.© Kunlé Adeyemi, Duas propostas Finais de NLÉ. Plataforma de Barcos ou Plataforma de Contentores. NLÉ. (2012). *Makoko Floating School Research Report.* Consultado a: 10. Ago. 2019.em: http://www.nleworks.com/publication/makoko-research-heinrich-boll-stiftung/

94.*IBIDEM*

95.*IBIDEM P. 79*

96.*IBIDEM.*

97.©Desconhecido. Sete de Junho de 2016 e 3 anos após a inauguração.In AKINLEYE, K. (2016). *Lagos floating school collapses in heavy rains.* Consultado a:12.Jul.2019.em:https://thepeninsulaqatar.com/article/09/06/2016/Lagos-floating-school-collapses-in-heavy-rains

98.*©* Kunlé Adeyemi. MFSII Veneza. Bienal de Veneza, In NLÉ (2016). *Makoko Floating School MFS II Bienal de Veneza.* Consultado a 22.Jul.2019. em: http://www.nleworks.com/case/makoko-floating-school/

99.IBIDEM.

Créditos de Imagens.

Villa 31

100.*© Autor. (2020). Esquema do Processo da Obra.*

101.*IBIDEM.*

102.© Archivo Histamar. Vista sobre Villa 31 e a cidade de Buenos Aires. 1925. In ARCHIVO VIAS NAVEGABLES (2012) *Paisajes naturales de la costa del Río de la Plata. Puerto Nuevo.* Consultado a: 23.Out.2019. em: http://atlasarchivo.com.ar/?page=archivo&id=4004

103.© Desconhecido, Vista sobre Villa 31 e a cidade de Buenos Aires., In BIO, D. (2018). *$23K to Stay Above Poverty Line in September.* Consultado a: 3.Nov.2019. em: https://www.thebubble.com/poverty-line-buenos-aires-2

104.© Archivo Histamar. *Villa 31 em 1933.* In ARCHIVO VIAS NAVEGABLES (2012) *Paisajes naturales de la costa del Río de la Plata. Puerto Nuevo. Villa 31 em 1933. Consultado a 23.Out.2019. em: http://atlasarchivo.com.ar/?page=archivo&id=4010*

105. *©* Natacha Pisarenko. Rua de Villa 31 .Buenos Aires . Argentina., In CALATRAVA, A. (2017). *Argentine capital seeks to improve iconic Villa 31 slum.* consultado a: 5.Nov.2019. em: https://apimagesblog.com/blog/2017/5/17/argentine-capital-seeks-to-improve-iconic-villa-31-slum

106.IBIDEM.

107.IBIDEM.

108.© Fernando Neyra. Desenho do Modulo Habitacional Desenvolvido em Villa 31. Estudio Gehl. In RISOM,J. (2018). *Embracing the Paradox of Planning For Informality. Next City.* Consultado a: 20.Nov.2019. em:https://docs.google.com/document/d/1eqFp3IdGRQJCVrHzrA-anqa8XDeC1gZtEfeAcF3zEKk/edit#

109.© MOHANRAJ, P, R, R. Cartonero de Villa 31. Buenos Aires. Argentina 2016 (2017). A framework for empowerment.Tese de Mestrado em Desenho Urbano. Consultado a: 20,10,2019,em: https://issuu.com/praveenraj3/docs/e

110.IBIDEM .

111.© Fernández Castro. Estudo realizado por Javier Castro. Barrio 31. 2010. In CASTRO,F (2010). Barrio 31 Carlos Mugica. Página 110 Consultado a : 10.Out.2019. em: http://www.habitatinclusivo.com.ar/publicaciones/barrio31/barrio31.pdf

112.IBIDEM. P.122

113.© Adrián Escandar. Villa 31. Buenos Aires. Argentina. 2010. In INFOBAE (2020). *Cayó una banda narco en Villa 31: disparaban al aire con una ametralladora hacia la Facultad de Derecho.* Consultado a: 20. Out. 2019. em: https://www.infobae.com/politica/2018/09/18/cayo-una-banda-narco-en-villa-disparaban-al-aire-con-una-ametralladora-hacia-la-facultad-de-derecho/

114.Desconhecido, Villa 31. Buenos Aires. Argentina. 2010, In GCBA. (2016). Ciudades. Consultado a 10 Nov. 2019.em:https://www.clarin.com/ciudades/postergada-arrancaron-integrar-villa-ciudad_0_SyN7g1Wxl.html

115.*© Fabiana Frayssinet. (2017). UCCI. Consultado a 23.Nov.2019:https://ciudadesiberoamericanas.org/derrumbando-muros-urbanos-de-desigualdad-en-america-latina/*

116.Elemental. Projeto de Elemental Alejandro Aravena. In DEJTIAR, F. (2018). *ELEMENTAL propõe edifício ponte em Buenos Aires, Archdaily.* Consultado a 25. Nov. 2019. em: https://www.archdaily.com.br/br/898805/elemental-propoe-edificio-ponte-em-buenos-aires/5b5609e5f197cc513300011b-elemental-propoe-edificio-ponte-em-buenos-aires-imagem

117.Desconhecido. "los alquileres van subiendo". In AFP: (2017). *La Villa 31 se urbaniza frente al lujo de Buenos Aires.* Consultado a: 20.Nov.2019. em: https://www.youtube.com/watch?v=sgm8GMDFzBI

118.IBIDEM.

119. Desconhecido. Habitações reabilitadas sob o programa "Treinta y todos". IN AZEVEDO, L. (2017). *El caso de Villa 31. Bid. Invest.* Consultado a: 10 Nov. 2019 em: https://blogs.iadb.org/bidinvest/es/como-incentivamos-la-inclusion-social-traves-de-infraestructura-sostenible-el-caso-de-villa-31/

120.© Natacha Pisarenko. Comércios Informais da Villa. In CALATRAVA, A. (2017). *Argentine capital seeks to improve iconic Villa 31 slum.* consultado a: 5.Nov.2019. em:https://apimagesblog.com/blog/2017/5/17/argentine-capital-seeks-to-improve-iconic-villa-31-slum

121.IBIDEM.

FUCVAM

122.*© Autor. (2020). Esquema do Processo da Obra.*

123.*©* Cooperativa N° 126. Colocação de Calçada Cooperativa Isla Mala 1970. In MUÑIZ, A. (1970). Fucvam: Matriz del Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua .Consultado a 1.Dez.2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam/

124.© Gustavo Castagnello. Reunião da Fucvam e uma das suas Cooperativas. In ROJO,M. (2015) *Fucvam. Las Cooperativas de ayuda Mutua Uruguayas.* Consultado a: 9.Mai.2019. em:http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS_paginas_34_a_99.pdf

125.Guillermo Font. Organização Interna: Fucvam e as suas Cooperativas de Ajuda Mutua. In ROJO,M. (2012). *Fucvam: Matriz del Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua* .Consultado a 1.Dez.2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam/

126.IBIDEM.

127.IBIDEM

128.© Gustavo Castagnello. Processo de decisão através de Democracia Direta. In ROJO,M. (2015) *Fucvam. Las Cooperativas de ayuda Mutua Uruguayas.* Consultado a: 9.Mai.2019. em:http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS_paginas_34_a_99.pdf

129.© Cooperativa N° 126. Colocação de Calçada Cooperativa Isla Mala 1970. In MUÑIZ, A. (1970). *FUCVAM Matriz del Cooperativismo de Vivienda por Ayuda Mutua*. Consultado a 1.Dez.2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam/

130.IBIDEM.

131.© Cooperativa N° 126. Colocação de Calçada Cooperativa Isla Mala 1970. In MUÑIZ, A. (1970).*Fucvam. Las Cooperativas de ayuda Mutua Uruguayas. Página 42*. Consultado a : 9.Dez.2019. em:http://autogestao.unmp.org.br/wp-content/uploads/2014/11/LIV-06-B_LAS-COOPERATIVAS-DE-VIVENDA-POR-AYUDA-MUTUA-URUGUAYAS_paginas_34_a_99.pdf

132.IBIDEM.

133.Desconhecido, Obra. (2018). *Cuatro cooperativas de Fucvam se encuentran en obra. El telegrafo.* Consultado a: 3. Dez. 2019. Em:https://www.eltelegrafo.com/2018/09/cuatro-cooperativas-de-fucvam-se-encuentran-en-obra/

134.© *Gustavo Castagnello* Construção de uma

Créditos de Imagens.

armação. In FUCVAM (2012) *Cooperativas Covisunca 3,4,5, Coviadeom e Covicoes. Complexo José Pedro Varela. Desafio da Escala*.Consultado a 5.Dez.2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam/

135.© Gustavo Castagnello. Complexo José Pedro Varela. In FUCVAM (2012). Matriz del Cooperatvismo de Vivienda de Ayuda Mutua. Consultado a 1.Dez.2019. em: https://produccionsocialhabitat.wordpress.com/galeria-de-casos/fucvam

136.IBIDEM.

137.Hacer Desur. A Cooperativa de habitação Ana Monterroso In FUCVAM (2016). *Programa Covici 1-Ciudad Vieja.* Consultado a : 10.Dez.2019: em :http://www.hacerdesur.com.uy/programa/reciclaje-montevideo/

138.IBIDEM.

139.IBIDEM.

140.IBIDEM.

141.IBIDEM.

142.IBIDEM.

Valparaiso

143. Autor. (2020). Mapa; Morfología de Valparaíso.

144.*© Sebastian Runner. Cerro Polanco Valparaíso, in RUNNER,S. (2019). La curiosidad del Cerro Polanco. Consultado a : 12.Dez.2019: em: https://www.instagram.com/p/BZClnn2A7MF/*

145.Desconhecido. Ascensor Arrayan.In Archivo de la Library of Congress. (1970). *Ascensor Arrayan. Valparaíso.* Consultado a 15.Dez.2019. em: http://amosantiago.cl/las-40-mejores-fotos-del-chile-antiguo/

146.© PECCHENINO, R. Subida Cien Fuegos. (1971). *Ilustração. Apuntes Porteños. Página 6* .Consultado a: 16.Dez.2019: em :http://www.euv.cl/archivos_pdf/APUNTES-PORTEnOS.pdf

147.IBIDEM. P. 79

148.IBIDEM. P. 7

149.IBIDEM. P. 8

150.IBIDEM. P.80

151.IBIDEM. P. 89

152.© Sebastian Runner. Vista dos Cerros de Valparaíso. In RUNNER,S. (2019). Consultado a : 12.Dez.2019: em: https://www.instagram.com/p/BZClnn2A7MF

153.IBIDEM. P. 88

154.IBIDEM. P. 9

155.IBIDEM. P. 10

156.© Autor. (2019). Cerro Cordillera. Chile Valparaíso.

157.© Sebastian Runner. Assentamentos informais Cerro Cordillera.In RUNNER,S. (2019). Consultado a : 12.Dez.2019: em: https://www.instagram.com/p/BZClnn2A7MF/

158.Desconhecido. Ascensor Monjas Valparaíso 1900. Chile. In LIBRARY OF CONGRESS. (1970). *Ascensor Monjas y vista de la Bahía en 1916.* Consultado

a 15.Dez.2019. em: http://amosantiago.cl/las-40-mejores-fotos-del-chile-antiguo/

159.*© Autor. (2018). Subida Gral Sucre Cerro Santo Domingo.*

160.© Indefinido. Desigualdade no Chile. Outorgação de Fontes e caudais a privados para Monocultura, In SECOS (2017). *Recuperar el Agua.* Consultado a: 20.Dez. 2019. em: https://www.youtube.com/watch?v=-buvEOEBnsQ

161.IBIDEM.

162.© RAIMUNDO SALGADO. Projeto Ruka. Habitação Mapuche Cristián Undurraga. Santiago 2011. In PROYECTOBAQ *(2012). Vivienda Social Mapuche.* Consultado a: 17.Dez.2019. em: http://www.arquitecturapanamericana.com/vivienda-social-mapuche/

163.IBIDEM.

164. Archivo de Chilectra. Conventillo de Valparaíso Cerro Barón 1900. Chile. In URBANTORIUM(1920). *Testimonio de la vida en los Conventillos de Valparaíso* . Consultado a: 20.Dez.2019. em: https://urbatorium.blogspot.com/2008/07/testimonios-de-la-vida-de-los-nios-en.html

165.© Autor. Um das dezenas de edifícios abandonados do Cerro Cordillera. (2018)

166.© Autor. Informação INE Censos 2017. Chile. (2020).

167.© Autor. A laranja os assentamentos Informais com mais de 8 habitações. (2020).

168.© Autor. Um das dezenas de lotes abandonados de Cerro Cordillera. (2018).

169.© Rui Cardoso. Um das centenas de edifícios construídos de forma precária pelos habitantes. (2018).

170.*©* Desconhecido, Evolução da exportação na cidade de Valparaíso 2011-2016. In DATACHILE (2020). Consultado a: 10.jan.2010. em: https://es.datachile.io

171.© Autor. Nível Sócio-económico de Valparaíso. In INE. (2017). Consultado a 10. Jan. 2019. em:https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

172.© Desconhecido.Percentagem de habitações Arrendadas. In INE. (2002). Consultado a 11.Jan.2019. em:https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

173.© Desconhecido. Salário por número de Indivíduos. In DATACHILE (2020) Consultado a: 10.jan.2010. em: https://es.datachile.io/

174.IBIDEM.

175.© Pablo Blanco. Hotel Fauna / Fantuzzi + Rodillo Arquitectos. Cerro Alegre Valparaíso Chile. (2018) Consultado a : 12.Jan.2020. em: https://www.archdaily.com.br/br/627188/hotel-fauna-fantuzzi-mais-rodillo-arquitectos

176. *© Ignacio Hevia. Quebrada de Tomás Ramos. In Hevia, I. (2018) Consultado a: 15.Jan.2020. em: https://www.instagram.com/ignaciohevia/?hl=pt*

177.© Desconhecido. Mapa de Valparaíso 1902. A vermelho Cerro Cordillera Bajo. In Biblioteca Nacional de Chile. (1902). Consultado a: 17.Jan.2019. Em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-334724.html

178.© Desconhecido. Número de Habitantes por Imóvel, por Quarteirão. Valparaíso Chile. In INE. (2017). . Consultado a 20.Jan. 2020. Em:https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

179. © Autor. Bairro Porto e Cerro Toro. Valparaíso 2018. Chile. (2018)

180.© Autor. Morfologia peninsular típica dos Cerros de Valparaíso. Valparaíso 2018 Chile. (2018).

181.© Ignacio Hevia.Ruína do edifício na atual Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. In HEVIA.I. (2012).

182.IBIDEM

181 a 203 © Autor. (2018). Concurso Placemaking Proposta de renovação da Praça San Agustin. Coletivo Agora 21. Cerro Cordillera Valparaíso. Chile.

Créditos de Imagens.

206.© Google Maps,Imóvel abandonado onde hoje existe a Praça San Agustin. Cerro Cordillera. Valparaíso. IN GOOGLE (2012) Consultado a: 16.Dez.2019:

207.© Ignacio Hevia.Limpeza e recuperação do espaço pelos habitantes. Cerro Cordillera. Valparaíso. In HEVIA.I. (2012) Doado.

208.IBIDEM.

209.© Autor (2017) Coletivo RE. Material Doado. Praça San Agustin. Maio de 2018. Cerro Cordillera.

208 a 216 © Rui Cardoso. (2020). Casal Revez. Valparaíso. Consultado a: 16.Jan.2020. em: https://www.instagram.com/p/B-KFXRKpr3Q/

Articulação.

219.© Autor (2020) Esquema. Contexto Sócio-económico de Valparaíso.

220.© Desconhecido. Cerro Cordillera Valparaíso. Chile. In BIBLIOTECA NACIONAL (1960). Consultado a: Consultado a: 17.Jan.2019. Em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-334724.html

221.*© Autor Esquema. Semelhança dos fenómenos de Cerro Cordillera e os Assentamentos Informais. (2020)*

222.*© Autor. Subida Ramon Angel Jara. Cerro Cordillera. (2020)*

223.© Anne Heinrich. Subida Ramón Ángel Jara. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile. In In BIBLIOTECA NACIONAL (1934). Consultado a: Consultado a: 17.Jan.2019. Em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-334724.html

224.© Harry Olds. Calle Castillo. Cerro Cordillera. Valparaíso.1900. Chile. CALATRAVA,I. (2012). Consultado a: Consultado a: 17.Jan.2019. Em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-334724.html

225.© Autor. Cerro Cordillera Alto Zona ainda não consolidada. Valparaíso. Chile. (2018).

226.© Desconhecido. Cerro Cordillera e Barrio Puerto 1863. Valparaíso Chile. In BIBLIOTECA NACIONAL CHILE. (1863). Consultado a 20.Jan. 2020.Em: http://www.bibliotecanacionaldigital.gob.cl/bnd/631/w3-article-334724.html

227.© Autor. Contexto Urbano do Porto de Valparaíso e os seus Cerros adjacentes. A vermelho, todos os espaços abandonados. (2019).

228.© Autor. Proposta de sectorização do Cerro Cordillera segundo a proposta de Peter Marcuse, o seu estado de conservação e gentrificação. (2019).

227. a 268. © Autor. (2018).

229.© Autor . Calle Castillo. Cerro Cordillera. Valparaíso. Chile.(2018).

271.© Desconhecido.Reunião Pladeco Presidente Jorge Sharp. Valparaíso. Chile. In MI VOZ. (2020). El Martutino. Consultado a 10.Fev.2020.Em:http://m.elmartutino.cl/noticia/politica/cerca-de-2-mil-personas-ya-han-participado-de-la-elaboracion-del-pladeco-porteno-fo

272.IBIDEM.

273.© Autor. Nível económico do Bairro porto. Mapa na Página 215.(2020).

274.© Autor. Esquema. Taxa de Esforço na cidade de Valparaíso. (2020).

275.© Autor. Percentagem de edifícios abandonados por quarteirão. Valparaíso. Chile. INE (2017). Consultado a: 20.Jan.2020. Em: https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

276.© Desconhecido. Informação Censo INE (2017). Consultado a: 20.Jan.2020. Em: Em: https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

277.© Autor. Lotes abandonados e em ruína, fechados pelo Município.(2020).

278.© Autor. Rua Villagran. Valparaíso. Cerro Cordillera. Maio de 2018. Chile. (2018).

279.© Autor. Ley General de Urbanismo y Construcciones .Decreto-ley n°19.418. (1997). *Ministerio de Vivienda y Urbanismo.* Consultado a: 20.Jan.2020. Em: https://datosabiertos.ine.cl/datasets/187199/microdatos-censo-2017-personas/

280.Alejandro Gana. Edifício Subercaseaux abandonado após incêndio e explosão. In GANA.A. (2016). *mala gestión del municipio se junta con desarrollo inmobiliario no regulado.* Consultado a: 10.Fev.2020. em: https://www.elmostrador.cl/cultura/2016/05/19/opinion-valparaiso-es-chile-o-cuando-la-mala-gestion-del-municipio-se-junta-con-desarrollo-inmobiliario-no-regulado-de-barrios-historicos/

281.© Autor. Lei de Urbanismo e Vivenda. Chile. In DECRETO-LEI n°. 21202. (1975). Nueva ley general de Urbanismo y construcciones.Consultado a: 16,Mar,2020. Em::https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=13560

282.© Ivania. Loft. Reabilitação de edifício patrimonial para Rbnb.(2020). Doada.

283.© Portal de Noticias. Expropriação. Mecanismo inserido na Lei de Urbanismo. In BIOBIOCHILE(2015). *Vecinos están preocupados por posibles expropiaciones en megaproyecto vial de Valparaíso.* Consultado a: 17.Fev.2020. em:http://www.dconstruccion.cl/?p=4693

284. La Estrella. Expropriação. Mecanismo inserido na Lei de Urbanismo. In MUÑEZ,S.(2010). *Muni proyecta 10 mil viviendas en El Pajonal*. Consultado a 15.Fev.2020. Em: https://www.estrellavalpo.cl/prontus4_noticias/site/artic/20100311/pags/20100311091127.html

285.© Martín Romero. Ativação do Mecanismo de expropriação e subsídio de habitação após incêndio de 2014. In ROMERO, M. (2014). *Cinco son los dueños de los terrenos que podrían ser expropiados para reconstruir en Valparaíso.* Consultado a 15.Fev.2020. Em:http://www.lasegunda.com/Noticias/Nacional/2014/04/928842/cinco-son-los-duenos-de-los-terrenos-que-podrian-ser-expropiados-para-reconstruir-en-valparaiso

286.© Autor. Esquema. Tempo Necessário para esta conspiração. Entre 12 a 30 Meses. (2020).

285 a 287 Escuela de Cooperativas. (2018).

288 a 297 ONG. (2020). Testimonio. Juan Carlos Ponce – Cerro Las Cañas. Consultado a: 5 Mar.2020. em: https://viviendalocal.cl/testimonios/leonardo-saavedra/

300.© Autor. Esquema. Proposta de ação e relação entre Governo-Habitantes-Assistencia Técnica.(2020).

301.© Desconhecido ONG VIvienda Local Valparaiso. Nuevo Amanecer 2018. (2020).Consultado a: 5 Mar.2020. em: https://viviendalocal.cl/testimonios/leonardo-saavedra/

302.© Autor. Esquema. Proposta de ação e relação entre Governo-Habitantes-Assistencia Técnica. (2020).

_Bairro Cerro Santo Domingo

_Lotes Abandonados. O edifício ruiu, deixando um lote vazio. Normalmente Fechado por cerca.

_Edifícios Abandonados. Perigo de derrubar. Grade valor histórico.

_Edifícios reabilitados ou em processo de reabilitação. O objetivo varia deside habitação, turismo ou comercio.

_Lotes abandonados e reabilitados por grupos de habitantes através da autoconstrução e ajuda-mutua.

_2018-Incendio destroi casa ocupada. Três mortes.

_2009-Rua Echaurren, Cinco Casas destruídas.

_2008- Rua Cochrane. Dois Edifícios queimados.

_2007- Explosao Rua Serrano, 4 mortos e 4 edifícios destruídos, em deles de 1895.

_2005- Incendio estação Inferior Ascensor Cordillera.

_2004- Incendio destroi edifício Severin de 1910.

_2002- Incendio

_Altitude.

_Bairro Cerro Toro

_Bairro Porto

_Bairro/Cerro Cordillera

_Áreas reconhecidas como zonas verdes publica e privadas.

_Focos de acumulação de detritos, moveis, eletrodomésticos.

_Cajilla 713 e 719-Cerro Toro, casas ocupadas foco de microtrafico Assaltos com violência.

_Naranja Nº9- Habitação ocupada por delinquentes que realizam assaltos armados aos habitantes.

_Subida Santo Domingo 21. Edifício ocupado e centro de produção de droga.

_Villagran 210-Centro de distribuição e produção.

_Edifício Severin- Assaltos violentos.

_Rua Serrano 682-Club Desportivo Cajilla. Passagem Ulisses. Edifício abandonado e ocupado.

_San Francisco 319- Microtrafico de Pasta Base

_Rua Serrano 320-Propriedade recentemente queimada. Microtrafico.

_Coletivo Santa Ana.

_Poblacion Obrera.

_Escola Nº13

_Junta de Vizinhos Amistad Nº169

_Junta de Vizinhos Cordillera Bajo Nº79

_Coletivo RE

_Exercito da Salvação

_Coletivo Barrio Puerto.

_Coletivo Somos Barrio Puerto

_Junta de Vizinhos Nº134 Barrio Puerto

_Valpo Surf Project

_Taler Accion Comunitaria- TAC

_Biblioteca Comunitária Gutemberg.

Cota 10.

Cota 70.

Cota 70.

Cota 40.

Cota 70.

Cota 40.

Cota 70.

Figura 227. *Contexto Urbano do Porto de Valparaiso e os seus Cerros adjacentes. A vermelho, todos os espaços abandonados. 2019.*

Figura 228. *Proposta de sectorização do Cerro Cordillera segundo a proposta de Peter Marcuse, o seu estado de conservação e gentrificação.*

- _ *Lotes Abandonados.*
- _ *" Mature Development Zone"*. **Cerro Cordillera Bajo.**
- _ *" Limited Development Zones"*. **Calle Castillo.**
- _ *"Expansion Zone"*. **Quebradas do Cerro Cordillera.**
- _*Barrio Puerto.*
- _*Lotes Privados Informalmente recuperados.*
- _*Cota.*
- 1 _*Imagen. (Ver página seguinte.)*
- _*Zona de Conservação Histórica. Valparaíso.*
- _ *Zona Típica o pitoresco.*
- _ *Património da Humanidade Unesco.*
- _*Junta de Vizinhos N°79, N° 169°*
- _ *Ascensores do Barrio Puerto. e Cerro Adjacentes*
- _ *Edifícios em Processo de reabilitação.*
- _*Edifícios Deteriorados e Abandonados.*
- _ *Áreas de acumulação de Resíduos.*